

LUIZ ALBERTO PILATTI

OS DONOS DAS PISTAS:
UMA EFÍGIE SOCIOLÓGICA DO ESPORTE
FEDERATIVO BRASILEIRO

Tese de Doutorado apresentada à
Faculdade de Educação Física da
Universidade Estadual de Campinas.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CAMPINAS – SP

2000



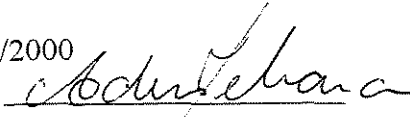
LUIZ ALBERTO PILATTI

OS DONOS DAS PISTAS:
UMA EFÍGIE SOCIOLÓGICA DO ESPORTE
FEDERATIVO BRASILEIRO

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física
da Universidade Estadual de Campinas

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
28/03/2000.

Data: 17/04/2000

Assinatura: 

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Banca:

Prof. Dr. Ademir Gebara (orientador)
Faculdade de Educação Física, Unicamp

Prof. Dr. Edgard Salvadori De Decca
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp

Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro
Departamento de História, UFPR

Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez
Faculdade de Educação Física, Unicamp

Prof. Dr. Roberto Rodrigues Paes
Faculdade de Educação Física, Unicamp

Campinas, março de 2000

NIDADE BC
 CHAMADA:
7/UNICAMP
P641d
 Ex.
 OMBO BC/ 41954
 ROC. 278/00
 C ☐ D ☒
 REC@ 8511,00
 IATA 30-08-00
 I.º CPD

2

CM-00142852-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF
UNICAMP

P641d	Pilatti, Luiz Alberto Os Donos das Pistas: um efigie sociológica do esporte federativo brasileiro/ Luiz Alberto Pilatti. -- Campinas, SP: [s.n.], 2000. Orientador: Ademir Gebara Tese (doutorado) -- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. 1. Atletismo. 2. Esportes -- Organização e administração. 3. Esportes -- Aspectos sociológicos. 4. *Liga Atlética Paranaense. 5. *Federação de Atletismo do Paraná. I. Gebara, Ademir. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.
-------	---

DEDICATÓRIA

Adriana Aparecida Guimarães
Gilberto Pilatti
Luís Eduardo Pilatti
Telma Klaia Klas Pilatti

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

HOMENAGEM

Alberto João Klas (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Prof. Ms. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior
Prof. Ms. Fernando Marinho Mezzadri
Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez
Prof. Dr. João Luiz Kovaleski
Profª. Luciane Delezuk Inglez Gomes
Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro
Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni
Prof. Marcos Aurélio Schemberger
Prof. Martinho Nobre dos Santos
Profª. Ms. Rita de Cassia da Luz Stadler
Prof. Dr. Roberto Rodrigues Paes
Profª. Silvia Gaia Zanetti
Prof. Ubiratan Martins Junior
Prof. Ms. Wanderley Marchi Junior

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa
Disciplina de Educação Física do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
Federação de Atletismo do Paraná
Grupo de História do Esporte, Lazer e Educação Física

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Prof. Dr. Ademir Gebara

Prof. Dr. Edgard Salvadori De Decca

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
RESUMEN	xi
PRÓLOGO	1
PARTE I IDEANDO UMA SOCIOLOGIA DA BUROCRACIA DO ESPORTE MODERNO	9
Capítulo I A ESTRUTURAÇÃO BUROCRÁTICA DO ATLETISMO	10
1. A institucionalização, difusão e modernização do atletismo	10
Capítulo II O SÍTIO METODOLÓGICO	37
Seção I Problemas teóricos do esporte atual	37
1. Uma perspectiva sociológica do esporte moderno	37
2. O esporte além do apenas moderno	60
Seção II O modelo de análise	81
3. Esporte moderno e dominação legal: uma construção do tipo ideal ..	81
PARTE II O DISTANCIAMENTO DO IDEAL	101
Capítulo III PERSCRUTANDO UMA ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA	102
1. Da liga para a eclética	102
2. Da eclética para a federação	145
EPÍLOGO	178
ANEXOS	186
BIBLIOGRAFIA	247

LISTA DE QUADROS

1. Participação dos clubes filiados em eventos regulares da LAP – 1932-1940 .	107-108
2. Equipes (atletas) registradas na FAP - dez. 1985	134-135
3. Equipes registradas na FAP - dez. 1999	135-136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMPG	Associação Atlética Municipal de Ponta Grossa
ACPG	Automóvel Clube de Ponta Grossa
ADCIS	Associação Desportiva Classista Ipiranga Serrana
ADCQ	Associação Desportiva Classista Quimbrasil
CA	Comissão de Atletismo
CAPG	Clube Atlético Ponta Grossa
CBAAt	Confederação Brasileira de Atletismo
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CD	Conselho Diretor
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONSUDATLE	Confederação Sul-Americana de Atletismo
FAP	Federação de Atletismo do Paraná
FDP	Federação Desportiva Paranaense
FESTUR	Fundação de Esportes e Turismo do Paraná

FIAA	Federação Internacional de Atletismo Amador
FIFA	Federação Internacional de Futebol Association
FPA	Federação Paulista de Atletismo
FPD	Federação Paranaense de Desportos
FPF	Federação Paranaense de Futebol
JAB's	Jogos Abertos do Brasil
JAP's	Jogos Abertos do Paraná
JEP's	Jogos Escolares do Paraná
Jojuj's	Jogos da Juventude do Paraná
LAP	Liga Atlético Paranaense
LDPG	Liga Desportiva de Ponta Grossa
OFEC	Operário Ferroviário Esporte Clube

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo a compreensão interpretativa da ação social de determinados homens que constituíram um modo de organização coletiva, com vistas ao alcance de determinados objetivos intermediados, e assim explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos. Para a consecução desse objetivo foi necessário o estabelecimento das finalidades presentes originalmente na constituição da organização em exame, a Liga Atlética Paranaense, e a determinação de quem eram seus membros. O trânsito para o presente foi feito com o conceito de dominação. Com a mesma medida, realizou-se a interpelação sociológica da forma atual dessa organização esportiva, a Federação de Atletismo do Paraná. A análise dos elementos sociológicos dessa organização foi feita com a problemática weberiana, tendo como filtro o modelo dos tipos ideais. Trabalhamos com uma forma pura de dominação, a dominação racional-legal que, em seu tipo mais puro, expressa-se através da burocracia ou, usando as palavras de WEBER, de uma administração burocrática-monocrática mediante documentação. Constatamos que os objetivos estabelecidos originalmente na constituição da organização e seus membros são absolutamente distintos dos da entidade atual. A forma de dominação também foi alterada. Na sua forma primeira, em termos weberianos, a administração da entidade caracterizava-se como uma “administração de associações alheia à dominação e a administração de representantes”. Na sua forma atual, a entidade tem características heterônomas e heterocéfalas e apresenta a forma de dominação racional legal. Infere-se que as finalidades que determinaram a constituição da organização eram comunitárias e tinham estreitas ligações com o imigrante alemão. Os objetivos da organização eram, em medida considerável, atingidos. A instauração do Estado Novo impôs normativamente o desvanecer desse nível inicial de objetivos. Transmutada, a organização assumiu características uma empresa capitalista. Com essa forma, a entidade tornou-se disfuncional, apresentando uma racionalidade e propensão limitada para o lucro. A ausência de uma visão administrativa empresarial foi constatada. A dissociação de objetivos entre entidade e seus membros tornou-se patente. A produção de espetáculos constitui-se numa espécie de fim único da Federação de Atletismo do Paraná.

ABSTRACT

The present research aims to the interpretative comprehension of the social action of some men who had determined a way of collective organization, looking for such intermediate objectives, so they would explain it in its course and effects. To achieve such goal it was necessary to establish the originally purposes on the constitution of the organization on examination, the “Liga Atlética Paranaense” (Athletics League of Paraná) and the determination of its members. The way from the past to the present was done with the domination conception. In the same way, the sociological interpellation was done in the current form of such sporting organization, the “Federação de Atletismo do Paraná” (Athletics Federation of Paraná). The analysis of sociological elements of this organization has been carried out by means of Weber’s point of view, which took as model the ideal type. We worked with the pure way of domination, the rational-legal domination which, in its purest type, expresses either by bureaucracy or, using Weber’s words, by a bureaucratic-monocratic administration. We have verified that the originally established objectives in the organization and its members are completely different from the ones nowadays. The domination form has also been altered. Initially, according to Weber, the administration of the entity was characterized as an administration that ran counter with the command and with the administration of representatives. Nowadays, the entity has “heterônomas” and “heterocéfalas” features and has the rational-legal kind of domination. It’s known that the reason which underlined the purposes of the organization was based on community terms and had very close relations with the German immigrant. The objectives were, most of the time, reached. The New State instauration laid rules that caused these objectives to disappear. With the change, the organization began to have capitalist characteristics. Therefore, the entity became disfunctional with a tendency to rationality as well as profit. A lack of an administrative and business conception, was also verified. Different points of view between the entity and its members became clear. The production of big events became the only and the most important object of the “Federação de Atletismo do Paraná” (Athletics Federation of Paraná).

RESUMEN

La siguiente pesquisa tiene por objetivo la comprensión interpretativa de la acción social de determinados hombres que constituirían un modo de organización colectiva, con vistas al alcance de determinados objetivos intermediados, y así la explica de forma causal en su curso y sus efectos. Para la obtención de este objetivo fue necesario el establecimiento de las finalidades presentes originalmente en la constitución de la organización en examen, la Liga Atlética Paranaense, y la determinación de quien eran sus miembros. El tránsito para el presente fue hecho con el concepto de dominación. Con la misma medida, se realizó la interpelación sociológica de la forma actual de esa organización deportiva, la Federação de Atletismo do Paraná. El análisis de los documentos sociológicos de esa organización fue hecho con la problemática weberiana, teniendo como filtro el modelo de los tipos ideales. Trabajamos con una forma pura de dominación, la dominación racional-legal que, en su tipo más puro, se expresa a través de la burocracia o, utilizando las palabras de WEBER, de una administración burocrática-monocrática por medio de una documentación. Constatamos que los objetivos establecidos originalmente en la constitución de la organización y sus miembros son en absoluto distintos de la entidad. La forma de dominación también fue alterada. En la forma primera, en términos weberianos, la administración de la entidad se caracterizaba como una “administración de asociaciones ajenas a la dominación y a la administración de representantes”. En su forma actual, la entidad tiene características heterónomas y heterocéfalas y presenta la forma de dominación racional legal. Se infiere que las finalidades que determinarían la constitución de la organización eran comunitarias y tenían estrechas conexiones con el inmigrante alemán. Los objetivos de la organización eran, en medida considerable, alcanzados. La instauración del Estado Nuevo impone de forma normativa el desvanecer de ese nivel de objetivos. Transmutada, la organización asumió características de una empresa capitalista. Con esa forma, la entidad no se torna funcional, presentando una racionalidad y propensión limitada para el lucro. La ausencia de una visión administrativa empresarial fue constatada. La disociación de objetivos entre entidad y sus miembros se tornó accesible. La producción de espectáculos se constituyó en una especie de fin único de la Federação de Atletismo do Paraná.

PRÓLOGO

No século XX, o esporte encontra-se transmutado em relação a todas as formas anteriormente encontradas ou, dito de outra forma, apresenta particularidades nunca antes denotadas. Essas particularidades permitiram a alguns pesquisadores de renome internacional, como Pierre BOURDIEU e Allen GUTTMANN, divisar esse esporte singular, o esporte moderno, das formas anteriores.

Diferentes divisares proporcionaram distinções entre o que é e o que não é moderno ou, dito de outra maneira, evidenciaram as particularidades que devem estar inculcadas num esporte para que ele possa ser categorizado como moderno. Criaram-se modelos explicativos para se interpretar o esporte. Esses modelos são modelos puros, portanto, idealizados e não manifestos na realidade concreta.

A interiorização de particularidades ocorreu acompanhada de elevado grau de dinamismo no processo. Esse é um ponto fundamental. Essa dinâmica impeliu o esporte moderno a se tornar um dos maiores, senão o maior, fenômeno sócio-econômico da atualidade.

O fenômeno foi amplificado com a inserção dos esportes na mídia e, posteriormente, utilizando-se principalmente desse canal, na indústria do entretenimento. Essas inserções transmutaram o esporte moderno em um grande espetáculo de massas. O fio condutor do processo foi a mercantilização do espetáculo esportivo.

As entidades administrativas, que nos moldes weberianos são entidades burocráticas, açambarcaram o controle dos esportes e, supostamente, passaram a administrá-los nos moldes de empresas capitalistas modernas. Estabeleceu-se ligação com o lucro, ou seja, o esporte se despojou de seu espírito elementar, ideado pela burguesia e presente nas múltiplas formas do jogo.

Esse conjunto de fatos é suficiente para indicar que o esporte moderno é um fenômeno dinâmico e complexo e, por extensão, difícil de ser alcançado interpretativamente;

dificuldade que é ampliada ao considerarmos o esporte atual como esporte moderno.

O que pretendemos firmar com essa argumentação é que os padrões estabelecidos para definir o moderno, no caso do esporte, não possibilitam mais uma compreensão ampla do fenômeno.

* * *

O congresso técnico de uma competição de atletismo é o local onde são definidos aspectos técnicos e normativos que abalizarão seu desenvolvimento. Nele, decide-se desde a altura inicial em que será colocado um sarrafo em provas de saltos, até a forma como os atletas devem adentrar ou se retirar das provas.

Em meados de 1995, na cidade de São Leopoldo/RS, durante mais uma edição do Campeonato Brasileiro Juvenil de Atletismo, esse enredo não foi seguido a risca. O Secretário Geral da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), Professor Martinho Nobre dos Santos, ao conduzir a sessão técnica do evento, com um tom de desafogo, fez ponderosas críticas à condição do atletismo brasileiro. Na circunspeção proferida, o Secretário diagnosticou um conjunto de problemas vivenciados pela modalidade. Pontuaremos algumas das questões colocadas à mostra:

- (i) A do doping. Naquele ano, pela primeira vez, haviam sido realizados exames anti-doping em alguns dos vencedores de provas do Troféu Brasil de Atletismo. Para ser mais preciso, quatro atletas foram examinados. Nos exames, dois resultados positivos;
- (ii) a dos “resultados de escritório”. A participação de atletas em Campeonatos Brasileiros é determinada por *ranking*. Com os resultados de todas as competições oficiais existentes, em um período determinado, são classificados, em número limitado, os atletas detentores das melhores marcas para participar da competição nacional que é classificatória para competições internacionais. Em alguns estados, as federações de atletismo resumem-se a um escritório e a alguns poucos atletas treinando, quando muito. Para poder classificar um ou outro desses “atletas” para as competições nacionais, algumas dessas entidades, que durante o período válido para

a obtenção de resultados não realizou nenhuma promoção, fabricam resultados que garante a participação de seus atletas. Com efeito, verifica-se uma discrepância absurda entre o resultado com que o atleta entrou no *ranking* e o resultado auferido na competição nacional;

- (iii) a da inoperância funcional das federações. Atividades elementares estavam sendo realizadas de forma incorreta ou, simplesmente, não estavam sendo realizadas. Alguns exemplos: registros de atletas eram encaminhados de forma incompleta ou com preenchimento errado e, por vezes, fora de prazo e desacompanhado do pagamento da taxa correspondente, resultados de competições estaduais não eram enviados a Confederação, atletas participavam das competições estaduais sem registro e, só eram registrados, caso obtivessem *ranking*. Em regra, a inoperância da federações dificultava os trabalhos da entidade nacional;
- (iv) a dos atletas irregulares. Atletas com a documentação claramente forjada e que estavam participando regularmente das competições com a omissão das federações;
- (v) a dos treinamentos inadequados. Atletas de categorias de base estavam sendo expostos a treinamentos “absurdos” para a obtenção de performances elevadas precoces. Em alguns casos, atletas com condições de disputar a categoria menores (até 16 anos) por mais um ou dois anos ainda, principalmente no setor feminino, estavam competindo em igualdade de condições com atletas adultas. Em alguns casos, quando esses atletas chegaram à idade limite da categoria, já haviam abandonado a modalidade em função de lesões graves ou não conseguiam apresentar performances nem similares às anteriores.

O quadro apresentado indicava um conjunto de problemas que se constituíam nos clubes e nas federações estaduais. A Federação de Atletismo do Paraná (FAP), nessa reunião, foi alocada como uma das poucas exceções existentes ou, dito de outra forma, como um modelo de funcionamento. O fato nos inquietou. Com nossa vivência no cotidiano dessa Federação, ideamos que os fatos, como haviam sido colocados, não correspondiam com a realidade concreta.

A inquietação nos impeliu à escolha do assunto dessa pesquisa, organizações esportivas, e permitiu o estabelecimento de um intento inicial, a compreensão dessa

“funcionalidade”, existente ou dissimulada, que colocava a FAP como uma referência nacional.

Com a localização do corpo de conhecimento disponível sobre o assunto, verificamos que, apesar da atualidade do assunto, a produção acadêmica sobre organizações esportivas no Brasil é bastante restrita. O mesmo não acontece nos círculos internacionais, onde existem publicações em número bastante razoável.

Nesses círculos, as abordagens mais apropriadas examinam o assunto com referências que sobrevem uma teoria geral, a teoria das organizações, e apresentavam um recorte amplo. Não encontramos nenhum estudo com um recorte tão limitado como ao que nos propusemos.

A problematização da pesquisa teve inspiração no livro de Vyv SIMSON e Andrew JENNINGS, *Os senhores dos anéis*. Os autores, ao estudarem as Olimpíadas de Barcelona e o esporte internacional, depararam-se com um mundo repleto de poder, dinheiro e drogas. Um mundo, acima de tudo, fechado. Um trecho introdutório do livro é profícuo para ilustrar a menção:

Durante quatro anos procuramos descobrir quem controla o esporte, para onde vai o dinheiro e porque um mundo considerado belo e puro há dez anos, tornou-se antidemocrático, obscuro, cheio de drogas e acabou leiloado para servir ao marketing das companhias multinacionais.

Para nossa surpresa, nos deparamos com a investigação mais difícil de nossas vidas. Nos últimos anos escrevemos e fizemos documentários para a televisão sobre a Máfia, o caso Irã-Contras, o terrorismo, a corrupção na Scotland Yard e outras áreas sombrias da vida pública. O mundo do esporte amador olímpico provou ser o mais difícil de penetrar.¹

Com o enredo desenvolvido, tentou-se provar que existe um mito, o de que “as Olimpíadas são o maior festival esportivo do mundo; uma magnífica demonstração de decência e honestidade, com um papel fundamental na educação e integração dos povos”, e que existe uma verdade, a de que “as Olimpíadas modernas são o brinquedo predileto de mais de vinte empresas internacionais, que pagam centenas de milhares de dólares em patrocínio, fazendo vista grossa para o doping e a ambição desmedida de líderes oportunistas

¹ SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. **Os Senhores dos Anéis**: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas. São Paulo: Best Seller, 1992. p. 7.

como Juan Samaranch, João Havelange e Primo Nebiolo”².

O controle desse incomensurável universo é feito por três pessoas que compõem o Clube. Para SIMSON e JENNINGS, o Clube é uma oligarquia perpetuada ao longo dos anos, ornada por uma profusão desmedida de luxo e que transformou o esporte num veículo de lucro privado. Os membros do Clube são os presidentes das três entidades esportivas mais poderosas do mundo: a Federação Internacional de Futebol Association (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA).

Da leitura, extratamos dois conceitos principais: poder e lucro. No corolário desses conceitos, algumas aproximações tornaram-se inevitáveis. Uma delas foi a aproximação do poder com a burocracia. Entre outras coisas, burocracia é poder³. Outra, a da interface do lucro com a empresa capitalista e a produção de espetáculos amoldados à indústria do entretenimento. Na atualidade e mais que nunca, esporte e espetáculo estão incorporados num local comum, que provisoriamente chamaremos de esporte moderno.

Deve ser considerado, também, que os aspectos levantados apresentam um nível elevado de recentidade. Com efeito, a forma atual de uma organização dificilmente corresponde à forma anterior ou inicial. Em alguns casos, certamente, as modificações ainda estão em curso. Como medida, podemos conjecturar que o entremear dos objetivos de uma entidade com sua prática concreta permite a sua definição.

Focando nosso objeto de estudo, deparamo-nos com um conjunto de questões que, para a consecução dos objetivos pretendidos, devem ser respondidas: Quais os objetivos iniciais e presentes da entidade fundada em 1932?; A perpetuação no poder é uma marca presente na FAP?; O atletismo é um espetáculo no Paraná?; A FAP tem o molde de uma empresa capitalista?.

A problemática assim conformada apresentou uma dificuldade adicional: a necessidade de análise de dimensões distintas de um mesmo objeto, as quais possuem ligações restritas, e que, necessariamente, devem ser pensadas com um mesmo referencial teórico.

² Op. cit., contracapa.

³ WEBER, em *Economia e Sociedade*, argumenta que poder é um conceito sociologicamente amorfo. No seu entendimento, o conceito de dominação é mais preciso. Cf.: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**:

* * *

No caminho percorrido nos deparamos com uma encruzilhada: caminhar pela sociologia ou pela história. Tínhamos clareza de que, ao mesmo tempo em que os caminhos eram muito semelhantes, eram também muito diferentes. Por um ou por outro, o exame de uma organização como a que escolhemos era viável.

Com a história poderíamos caminhar na direção do individual, daquilo que não se repete. Em última instância, buscaríamos reconstituir uma experiência histórica determinada com uma narrativa. Tudo pautado em fontes. Com a sociologia examinaríamos o coletivo, o que se repete. O trânsito ocorreria com uma base teórica e um objeto construído, que é o objeto da sociologia e o fim seria o estabelecimento de normas que permitissem a compreensão da organização em questão.

Na escolha, fomos particularmente influenciados por uma discussão realizada por Norbert ELIAS, *Sociología y Ciencia de la Historia*, que está contida na introdução de sua obra *La Sociedad Cortesana*⁴. ELIAS, que dentro da Teoria do Conhecimento pode ser alocado como um sociólogo, faz, neste texto, duras críticas à História.

Para o autor, a História é apenas uma visão ideológica de quem escreve, uma opinião sobre a autenticidade das fontes. É ficcional e não tem objeto. Não existe anterioridade, tudo pode ser explicado pelas fontes. A sociologia, por sua vez, tem como seu objeto o desenvolvimento das relações sociais. Para ELIAS, não se pode atribuir a outros grupos juízos que são do pesquisador. Nada é natural, tudo é construção e o que existe é um modo como se constrói uma representação de sociedade.

Outras duas obras também ajudaram na escolha. As obras em questão são: *Sport and the British*⁵ e *From Ritual to Record*⁶. No primeiro, particularmente no apêndice, onde é feita uma criativa discussão metodológica, fomos tentados a pensar uma prática que tem ligação

fundamentos da sociologia compreensiva. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. p. 33.

⁴ ELIAS, Norbert. *La Sociedad Cortesana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

⁵ HOLT, Richard. *Sport and the British: a modern history*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

⁶ GUTTMANN, Allen. *From Ritual to Record: the nature of modern sports*. New York: Columbia University Press, 1978.

com as velhas tradições oligárquicas e paternalistas existentes historicamente no Brasil - o esporte - tendo como filtro um modelo nitidamente europeizado. Em *From Ritual to Record*, encontramos uma extensa discussão sobre a aplicabilidade dos modelos teóricos de Max WEBER e Karl MARX como modelo de análise para os esportes.

Acabamos optando por trilhar na sociologia e, nela, pela problemática weberiana. A problemática é particularmente adequada se considerarmos que, supostamente, as organização esportivas trazem um tipo de dominação pura para com seus dominados, a dominação legal. Essa manifestação, em seu tipo mais puro, como já dissemos, se expressa através da burocracia.

O exercício da burocracia, por sua vez, é capaz de proporcionar o mais alto grau de eficiência e, neste sentido, é, formalmente, o mais racional e conhecido meio de exercer dominação sobre os seres humanos. Este tipo é superior a qualquer outro em precisão, estabilidade, rigor disciplinar e confiança e permite um grau particularmente elevado de calculabilidade dos resultados.

A compreensão dessa dominação na FAP e na sua predecessora original, a Liga Atlética Paranaense (LAP), possibilita o entendimento do sentido visado das ações dos atores sociais e da efetividade da autoridade, ou seja, a compreensão interpretativa da ação social de determinados homens que constituíram um modo de organização coletiva, com vistas ao alcance de determinados objetivos intermediados.

* * *

Partindo desse enleio, a primeira tarefa que se apresenta é a construção de um cenário onde seja possível atinar a estrutura burocrática do atletismo. O texto *A Institucionalização, Difusão e Modernização do Atletismo* objetiva esse intento.

No segundo capítulo, discutiremos, do ponto de vista sociológico, o que é esporte moderno e quais seus limites interpretativos. Para tal, optamos em centrar as discussões em um único autor, Pierre BOURDIEU. Entendemos que o modelo desse autor é o modelo que possibilita uma leitura mais criativa, abrindo caminho para o estabelecimento de um padrão analítico para o esporte atual. O padrão é o do consumo. Dito de outra forma, o esporte

mercantilizado é um produto que, inserido na mídia num tempo socialmente disponível, é consumido pelos espectadores em seu tempo livre, integrando diferentes tempos de diferentes personagens.

Ao utilizarmos a terminologia esporte atual, refutamos em alguma medida a terminologia “anterior”, esporte moderno. Essa refutação é o eixo do texto que denominamos *O esporte além do apenas moderno*. O desígnio principal do texto é mapear as transformações ocorridas nos esportes, as quais, em nosso entendimento, projetaram os esportes para além do ideário do moderno. Nesse texto, transitamos em terrenos sinuosos como é o terreno da modernidade e da pós-modernidade.

Com a junção dos textos dessa seção, podemos dizer que, a despeito do despojo dos valores primeiros do esporte, a racionalidade imposta ao esporte atual criou um novo cenário. Nesse cenário que é permeado por uma lógica mercantil empresarial, a obtenção do lucro é um fim lógico. Em última instância, pode-se dizer, utilizando-se de uma linguagem weberiana, que o tipo ideal de uma organização administrativa do esporte é o de uma organização onde a percepção do lucro seja levada ao limite.

Na segunda seção do capítulo II, retomamos a discussão sociológica do esporte moderno, agora dentro do modelo analítico que adotaremos. Esse retomar servirá como ponto de partida para examinar o modelo teórico de Max WEBER e permitirá amarrar o conceito sociológico no qual assentaremos nossas análises: a dominação legal.

A Parte II é composta por dois capítulos: *Da Liga para a Eclética* e *Da Eclética para a Federação*. Neles, focando períodos específicos, tentamos chegar a uma compreensão abrangente da organização que examinamos. Para tal, algumas questões orientaram o desenvolvimento do estudo: Quais são seus membros?; Quais as finalidades presentes na constituição da entidade?; Qual sua estrutura de funcionamento?; Quais são suas modalidades de atividades e interações recorrentes e estáveis e como elas se relacionam uma com as outras e com o resto do mundo?. Essas questões, na perspectiva da dominação, proporcionaram o desenvolvimento de declarações teóricas sobre regularidades e a estrutura da entidade.

Parte I

IDEANDO UMA SOCIOLOGIA DA BUROCRACIA DO ESPORTE MODERNO

A dominação, isto é, a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem, pode ter o seu fundamento em diversos motivos de submissão: pode ser determinada diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações racionais de vantagens e desvantagens (referente a meios e fins) por parte daquele que obedece; mas também pode depender de um mero “costume”, ou seja, do hábito cego de um comportamento inveterado; ou pode, finalmente, ter o seu fundamento no puro afeto, ou seja, na mera inclinação pessoal do dominado. Não obstante, podemos afirmar que uma dominação que repousasse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável. Temos que ver que nas relações entre dominantes e dominados existe, costumeiramente, um apoio em bases jurídicas nas quais se fundamenta a sua “legitimidade”, e o abalo na crença nesta legitimidade normalmente acarreta consequências de grande importância.

Max WEBER

CAPÍTULO I

A ESTRUTURAÇÃO BUROCRÁTICA DO ATLETISMO

1

A institucionalização, difusão e modernização do atletismo

Faz-se necessário, nesse momento, perscrutar como a prática do atletismo¹ se institucionalizou, difundiu e modernizou. É o que faremos. Para tal, entre outros aspectos, acentuaremos a criação da FIAA, as adequações impostas à modalidade por essa entidade para seu ajustamento à indústria do entretenimento, a difusão da modalidade no Brasil, sua organização e a situação atual da modalidade. A convergência desses aspectos se dará na problematização da pesquisa.

A narrativa utilizada, fundada num resgate histórico amplo, dará prioridade as modificações verificadas nas entidades administrativas e na modalidade propriamente dita, depois da década de 70. Iniciaremos colocando em pauta uma pergunta desencadeante, a qual se faz conveniente para arrostar as proposições levantadas de início: O que é a FIAA?

De forma simplificada, podemos dizer que a FIAA é um organismo governativo que rege e regulamenta todo o atletismo competitivo a nível internacional sendo composta por 210 confederações nacionais². Consta nos estatutos da entidade, como sendo seus objetivos:

1. Estabelecer leal e amigável cooperação entre as Filiadas para o benefício do atletismo

¹ “Na moderna definição, o atletismo é um esporte com provas de pista de campo (corridas rasas, corridas com barreiras ou com obstáculos, saltos, arremesso, lançamentos e provas combinadas, como o Decatlo e Heptatlo); corridas de rua (nas mais variadas distâncias, como a maratona e corridas de montanha); provas de cross country (corridas através do campo, com obstáculos naturais ou artificiais); e marcha atlética.” **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO**. Capturado em 25 jan. 2000. Online. Disponível na Internet <http://www.cbat.org.br/historico.htm>.

² **INTERNATIONAL AMATEUR ATHLETIC FEDERATION**. Capturado em 25 jan. 2000. Online. Disponível na Internet <http://www.iaaf.org/InsideIAAF/index.asp>.

amador, paz e compreensão entre as nações em todo o mundo.

2. Procurar assegurar que nenhuma discriminação racial, religiosa, política ou de outro tipo seja permitida, no Atletismo, e adotar todas as medidas possíveis para por fim a tal discriminação.
3. Empenhar-se em assegurar que não haja, em competições internacionais, impedimento algum à participação de qualquer país ou indivíduo por razões raciais, políticas ou religiosas e garantir que não haja tal impedimento nas competições nacionais sobre as quais a IAAF tenha controle.
4. Estabelecer regras e regulamentos para competições internacionais masculinas e femininas de qualquer idade no atletismo amador. Procurar assegurar para que em todos os cargos eletivos na IAAF, incluindo o Conselho e os Comitês, não haja discriminação, no que diz respeito a raça, religião, política, idade ou sexo.
5. Garantir que todas as competições entre Filiadas, inclusive Campeonatos ou Jogos de Área ou de Grupo, sejam realizadas de acordo com as regras da IAAF.
6. Conceder filiação a entidades dirigentes nacionais reconhecidas como tais pelos Comitês Olímpicos Nacionais, onde estes existirem.
7. Decidir quaisquer divergências entre Filiadas, quando para isto for solicitada.
8. Cooperar com os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos na Organização das competições de Atletismo e, por delegação do COI, supervisionar e controlar todos os detalhes técnicos.
9. Estabelecer regras para a homologação de recordes mundiais e olímpicos e quaisquer outros que o Congresso decida que possam ser reconhecidos.
10. Promover mundialmente o desenvolvimento do Atletismo e a disseminação de informações técnicas e outras a suas Entidades filiadas³.

Uma análise mais cuidadosa desses objetivos permite o estabelecimento de alguns níveis distintos de objetivos.

Podemos argumentar que a função precípua da FIAA é promover o desenvolvimento do atletismo em todo o mundo, sem distinção de raça, sexo, cultura ou situação econômica. A disfunção existente nesse nível de objetivos refere-se à manutenção do ideário de amador. Como veremos adiante, a própria FIAA assumiu o abandono desse conceito no início da década de 80, apesar de ter mantido a terminologia “amador” em seu estatuto e denominação.

A questão do desenvolvimento, focus desse nível, assumiu uma forma particular e tornou-se uma espécie de fim único da entidade. Na sequência, essa argumentação será desenvolvida com maior cuidado. Esse é o primeiro nível de objetivos e dele derivam todas as outras funções e objetivos da entidade.

³ Regra 03 – Objetivos. In: **FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Capturado em 25 jan. 2000. Online. Disponível na Internet <http://www.atletismorio.com.br/regras.htm>.

O segundo nível de objetivos perceptíveis podemos denominar de patamar burocrático. Nele, alocam-se as funções eminentemente burocráticas, funções essas que, em certa medida, são inerentes ao aparelho burocrático gestor.

Noutro nível é criada uma associação da entidade com o COI. É uma associação construída na aproximação dos Jogos Olímpicos Modernos com a modalidade mais importante do programa olímpico.

Do ponto de vista estrutural, a FIAA é constituída pelos organismos nacionais responsáveis pelo atletismo amador que se comprometem a acatar os regulamentos e normas da entidade. Cada país ou território só pode ter uma Filiada, e tal entidade será reconhecida como a única dirigente nacional para competições de Atletismo do país ou território.

Os países são organizados em áreas. Ao todo são seis áreas existentes: África (Confederação Africana de Atletismo Amador), Ásia (Associação Asiática de Atletismo Amador), Europa (Associação Européia de Atletismo), América do Norte e Central (Associação de Atletismo da América do Norte, América Central e Caribe), Oceânia (Associação Oceânica de Atletismo Amador) e América do Sul (Confederação Sul-americana de Atletismo). É interessante notar que algumas dessas entidades retiraram o termo amador de sua designação.

Para avançarmos ainda mais na discussão em curso, construiremos dois cenários: um passado e um presente. Esses cenários serão úteis para estruturarmos uma visão panorâmica da entidade em questão e para que possamos compreender com maior nitidez a lógica de seu desenvolvimento. Começemos pelo cenário passado.

A modernidade dos esportes, de uma forma geral, proveio de sua inserção nas escolas primárias públicas da Inglaterra, do século XVIII. O atletismo pode ser incluído entre as modalidades originárias desse contexto.

Esse argumento não é, exatamente, um argumento “oficial” ou aceito. Para se ter uma idéia dessa asseveração, basta consultar nas *Regras Oficiais de Atletismo*, a seção denominada *Cronologia do Atletismo*⁴. Nessa cronologia, a História do atletismo é demarcada/periodizada, e diga-se de passagem, de forma equivocada, em: pré-história,

⁴ REGRAS, Português. **Regras Oficiais do Atletismo**. 1992-1994. Rio de Janeiro: Sprint, 1992. p. 01-13.

primórdios da civilização e antigüidade⁵.

Compendiando cada um desses períodos, percebemos que: a) O primeiro período corresponde a tentativa de articular os movimentos básicos do atletismo, que são os movimentos básicos do ser humano (correr, saltar e lançar), com simples atividades de sobrevivência, ou seja, o argumento utilizado apregoa que, para sobreviver, o ser humano utilizava esses movimentos em seu cotidiano; b) o segundo período proposto, considerado no documento como o nascedouro do atletismo, sugere que o desenvolvimento do atletismo tem ligação com a obrigatoriedade da transformação da ação vital do ser humano por atividades mais pacíficas; c) o último período proposto, referencia aos Jogos Olímpicos da antigüidade, realizados na Grécia, o qual incluía em sua programação, provas de corridas, saltos e lançamentos.

Num segundo momento, a cronologia apresenta um elenco de fatos e datas. Esse elenco é iniciado referenciando fatos datados de antes de Cristo. Para ilustrar, vejamos a primeira menção dessa cronologia: “a. C. – Primeira codificação das provas atléticas – corrida curta 1 volta na pista – DIALUS – corrida longa 12 voltas – DOLIKOS – salto em distância sem impulso – arremesso dardo, disco e pedra pesada variando o peso e a forma. Mulheres e crianças tinham permissão para intervir nas provas”⁶.

Sequencialmente, muitos outros fatos e datas são apresentados, até a atualidade. O que, por si só, é suficiente para que percebamos uma desarticulação entre os momentos proposto. Deve ser dito, também, que essa “História”, que pode ser inclusive considerada como uma “História Oficial”, é refutável sobre muitos aspectos e premissas.

A História esboçada na página oficial da FIAA é mais admissível⁷. Nessa página, atribui-se ao entusiasmo popular existente nos anos de 1800 pelas práticas esportivas, como responsável pela estruturação da modalidade. O documento indica que o atletismo era especialmente popular, sendo inserido como um componente central nos programas dos Sistemas Educacionais que surgiam em diferentes países da Europa no período.

⁵ Para maiores detalhes sobre o assunto, ver: PILATTI, Luiz Alberto. Periodização das Histórias da Educação Física/Ciências dos Esportes no Brasil. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física (2.: 1994: Ponta Grossa). **Coletânea**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1994. p. 390-399.

⁶ **Regras Oficiais...**, p. 02.

⁷ **INTERNATIONAL AMATEUR ATHLETIC FEDERATION**, loc. cit.

Com a expansão da modalidade, principalmente na forma de competições que envolviam escolas, universidades e organizações militares, a fundação de uma entidade com autoridade administrativa se tornou uma necessidade. Para a supressão dessa necessidade foi fundada a FIAA.

Esse cenário converge com uma menção contida na *Cronologia do Atletismo*. A menção a que nos referimos indica que o primeiro registro de uma codificação de regras para a modalidade advém de uma reforma pedagógica acontecida na Inglaterra. Para sermos mais precisos, essa codificação data do ano de 1828 e seu responsável foi Thomas Arnold⁸.

Essa data está inserida num período relevante na difusão da modalidade. O atletismo, antes uma modalidade praticada basicamente em escolas, passa a ser praticado em locais que priorizavam outras práticas, como as universidades, clubes e associações.

Exemplos detalhados, retirados dessa conjuntura, podem ser encontrados na obra de Norbert ELIAS e Eric DUNNING, *A busca da excitação*⁹. Os exemplos apresentados tem um roteiro mais ou menos comum, ou seja, possuem uma lógica, e mostram com clareza o percurso da modalidade durante o século XIX e o porquê da urgência de sua codificação.

Para os autores, o atletismo criou uma espécie de arrebatamento em seus praticantes. O número desses praticantes cresceu muito rapidamente e a competitividade intrínseca ao esporte, não demorou a colocar em confronto instituições semelhantes.

Esses confrontos, inicialmente locais, ultrapassaram rapidamente fronteiras e alcançaram âmbitos cada vez maiores. As regras, em proporção semelhante, adquiriam uniformidade entre as entidades que se colocavam em disputa, apesar de apresentarem formas díspares em muitos casos.

A necessidade de uma padronização das regras fez surgir, no último quartel do século, as primeiras associações nacionais. A primeira delas foi a da Hungria, fundada no ano de 1877. Em 1880, foi a vez da Grã-Bretanha fundar sua associação nacional. Vários outros países passaram, ainda nesse século, por processos organizativos semelhantes¹⁰.

No entanto, o momento mais significativo desse final de século ocorreu entre 06 e 15

⁸ **Regras Oficiais...**, p. 03.

⁹ ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

¹⁰ Para maiores detalhes, ver: **Regras Oficiais...**, p. 15.

de abril de 1896, com a realização em Atenas – Grécia, da Primeira Olimpíada da Era Moderna. Inspirado em idéias de Arnold e no idealismo esportivo do Barão de Coubertin, o evento interiorizou o aforismo: “É possível fazer-se uma Olimpíada só com provas do atletismo; porém é impossível com todos os outros desportos, sem o atletismo”¹¹.

Depois dessa primeira edição, de quatro em quatro anos, aconteceram novas edições desses Jogos. A cada nova edição era crescente o número de países e atletas participantes, bem como, o número de modalidades em disputa. O atletismo em todas essas edições se constituiu como a principal modalidade em disputa.

A ascendência notória da modalidade impôs a exigência definitiva de uma entidade administrativa. Caberia a essa entidade a organização de um programa atlético, com equipamentos técnicos e regras unificadas, e o fomento de competições internacionais e dos Jogos Olímpicos, bem como, o controle dos recordes desses eventos.

Essa organização, ou pelo menos o início dela, aconteceu durante a quinta edição dos Jogos Olímpicos, realizados em Estocolmo – Suécia, no período de 05 de maio à 22 de julho de 1912, mais precisamente em 07 de julho. Nesse dia, 17 países se reuniram e fundaram a FIAA¹².

No ano seguinte, o 2º Congresso da FIAA foi realizado em Berlim, na Alemanha. Nesse evento, foi aprovada a primeira Constituição do órgão, a qual foi ratificada pelos então 34 membros filiados. Também, nesse evento, foi eleito o primeiro presidente da entidade, Sigfrid Edstrom.

Em 1914, ocorre o 3º Congresso da FIAA, em Lyon, na França. Nesse Congresso, a FIAA oficializou as primeiras Regras Internacionais para a modalidade e regulamentou a realização de competições internacionais. O evento serviu também para a publicação da primeira lista de recordes mundiais para homens.

Nesse mesmo ano, o Brasil, através da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), filiou-se à FIAA. Apesar dessa filiação, a data tida como “oficial” para o início do atletismo

¹¹ Ibid., p. 03.

¹² Os países fundadores foram: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Dinamarca, Estados Unidos da América, Egito, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Noruega, Reino Unido, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a Suécia. Para maiores detalhes sobre a fundação de FIAA, ver o *site* da entidade. **INTERNATIONAL AMATEUR ATHLETIC FEDERATION**, loc. cit.

no Brasil é outra. Uma passagem contida na Cronologia da Atletismo patenteia essa idéia: “1918 – Início oficial do atletismo no Brasil, em destaque o Estado de São Paulo. O jornal ‘O Estado de São Paulo’ organizou um campeonato para atletas em provas combinadas – Duodecatlo 12 provas. Em São Paulo é iniciada a disputa da prova denominada ‘Estadinho’, na distância de 24 km”¹³. Na página da CBAAt consta, simplesmente, que “há registros de competições oficiais na década de 1910”¹⁴.

É evidente que um exame histórico mais acurado mostrará que esse não é o início da modalidade no Brasil. É possível, inclusive, supor que as manchetes estampadas no jornal *O Estado de São Paulo*, para informar a realização dos eventos supracitados, foram incorporadas à história de nosso atletismo sem contestação¹⁵.

O evento do jornal *O Estado de São Paulo* pode ter sido, no máximo, o primeiro evento realizado após a existência de uma entidade administrativa, mas mesmo essa possibilidade deve ser considerada com restrições e está longe de configurar-se um início oficial.

Seria, certamente, mais plausível assumir a posição de que o início oficial do atletismo no Brasil ocorreu com a filiação do Brasil à FIAA. É notório que não existe sentido em se fundar uma entidade administrativa, mesmo que essa fundação fosse o resultado de uma espécie de política expansiva de um organismo internacional, que seria a FIAA, mas que não é o caso naquele momento, se não houvesse minimamente um entusiasmo popular pela modalidade.

A difusão da modalidade no Brasil, muito provavelmente, teve a mesma direção da difusão européia, em um outro tempo. Para tal, basta considerar que o estado brasileiro é uma criação européia acontecida em 1822. O Rio de Janeiro é um exemplo típico. Mas, não

¹³ **Regras Oficiais...**, p. 04.

¹⁴ **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO**, loc. cit.

¹⁵ A História tida como oficial pela CBAAt é a contida no capítulo inicial das Regras Oficiais, a qual já vínhamos trabalhando. Os dados contidos nessa “pequena história” foram elaborados pelo Departamento de Atletismo da extinta CBD e, posteriormente, atualizados pela CBAAt com base em arquivos restritos e bastante sumários. Atualmente, segundo o Professor Martinho Nobre dos Santos, responsável pela manutenção dos arquivos da CBAAt, o Professor José Clemente Gonçalves vem realizando, com apoio da CBAAt, um minucioso estudo da História do Atletismo no Brasil. A CBAAt espera, com a conclusão desse estudo, poder atualizar o histórico, o que, em última análise indica que a própria entidade reconhece as limitações do mesmo. SANTOS, Martinho

só o Rio, todo o litoral brasileiro representava um pedaço da Europa fora da Europa. A vinda da corte portuguesa para o Brasil representou a modernidade do país¹⁶. O que transformou o Brasil num caso único no mundo. Ninguém foi mais europeu fora da Europa que o Brasil. O esporte, nesse país que se configurava tardiamente, era algo que mais tarde seria utilizado para incorporar o ideário do moderno¹⁷.

Essa direção de nossa história fortifica nossos argumentos quanto ao surgimento da modalidade. Mesmo sem buscarmos provas empíricas ou documentos acurados, temos claro que houve diversas competições da modalidade em diferentes locais do país e, principalmente, na mencionada faixa litorânea do Brasil, muito antes da oficialização da modalidade no país.

Não é o caso avançarmos nessa discussão ou mesmo de buscarmos fontes confiáveis sobre o assunto, até porque esse não é o objetivo ao qual nos propusemos. Diremos simplesmente que o atletismo foi, provavelmente, oficializado no Brasil por existir, tal qual existia na Europa em outro tempo, um entusiasmo popular por sua prática. Essa é a hipótese mais aceitável para explicar o seu processo de surgimento ocorrido.

Outro aspecto que é relevante para dar sustento a essa posição é o fato que a filiação do Brasil à FIAA é anterior à criação da Confederação Sul-Americana de Atletismo. Essa anterioridade permite descartar, em certa medida, a hipótese de que a introdução do esporte ocorreu em função de uma política desenvolvimentista da FIAA ou da própria Confederação Sul-Americana de Atletismo (CONSUDATLE) e avigora a posição da existência de competições, regulares ou não, pelo País no final do século XIX e, principalmente, na primeira década do século XX, ou seja, antes do início considerado como oficial.

A CONSUDATLE foi fundada em 24 de maio de 1918. Nesse dia, na cidade de

Nobre dos. Histórico. (mnobre@internext.com.br) **Histórico**. 26 nov. 1998. Enviado às 16h34 min. Mensagem para Luiz Alberto Pilatti (pilatti@interponta.com.br).

¹⁶ Para maiores detalhes, ver principalmente: FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

¹⁷ Sobre a constituição do esporte no Brasil, ver: GEBARA, Ademir. Pero Vaz de Caminha & Inezil Penna Marinho: fontes e métodos na construção da história do esporte no Brasil. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física (4.: 1996: Belo Horizonte, MG). **Coletânea**. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996. p. 71-80.

Buenos Aires, Argentina, Chile e Uruguai se reuniram para fundar a mencionada entidade¹⁸. O Brasil, mesmo já possuindo uma entidade administrativa, não participou da fundação.

Com a fundação da entidade, já no ano seguinte, aconteceu em Montevidéu no Uruguai, o I Campeonato Sul-Americano. O evento foi disputado apenas por homens e o Chile se sagrou campeão. Esse evento marcou a primeira participação de atletas brasileiros em um torneio internacional.

Elencaremos, na seqüência, mais algumas datas e fatos relevantes para a compreensão da conjectura em que o atletismo se institucionalizou e iniciou sua difusão¹⁹. Entre essas datas, está o ano de 1921. Nesse ano, pela primeira vez, a FIAA participou do COI.

Em 1924, o Brasil faz sua estréia no programa de provas do atletismo dos Jogos Olímpicos. A equipe brasileira, nesta disputa, foi composta por oito atletas e nenhum resultado expressivo foi obtido.

Nesse mesmo ano, idealizada pelo jornalista paulista Cásper Líbero, foi disputa pela primeira vez, a mais tradicional prova do pedestrianismo brasileiro, a Corrida de São Silvestre²⁰. Esse evento não tinha nenhuma conexão com a entidade que então administrava a modalidade.

Depois da ausência dos Jogos de 28, o atletismo brasileiro consegue em Los Angeles (1932), com uma delegação composta de três técnicos, cinco árbitros e 29 atletas, seu

¹⁸ A falta de documentação sobre a fundação dessa entidade é quase completa. Até mesmo na *História Cronológica do Atletismo* não existe menção sobre tal fundação. O único documento que conseguimos sobre a Confederação Sul-Americana de Atletismo foi um compendio de resultados, escrito em inglês, das principais competições realizadas pela entidade entre os anos de 1919 e 1995. KRAMER, Winfried. **South American: track & field championships**. Ballerup: Alfa-Tryk, 1996.

¹⁹ As datas e fatos que apresentaremos constam da seção intitulada *História Cronológica do Atletismo*. In: **Regras Oficiais...**, p. 01-13.

²⁰ Em 31 de dezembro, à meia-noite, a 1ª edição da prova foi disputada com a participação de 60 atletas, os quais correram pelas ruas de São Paulo carregando tochas de fogo. Até os dias de hoje, depois de inúmeras transformações, a prova mantém sua periodicidade anual e o dia em que é disputada. Em 1945, a prova se torna internacional. Em 1975 foi criada a versão feminina da prova. Atualmente, o número de participantes chega a 10 mil e a prova conta com a participação dos principais nomes do atletismo mundial. A prova faz parte de um "tour de provas". A primeira é disputada em Cali na Colômbia, por volta do dia 20 de dezembro, a segunda é a São Silvestre e, posteriormente, são disputadas, na primeira semana de janeiro, duas provas no Uruguai: uma em Maldonado e outra em San Fernando. Para maiores detalhes, ver o *site* do evento: **FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO**. Capturado em 25 jan. 2000. Online. Disponível na Internet <http://www.saosilvestre.com.br/index.html>.

primeiro resultado expressivo, um sexto lugar na prova de Salto com Vara, com Lúcio de Castro.

A primeira competição de caráter nacional no País foi o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, instituído em 1929. A última edição deste campeonato foi disputada em 1985.

Em 1936, o atletismo brasileiro, para participar dos Jogos Olímpicos de Berlim, foi dividido. Duas equipes saíram para representar o País no evento: uma formada pela CBD e outra pelo recém-criado Comitê Olímpico Brasileiro (COB). O COI, frente ao impasse existente, só aceitou a participação do Brasil depois de unificar as duas equipes, o que ocorreu apenas em território alemão.

Em 1937, o Brasil conquista pela primeira vez o título Sul-Americano. O evento que já se encontrava na décima edição foi disputado na cidade de São Paulo. Em todas as edições anteriores Argentina e Chile haviam se alternado como vencedores.

Em 1939 é disputado pela primeira vez o Campeonato Sul-Americano para mulheres. Como no masculino, as primeiras edições do evento são amplamente dominadas por Argentina e Chile. O primeiro título brasileiro feminino só foi ganho dez anos depois, em 1949, na sexta edição do evento.

Outra data relevante para o atletismo brasileiro é 1945. Nesse ano, foi disputado pela primeira vez o Troféu Brasil de Atletismo. Trata-se, ainda nos dias de hoje, da principal competição da modalidade em disputa no País.

Depois de participações pouco expressivas em quatro edições, em 1952, o Brasil, finalmente, conquista suas primeiras medalhas olímpicas na modalidade. Os responsáveis pela proeza foram Adhemar Ferreira da Silva (Adhemar), que junto com a medalha de ouro trouxe o recorde mundial do Salto Triplo²¹, e José Telles da Conceição, medalha de bronze na prova do Salto em Altura. Proeza, aliás, que Adhemar bisou em Melbourne, na Austrália, em 1956.

²¹ Durante a prova, Adhemar superou por quatro vezes a marca mundial que era de 16 m. Suas marcas foram 16,05 m., 16,09 m., 16,12 m. e 16,22 m. Terminada a prova, Adhemar, pela primeira vez na história, deu uma volta correndo na pista para comemorar sua conquista com o público. Para maiores detalhes sobre Adhemar Ferreira da SILVA, seus principais resultados e conquistas mais expressivas, ver: **BRASIL ESPORTES** Capturado em 25 jan. 2000. Online. Disponível na Internet <http://www.brazilonline.com/adhemar/indexp.html>.

Nessa edição, o Brasil se fez representar sem técnico, delegado ou chefe de equipe. A representação brasileira era composta por seis atletas. O técnico americano, Donn Eugenio Kinzle, contratado para preparar a equipe brasileira, foi dispensado após o término da preparação. Essa contratação merece destaque. Ela assinala o início de um processo que tinha como finalidade a elevação do nível competitivo dos atletas de nosso país.

Adhemar, o maior nome do atletismo brasileiro de todos os tempos, era uma exceção. Um ano antes da conquista de sua segunda medalha olímpica, esse atleta havia registrado novamente o recorde mundial da prova²². Apesar dos feitos de Adhemar e de alguns outros nomes de destaque internacional que o sucederam, o Brasil não possuía e ainda não possui um conjunto de atletas com nível internacional. Pouquíssimos atletas brasileiros estão inseridos no primeiro plano do atletismo mundial²³.

Com isso, não se quer dizer que o atletismo brasileiro não apresentava melhoras significativas. Avigoram tais argumentos, os resultados que os brasileiros passaram a obter nas sucessivas edições dos Campeonatos Sul-Americanos disputados. Desde 1971, no feminino, e 1974, no masculino, o Brasil venceu todas as edições disputadas do referido evento²⁴.

Muitos anos se passaram, até que na Olimpíada de 1968, o Brasil voltou a ganhar uma medalha olímpica. Nesse ensejo, o responsável por essa conquista foi Nelson Prudêncio. Esse atleta, durante a prova, chegou a bater o recorde mundial da prova do salto triplo, mas, na sequência, teve sua marca superada e acabou ficando com a medalha de prata.

Em 1976, mais uma vez no Salto Triplo, nova medalha olímpica. Dessa vez o responsável pela façanha foi João Carlos de Oliveira, o João do Pulo, o qual obteve a medalha de bronze. Feito que João do Pulo repetiu quatro anos mais tarde em Moscou, em

²² **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO**, loc. cit. Ver também: **1000 Maiores Esportistas do Século 20**. Cajamar – SP: Isto É – The Sunday Times, 1997. p. 213.

²³ Para se ter uma idéia, em 1996, ano olímpico, o Brasil tinha no ranking mundial, entre os dez melhores colocados de cada prova, apenas quatro atletas e a sua equipe de revezamento 4x100m. Entre esses, os melhores situados eram Eronilde de Araujo, nos 400m. com barreiras, e a equipe de revezamento, os quais ocupavam a quinta colocação. No feminino, nenhuma atleta estava situada nesse ranking. Sudamericanos entre los 50 mejores del ranking mundial. **Atletismo Sudamericano**. Buenos Aires, a. 1, n. 4, p. 8, mar. 1996.

²⁴ Para maiores detalhes, ver: KRAMER, op. cit., p. 04. E: Brasil mantém invencibilidade. **Notas de Atletismo**. Manaus, a. 1, n. 3, p. 7-8, mai. 1997.

uma prova polêmica²⁵. João do Pulo também foi responsável por outras importantes conquistas do atletismo brasileiro: foi recordista mundial e tri-campeão da Copa do Mundo de atletismo. A marca de João do Pulo, 17,89m., obtida em outubro de 1975 na cidade do México, levou dez anos para ser superada²⁶.

Em Los Angeles (1984), o atletismo brasileiro voltou a ocupar o lugar mais alto do pódio. Joaquim Cruz foi quem ocupou esse lugar. Recordista mundial juvenil dos 800 m. (1m44s3, em 81) e dono, então, de cinco das dez melhores marcas da prova em todos os tempos, Joaquim Cruz venceu a prova que era sua especialidade, os 800 m., obtendo nova marca olímpica para a distância (1m43s00).

Quatro anos mais tarde, agora em Seul, tal qual Adhemar e João do Pulo, Joaquim Cruz voltou ao pódio. Dessa feita, o atleta conquistou a medalha de prata. Nessa mesma edição, Robson Caetano da Silva conquista a medalha de bronze na prova dos 200 metros.

Finalmente, em 1996, depois de uma fracassada olimpíada, o Brasil volta ao pódio olímpico com sua equipe de revezamento 4x100 metros. A equipe composta por Robson Caetano da Silva, André Domingos da Silva, Arnaldo de Oliveira Silva e Edson Luciano Ribeiro terminou a prova em terceiro lugar.

Outras conquistas importantes do atletismo brasileiro merecem destaque na página da CBAAt na Internet:

Os Campeonatos Mundiais de Atletismo foram disputados pela primeira vez em 1983. O Brasil possui 1 medalha de prata e 4 medalhas de bronze. Nos Mundiais de Juvenis, 1 medalha de ouro. Nos Mundiais Indoor (Pista Coberta) o Brasil tem 1 de ouro, 1 de prata e 2 de bronze.

Nos Mundiais de Maratona em Revezamento são 1 de prata e 1 de bronze. Nos Mundiais de Meia-Maratona, são 2 de bronze, 1 individual e 1 por equipes. Na Copa do Mundo de Maratona, 1 de bronze por equipes.

É importante ressaltar que, desde 1988, a CBAAt participa dos Mundiais da IAAF com todos os atletas e equipes que tenham alcançado sua classificação.

²⁵ Uma pequena passagem é adequada para ilustrar o mencionado: "O que aconteceu em Moscou foi objeto de muita discussão nas páginas de Track and Field News. No final, quatro dos seus seis saltos foram considerados falhos. Muitos dos observadores sentiram que ele foi prejudicado pelos juizes locais em pelo menos um caso – em um salto que pareceu ser bom o bastante para que ele vencesse." QUERCETANI, R. L. João do Pulo – Campeão de Fato: ponto de vista europeu. **Atletismo Brasileiro**, ano 3, n. 6, p. 4, 1983.

²⁶ Ver: **1000 Maiores...**, p. 188.

Na Copa do Mundo, competição disputada por seleções continentais, atletas brasileiros participam defendendo a seleção das Américas. E 6 atletas brasileiros ganharam 10 medalhas em provas individuais: 6 de ouro, 2 de prata e 2 de bronze. Outros 3 atletas ganharam a medalha de ouro defendendo a equipe continental no revezamento 4x100m. Nos Jogos Pan-Americanos são 98 medalhas: 32 de ouro, 29 de prata e 37 de bronze.²⁷

O que vimos até agora mostra que, na verdade, a documentação existente sobre a história do atletismo mundial e brasileiro é, em grande parte, uma história de resultados e nomes. Mas, mesmo isso sendo verdadeiro, a espetacular difusão da modalidade no âmbito internacional, a crescente mercantilização dos esportes e a magnitude atual dos eventos impõem a necessidade de “novos elementos” para sua compreensão.

Tentaremos visualizar esses “novos elementos” para a consecução do proposto de início, construindo o cenário presente. Iniciaremos tal construção com o fato que, a própria FIAA sugere em sua página²⁸, como uma baliza temporal fundamental na transformação/modernização da entidade: a transformação dos seus eventos atléticos em espetáculos.

Essa transformação começou a se manifestar em meados dos anos 70. A televisão sistematicamente passou a dar cobertura aos principais eventos internacionais da modalidade possibilitando à FIAA, de forma cada vez mais privilegiada, a comercialização de tais eventos.

A aquisição de valor comercial dos eventos colocou em xeque o mais tradicional dos conceitos do atletismo, o amadorismo. Em 1982, a emergência da espetacularização dos eventos impôs o abandono de tal conceito. Na prática, há muito, o amadorismo já não existia. Uma passagem, escrita pelo então presidente da FIAA, Adriaan Paulen, serve para avigorar a argumentação proposta:

Na página 8 do Manual da FIAA (histórico) lê-se: “Nos anos recentes, ‘Regras para a condição de Amador’ têm vindo sob cuidadosa observação e as de número 14 a 17, no atual Manual da FIAA são resultados de consideráveis emendas aprovadas no Congresso de Montreal”.

Somente quatro anos mais tarde estamos de frente com a perspectiva de que estas emendas já

²⁷ CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, loc. cit.

²⁸ Cf.: INTERNATIONAL AMATEUR ATHLETIC FEDERATION, loc. cit.

estão desatualizadas, em termos práticos, pelo rápido desenvolvimento do nosso esporte a tal ponto que, se não agirmos imediatamente com suficiente certeza dos problemas reais que nos envolvem, a própria FIAA estará em perigo de extinção.

Há um consenso geral de opiniões de que é necessário para nós eliminar a aparência de pagamentos “por baixo da mesa” a atletas de alto nível de modo a cessar a presente hipocrisia do falso amadorismo.

Este problema é de relevância e tem crescido com o desenvolvimento dos “Encontros Internacionais a Convite” (Regra 12 (e)). As causas do impasse que enfrentamos no momento são muitas e eu estou certo que o que se segue não é conclusivo.

1. A totalidade do alto padrão de resultados, os índices de qualificação para os Jogos Olímpicos e Campeonatos de Área, necessitam a extensão do período diário do treinamento de um atleta, bem além do nível do tempo livre, se eles estão para alcançar o alto nível. [...]

2. Competições envolvendo somente a elite de atletas internacionais atraem grande público e assim uma grande renda; isto não é somente através do dinheiro arrecadado na entrada mas, em anos recentes, tem havido um aumento por direitos de televisão e promoções comerciais. Os atletas de alto nível estão bem cientes de seus valores nesses encontros [...]

3. Os organizadores dos principais Encontros Internacionais a Convite fazem tudo para terem a presença dos melhores atletas em seus eventos para garantirem uma grande publicidade pré-competição o que, em volta, garantirá um grande público e confere “status” àquele particular encontro para o ano seguinte. [...]

4. A falha da sobrevivência do circuito atlético profissional, que tem criado uma forma de “profissionalismo” no qual o atleta somente pode ser eliminado sob um grande peso de evidências contra ele [...]²⁹

Mais que ninguém, a própria Federação Internacional se adequou ao mercado. Depois do aparato legal ter sido atualizado, o número de eventos em disputa foi ampliado de forma acentuada³⁰. Em 1985, a entidade passou a pagar prêmios de participação para os vencedores, em muitos desses eventos. Prêmios esses que, na atualidade, chegam a milhões de dólares.

O COI considerou o atletismo o esporte mais importante dos Jogos Olímpicos³¹ e, com tal *status*, a FIAA ficou com o maior dos repasses de verbas feito pelo COI pela cessão dos direitos de transmissão dos Jogos para a televisão. Um novo cenário estava construído.

Nesse cenário, os resultados evoluíram de forma sublevar. Essa evolução se deve, em

²⁹ PAULEN, Adriaan. Amadorismo... *Atletismo Brasileiro*. a. 1, n. 1, p. 35-36, jan.-fev. 1981.

³⁰ Basicamente, até os anos 70, o único grande evento do atletismo mundial eram os Jogos Olímpicos. Hoje, no programa da FIAA, estão em disputa um grande número de eventos, tais como: Campeonatos Mundiais e Copas do Mundo, Campeonatos Mundiais em recintos fechados, circuitos de Grandes Prêmios, eventos mundiais de corrida de rua, marcha atlética e cross country, entre outros.

³¹ A única modalidade em disputa nos Jogos Olímpicos, até 1996, que recebeu do COI o nível 1 foi o atletismo. O repasse de verbas feito pelo COI é baseado no nível em que se encontra classificada determinada modalidade. Para maiores detalhes ver: **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO**, loc. cit.

tese, aos avanços ocorridos nas ciências ligadas a performance humana, no desenvolvimento de equipamentos mais sofisticados, no surgimento de novas técnicas e metodologias de treinamento e as drogas.

As drogas se tornaram, tal qual o amadorismo no final da década de 70, início da década de 80, o principal problema a ser arrostado pela FIAA. Seu uso, principalmente no alto nível é cada vez mais freqüente, impulsionando a espetacularidade das performances e tornando os eventos cada vez mais rentáveis³².

Do ponto de vista ético, as drogas são inaceitáveis. Não existem argumentos que possam justificar sua adoção, o que coloca a modalidade mais uma vez em posição delicada. A FIAA argumenta que todo o possível é feito para combater seu uso: entre outras medidas, aplica suspensões rigorosas aos atletas flagrados, realiza testes em competições internacionais, mantém uma comissão permanente de doping.

No entanto, as evidências parecem indicar que esse “possível” é um jogo de imagens que são utilizadas para manter a modalidade no patamar do eticamente correto, portanto, adequado para ser vendido de forma midiática. Uma passagem do livro *Os Senhores dos Anéis* é fecunda para dar robustez a esse inquirimento:

Seu presidente, um membro do Clube, ocupa a cabeceira da mesa central. O banquete faz parte de um final de semana de mordomia, tendo como justificativa um acontecimento esportivo qualquer.

Todos se vestem com apuro: ternos caros para os homens, longo para as mulheres. Participa da festa um atleta famoso, atual campeão do mundo, cuja aparência surpreende. É o único que parece não ter se barbeado.

A quebra da etiqueta não chega a incomodar. Na verdade, chama a atenção o fato de que o campeão é uma mulher. E exhibe uma barba mais cerrada do que a maioria dos homens

³² A FIAA, sucessivas vezes, foi acusada de encobrir resultados positivos de exames e fazer vistas grossas para a questão do doping. Mais recentemente, o discurso adotado pela entidade tem mudado e o doping começa a ser “aceito”. Ao mesmo tempo, a tese da liberação do uso das drogas está cada vez mais presente nos meios esportivos. Vejamos o pensamento do presidente interino da entidade sobre a questão: “Após ser confirmado no cargo de presidente da Iaaf (Federação Internacional de Atletismo), Lamine Diack disse que vai adotar uma posição ‘mais tolerante’ com relação aos atletas que forem pegos nos exames antidoping. Foi decidido ontem durante a reunião do Conselho Diretivo da entidade, no Principado de Mônaco, que Diack, que já vinha ocupando a presidência da Iaaf interinamente desde a morte de Primo Nebiolo, no último dia 7, permanecerá no poder até 2001. ‘Continuaremos nossa batalha contra o doping, mas é preciso entender que algumas vezes é difícil saber o que realmente aconteceu. Precisamos dialogar com os atletas para descobrir a verdade antes de puni-los’, disse”. Punição cede lugar ao diálogo: Iaaf quer tolerância em casos de doping. *Folha de São Paulo*, 19 nov. 1999.

presentes. Ela é um exemplo claro de atleta dopada, bem-sucedida, desafiadora, exibindo os efeitos colaterais do abuso de esteróides. Está mudando de sexo bem na cara de todos! Os dirigentes esportivos e o presidente não se importam. [...]

Muitos dirigentes presentes ao banquete fazem há anos discursos arrebatados, como paladinos da cruzada anti-doping. [...]

Cerca de dois mil atletas serão escolhidos para testes anti-doping sofisticados na Olimpíada de 1992. A conta chegará a vários milhões de dólares. Se o passado servir de exemplo, uns doze não passarão, em geral por usarem esteróides e outras drogas que mascaram o uso de esteróides. Em sua entrevista coletiva final, o presidente Samaranch poderá anunciar, mais uma vez, que apesar de alguns incidentes isolados tratados de modo sensacionalista pela imprensa, realizou-se uma Olimpíada sem drogas.

Um punhado de competidores passará vergonha, o público será enganado, e os patrocinadores respirarão aliviados porque seu investimento maciço não sofreu desgaste. A ISL tentará aumentar o preço para a utilização futura deste “instrumento de comunicação” daqui a quatro anos, em Atlanta. Foi isso o que aconteceu em Seul. O público recebeu garantias de que Ben Johnson, entupido de esteróides, era uma aberração esportiva. O programa de testes anti-doping de Barcelona será similar ao de Seul.

[...] O fato brutal é que há anos se sabe, dentro do Clube, que testar atletas no dia da competição é praticamente uma perda de tempo e dinheiro. [...] Só um irresponsável, ou um Ben Johnson, que assumiu um risco calculado de que seu último programa de esteróides seria eliminado antes de Seul, é flagrado.

[...] Há indícios de que muitas federações nacionais e internacionais ignoram os usuários de drogas, abafaram resultados positivos e em diversas ocasiões funcionaram como traficantes, fornecendo esteróides para seus times³³.

Essa conjectura permite supor que o espetáculo se tornou um fim último. A FIAA passou a produzir em série esses eventos, arrecadando para seus cofres milhões de dólares e tornando-se uma potência mundial³⁴.

O nome de Primo Nebiolo está ligado às transformações ocorridas. Nebiolo, o quarto presidente em toda a história da entidade³⁵, viveu um momento de transição dos esportes.

³³ O livro *Os Senhores dos Anéis* é um trabalho polêmico sobre as Olimpíadas Modernas. Sua acurácia é questionável, principalmente por se tratar de um trabalho jornalístico. O trabalho, como os próprios autores advertem na introdução (p. 07), padece pela parca documentação, entrevistas autorizadas e fontes primárias. No entanto, mesmo tendo em vista essas limitações, entendemos que sua utilização é oportuna, desde que considerado essas limitações. SIMSON; JENNINGS, op. cit., p. 227-229.

³⁴ SIMSON e JENNINGS entendem que existe uma espécie de jurisdição não-institucionalizada no esporte. Essa jurisdição, os autores, denominam de “Clube”. Trata-se de uma oligarquia perpetuada ao longo de anos, que transformou o esporte num veículo do lucro privado. Nas palavras dos autores, “o ‘Clube’ é uma das sociedades fechadas mais poderosas, lucrativas e secretas do mundo. Por intermédio do Clube, um punhado de ‘presidentes’ nomeados comanda o esporte mundial”. Os membros mais importantes dessa poderosa associação, denominados como os “Senhores dos Anéis”, são os presidentes do COI, FIFA e FIAA. Cf.: Ibid., p. 15.

³⁵ Os presidentes da FIAA foram, respectivamente: J. Sigfried EDSTRÖM (Suécia), entre 1912 e 1946; Lord Burghley (Grã-Bretanha), entre 1946 e 1976; Adriaan Paulen (Países Baixos), entre 1976 e 1981; Primo

Nas suas mãos, o atletismo, principal esporte olímpico, transformou-se e amoldou como um produto midiático. Vejamos um pouco da trajetória de Nebiolo

[...] o homem que profissionalizou e moldou o atletismo moderno. [...] na Iaaf (Federação Internacional de Atletismo), cuja presidência ele assumiu em 1981, que Nebiolo construiu sua maior obra: revolucionou a administração do esporte e tornou-o um produto muito lucrativo.

Quando o dirigente assumiu a Iaaf, o orçamento era de US\$ 250 mil. Era baseada em Londres, gerida por quatro funcionários - um deles, que trabalhava meio período, responsável pelas finanças - e duas secretárias.

Hoje, a entidade é administrada a partir de dois prédios em Montecarlo, contando com 55 funcionários, além do escritório que era utilizado por Nebiolo em Roma.

O maior feito do dirigente foi criar competições que atraem a atenção para o atletismo fora do período dos Jogos Olímpicos, como o Campeonato Mundial (que ocorre a cada dois anos), o Mundial de pista coberta, a Liga de Ouro e a série Grand Prix.

Foi esse tipo de inovação que lhe permitiu assinar contratos como o selado em 1996 com a European Broadcasting Union, quando vendeu os direitos de TV dos torneios da Iaaf até 2001 e garantiu US\$ 220 milhões para a entidade.

O dirigente criou também os prêmios para atletas que batem recordes mundiais e por participação em provas.

[...] A maior crítica a Nebiolo é em relação a supostas irregularidades no campo esportivo que ele teria ocultado durante sua gestão.

A mais famosa delas ocorreu no Campeonato Mundial de Atletismo de 1987, em Roma.

À época, foram fortes as suspeitas de manipulação nas medições da prova de salto em distância para que um italiano, Giovanni Evangelisti, ficasse com a medalha de bronze.

Instalou-se uma comissão para averiguar o acontecido, presidida pelo próprio Nebiolo, que nada identificou de errado. Mas uma nova investigação, dessa vez comandada pelo COI, concluiu que houve sim irregularidades no Mundial de Roma.

Antes, em 1984, o italiano havia sido criticado por não apurar possíveis casos de doping na Olimpíada de Los Angeles.

Nebiolo esteve também no centro da polêmica na época da Copa do Mundo de 1990, na Itália.

Executivo de diversas companhias de construção no país, ele foi chamado a depor quando descobriram-se irregularidades nas obras para o Mundial de futebol. Mas jamais foi condenado.³⁶

A FIAA com patrocinadores de porte, adoção de uma mentalidade empresarial e a elaboração de cuidadosas estratégias de marketing viu-se metamorfoseada. Essa “entidade” açambarcou novos projetos e eventos cada vez mais auspiciosos e rentáveis, quer seja na perspectiva financeira quer na manutenção do poder.

Nebiolo (Itália), entre 1981-1999. Com o falecimento de NEBIOLO, o cargo de presidente foi assumido interinamente por Lamine DIACK até as eleições que devem ocorrer em 2001.

Um exemplo desses empreendimentos foi a implantação do projeto de desenvolvimento estratégico elaborado pela FIAA. Baseado nas experiências colecionadas e num conselho de peritos existente ao redor do mundo, a FIAA elaborou uma estratégia de desenvolvimento detalhada. O princípio central da estratégia é cooperação entre a FIAA e seus membros³⁷.

Entre os resultados concretos desse projeto tem-se a concretização dos Centros Regionais de Desenvolvimento. Os centros são sedes operativas de ações de desenvolvimento para áreas específicas. No momento, existem nove desses centros ao redor do mundo. O centro responsável pela área da América do Sul está situado em Santa Fé, na Argentina³⁸.

Em última análise, a direção imposta à entidade por Nebiolo parece ser definitiva. Mesmo em outras mãos, a racionalidade pelo lucro máximo parece ter contagiado a entidade. Vejamos uma passagem que fortifica nossa argumentação:

A Iaaf, entidade máxima do atletismo mundial, anunciou ontem que renovou contrato por mais dez anos com a suíça ISL (International Sports Leisure), tida como a maior empresa de marketing esportivo do planeta.

Pelo acordo, a ISL segue responsável pela exploração comercial de marketing, licenciamento, merchandising e direitos de televisionamento de todos os grandes eventos do atletismo, incluindo o Mundial, o Mundial indoor, o Mundial juvenil e o Grand Prix.

Com o novo contrato com a ISL, cujos valores não foram divulgados, a Iaaf pretende aumentar a exposição da modalidade e, conseqüentemente, o consumo de produtos ligados a ela, que hoje ainda é considerado incipiente.

Os principais clientes da ISL, além da Iaaf, são outras grandes entidades que comandam o esporte, como Fifa e Uefa (futebol), Fiba (basquete), ATP e ITF (tênis) e Fina (natação).³⁹

³⁶ Morre o criador do atletismo moderno. **Folha de São Paulo**, 8 nov. 1999.

³⁷ Como parte dessa estratégia de desenvolvimento foi publicado, em 1990, o livro intitulado *IAAF Development Co-operation*. O livro apresenta uma análise detalhada das várias deficiências que contribuem para um precário desenvolvimento global da modalidade e apresenta sugestões para sanar os problemas constatados. As sugestões apresentadas balizaram toda uma série de medidas colocadas em prática para impelir o atletismo mundial. Os pontos centrais apresentados no livro são os seguintes: 1. Funcionamento efetivo das federações nacionais; 2. criação de um sistema de certificação internacional de treinadores; 3. criação de um sistema de certificação internacional de árbitros; 4. produzir oportunidades de competição; 5. produzir facilidades de equipamentos; 6. proporcionar suporte científico e médico; 7. proporcionar facilidades para a criação de uma cultura atlética. Cf.: **INTERNATIONAL AMATEUR ATHLETIC FEDERATION**, loc. cit.

³⁸ As atividades desenvolvidas no centro são as seguintes: formação de treinadores, centro de consultas técnicas, apoio aos países organizadores de grandes eventos, produção e distribuição de publicações, cursos diversos, apoio a associação de treinadores, investigação, formação de árbitros e centro de treinamento.

³⁹ Empresa suíça domina mercado. **Folha de São Paulo**, 14 jan. 2000.

Em linhas gerais, os frugais dados aqui apresentados são suficientes para roborar a afirmação de que o atletismo é uma modalidade internacionalmente estruturada. Os conceitos de modernidade administrativa e marketing esportivo se expressam, cada vez mais, em eventos sofisticados e milhões de dólares.

Feitas essas considerações, tentaremos situar o papel da CBAAt e, ainda que de forma secundária, da própria CONSUDATLE nesse cenário.

Poderíamos dizer que a CBAAt tem na atualidade, dentro da FIAA, um importante papel. Seu presidente, Roberto Gesta de Melo, tem assento no conselho da entidade⁴⁰.

No Brasil, o atletismo tem um bom nome. A modalidade lidera o ranking do COB, com o maior número de medalhas conquistadas em Olimpíadas e Jogos Pan-americanos. Apesar de sua notória relevância, somente em 02 de dezembro de 1977, a modalidade ganhou sua entidade dirigente especializada⁴¹.

Seu primeiro presidente foi o Professor Hélio Babo o qual dirigiu a entidade até 1983. Seu sucessor, Evald Gomes da Silva, permaneceu três anos à frente da entidade. E, finalmente, em janeiro de 1987, assumiu o cargo o amazonense Roberto Gesta de Melo, permanecendo até os dias de hoje à frente da entidade. Gesta, como é conhecido no meio do atletismo, acumula também o cargo de presidente da Consudatle.

Nesse tempo, a entidade viveu momentos bastante distintos. Alguns trechos do Editorial do primeiro número da Revista Atletismo Brasileiro, escrito pelo então presidente da entidade Hélio Babo, servem para patentear um desses momentos:

[...] consideramos que os métodos atuais da administração precisam ser revistos desde que sejam processados algumas modificações na estrutura da entidade com o objetivo de levar maior assistência às filiadas através de apoio técnico-administativo e jurídico, acompanhando o seu desenvolvimento na efetivação de programas mais consentâneos com os próprios

⁴⁰ Roberto Gesta de Melo foi eleito em 1991 para o Conselho da FIAA, como representante dos países da América do Sul. Gesta mostra um novo atletismo. *Notas de Atletismo*. a. 1, n. 2, p. 6-8, jan. 1997.

⁴¹ Entidades dirigentes especializadas não eram uma tradição no Brasil até a década de 70. Até então, 22 modalidades esportivas olímpicas, entre as quais o atletismo, eram dirigidas por departamentos da extinta CBD. Em 1974, reformas estruturais na legislação existente, conduzidas por João HAVELANGE, possibilitaram a fundação de entidades especializadas. Em 1977, o aparato legal foi modificado e, com a nova forma da Lei, ficou autorizada a descentralização esportiva. Ver: BABO, Hélio. Mensagem do Presidente. *Atletismo Brasileiro*. a. 3, n. 6, p. 3, 1983.

objetivos de nosso esporte.

Nessas conquistas já tendo atingido um bom posicionamento legal precisam as filiadas encetar um projeto de vivência global dando-lhes condições de se voltarem aos seus filiados para o seu engrandecimento e o do Atletismo nacional.

Várias são as providências em andamento.

Se houve desenvolvimento no Atletismo nesses dois anos, deve-se pouco à CBAt e mais à atenção de nossas filiadas que compreenderam a atual filosofia que vimos desenvolvendo além, naturalmente, da distribuição de implementos – realização de cursos objetivando atualização técnica e cursos para árbitros, atingindo mais Estados e com maior demanda de interessados.

[...] como fruto dos estudos procedidos pela Diretoria, fizemos nesta data o lançamento da Revista “Atletismo Brasileiro” [...] No intuito de dotar as filiadas de ajuda pecuniária, foi esquematizado o plano de captação de publicidade, revistindo trinta por cento da arrecadação local para a filiada. [...]

Quanto a evento especial, já estamos estudando a realização da II COPA LATINA, ainda em 1981, ou outro grande evento com os melhores do mundo. É um empreendimento gigantesco, porém motivando-se às autoridades da maior responsabilidade esportiva, conseguiremos concretizá-lo. [...]

Estamos em contatos e estudos com a fundação Roberto Marinho, OEA, SEED/MEC, IAAF, Coca-Cola Indústria Ltda. e Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola, além de outras empresas, no sentido de conseguirmos ajuda ao atletismo em todos os sentidos. [...]

Nesse limiar de 1981 começamos enfrentando as dificuldades de sempre: financeira.⁴²

A fala de Hélio Babo apontava para a necessidade de novos modelos. Esses modelos, de certa forma, estavam alinhados com os novos rumos da Federação Internacional. Os primeiros passos, se é que se possa chamar de passos, eram dados. O espetáculo e o patrocinador passavam a ecoar como palavras de ordem. O atletismo brasileiro passava a ter uma nova direção.

A filosofia implantada na entidade, nos seus primeiros anos de funcionamento, com Babo à frente da entidade, era engajada com a filosofia da FIAA. Para o presidente, “a evolução de um desporto exige estudo permanente das regras, dos conceitos e para melhor dizer de tudo concernente a sua prática e filosofia sempre atualizados por decorrência das determinações da entidade internacional que rege esse esporte”⁴³. A filosofia adotada apontava para uma dupla direção.

Em uma direção, buscava-se o talento. A idéia nuclear era que da quantidade se retiraria a qualidade. O subsídio governamental era o alicerce dos projetos arquitetados. Uma

⁴² BABO, Hélio. Editorial. *Atletismo Brasileiro*. a. 1, n. 1, p. 3-4, jan.-fev. 1981.

⁴³ BABO, Mensagem do..., op. cit.

passagem é adequada para ilustrar a argumentação:

[...] a partir de 1º de janeiro de 1979, depois de ser implantada a sua administração e delineado seu problema logístico, viu-se o atletismo brasileiro em condições de dirigir seus próprios destinos [...] atingindo agora uma fase de mais desenvolvimento, não só pelos projetos acionados que lhe garantem um expressivo efetivo de atletas em ação, sobretudo pelos recursos governamentais que, direta ou indiretamente, vem dotando a nossa entidade de meios destinados ao labor programado, permitindo dessa forma que se registrem resultados compensadores no presente, avivando a nossa perspectiva de próximos sucessos, porque, decorrendo da massificação global de 180 mil jovens, temos hoje 300 atletas-talento, dos quais 30 moças e rapazes já estão em treino intensivo visando os Jogos Pan-Americanos em 83 e Olímpicos em 84, todos assistidos pelo Projeto Coca-Cola e, mais recentemente, outros doze sob a égide do Projeto Olímpico Atlântica Boavista.⁴⁴

Em outra direção, pretendia-se dinamizar a relação com as entidades afiliadas. A materialização desse objetivo tinha a forma de normas, cursos, simpósios, estágios e clínicas direcionadas a árbitros, técnicos, administradores e aficionados e constante distribuição de implementos atléticos e materiais.

No entanto, efetivamente, mudanças na CBAAt passaram a ser sentidas durante a gestão de Gesta. Um novo atletismo se desenhou. Vejamos um breve balanço dessa gestão:

[...] iniciada em janeiro de 1987. Neste período, a CBAAt não deixou de disputar nenhum torneio oficial no exterior, realizou eventos de alto nível, informatizou sua administração. Hoje, realiza um calendário extenso e anima a comunidade atlética nacional. “Uma década de trabalho deu novo rosto ao atletismo brasileiro”, diz Gesta. “Foram fundamentais o apoio dos patrocinadores e da comunidade atlética, que são as federações, clubes, os profissionais que atuam nas várias áreas e, acima de tudo, os atletas”, explica. [...]

“O maior feito”, diz Gesta, “está no número de pistas sintéticas em condições de receber atletas para qualquer competição internacional”. Há dez anos, não havia uma única pista em perfeitas condições no país. “Hoje, são mais de 20”, lembra. Há uma década, apenas as Federações de São Paulo e Paraná cumpriam um calendário regular (grifo nosso – LAP). “Atualmente, a CBAAt e as Federações filiadas realizam perto de 250 torneios anuais, sendo duas dezenas internacionais”, diz Gesta. A informatização da CBAAt, hoje sediada em Manaus junto com a CONSUDATLE, foi outro trabalho importante: “Agora conhecemos os nossos números”.

Para Gesta, são fundamentais os contratos de patrocínio conseguidos pela CBAAt. Atualmente, os patrocinadores da CBAAt são o SISTEMA TELEBRÁS e o Governo do Amazonas. A XEROX DO BRASIL atua no Programa de Busca de Talentos. E agora a CBAAt acaba de fechar um contrato com a FILA, para fornecimento de material, além de um apoio em dinheiro de US\$ 220 mil por ano. “Nestes dez anos pudemos contar também com outros

⁴⁴ Ibid.

patrocinadores, como a Caixa Econômica Federal e a Companhia União”, afirma. [...] Nestes dez anos, o Brasil organizou o primeiro Mundial de Atletismo já realizado na América do Sul. Foi o Mundial Feminino de Corrida de Rua, disputado no Rio de Janeiro em 1989. O sucesso do Campeonato permitiu que outros eventos fossem realizados no país, como uma etapa do Circuito Mundial de Cross Country em São Paulo em 1991, o Campeonato Ibero-Americano (1990) e a Copa América (1994) em Manaus. [...] Com o apoio do Governo de Amazonas e do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Esporte (INDESP), além do patrocínio do SISTEMA TELEBRÁS, a CBAAt pode dar novos saltos. Primeiro, transformando as estruturas da Vila Olímpica em um grande centro de treinamento internacional. São técnicos estrangeiros trabalhando com treinadores e atletas brasileiros; são federações de outros países que mandam seus atletas treinar em Manaus. Depois, criando o Programa de Apoio a Atletas de Alto Nível, que favorece os 17 atletas com melhor desempenho nas duas últimas temporadas, e outros dois juvenis. E ao lado da preparação de alto nível, as categorias de base são trabalhadas. [...] A história recente do atletismo não pode ser separada da história de Manaus. Nestes anos 90, torneios importantes levaram milhares de pessoas à Vila Olímpica. Da mesma forma, as ruas e avenidas da cidade já receberam astros internacionais para eventos importantes, como a Copa Pan-Americana de Marcha, realizada no ano passado. 1996 marcou, finalmente, o ponto mais importante para a Vila Olímpica. O Centro de Treinamento de Alto Nível (CETAN), da CBAAt, ganhou status de Centro Olímpico Oficial, o primeiro do Brasil. Paralelamente, a IAAF o guindou a Centro de Alto Nível Internacional.⁴⁵

Fica claro, na fala do atual presidente, que o atletismo passou a viver um outro momento: Centro de Treinamento, programas de apoio, intercâmbio, espetacularização, patrocínio e, principalmente, a busca de um modelo de gestão adequado ao esporte. Vêm-se na CBAAt, propostas similares às que a Federação Internacional vem colocando em prática. A adequabilidade da modalidade, ou pelo menos, tentativas concretas para essa adequabilidade se tornam patentes.

A questão política é outro viés a ser considerado no que Gesta chama de história recente do atletismo. Por questões políticas, o atletismo viu sua entidade administrativa deslocada do Rio de Janeiro para Manaus. O deslocamento colocou a entidade administrativa fora do eixo onde o atletismo tem suas federações mais atuantes e seus principais atletas e equipes. Num país com dimensões continentais, como é o Brasil, é algo bastante complexo.

Em 1999, sem o apoio do governo estadual, a CBAAt foi obrigada a restringir as atividades do Centro de Treinamento para o âmbito local, desativando parcialmente a estrutura existente.

⁴⁵ Gesta mostra..., p. 6-8.

Outro ponto a ser considerado é que o atletismo brasileiro não tem ídolos. A construção do ídolo é algo indissociável à modernidade de um esporte. O ídolo produz o consumo e o consumo traz patrocinadores.

Os nomes que vêm surgindo no atletismo brasileiro tem se mostrados efêmeros e, apesar do investimento na sua produção, os resultados alcançados não têm se mostrados satisfatórios. Ronaldo da Costa (o Ronaldinho) é um exemplo típico. O atleta quando obteve a melhor marca do mundo na maratona viu-se no centro dos holofotes. A ausência de uma sequência de resultados e superação de sua marca serviram simplesmente para tirar o atleta de cena. Com exceção de Claudinei Quirino da Silva, o Brasil não possui na atualidade nenhum atleta que tenha se mantido na elite do atletismo mundial por um período razoável de tempo.

O drama do atletismo brasileiro é potencializado com as constantes crises vividas pelo país: seus patrocinadores substanciais são públicos e vivem as crises de forma aguda. Través que não é exclusividade do atletismo, provavelmente à exceção do futebol, todas as outras modalidades esportivas razoavelmente estruturadas, no Brasil, sobrevivem em função do patrocínio público. Apresentaremos, cronologicamente, algumas passagens que podem ser úteis para se visualizar com maior clareza a situação:

“O presidente da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), Roberto Gesta de Melo, anunciou ontem que acertou a renovação do patrocínio com a Telebrás e terá verba de R\$ 2,5 milhões para cumprir o calendário e os programas especiais da entidade neste ano. A verba foi liberada depois de reunião com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, em Brasília”⁴⁶.

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) ainda não conseguiu renovar o contrato de patrocínio com o Sistema Telebrás. A entidade cumpriu até agora os seus calendários nacional e internacional graças ao crédito do presidente da CBAt, Roberto Gesta de Melo, que conseguiu R\$ 1,1 milhão em empréstimos. Joaquim Cruz e Robson Caetano, dois atletas premiados do País, pediram audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Eles querem solicitar a interferência do presidente na liberação da verba de patrocínio⁴⁷.

O atletismo, o esporte que mais medalhas olímpicas conquistou para o Brasil, passa pela pior

⁴⁶ Atletismo renova patrocínio com Telebrás. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1997.

⁴⁷ CBAt ainda espera liberação de verbas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 09 jun. 1998.

crise financeira de sua história. Embora tenha cortado muitas despesas – entre elas o Programa de Apoio aos Atletas de Alto Nível – para não se arriscar a pedir falência, a Confederação Brasileira da modalidade (CBAt) deve cerca de R\$ 500 mil em empréstimos bancários. A entidade recebia havia quatro anos o patrocínio da Telebrás, estatal que deve ser privatizada esta semana na Bolsa de Valores do Rio.

“Entramos com o pedido de renovação do contrato em outubro do ano passado e, como não recebemos resposta, demos a situação como certa”, conta o presidente da CBAt, Roberto Gesta de Melo. “Tivemos problemas também nas renovações anteriores e, apesar do atraso, tudo acabava se resolvendo.”

Com certeza da obtenção do dinheiro reforçada pela renovação dos contratos de outras estatais com as confederações de natação, basquete e vôlei, a CBAt resolveu tocar seu calendário nacional e internacional de competições. Abriu uma caução bancária para garantir as despesas, enquanto esperava a renovação do patrocínio. “Tínhamos a palavra do ministro das Comunicações e a boa vontade do governo nos acordos anteriores”, lembrou o dirigente, que não esconde a preocupação. “Estou tendo de cortar as delegações nas viagens ao exterior e suspendi o pagamento de ajuda de custo aos atletas de alto nível”.⁴⁸

As passagens acima servem para ilustrar com limpidez que, dentro do cenário atual, momentos de grande progressão, como o apresentado anteriormente pelo presidente da entidade, Roberto Gesta de Melo, estão atrelados a patrocínios vultosos do poder público. O rompimento desses patrocínios determina, quase que de imediato, sérias crises.

Com isso queremos dizer que, nem mesmo a produção em série de eventos e a inserção crescente (apesar de que ainda limitada) no principal veículo midiático, a televisão, tem sido suficiente para que a modalidade seja capaz de atrair investidores de porte da iniciativa privada. Esse é o nó em que o atletismo brasileiro vive: a dependência do poder público e a não materialização da modalidade como um produto de consumo.

No entanto, um dado novo permite antever uma nova mudança no cenário atual. O atletismo brasileiro conseguiu fechar com a empresa Globo Esporte o mais extenso contrato de patrocínio da história do atletismo brasileiro – cinco anos – o que permitirá a CBAt o planejamento de um trabalho de longo prazo. Além disso, a perspectiva que se abre com uma inserção midiática mais ampla é animadora. Nas palavras de Gesta:

A Globo Esportes é uma área específica da TV Globo, criada no ano passado, que cuida, entre outros assuntos, da aquisição dos direitos de transmissão dos principais eventos esportivos mundiais.

⁴⁸ NUNES, João Pedro. Atletismo vive maior crise de todos os tempos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1998. p. E7.

O contrato com a CBAAt estende-se de 1º de janeiro deste ano a 31 de dezembro de 2004.

Segundo o presidente da CBAAt, Roberto Gesta, de início a entidade vai trabalhar, neste ano, com o valor de R\$ 2,2 milhões.

O dirigente informou também que a empresa adquiriu os direitos para comercializar cotas de patrocínio para eventos da CBAAt. "Dependendo dos resultados, tentaremos pedir porcentagens. Mas isso ainda é novidade para mim, vou esperar para ver."

Poderão ser comercializados, por exemplo, imagens de TV, espaços nas placas, nos números dos atletas, nas camisas dos árbitros, nos pódios, nas medalhas e troféus. As publicações da CBAAt também devem dedicar espaço aos patrocinadores das provas.

Como a função da Globo Esportes será somente a de negociar as cotas de patrocínio, os atletas olímpicos não precisarão vestir uniformes com o logotipo da empresa, podendo manter seus patrocinadores individuais.

A organização das competições permanecerá a cargo da CBAAt.

"Será muito positiva a exposição na mídia para popularizar nosso esporte. Quem sabe nossos atletas consigam mais patrocínios (individuais)?", explica Gesta.

A CBAAt confirmou que nunca um acordo de patrocínio envolvendo a entidade havia excedido o período de um ano.

Graças ao contrato, já foi apresentado por representantes das federações filiadas um programa de apoio a atletas, treinadores, clubes e federações.

Este ano a confederação vai investir R\$ 770 mil no programa, sendo R\$ 470 destinados a atletas e técnicos. Deste valor, R\$ 270 mil serão aplicados na equipe olímpica (R\$ 200 mil na preparação dos atletas e R\$ 70 mil na premiação).

O patrocínio proporcionará a realização de todo o calendário nacional, a presença do Brasil em eventos internacionais, a promoção massiva do esporte e a organização de cursos de capacitação.⁴⁹

Outro ponto que deve ser denotado é que atletismo tem pouca tradição de clubes⁵⁰. Durante muito tempo foram os clubes de futebol, muitas vezes por força de lei, que se mantiveram como as principais forças do esporte. Nos últimos anos, esses clubes se afastaram da modalidade de forma mais acentuada.

O Troféu Brasil vem sendo sistematicamente disputado por duas ou, no máximo, três equipes em condições de obter o título. Não existem equipes tradicionais no evento. Com os patrocínios, equipes despontam e desaparecem como surgiram: o Grêmio Esportivo Sesi de Santo André e o Grêmio Esportivo Sesi de São Caetano do Sul são exemplos. Depois de uma década de supremacia no atletismo nacional, essas equipes praticamente desapareceram.

No início de 2000, a equipe da União Esportiva Funilense (Campinas, São Paulo),

⁴⁹ OHATA, Eduardo. Empresa assina por 5 anos com a confederação para comercializar imagem. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2000. p. 4-2 – esporte.

⁵⁰ É bom que se ressalte que o modelo esportivo amador, no Brasil, dependeu historicamente dos clubes sociais (que tinham características elitistas) e a popularização dos esportes teve o Estado como principal artífice.

vencedora das seis últimas edições do Troféu Brasil (94-99), produziu mais uma alteração no cenário esportivo brasileiro. Ela se associou ao Clube de Regatas do Vasco da Gama.

O Vasco da Gama formalizou ontem convênio com a Funilense, de São Paulo, a mais importante equipe de atletismo do país.

Pelo acordo, o clube passará a responder por parte do orçamento da Funilense (hoje, cerca de R\$ 140 mil por mês), junto com a prefeitura de São Caetano.

O Vasco, no entanto, manterá sua equipe própria no Rio. Entre os atletas ligados ao Vasco-Funilense estão Claudinei Quirino da Silva, Maurren Higa Maggi e Eronildes Araújo.⁵¹

Feitas essas considerações, algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar o que chamamos de espetacularização restrita do atletismo brasileiro: (i) incapacidade administrativa da CBAAt; (ii) falta de apoio da mídia; (iii) uma tradição que associa o esporte amador ao apoio do Estado. No entanto, a questão que fica é se saber até que ponto essas transformações recentes reverterão o quadro existente.

Descendo mais um degrau na estrutura hierárquica existente, deparamo-nos com nosso objeto de estudo, as Federações Estaduais. São entidades subordinadas à entidade nacional e que delas emanam o funcionamento efetivo da modalidade. As funções dessas entidades, em essência, são as mesmas da entidade nacional, guardados os limites regionais.

Mesmo tendo toda essa importância, com a exposição desenvolvida mostramos o papel menor atribuído a essas entidades. Na análise do atual presidente da entidade, até 1985 apenas as federações do Paraná e São Paulo conseguiam desenvolver calendários regulares, ou seja, a estrutura das federações estaduais no Brasil era basicamente inoperante.

Em linhas gerais, as políticas desenvolvidas pela entidade nacional sempre foram verticalizadas de cima para baixo e serviram para instrumentalizar essas entidades na direção da espetacularização e da manutenção do poder.

Agora, se considerarmos, como indicamos há pouco, que a espetacularização da modalidade é restrita, mais restrita ainda será no âmbito regional e menor (ou nenhum) será o poder de negociação dessas entidades para obter, por exemplo, patrocínios ou comercialização de seus eventos.

Federações com maior poder, como é o caso da Federação Paulista de Atletismo

(FPA), ainda têm possibilidades de encontrar soluções para sua manutenção. A Federação Paulista de Atletismo, por exemplo, abriu uma casa de bingos na cidade de Campinas, adentrando num terreno esconso em que prioritariamente se encontrava o futebol profissional.

Uma série de perguntas se abrem: Como federações que não têm o poder de negociação que possuem a FPA subsistem?; Qual o papel dessas entidades na espetacularização da modalidade?; Quais seus objetivos?; Existe conjunção desses objetivos com a realidade concreta?; Quais as atribuições dessas entidades na realidade concreta?; Qual a ligação entre essas entidades e o modelo imposto pela FIAA?

Nessa discussão, formulada num terreno pouco explorado, que é o terreno das federações estaduais de modalidades “amadoras”, pretendemos nos aventar. E o faremos organizando, na sequência, um modelo teórico que nos permita interpretar a realidade concreta com a qual nos depararemos. Essa é a tarefa a ser realizada nos próximos textos dessa parte.

⁵¹ Vasco fecha acordo para filial em SP. **Folha de São Paulo**, 20 de jan. 2000. esporte p. 4-5.

CAPÍTULO II

O SÍTIO METODOLÓGICO

Seção I

Problemas teóricos do esporte atual

1

Uma perspectiva sociológica do esporte moderno

O título proposto supõe a discussão de um esporte específico, que é o esporte moderno, e apraza uma escolha, que é a perspectiva sociológica a ser adotada. Antes de explicitarmos a opção do modelo sociológico que adotaremos, exporemos os objetivos pretendidos e apresentaremos, de forma bastante sucinta, a situação da sociologia dos esportes na contemporaneidade.

O desígnio buscado no texto é o de construir um cenário que permita compreender a lógica estrutural da espetacularização das práticas esportivas, ou, dito de outra maneira, a adequação de diferentes modalidades esportivas para sua apropriação pela indústria do entretenimento. A intenção traz a suposição de que o processo de espetacularização antecede o processo de comercialização de uma prática determinada.

Em se falando de sociologia do esporte, devemos considerar que o esporte só recentemente tornou-se objeto de estudo de áreas como a sociologia. Uma pequena passagem, professada por Eric DUNNING, fortifica nossa argumentação e é interessante para mostrar o que podemos chamar de efetivação desse segmento da sociologia. A passagem é a seguinte:

[...] a sociologia do desporto enquanto área de especialização é recente, embora tenha sido

efectuada uma tentativa para lhe atribuir uma ancestralidade respeitável, através de referência às observações feitas por sociólogos “clássicos” como Weber. O seu crescimento foi considerável, em especial, nos Estados Unidos, Canadá e Alemanha Ocidental, desde os primeiros anos da década de 60.¹

O mesmo autor, no entanto, mostra-nos que a situação da área, em meados da década de 80, não era das melhores. Para DUNNING, “continua a ser verdade afirmar-se que poucos dos principais sociólogos se comprometeram com um trabalho sistemático de investigação do desporto, se ocuparam com a sua teorização ou debate nos seus livros de textos e outros trabalhos, ou integraram o estudo do desporto nos cursos onde ensinam”². Apesar de existirem, no entendimento do autor, exceções notáveis. Entre essas exceções, Pierre BOURDIEU e Gregory P. STONE.

Na atualidade, a situação mesmo não tendo mudado radicalmente, apresenta avanços consideráveis. Os escritos do próprio Eric DUNNING, primeiro em conjunto com Norbert ELIAS e depois em separado e em conjunto com outros sociólogos de renomes, Allen GUTTMANN, Richard HOLT, Pierre BOURDIEU, entre outros sociólogos conceituados, possibilitaram o mencionado avanço.

Feitas essas considerações, evidenciaremos a opção feita para a consecução dos objetivos propostos nesse texto. Optamos pela adoção do modelo teórico centrado na teoria dos campos, formulado por BOURDIEU³. A escolha nos coloca, de imediato, a seguinte questão: Por que a opção por um modelo, em parte, divergente do referencial de análise que estamos utilizando, ou seja, o modelo weberiano?

Para a construção de uma resposta adequada, várias questões devem de ser denotadas. De início, devemos pontuar que não pretendemos fazer aproximações de um modelo com outro, apesar dessa ser uma possibilidade viável. Poderíamos, por exemplo, discutir os processos de constituição de espaços sociais competitivos em que se movem os agentes produtores e consumidores de produtos. Essa idéia de movimento, que é uma idéia central em BOURDIEU, amolda-se muito bem na teoria weberiana. No entanto, mesmo tendo claro possibilidades como essa e a inspiração do pensamento weberiano nos escritos de BOURDIEU, entendemos que esse não seja um caminho profícuo para ser seguido.

¹ ELIAS, DUNNING, *A Busca...*, p. 12.

² Ibid., p. 14.

³ Para uma idéia da influência dos trabalhos de BOURDIEU, nesse campo de conhecimento, ver o número temático do *Sociology of Sport Journal* a respeito do autor. *Sociology of Sport Journal*, n. 12, 1995.

Queremos deixar claro, também, que fazer essa discussão não significa, em absoluto, adotar o modelo de BOURDIEU como procedimento analítico. Isso porque entendemos que o modelo é insuficiente para produzir respostas de que necessitamos e, ao mesmo tempo, nosso recorte é demasiadamente restrito para que se possa aplicar a teoria do BOURDIEU.

Em linhas gerais, tentamos mostrar com a argumentação que:

1. Mesmo o modelo proposto por BOURDIEU sendo bastante fecundo para explicar um esporte qualquer, particularmente depois da década de 60, ele não é verdadeiro para a obtenção de explicações acuradas sobre as origens desse mesmo esporte, por exemplo;
2. um recorte tão pequeno da realidade, como é o nosso, uma única federação esportiva, a FAP, não é adequado para a aplicação de uma teoria com a amplitude que a teoria de BOURDIEU possui;
3. o modelo, sociologicamente falando, é incongruente com o caminho que pretendemos trilhar.

Vamos ao desenvolvimento dessa argumentação. Na perspectiva de BOURDIEU, para que uma sociologia do esporte possa se constituir,

[...] é preciso primeiro perceber que não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo. Em outros termos, para compreender um esporte, qualquer que seja ele, é preciso reconhecer a posição que ele ocupa no espaço dos esportes. Este pode ser construído a partir de conjuntos de indicadores, como, de um lado, a distribuição dos praticantes segundo sua posição no espaço social, a distribuição das diferentes federações, segundo o número de adeptos, sua riqueza, as características sociais dos dirigentes, etc., ou, de outro lado, o tipo de relação com o corpo que ele favorece ou exige, conforme implique um contato direto, um corpo-a-corpo, como a luta ou o rúgbi, ou, ao contrário, exclua qualquer contato, como o golfe, ou só o autorize por bola interposta, como o tênis, ou por intermédio de instrumentos, como a esgrima. Em seguida, é preciso relacionar esse espaço de esportes como o espaço social que se manifesta nele. Isso a fim de evitar os erros ligados ao estabelecimento de uma relação direta entre um esporte e um grupo que a intuição comum sugere.⁴

No entendimento do autor, dois pontos devem ser levados em consideração pelo pesquisador na construção sociológica de um objeto de pesquisa. Os pontos mencionados por BOURDIEU são os seguintes:

⁴ BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 208.

O objeto da história é a história dessas transformações da estrutura, que só são compreensíveis a partir do conhecimento do que era a estrutura em dado momento (o que significa que a oposição entre estrutura e transformação, entre estática e dinâmica, é totalmente fictícia e que não há outro modo de compreender a transformação a não ser a partir de um conhecimento da estrutura). Eis o primeiro ponto.

O segundo ponto é que esse espaço dos esportes não é um universo fechado sobre si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas e consumos, eles próprios estruturados e constituídos como sistema. Há boas razões para se tratar as práticas esportivas como um espaço relativamente autônomo, mas não se deve esquecer que esse espaço é o lugar de forças que não se aplicam só a ele.⁵

Dentro desse modelo proposto, a atividade inicial do pesquisador é estabelecer as propriedades socialmente pertinentes que fazem com que um esporte tenha afinidades com os interesses, gostos e preferências de uma determinada categoria social ou, em outras palavras, quais são as condições existentes para que um *habitus* se constitua.

Tendo em mente a lógica estrutural no interior da qual está definida cada uma das práticas, o que deve ser a prática científica concreta? Para BOURDIEU, o trabalho do pesquisador consiste em desenhar esse espaço, apoiando-se em indicadores previamente escolhidos⁶.

Outro ponto importante, denotado por BOURDIEU, metodologicamente falando, é a focagem do objeto. Para ele, “antes de se contentar em conhecer a fundo um pequeno setor da realidade da qual não se sabe muito, por não se ter colocado a questão, como ele se situa no espaço de onde foi destacado e o que o seu funcionamento pode dever a essa posição, é preciso [...] esforçar-se por construir uma descrição sumária do conjunto de espaço considerado”⁷.

Feitas essas considerações, que na verdade são limites para o desenvolvimento que pretendemos, devemos colocar que a opção pela adoção do modelo, nesse texto, é uma opção pelo estabelecimento de um padrão. Tentaremos ser mais claros.

O modelo adotado permite uma distinção bastante factível e precisa do que é, ou não

⁵ Ibid., p. 210.

⁶ Ibid., p. 211.

⁷ Ibidem.

é, um esporte moderno⁸. Além disso e, principalmente, pensando na construção de um padrão, poderíamos dizer, sem cometer incorreções, que a teoria tem como eixo norteador a questão do consumo.

O consumo é, na atualidade, dentro do esporte espetáculo sua finalidade precípua. Todas as outras metas que, em outro momento, serviram para definir o esporte, hoje estão subordinadas a uma só, o consumo. Com isso, não estamos descaracterizando outros aspectos importantes que estão presentes no percurso histórico dos esportes como, por exemplo, a questão civilizacional.

Outro ponto vital a ser buscado é, na direção da construção do objeto, assestar o texto para a questão dos organismos gestores do esporte (entidades burocráticas), denotando o seu papel na configuração do esporte moderno. Nos termos de BOURDIEU, como veremos adiante, esse papel, constituído de trocas materiais e simbólicas, é central para a consecução do processo.

Feitas essas considerações, avançaremos na discussão a que nos propusemos. Iniciemos situando o trabalho de BOURDIEU.

O sociólogo Renato ORTIZ, ao fazer a introdução do trabalho de BOURDIEU na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, situa o autor da seguinte forma: “Tem-se, por um lado, o reconhecimento real do valor de sua obra, mas constata-se, por outro, que ele não se transformou ainda em um ‘clássico’, no sentido que a literatura científica confere ao termo. Pierre Bourdieu é um exemplo deste tipo de autor, difícil de ser situado em relação a uma ‘escola’, pois se apresenta como um pensador profundamente original”⁹.

A linha de força de seu trabalho está situada na discussão das relações de força e dos processos que regulam as sociedades modernas ou, usando as palavras de ORTIZ, na mediação entre o agente social e a sociedade¹⁰. Trata-se, enfim, de uma descrição detalhada da construção de mecanismos de poder e prestígio e da constituição dos padrões de gosto

⁸ A discussão a respeito da modernidade dos esporte será retomada, posteriormente, com os escritos de Allen GUTTMANN. Sobre o assunto, ver também: PILATTI, Luiz Alberto. Reflexões sobre o Esporte Moderno: perspectivas históricas. In: **I Prêmio Indesp de Literatura Esportiva**. Brasília: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1999. p. 257-288.

⁹ ORTIZ, Renato. A Procura de uma Sociologia da Prática. In: ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. Coleção *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1994. p. 6.

¹⁰ *Ibid.*, p. 8.

derivado da história interna de uma dada atividade social, tornando os interesses e as características dos profissionais do campo, a exemplo da proposta weberiana sobre a atividade religiosa, no principal efeito de arrastão em termos de compreensão e inteligibilidade.

Sua problemática teórica é fundada no bojo de dois conceitos fundamentais, os quais, articulam toda sua produção sociológica: os conceitos de campo e *habitus*. Dentro dessas perspectivas, BOURDIEU esquadrinhou e, principalmente, influenciou um grande número de estudos sobre o esporte. Vejamos como Jean-Paul CLÉMENT situa a esfera de ação do autor no campo da sociologia do esporte.

A publicação de *Sports et société* em 1981, uma antologia editada por Pociello, é um exemplo concreto do impacto da abordagem de Pierre Bourdieu na sociologia do esporte francesa. Desde então, um número de publicações estenderam estas análises quer no exterior, tais como aquela de Laberge no Canadá, ou na França, como aquelas reagrupadas em dois volumes das *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* em 1989. Enquanto isso, artigos inspirados na abordagem de Bourdieu aparecem em periódicos dentro dos campos da Educação Física e dos estudos esportivos, e muitos relatórios de pesquisa foram produzidos dentro das universidades francesas. Estas publicações colocam ao esporte as mesmas questões que Bourdieu desenvolveu em seus escritos, particularmente naqueles a respeito do campo literário e artístico e sua estruturação social.¹¹ trad. por LAP.

De forma genérica, pode-se dizer que, em seu trabalho, BOURDIEU substitui a idéia de sociedade pela idéia de “campos sociais”. A similitude contida na idéia de “campo” e na idéia de mercado permite supor a adequação dessa idéia para o esporte.

Inicialmente, na direção das discussões propostas, clarificaremos algumas questões relativas ao modelo teórico do autor. Com esse intuito, discutiremos alguns pontos do texto *Algumas propriedades dos campos*¹². Posteriormente, centraremos nossas discussões em

¹¹ No original: “The publication of *Sports et société* in 1981, an anthology edited by Pociello, is a concrete example of the impact of Pierre Bourdieu’s approach on French sociology of sport. Since then, a number of publications have extended these analyses either abroad, such as those of Laberge in Canada, or in France, such as those regrouped in two issues of *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* in 1989. Meanwhile, articles inspired by Bourdieu’s approach have appeared in journals within the fields of physical education and sports studies, and a number of research reports have been produced within French universities. These publications ask of sport the same questions that Bourdieu developed in his writings, particularly those concerning the literary and artistic field and its social structuration.” CLÉMENT, Jean-Paul. Contributions of the Sociology of Pierre Bourdieu to the Sociology of Sport. *Sociology of Sport Journal*, n. 12, 147-157, 1995. p. 147-148.

¹² BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

dois textos escritos por BOURDIEU: *Como é possível ser esportivo?*¹³ e *Programa para uma sociologia do esporte*¹⁴.

Para BOURDIEU, os campos são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”¹⁵.

Esses campos, independentemente de sua especificidade, possuem leis gerais ou, usando uma linguagem própria à BOURDIEU, leis de funcionamento invariante. Os campos possuem, também, propriedades particulares que se expressam como funções variáveis secundárias. Em outras palavras, pode-se dizer que os conhecimentos adquiridos com um campo específico são úteis para se interrogar e interpretar outros campos. Essa é a idéia que dá sustento à teoria dos campos.

Um campo se estrema, entre muitos aspectos, pela definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos do próprio campo. Esses objetos e interesses são percebidos apenas por pessoas com formação apropriada para entrarem no campo.

Para que um campo funcione, entende BOURDIEU, “é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”¹⁶.

A existência do *habitus* é, ao mesmo tempo, condição de existência de um determinado campo e produto de seu funcionamento dentro de uma estrutura específica, pois:

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da

¹³ Ibid., p. 136-153.

¹⁴ BOURDIEU, *Coisas Ditas*, p. 207-220.

¹⁵ BOURDIEU, *Questões de...*, p. 89.

¹⁶ Idem.

estrutura da distribuição do capital específico.¹⁷

Dentro dessa relação de força, os agentes que monopolizam o capital específico¹⁸, mais ou menos, tendem a estratégias que visem a manutenção da ordem estabelecida, freqüentemente, com intransigência em relação as mudanças no estalão. Os agentes que possuem menos capital, inversamente, tendem a estratégias de subversão e rompimento com o estalão, dentro de certos limites.

A transposição desses limites, pode determinar a exclusão deles do campo. Assim, as transformações impostas por esses agentes são revoluções parciais, ou seja, são revoluções que não colocam em questão os fundamentos do objeto de disputas (jogo). BOURDIEU considera que

[...] um dos fatores que coloca os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, cuja natureza destrói não apenas os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo, é precisamente a própria importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que supõe a entrada no jogo e que, como as provas dos ritos de passagem, contribui para tornar praticamente impensável a destruição pura e simples do jogo”.¹⁹

Todos os agentes engajados num determinado campo possuem interesses específicos comuns. Entre esses, o principal deles é a existência do próprio campo. A luta entre esses antagonistas pressupõe um acordo sobre o que merece ser disputado e produz a crença no valor dessa disputa.

Outro fator considerado como relevante é a conservação do que se é produzido dentro do campo. Essa conservação ocorre, normalmente, ligada à aparição de um corpo de conservadores do passado e do presente e serve, aos detentores do capital específico, para conservar e se conservar conservando. O autor considera tal atitude ou estratégia com o passado e com o presente como um dos índices mais seguros da constituição de um campo.

Tais estratégias, mesmo que objetivamente orientadas em relação a fins que não

¹⁷ Ibid., p. 90.

¹⁸ A terminologia *capital específico*, utilizada por BOURDIEU, expressa a idéia de que um capital determinado é o fundamento de dominação ou autoridade específica de um campo e que, o mesmo, tem valimento em um determinado campo, ou seja, dentro dos limites internos desse campo. A sua conversão para um capital de outra espécie é feita sobre certas condições.

¹⁹ BOURDIEU, *Questões de...*, p. 91.

podem ser subjetivamente almejados, não buscam a maximização de um lucro específico. Elas ocorrem como relação inconsciente entre um *habitus* e um campo.

Para BOURDIEU, o *habitus* é uma possibilidade viável de construção de uma ciência das práticas isenta de finalismo e mecanicismo. Veja a perspectiva elaborada pelo autor, ao conjecturar o conceito de *habitus*:

O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidos para esse fim. Há toda uma reeducação a ser feita para escapar à alternativa entre finalismo ingênuo [...] e a explicação de tipo mecanicista (que tornaria esta transformação por um efeito direto e simples de determinações sociais). Quando basta deixar o *habitus* funcionar para obedecer à necessidade imanente do campo, e satisfazer às exigências inscritas (o que em todo campo constitui a própria definição da excelência), sem que as pessoas tenham absolutamente consciência de estarem se sacrificando por um dever e menos ainda o de procurarem a maximização do lucro (específico). Eles têm assim, o lucro suplementar de se verem e serem vistos como perfeitamente desinteressados.²⁰

Em linhas gerais, as idéias nucleares de BOURDIEU sobre sua teoria e seus conceitos centrais, compendiadas do texto que apresentamos, são essas. Examinaremos, agora, para o texto onde as propriedades que aqui sumariamos são colocadas em contíguo com o esporte. Para tal, duas perguntas prévias são adequadas: (i) Como se constitui um campo esportivo? E, (ii) qual o papel das entidades administrativas no funcionamento desse campo e na adequação dos esportes à indústria do entretenimento?

Em *Como é possível ser esportivo?*, BOURDIEU parte da suposição que existe um conjunto de práticas e de consumos esportivos dirigida aos agentes sociais, o qual procura encontrar uma certa demanda social. Essa suposição, colocou, para o autor, duas questões, a saber:

Em primeiro lugar, existe um espaço de produção dotado de uma lógica própria, de uma história própria, no interior do qual se engendram os “produtos esportivos”, isto é, o universo das práticas e dos consumos esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento? Segundo, quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes “produtos esportivos” assim produzidos, prática do golfe ou do esqui, leitura de jornais esportivos, reportagem televisionada da copa do mundo de futebol?

²⁰ Ibid., p. 94.

Dito de outra maneira, como se produz a demanda dos “produtos esportivos”, como as pessoas passam a ter o “gosto” pelo esporte e justamente por um esporte mais do que por outro, enquanto prática ou enquanto espetáculo? Mais precisamente, segundo que princípios os agentes escolhem entre as diferentes práticas ou consumos esportivos que lhes são oferecidos como possibilidade em um dado momento?²¹

A resposta esboçada por BOURDIEU para tais questões, remete, de imediato o leitor a outras indagações. O autor se manifesta da seguinte forma:

Acho que deveríamos nos perguntar primeiro sobre as condições históricas e sociais da possibilidade deste fenômeno social que aceitamos muito facilmente como algo óbvio, o “esporte moderno”. Isto é sobre as condições sociais que tornam possível a constituição do sistema de instituições e de agentes diretamente ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos, desde os agrupamentos “esportivos”, públicos ou privados, que têm como função assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado e, ao mesmo tempo, elaborar e aplicar as normas que regem estas práticas, até os produtores e vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestimentas especiais, etc.) e de serviços necessários à prática do esporte (professores, instrutores, treinadores, médicos especialistas, jornalistas esportivos, etc.) e produtores e vendedores de espetáculos esportivos e de bens associados (malhas, fotos dos campeões ou loterias esportivas, por exemplo). Como foi se constituindo, progressivamente, este corpo de especialistas que vive diretamente ou indiretamente do esporte (corpo do qual fazem parte os sociólogos e historiadores do esporte – o que sem dúvida não facilita a colocação do problema)? E mais precisamente, quando foi que este sistema de agentes e de instituições começou a funcionar como um campo de concorrência onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados às posições que aí ocupam?²²

Essas outras indagações, permite-nos argumentar que a existência efetiva de um campo esportivo, que tem ligação com um sistema de instituições e agentes vinculados ao esporte, só ocorre vinculada à construção de um aparato burocrático. Esse ponto é chave, em nosso entendimento, para uma compreensão correta do que BOURDIEU chama de história estrutural.

Com essa lógica, os ditames teóricos do modelo proporcionam possibilidades distintas para a compreensão do campo esportivo. Uma dessas possibilidades está articulada com a autonomia que o campo apresenta. Vejamos como o autor, ao se referir sobre à história do esporte, coloca tal entendimento:

²¹ Ibid., p. 136.

²² Ibid., p. 136-137.

[...] segue-se daí que não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos num dado momento, num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica.²³

Nessa ótica, uma história, como a do atletismo por exemplo, torna-se uma história particular, com uma periodização própria e uma realidade específica irreduzível a qualquer outra realidade, ainda que, por vezes, articuladas a uma série de acontecimentos idênticos. Essa particularidade, coloca a existência de um momento²⁴ em que uma dada modalidade torna-se um esporte.

Esse aporte é nodal para a construção de um conceito relevante construído por BOURDIEU, o conceito de esporte moderno. Para o autor, a constituição de um campo de concorrência no interior do qual o esporte se apresentou como uma prática específica, irreduzível a atividades rituais ou divertimentos festivos, processados na forma de jogos, determina a existência do esporte moderno²⁵.

Enquanto um campo de práticas específicas, o campo esportivo passou a ser dotado de lutas e regras próprias e do investimento de competências específicas. Tal especificidade, pensando numa história social do esporte, permite interrogar a constituição de um espaço de jogo, dotado de lógica própria, com práticas sociais particulares e definidas em uma história

²³ Ibid., p. 137.

²⁴ O entendimento de momento, conferido no texto, mais se aproxima de um conjunto de fatos ocorridos em um tempo restrito, do que o estabelecimento de uma data precisa. Assim, um esporte surge, não com a fundação de uma federação internacional para reger a modalidade, por exemplo, mas, e isso sim, com a efetivação de um conjunto de fatos que tornam sua prática irreduzível a atividades anteriores.

²⁵ BOURDIEU entende que a desconsideração de uma ruptura proporciona equívocos. A esse respeito, o autor assim se declara: "Isto leva ao questionamento de todos os estudos que, por um anacronismo essencial, aproximam os jogos das sociedades pré-capitalistas, européias ou não, tratado erroneamente como práticas pré-esportivas, aos esportes propriamente ditos cuja aparição é contemporânea à constituição de um campo de produção de 'produtos esportivos'. Esta comparação só tem fundamento quando, indo exatamente na direção inversa da busca das 'origens', tem como objetivo, como em Norbert Elias, apreender a especificidade da prática propriamente esportiva ou, mais precisamente, de determinar como alguns exercícios físicos pré-existent passaram a receber um significado e uma função radicalmente novos – tão radicalmente novos como os casos de simples invenções, como o vôlei ou o basquete – tornando-se esportes definidos em seus objetos de disputas, suas regras do jogo e, ao mesmo tempo, na qualidade social dos participantes, praticantes ou espectadores, pela lógica específica do 'campo esportivo'". BOURDIEU, *Questões de...*, p. 138.

própria.

A compreensão dessa história somente pode ocorrer no curso da mesma ou, dito de outra maneira, uma história específica, como é a do atletismo, deve exigir, para sua compreensão, um esmiuçar particular.

O caso do atletismo apresenta uma particularidade que deve ser denotada: a vetustez de seu campo. Na perspectiva do campo, o atletismo foi uma das primeiras modalidades a ser organizada e constituir um aparato burocrático para gerir sua prática e desenvolvimento, particularmente em função das olimpíadas da era moderna.

De uma forma geral, as análises realizadas por BOURDIEU indicam que, modalidades com maior tempo de estruturação, como o atletismo, apresentam um maior desenvolvimento. Essa linha argumentativa tem sustentação no modelo econômico descrito por GERSCHENKRON. Esse autor sugere, ainda, que os esportes surgidos mais tardiamente, passaram por uma história diferente, abalizada justamente nos esportes mais desenvolvidos.

Apesar de histórias diferentes, é indiscutível na literatura existente um “momento” consensual do surgimento das ditas modalidades mais antigas, ou seja, das modalidades que assumiram inicialmente um sentido moderno. Para BOURDIEU,

Parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha se realizado nas *grandes escolas* reservadas às “elites” da sociedade burguesa, nas public schools inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns jogos populares, isto é, vulgares, impondo-lhes uma mudança de significado e de função [...] Para caracterizar os princípios desta transformação, pode-se dizer que os exercícios corporais da “elite” foram separados das ocasiões sociais ordinárias às quais os jogos populares permaneciam associados (festas agrárias, por exemplo) e desprovidos das funções sociais (e, a fortiori, religiosas) ainda ligadas a vários jogos tradicionais (como os jogos rituais praticados em muitas sociedades pré-capitalistas em certas passagens do ano agrícola). A escola, lugar da *skhole*, do lazer, é o lugar onde as práticas dotadas de funções sociais e integradas no calendário coletivo, são convertidas em exercícios corporais, atividades que constituem fins em si mesmas, espécie de arte pela arte corporal, submetidas à regras específicas, cada vez mais irredutíveis a qualquer necessidade funcional, e inseridas num calendário específico. A escola é o lugar por excelência do exercício chamado gratuito e onde se adquire uma disposição distante e neutralizante em relação ao mundo social, a mesma que está implícita na relação burguesa com a arte, a linguagem e o corpo: a ginástica faz um uso do corpo que, como o uso escolar da linguagem, é ele mesmo o seu fim. O que é adquirido na e pela experiência escolar, espécie de retiro do mundo e da prática, do qual os grandes internatos das escolas de “elite”, representam a forma acabada, é a inclinação à

atividade para nada, dimensão fundamental do ethos das “elites” burguesas que sempre se vangloriam de desinteresse e se definem pela distância eletiva – afirmada na arte e no esporte – em relação aos interesses materiais. O fair play é a maneira de jogar o jogo dos que não se deixam levar pelo jogo a ponto de esquecer que é um jogo, dos que sabem manter a “distância em relação ao papel”, como diz Goffman, implícita em todos os papéis prometidos as futuros dirigentes.²⁶

Essa passagem, ainda que de forma sumária, apresenta importantes indicativos para a compreensão do sentido moderno assumido pelos jogos ancestrais. É verdade que, para clarificar vários pontos relacionados por BOURDIEU, torna-se imprescindível outras leituras. Uma dessas leituras é um escrito do historiador inglês E. P. THOMPSON a respeito do tempo.

THOMPSON, no texto *O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial*, discutiu de forma pormenorizada a questão do controle do tempo social e das transformações ocorridas no curso da história com a sua compreensão. A idéia central do texto é que o capitalismo só se concretizou porque ocorreu uma transformação paulatina da aplicabilidade do tempo vigente, ou seja, uma passagem do tempo natural para o tempo autômato. Pode-se inferir que essa mesma transformação possibilitou o surgimento dos esportes modernos²⁷.

Outros autores como Eric HOBSEBAWM em *A era dos impérios*, principalmente, Thorstein VEBLEN em *A Teoria da classe ociosa* e Eric DUNNING e Norbert ELIAS em *A Busca da Excitação* permitem um melhor entendimento do conjunto de fatos e características que determinaram o surgimento dos esportes modernos²⁸. Tratam-se de leituras distintas, com modelos teóricos igualmente distintos, o quais permitem outro viés de entrada para se compreender as origens dos esportes.

No entanto, deve ser dito que, os trabalhos que mencionamos não são citados por BOURDIEU. Outro aspecto que deve ser ressaltado é dos limites de cada trabalho. HOBSEBAWM e VEBLEN, ainda que tenham utilizado o esporte como um componente

²⁶ Ibid., p. 139.

²⁷ THOMPSON, E. P. *O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo Industrial*. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 44-93.

²⁸ HOBSEBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. VEBLEN, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965. ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca...*, op. cit.

fundamental em suas análises, permitindo se ter, com seus escritos, um entendimento bastante plausível do seu surgimento, não discutiram o esporte especificamente. THOMPSON sequer estudou o esporte.

Feita essa breve consideração, retornamos a linha argumentativa apresentada por BOURDIEU, utilizando para tal uma passagem de seu texto. Nela, o autor se declara da seguinte forma:

A autonomização do campo das práticas esportivas também se acompanha de um processo de racionalização destinado, segundo os termos de Weber, a assegurar a previsibilidade e a calculabilidade para além das diferenças e particularismos: a constituição de um corpo de regulamentos específicos e de um corpo de dirigentes especializados (governing bodies) recrutados, pelo menos em sua origem, entre os old boys da public schools, caminham par a par. A necessidade da aplicação universal de regras fixas se impõem desde o momento em que as “trocas” esportivas se estabelecem entre as diferentes instituições escolares, e depois entre regiões, etc. A autonomia relativa do campo das práticas esportivas se afirma mais claramente quando se reconhece aos grupos esportivos as faculdades de auto-administração e regulamentação, fundadas numa tradição histórica ou garantidas pelo Estado: estes organismos são investidos do direito de fixar as normas de participação nas provas por eles organizadas, de exercer, sob o controle dos tribunais, um poder disciplinar (exclusões, sanções, etc.), destinado a impor o respeito às regras específicas por eles editadas; além disso, podem conceder títulos específicos, como os títulos esportivos ou, como na Inglaterra, os títulos de treinadores.²⁹

A institucionalização, mencionada nessa passagem, foi acompanhada de uma filosofia política do esporte. Essa filosofia, arquitetada no interior da aristocracia, determinou, entre outras coisas, a glorificação do amadorismo e a efetivação da burocratização dos esportes.

O esporte com o espírito amador³⁰ tornou-se um instrumento vital para as elites. Por um lado, suas características possibilitavam a formação das virtudes necessárias aos futuros líderes e, por outro, os limites impostos pelas regras, tomado na forma do jogo limpo (fair play), privilegiava a disposição cavalheiresca (refutação à busca da vitória a qualquer custo).

²⁹ BOURDIEU, *Questões de...*, p. 140.

³⁰ O texto de Eric HOBBSBAWM, *Quem é Quem ou as Incertezas da Burguesia*, é bastante apropriado para definir com precisão a questão do que era ser amador no final do século XIX, início do XX. Para o autor, o amador foi resultado da proibição ou marginalização pertinaz dos praticantes profissionais nos esportes da época. O grau de amador só poderia ser conferido às pessoas que dedicassem mais tempo ao esporte que um operário poderia dedicar. HOBBSBAWM, *A era dos impérios*, p. 233-269.

Essa ética aristocrática, construída no permeio da aristocracia e mantida em seu interior, teve seu esplendor em 1896, com a realização da primeira Olimpíada dos tempos modernos. BOURDIEU lembra que o primeiro comitê olímpico era composto basicamente por duques, condes e lordes, todos de nobreza antiga; situações idênticas eram correntes nas organizações internacionais e nacionais que regiam o esporte.

Assim, ninguém melhor que a figura nobre, como era o barão Pierre de Coubertin, para conduzir o processo que trazia implícita a manutenção de um ideário ético. Um aristocrata convicto, que projetou na realização das Olimpíadas Modernas os pressupostos essenciais da moral burguesa e da iniciativa privada³¹.

Na ótica do autor, o esporte se configurou como um novo tipo de aprendizagem que determinou, no interior da classe em que se difundiu, a urgência de uma instituição escolar inteiramente nova. Na verdade, transcendendo em muito o esporte, o que se colocava em jogo era uma definição de educação burguesa. Essa definição explicitava-se por uma oposição a definição pequeno-burguesa e professoral. Dito de outra maneira, a educação pretendida buscava a liderança e a iniciativa (privada) em detrimento da erudição.

BOURDIEU entende que, “a definição moderna do esporte, freqüentemente associada ao nome de Coubertin, é parte integrante de uma ‘idéia moral’, isto é, de uma ethos das frações dominantes da classe dominante realizado através das grandes instituições de ensino privado, destinadas prioritariamente aos filhos dos dirigentes da indústria privada, como a École des Roches, concretização paradigmática deste ideal”³².

Enquanto campo (das práticas esportivas), o espaço passou abarcar as lutas provenientes da disputa do monopólio de imposição da definição e da função legítima da atividade esportiva: amadorismo x profissionalismo, esportes distintivos x esportes populares, etc.

O resgate histórico, que até aqui compendíamos, feito por BOURDIEU, serviu para o autor denotar, no que o autor define como primeira fase do esporte, marcas de sua origem

³¹ Para uma visão mais detalhada desse momento histórico, ver o texto clássico de Thorstein VEBLEN, *A Teoria da Classe Ociosa*. Ver, também: PILATTI, Luiz Alberto. *A Interpretação dos Esportes nos Escritos de Thorstein Veblen: um olhar na história social*. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (6.: 1998: Rio de Janeiro). *Coletânea*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998. p. 93-103. VEBLEN, *A Teoria...*, op. cit.

que ainda se encontram presentes. A esse respeito, BOURDIEU se manifesta da seguinte forma:

[...] além da ideologia aristocrática do esporte como atividade desinteressada e gratuita, perpetuada pelos tópicos rituais do discurso de celebração, e que contribui para mascarar a verdade de uma parte crescente das práticas esportivas, a prática de esportes como o tênis, a equitação, o iatismo, o golfe, deve sem dúvida uma parte de seu “interesse”, tanto nos dias de hoje quanto em sua origem, aos lucros de distinção que ela proporciona (não é por acaso que a maior parte dos clubes mais seletos, isto é, mais seletivos, são organizados em torno de atividades esportivas que servem de ocasião ou de pretexto para encontros eletivos). Os lucros distintivos são dobrados quando a distinção entre as práticas distintas e distintivas, como os esportes “chiques”, e as práticas que se tornarem “vulgares”, devido à divulgação de vários esportes originalmente reservados à “elite”, como o futebol (e em menor grau, o rugby que ainda guardará por algum tempo, um duplo estatuto e um duplo recrutamento social) é acrescida da oposição, mais marcada ainda, entre a prática do esporte e o simples consumo do espetáculos esportivos. Com efeito, sabe-se que a possibilidade de praticar um esporte depois da adolescência (e a fortiori na idade madura ou na velhice) decresce muito nitidamente à medida em que se desce na hierarquia social (assim como a probabilidade de fazer parte de um clube esportivo), enquanto a probabilidade de assistir pela televisão (a frequência aos estádios na qualidade de espectador obedecendo as leis mais complexas) aos espetáculos esportivos considerados como mais populares, como o futebol ou o rugby, decresce muito nitidamente à medida em que se sobe na hierarquia social.³³

Com efeito, a prática de esportes, principalmente para os adolescentes das classes populares e médias, possibilita, dentro da lógica do campo, o surgimento de uma demanda futura, ou seja, produz futuros consumidores de espetáculos esportivos. Para BOURDIEU,

[...] o esporte, que nasceu dos jogos realmente populares, isto é, produzidos pelo povo, retorna ao povo, como a folk music, sob a forma de espetáculos produzidos para o povo. O esporte espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas da força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuísse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo tempo, as funções do simples consumo passivo.³⁴

Os espetáculos esportivos, antes restritos a praticantes e aos espectadores presenciais, alcançaram as massas quando esses eventos, através da mass media, tornaram-se um produto

³² BOURDIEU, *Questões de...*, p. 141.

³³ *Ibid.*, p. 143.

mediático. Essa produção maciça de espetáculos trouxe, no seu bojo, uma série de aspectos negativos para o esporte, considerando os valores amadores do esporte.

Esses espetáculos, no interior do qual passaram a se desenvolver interesses específicos, ligados à concorrência, relações de força específica, entre um conjunto de outros fatores, determinaram o contínuo aumento da ruptura entre profissionais e amadores. A esse respeito, BOURDIEU se declara da seguinte forma:

[...] a evolução da prática profissional depende cada vez mais da lógica interna do campo de profissionais, sendo os não-profissionais relegados à categoria de público cada vez menos capaz da compreensão dada pela prática. Em matéria de esporte, estamos freqüentemente, na melhor das hipóteses, no estágio da dança do século XIX, com profissionais que se apresentam para amadores que ainda praticam ou praticaram; mas a difusão favorecida pela televisão introduz cada vez mais espectadores desprovidos de qualquer competência prática e atentos a aspectos extrínsecos da prática, como o resultado, a vitória. O que acarreta efeitos, por intermédio da sanção (financeira ou outra) dada pelo público, no próprio funcionamento do campo de profissionais (como a busca de vitória a qualquer preço e, com ele, entre outras coisas, o aumento da violência).³⁵

Nesse cenário, a mass media tornou-se o componente central do processo. Os produtos produzidos se conformaram na busca de lucros máximos a custos mínimos. A lógica da velocidade e do lucro máximo a curto prazo, no entanto, são incompatíveis com a idéia de cultura, critica veementemente BOURDIEU. No esporte, os valores dos direitos de transmissão são cada vez mais elevados. Produzindo transformações na própria dinâmica da prática. Um pequeno trecho do autor é adequado para ilustrar a argumentação construída:

[...] a submissão crescente do esporte à lógica do comércio, por meio da comercialização do espetáculo esportivo televisionado, tende a cortar a ligação orgânica entre o esporte de alto nível e a prática do esporte de base; ou, de maneira mais precisa, no caso do futebol, entre os grandes clubes profissionais, cada vez mais transformados em empresas capitalistas, por vezes cotadas em Bolsa, e os pequenos clubes amadores, direcionados para objetivos pedagógicos e sustentados em grande parte por uma devoção militante. Assim, o verdadeiro percurso que poderia conduzir o garoto das favelas ou da periferia, desde a pequena equipe local ou da escolinha de futebol do clube grande, até a equipe nacional e a carreira internacional está cada vez mais ameaçado, tanto na realidade quanto nas representações.³⁶

³⁴ Ibid., p. 144.

³⁵ BOURDIEU, *Coisas Ditas...*, p. 218.

³⁶ BOURDIEU, Pierre. A Ciência do Real. *Folha de São Paulo*, 7 fev. 1999. Entrevista.

Esses são apenas alguns aspectos ligados a busca da vitória e da espetacularidade exigida de profissionais puros por uma indústria que podemos chamar da “indústria do entretenimento”.

Em paralelo, com a disseminação e produção em massa dos espetáculo esportivo, os espectadores (consumidores) passaram a adquirir uma “competência puramente passiva”, antes restrita aos praticantes atuais e do passado. Essa “competência”, entende BOURDIEU, é responsável pela evolução da produção.

O cenário presente denota a passagem de um esporte praticado em círculos sociais restritos, otimizados pela máxima do amadorismo, para um esporte espetacularizado com produção profissional e destinado ao consumo de massas. Alguns fatores foram determinantes para essa alteração. Para o autor:

Não podemos, com efeito, nos contentarmos em invocar a lógica relativamente autônoma do campo da produção de bens e serviços esportivos e, mais precisamente, o desenvolvimento, no interior deste campo, de uma indústria do espetáculo esportivo que, submetida às leis da rentabilidade, visa a maximizar a eficácia minimizando os riscos (o que, particularmente, acarreta a necessidade de um pessoal técnico especializado e de uma verdadeira gerência científica, capaz de organizar racionalmente o treinamento e a manutenção do capital físico dos profissionais – pensamos por exemplo no futebol americano, onde o corpo de treinadores, médicos, public relations, excede o corpo de jogadores e serve, quase sempre, de apoio publicitário a uma indústria de equipamentos e de acessórios esportivos).

Na realidade, o próprio desenvolvimento da prática do esporte, mesmo entre os jovens das classes dominadas, sem dúvida resulta em parte do fato que o esporte se predispunha a cumprir numa escala maior as próprias funções que estavam na origem de sua invenção, nas public schools inglesas, no final do século XIX: antes mesmo de considerá-lo um meio de “formar o caráter” (to improve character) segundo a velha crença vitoriana, as public schools, instituições totais no sentido de Goffman, que devem assumir sua tarefa de enquadramento vinte e quatro horas por dia durante sete dias da semana, viram nos esportes um meio de ocupar a menor custo os adolescentes que estavam sob sua responsabilidade em tempo integral; como aponta um historiador, quando os alunos estão no campo de esportes, é fácil vigiá-los, dedicam-se a uma atividade “sadia” e direcionam sua violência contra os colegas ao invés de direcioná-la contra as próprias instalações ou de atormentar seus professores. Sem dúvida, esta é uma das chaves da divulgação do esporte e da multiplicação das associações esportivas que, originalmente organizadas sobre bases beneficentes progressivamente foram recebendo o reconhecimento e a ajuda dos poderes públicos.³⁷

O esporte, caracterizado como um meio extremamente econômico de mobilizar,

³⁷ BOURDIEU, *Questões de...*, p. 145-146.

ocupar e controlar massas, apresentava predisposição a tornar-se um objeto de lutas entre instituições com interesses na manipulação das massas e arrebatamento de jovens. Com o Estado, de maneira cada vez mais dissimulada, ajudando e reconhecendo as organizações esportivas e estas ao lado de seus dirigentes, assumindo uma aparente neutralidade, o esporte crescentemente constituiu-se em objeto de lutas políticas.

Entende BOURDIEU que, “a concorrência entre as organizações é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma necessidade social, isto é, socialmente constituída, das práticas esportivas e dos equipamentos, instrumentos, pessoal e serviços correlativos”³⁸.

A longa trajetória existente desde a invenção do esporte nas escolas de “elite” inglesas até as organizações esportivas de massa, sugere o autor, é acompanhada de modificações da função atribuída a prática e de transformações que sejam adequadas às exigências e expectativas dos consumidores dos espetáculos esportivos.

A leitura de cenários tão díspares, como o da invenção e o das organizações esportivas de massa, exige reinterpretação de significados. Um exemplo profícuo é a ascensão social proporcionada pelo esporte. O esporte, inicialmente tido como condição de pertencimento e ascensão de classe, no cenário atual apresenta-se como possibilidade de ascensão através do profissionalismo.

BOURDIEU considera necessário, para o próprio funcionamento do campo, essa possibilidade. Vejamos uma passagem que avigora essa argumentação:

Tudo sugere que os “interesses” e valores que os praticantes saídos das classes populares e médias trazem consigo para o exercício do esporte se harmonizam com as exigências correlativas da profissionalização (que pode, evidentemente, coincidir com as aparências do amadorismo), tanto da racionalização da preparação (treinamento) quanto da execução do exercício esportivo, imposto pela busca da maximização da eficácia específica (medida em “vitórias”, “títulos” ou “records”), busca que é, ela mesma, já vimos, correlativa ao desenvolvimento de uma indústria – privada ou pública – do espetáculo esportivo.

Temos aqui um caso de encontro entre a oferta, isto é, a forma particular que reveste a prática e o consumo esportivos propostos a um dado momento do tempo, e a demanda, isto é, as expectativas, os interesses e os valores dos praticantes potenciais, sendo a evolução das práticas e dos consumos reais o resultado da confrontação e do ajustamento permanente entre um e outro. É óbvio que a cada momento, cada recém-chegado deve contar com um estado

³⁸ Ibid., p. 147.

determinado das práticas e consumos esportivos e de sua distribuição entre as classes, estado que não lhe compete modificar e que é o resultado de toda a história anterior da concorrência entre os agentes e as instituições engajadas no “campo esportivo”. Mas se é verdade que, neste caso como em outros, o campo de produção contribui para produzir a necessidade de seus próprios produtos, resta o fato de que não se pode compreender a lógica através da qual os agentes adotam uma ou outra prática esportiva, uma ou outra maneira de realizá-la, sem levar em conta as disposições em relação ao esporte, que, sendo elas próprias uma dimensão de uma relação particular com o próprio corpo, se inscrevem na unidade do sistema de disposições, o *habitus*, que está na origem dos estilos de vida.³⁹

Na perspectiva do estilo de vida e, por que não dizer, do *habitus*, cabe discutir as variações dos significados e das funções sociais que classes diferentes dão ao esporte. Práticas diferentes, em cada classe, possuem variações da percepção e da apreciação dos lucros (imediatos e futuros) proporcionados. Essas variações devem-se não apenas às variações dos fatores que tornam possível ou impossível assumir seus custos econômicos e culturais.

Para ilustrar as expectativas desiguais de classes em relação ao lucro “intrínseco” de determinada prática, BOURDIEU recorreu ao exemplo do levantamento de peso.

O levantamento de peso foi, durante um longo período de tempo, um dos espetáculos mais tipicamente populares. Em alguns lugares, como na França, o esporte era o favorito das classes populares. Em contra partida, a modalidade foi tardiamente reconhecida oficialmente como uma modalidade olímpica. As autoridades responsáveis pela inclusão de modalidades, com olhos aristocráticos de fundadores dos esportes modernos, consideravam o halterofilismo como um símbolo da força pura, da brutalidade e indigência intelectual, ou seja, sinônimo de classes populares.

O exemplo denota uma lógica distintiva. Tal lógica, constituída na distribuição diferencial das práticas esportivas, é o resultado do estabelecimento de uma relação entre dois espaços homólogos: (i) o espaço das práticas possíveis, produzidas por toda a história anterior, isto é, um conjunto de “modelos”, de práticas (regras, equipamentos, instituições especializadas), e de ofertas, e (ii) o espaço das disposições a serem praticadas, a procura.

No entanto, é necessário ter cuidado para não se estabelecer uma relação direta entre um esporte qualquer e uma posição social. No entendimento de BOURDIEU

³⁹ Ibid., p. 147-148.

[...] o elemento determinante do sistema de preferências é aqui a relação com o corpo, com o envolvimento do corpo, que está associada a uma posição social e a uma experiência originária do mundo físico e social. Essa relação com o corpo é solidária com toda a relação com o mundo: as práticas mais distintivas são também aquelas que asseguram a relação mais distanciada com o adversário, são também as mais estetizadas, na medida em que, nelas a violência está mais eufemizada, e a forma e as formalidades prevalecem sobre a força é a função. A distância social se retraduz muito bem na lógica do esporte.⁴⁰

Assim, esportes que demandem apenas qualidades físicas e competências corporais podem ser acessíveis em função do tempo, principalmente, e da energia física. Como a probabilidade de praticá-los cresce em patamares mais elevados da hierarquia social, o repúdio das classes superiores a algumas modalidades individuais e coletivas, nitidamente populares, pode ser entendido como uma espécie de afastamento de práticas pouco distintas.

Cria-se, nessa ótica, um conjunto de propriedades dos esportes populares ou, dito de outra forma, um conjunto de valores que não são adequados às práticas distintivas: “exaltação da competição e das virtudes exigidas, força, resistência, disposição à violência, espírito de ‘sacrifício’, de docilidade e de submissão à disciplina coletiva, antítese perfeita da ‘distância em relação ao papel’ que os papéis burgueses implicam, etc.”⁴¹.

Outro fator distintivo está ligado a idade. Práticas vulgares exigem associação com a juventude. Práticas distintivas, caracterizadas pela manutenção física e pelo lucro social proporcionado, tendem a prolongar-se para muito além do período da juventude, tanto mais além quanto prestígio e exclusividade possuírem. O golfe é um exemplo patente do tipo de prática distintiva.

Denota-se que, a busca por atividades distintivas e a relação com o próprio corpo, enquanto dimensões privilegiadas do *habitus*, são fatores determinantes para a distinção de diferentes esportes. Mesmo no interior de uma mesma classe, caracterizada por todo um universo de estilos de vida, frações podem ser demarcadas com os mesmos indicadores.

Com essa lógica, a lógica proporcionada pelo tipo de relação com o corpo que a prática favorece ou exige, podemos alocar a modalidade que está servindo como pano-de-

⁴⁰ BOURDIEU, *Coisas Ditas*, p. 208-209.

⁴¹ BOURDIEU, *Questões de...*, p. 150.

fundo para nossas discussões, o atletismo, como uma modalidade caracteristicamente popular⁴². Essa caracterização é procedente em todos os indicativos apresentados.

Finda essa discussão, BOURDIEU sumaria todo o conjunto de elementos apresentados no texto no qual centramos nossas discussões. O autor se declara da seguinte forma:

[...] o princípio das transformações das práticas e dos consumos esportivos deve ser buscado na relação entre as transformações da oferta e as transformações da demanda: as transformações da oferta (invenção ou importação de esportes ou de equipamentos novos, reinterpretação dos esportes ou jogos antigos, etc.) são engendradas nas lutas de concorrência pela imposição da prática esportiva legítima e pela conquista da clientela dos praticantes comuns (proselitismo esportivo), lutas entre diferentes esportes e, no interior de cada esporte, entre as diferentes escolas ou tradições (por exemplo, esqui de pista, fora da pista, de fundo, etc.), lutas entre as diferentes categorias de agentes engajados nesta concorrência (esportistas de alto nível, treinadores, professores de ginástica, fabricantes de equipamentos, etc.); as transformações da demanda são uma dimensão da transformação dos estilos de vida e obedecem, portanto, às leis gerais desta transformação. A correspondência que se observa entre as duas séries de transformações se deve, sem dúvida, neste e noutros casos, ao fato de que o espaço dos produtores (isto é, o campo dos agentes e das instituições que contribuem para a transformação da oferta) tende a reproduzir, em suas divisões, o espaço dos consumidores. Colocando de outra maneira, os taste-makers que estão em condições de produzir ou impor (isto é, vender) novas práticas ou novas formas de antigas práticas (como os esportes californianos ou as diferentes espécies de expressão corporal), assim como os que defendem as práticas antigas ou as antigas maneiras de praticar, engajam em sua ação as disposições e convicções constitutivas de um *habitus* onde se exprime uma determinada posição no campo dos especialistas e também no espaço social, e por este fato eles estão predispostos a exprimir e, portanto, a realizar em virtude da objetivação, as expectativas mais ou menos conscientes de frações correspondentes do público dos leigos.⁴³

As práticas só podem ser interpretadas nessa lógica, na medida em que, um dos fatores que as determinam é a vontade de manter o nível das práticas na distância que existe entre as posições. Assim, infere BOURDIEU, a história das práticas esportivas só pode ser

⁴² Para roborar nossa argumentação, utilizaremos dados apresentados no relatório de pesquisa *Os Jovens Atletas Brasileiros*. Nesse trabalho, foi traçado um perfil comparativo entre as diversas modalidades esportivas disputadas nos Jogos da Juventude do Brasil no ano de 1996. Entre os indicadores apresentados no relatório, alguns dados sobre os hábitos de vida dos atletas nos são interessantes, particularmente os relacionados ao perfil sócio-econômico, e, em se tratando de uma análise comparada, ajustados as premissas de BOURDIEU. A constatação apresentada é que os atletas da modalidade apresentam um “nível sócio-econômico razoavelmente baixo”. GAYA, Adroaldo et al. **Os Jovens Atletas Brasileiros: relatório do estudo de campo dos jogos da juventude de 1996**. Publicações Indesp. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p. 94.

⁴³ BOURDIEU, *Questões de...*, p. 152-153.

uma história estrutural, levando em conta as transformações sistemáticas acarretadas.

Feita essa exposição do modelo teórico de BOURDIEU, algumas considerações se fazem necessárias. Dizer que o campo esportivo é, na atualidade, um campo altamente burocratizado e profissionalizado, com forte integração nos meios de comunicação, é aduzir algo que já está num lugar comum.

No entanto, essa constatação denota uma superposição no confronto entre lógica de campos distintos. Tentaremos ser mais objetivos. Temos, por um lado, o campo midiático. Um campo com uma dinâmica e ritmo próprio, onde, em detrimento de aspectos como os culturais, por exemplo, busca-se a maximização de lucros. Noutro lado, temos o campo esportivo, o qual na busca desse mesmo lucro máximo, tem sua dinâmica e ritmo metamorfoseados para potencializar o negócio. Essa metamorfose submete o campo esportivo a lógica de outro campo, que é o campo midiático. São transformações muito recentes que não podem ser perfeitamente explicadas pelo modelo que até agora esquadrimos.

Para concluir, podemos dizer que a grande tese que BOURDIEU nos proporcionou, nessa discussão, é a tese de que o esporte, particularmente depois dos anos 60/70, só pode ser compreendido adequadamente pela ótica do consumo. No entanto, é preciso ir além. Existe algo novo ocorrendo e que ainda não foi interpretado corretamente. Mapear, ainda que sumariamente, essas transformações é a tarefa que se apresenta. Nessa direção caminharemos no texto subsequente.

O esporte além do apenas moderno

No decorrer do século vinte, o mais capitalista de todos os séculos, o esporte tornou-se um fenômeno sócio-cultural cingido de alto grau de relevância e complexidade.

O modelo capitalista, suscitado em sua progênie pelo espírito ético que manou da Reforma protestante, subsiste e, ainda que despojado de seu fundo religioso elementar, tornou-se dominante. Nele, o predomínio do capital metamorfoseou radicalmente signos e a própria sociedade, em muitos de seus segmentos, com transformações dessemelhantes. As premissas destas transformações, em parte significativa, estão inculcadas no esporte.

Esse raciocínio permite antever e, ao mesmo tempo, impõe a necessidade de uma compreensão interpretativa estruturada do esporte coevo. Essa compreensão é objetivada no presente texto. Feito esse intróito, faz-se necessário efetuar algumas considerações sobre o título proposto e delinear o desenvolvimento planejado.

O título apresentado foi inspirado no livro de Gilberto FREYRE, *Além do apenas moderno*¹. Por um lado, considerávamos imprescindível a transposição do ideário de moderno, entendendo que, como veremos adiante, o esporte é determinado por pressões que, na contemporaneidade, o transformaram num produto mercantilizado e que esse produto não se amolda perfeitamente nos modelos analíticos produzidos por esse ideário e, por outro lado, mesmo considerando a existência de possibilidades profícuas de discussões abertas pelo modelo da pós-modernidade, não entendíamos o conceito como totalmente adequado a realidade².

¹ FREYRE, Gilberto. **Além do Apenas Moderno**: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

² A questão é estremar os limites do que é modernidade e do que é pós-modernidade e indicar o terreno em que pretendemos trafegar. Iniciaremos vendo como alguns autores que trabalham esta questão se manifestam. Para FEATHERSTONE, “a modernidade surgiu com o Renascimento e foi definida em relação à Antiguidade, como no debate entre os Antigos e os Modernos. Do ponto de vista da teoria sociológica alemã do final do século XIX e do começo do século XX, do qual derivamos grande parte de nosso sentido atual do termo, a

Em *Além do apenas moderno*, FREYRE, ao discutir “o problema do tempo crescentemente livre”, encontra nesse tempo evidências de algo palpável. Em outra ótica, podemos considerar esse tempo como sendo um “nicho”. O autor se declara da seguinte forma:

[...] criado pela mecanização do trabalho e, sobretudo, em anos recentes, pela automação em começo [...] o tempo desocupado começa a avultar de tal maneira sobre o ocupado que se

modernidade contrapõe-se à ordem tradicional, implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social (Weber, Tönnies, Simmel) – processos que resultaram na formação do moderno Estado capitalista-industrial e que muitas vezes foram vistos sob uma perspectiva marcadamente antimoderna. Em decorrência, falar em pós-modernidade é sugerir a mudança de uma época para outra ou a interrupção da modernidade, envolvendo a emergência de uma nova totalidade social, com seus princípios organizadores próprios e distintos. Uma mudança dessa ordem foi detectada nos escritos de Baudrillard, Lyotard e, em certa medida, Jameson (Kellner, 1988). Baudrillard e Lyotard admitem um movimento em direção a uma era pós-industrial. Baudrillard (1983a) destaca que novas formas de tecnologia e informação tornam-se fundamentais para a passagem de uma ordem social produtiva para uma reprodutiva, na qual as simulações e modelos cada vez mais constituem o mundo, de modo a apagar a distinção entre realidade e aparência. Lyotard (1984) discorre sobre a sociedade pós-moderna, ou era pós-moderna, cuja premissa é o movimento para uma ordem pós-industrial”. Outro autor, Perry ANDERSON, ao discutir a pós-modernidade (capitalismo financeiro e midiático), argumenta tratar-se de um processo iniciado na década de 50, com o aparecimento da televisão, e definitivamente propagado na década de 70, com as cores chegando aos aparelhos televisivos. Entre as características dessa sociedade, destaca o autor, a informação, a virtualidade do dinheiro e das economias, o relativismo cultural, a dominação absoluta do mercado, a simbiose entre comércio e cultura. É a idéia do “*american circus*”. É um pouco na junção dessas posições que pretendemos abstrair os limites que estamos demarcando. Compreendemos a modernidade como o racional, o desencantamento, a dessacralização do mundo. O pós-moderno é o eclético. É a junção de partes e pedaços do passado com tecnologias de última geração, é algo fragmentado e de valores efêmeros. É um grande espetáculo. As pessoas vêem as coisas do ponto de vista da emoção. Procura-se emoção. Vende-se emoção. David HARVEY aponta isto. Para o autor, a transição de uma ordem para outra ocorreu com “o colapso dos horizontes temporais e a preocupação com a instantaneidade [que] surgiram em parte em decorrência da ênfase contemporânea no campo da produção cultural em eventos, espetáculos, *happenings* e imagens de mídia”. Sua materialização ocorre com oposições estilísticas como do propósito para o jogo, do objeto de arte/obra acabada para o processo/*performance/happening*, do paradigma para o sintagma, do projeto para o acaso, etc. Do ponto de vista de nosso objeto, não pretendemos adentrar na discussão de se estamos na modernidade ou na pós-modernidade. O que pretendemos utilizar é a denúncia pós-moderna da espetacularização. Isso não implica em adotar esse modelo como analítico ou conceito nessa perspectiva. Concretamente falando, entendemos que os meios técnicos e de imagem, permitiram um grande aumento de venda dessa imagem. A mercantilização dessa imagem era algo absolutamente impensável antes da televisão. Para exemplificar, podemos citar as Copas do Mundo de futebol realizadas antes das transmissões por satélite. Nesses eventos, era impossível vender a imagem de um jogador, de um ídolo, como se vende hoje, com a imagem indo para qualquer lugar. Para se vender a imagem produzida hoje, novos mecanismos se constituíram e são diferentes dos mecanismos existentes a 10, 20 ou 30 anos atrás. O admirável mundo novo divisado pela pós-modernidade não é o mundo aberto das esperanças igualitárias, mas o mundo fechado dos chamados interesses em jogo. Enfim, houve uma generalização da imagem, que é uma possibilidade técnica e isso, numa perspectiva mais weberiana, se insere numa rede de busca da dominação, benefícios materiais e simbólicos. ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999. FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. p. 20. HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 61.

pode prever a redução do ocupado a verdadeira insignificância quantitativa. Problemas, portanto, como o da organização do trabalho, o da organização de trabalhadores, o dos sindicatos de atividades operárias – problemas relacionados com o tempo ocupado – tomam o aspecto, nos países mais automatizados, de problemas já meio arcaicos, ao lado dos de preenchimento e organização do tempo desocupado.

Que estes é que se apresentam ao futurólogo ou futurologista como os de importância decisiva para o reajustamento das relações interpessoais e intergrupais que a automação começa a exigir das sociedades industrializadas. Restaura-se o prestígio do *ócio* como positivo de que *negócio* é o negativo. Restaura-se a relação do Homem com o Tempo em termos menos de produtividade de trabalho individual ou grupal que de capacidade do desocupado – indivíduo ou grupo – para preencher o tempo desocupado ou livre de modo diversamente lúdico, hedônico e, em alguns casos, criador ou sublimador: a criação artística, a invenção científica, a contemplação do caráter filosófico, a diversificação de atividades esportivas, com o máximo de participação dos indivíduos nessas atividades diversificadas, a sublimação do ócio pela meditação ou pelo êxtase religioso, quer da parte de indivíduos, quer da parte de grupos unidos por afinidades.³

É facilmente constatado que o esporte se amolda nesse nicho de maneira ímpar. Maneira essa que, diga-se de passagem, é refutada por FREYRE. Para o autor, a redução de indivíduos e grupos, a multidões e massas, em uma ociosidade dirigida que, por exemplo, os “estádios imensos para um, só tipo de esporte”⁴ oferecem, é um método totalitário e arbitrário, aplicado no interesse exclusivo dos dirigentes do Estado.

Essas posições nos servem como ponte para estabelecer os delineamentos pretendidos. Examinaremos, num primeiro momento, a cultura de massa, fomentadora da mercantilização e espetacularização dos esportes ocorrida nas últimas décadas. Esse exame nos remete a um conjunto amplo de possibilidades de discussão, entre essas possibilidades se aloca os mercados esportivos e a inserção midiática do esporte para atender uma demanda existente em um tempo socialmente disponível⁵.

Em outra direção, num segundo momento, examinaremos o esporte no sinuoso terreno do público e do privado. As posições de FREYRE já anteciparam algumas questões. Com efeito, poremos em espreite uma questão que servirá para compelir o debate na direção pretendida: Como o esporte se transformou desde sua modernização?

³ FREYRE, *Além do...*, p. 108-109.

⁴ *Ibid.*, p. 109.

⁵ Para uma visão mais ampla da questão do tempo livre e do tempo disponível, o artigo do historiador Ademir GEBARA é bastante útil. No artigo, o autor, balizado numa tradição marxista, compreende o tempo livre como sendo um tempo individual e o tempo disponível como um tempo social. Na focagem da indústria do entretenimento, o tempo que nos interessa é o tempo disponível. GEBARA, Ademir. O Tempo na Construção do Objeto de Estudo da História do Esporte, do Lazer e da Educação Física. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (2.: 1994: Ponta Grossa). *Coletânea*. Ponta

Para a construção dessa resposta utilizaremos a tese doutoral do economista Marcelo Weishaupt PRONI, *Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa*, em especial na sua Parte I: *Esporte moderno e esporte espetáculo*⁶.

A tese central do trabalho, a simbiose do futebol com a empresa, construída tendo como fio condutor o papel do Estado, oferece pistas para uma organização plausível da resposta buscada.

PRONI principia suas discussões constando que

A década de noventa tem sido marcada, no Brasil, pela busca da modernidade. “Modernização” é um dos termos mais freqüentes no discurso dos governantes e nos noticiários da imprensa escrita, falada e televisiva. E está sempre associado a um outro termo muito utilizado, até mais freqüentemente veiculado, e que tem causado um grande impacto na opinião pública: a “globalização”.

No mundo esportivo, também, estes dois termos têm-se tornado referência para compreender e impulsionar as mudanças em curso. Todos que acompanham o esporte brasileiro, e particularmente o futebol, são testemunhas de uma profunda reestruturação, que vem modificando não apenas as formas de organização esportiva, mas os próprios princípios que fundavam a existência de clubes, torneios e federações.⁷

Deve ser evidenciado que tais constatações eclodiram de uma focagem do futebol. No Brasil, nenhuma outra modalidade esportiva apresente um grau de profissionalização (e, por que não dizer, de modernidade) tão representativo⁸. É verdade que, no caso do futebol, esse processo é um processo iniciado com muita anterioridade em relação as “outras” modalidades que compõem o cenário esportivo brasileiro.

Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1994. p. 175-189.

⁶ O trabalho *Esporte-Espetáculo...* é estruturado em duas partes. A parte I, que vamos nos ater mais, aborda de forma sistemática, desde a constituição até a contemporaneidade do mundo esportivo. Na parte II, *Futebol profissional e futebol-empresa*, é estudado de maneira semelhante a difusão do futebol. PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. p. 15-131.

⁷ *Ibid.*, p. 1.

⁸ Não se pode esquecer, aqui, o caso do voleibol. O voleibol, em curtíssimo espaço de tempo, deixou de ocupar um lugar marginal no cenário esportivo brasileiro, para se tornar o segundo esporte na preferência nacional. Esta transição ocorreu entre os anos de 1975 e 1995, com a superintendência de Carlos Arthur Nuzman na Confederação Brasileira de Voleibol. O dirigente e o próprio voleibol se tornaram uma espécie de sinal da vanguarda administrativa do esporte brasileiro. Muitos profissionais de destaque da modalidade se afastaram e passaram a atuar no futebol, em tese o esporte mais “profissional” do país, com a imposição da Lei Pelé. Apesar dessa rápida transição, o voleibol parece, novamente, emergir em problemas aparentemente resolvidos, como dificuldades para a comercialização de imagens de seus principais eventos, o que permite rematar que o modelo gerencial utilizado, ainda que mais efetivo em relação ao de outras modalidades, não se mostrou completamente funcional com as transformações recentemente ocorridas.

Essa constatação permite a laboração de uma suposição interessante. No entanto, antes de convergirmos para tal possibilidade, apresentaremos uma análise semelhante a feita por PRONI. O autor dessa análise é o jornalista Juca KFOURI, e a passagem que utilizaremos serve para retratar o cenário do futebol brasileiro no início da década de 90. A passagem nos servirá para, em contraste com o cenário do final da década, assinalar o processo ebuliente vivido pelo futebol na década. Vejamos como KFOURI se manifesta:

Cada vez mais não há – ou não deve haver – lugar para os curiosos, para os apenas práticos, para os amadores que não conheçam profundamente a especialidade a que se dediquem. Os conhecimentos adquiridos na área da medicina esportiva, na preparação física, na administração do esporte, levam, necessariamente, a que se repense o esporte no Brasil, ainda vivendo de raras ilhas de excelência – como os casos da Confederação Brasileira de vôlei, o São Paulo FC, o consórcio Palmeiras/Parmalat.

A dimensão que o esporte assumiu como negócio exige profissionais de ponta a ponta. Do dirigente ao atleta, passando pela infra-estrutura em todos os seus aspectos.

Esta é, por incrível que pareça, uma discussão ainda incipiente no Brasil, apesar de estarmos às portas do ano 2000. No esporte nacional ainda predomina o folclore, a corrupção, o mecenato, a politicagem. A qualidade dos atletas não é acompanhada pelas outras áreas, fundamentalmente porque na estrutura de poder predomina o voto de cabresto, o amadorismo muito bem pago, a falta de transparência. Porque há médicos, preparadores físicos, técnicos, homens de administração e marketing, advogados, engenheiros, nutricionistas, psicólogos, enfim, profissionais de todas as especializações, em condições de serem absorvidos para alavancar o esporte nacional, mas que não encontram espaço para o exercício de suas habilidades exatamente porque a cartolagem os teme e repele.⁹

No entanto, deve ser pontuado que a modernização ocorrida não proporcionou uma completa transfiguração do quadro caótico exarado por KFOURI. O que o jornalista chamou de “ilhas de excelência” deixaram de ser. O trabalho de PRONI afluí sensivelmente nessa direção. As coisas estão mudando numa velocidade muito grande e a compreensão dessas transformações é cada vez mais complexa.

Feita essa constatação, retornemos a suposição que ventilamos há pouco. Quando mencionamos a anterioridade do futebol, falamos, alicerçados em PRONI, na década de 30. Para o autor, o Estado pós-30 trouxe em seu âmago idéias de modernidade impregnadas de um sentido nacionalista, resultado, em grande parte, da crise de 29 e da revolução 30. Em

⁹ KFOURI, Juca. O Esporte como Tema de Conhecimento Científico. SIMPÓSIO: ESPORTE: DIMENSÕES SOCIOLOGICAS E POLÍTICAS (1.: 1993: São Paulo). *Anais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 41-42.

paralelo, o Estado também se modernizava. Era delineado um projeto de modernidade para o país. Nesse projeto, o esporte era um mecanismo privilegiado para formar uma juventude forte e disciplinada para o trabalho¹⁰.

Deve ser dito que, assumirmos essa posição, não implica na refutação ou na aceitação incondicional de uma marca tradicional da historiografia brasileira, o episódio revolucionário de 30. O Brasil do pós-30 mudou. O esporte não poderia ficar, como não ficou, imune às transformações e, por que não dizer, mazelas dessa revolução¹¹.

Em nosso entendimento, para se compreender historicamente o esporte no Brasil, uma percepção ampla do movimento de 30 é imprescindível. Essa percepção implica entre outras coisas, e principalmente, em se compreender uma ou duas décadas anteriores ao movimento, que é onde ele começa a se configurar e são constituídas as forças que o deflagraram os acontecimentos ulteriores.

Pensando no esporte, podemos afirmar que sua modernização foi imposta normativamente pelo Estado inicialmente nesse período. O futebol, em certa medida, teve

¹⁰ Para maiores detalhes, ver: BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Ser Forte para Fazer a Nação Forte: 1932-1945**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹¹ No esporte, profundas transformações estruturais foram introduzidas, particularmente com o advento do Estado Novo. Os esportes, com a intervenção do Estado e o novo projeto estatal brasileiro, foram metamorfoseados com o programa do amadorismo e passaram a incorporar novos objetivos, que eram os objetivos do Estado Novo. O Estado, de forma normativa, tomou para si responsabilidades que anteriormente eram da comunidade, se arrogando como protetor e responsável pelo esporte amador do país. Outros fatos significantes ocorreram no período. Do ponto de vista legal, a prática da educação física é acoplada aos esportes (Decreto-Lei n. 526, de 1 jul. 1938). É criada a Comissão Nacional de Esportes (Decreto n. 1.056, de 19 jan. 1939). São estabelecidas as bases da organização e normatizado os esportes no Brasil. (Decreto-Lei n. 3.199, de 14 abr. 1941 e Portaria Ministerial n. 254, de 01 out. 1941). A Educação Física se torna prática obrigatória nas escolas secundárias (Decreto-Lei n. 4.244, de 9 abr. 1942). Em linhas gerais, pode-se dizer que em nenhum período da História do Brasil, a questão do corpo do cidadão foi tão presente como no Estado Novo. O Estado Novo tem como limite filosófico o corpo, porque é corporativista. O corpo da Nação se forma pela modelagem de todos os corpos sociais. Para uma visão ampla desse processo, ver: BARROS, José M. Camargo. *Esporte e Legislação Esportiva*. SIMPÓSIO: ESPORTE: DIMENSÕES SOCIOLÓGICAS E POLÍTICAS (1.: 1993: São Paulo). *Anais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 114-124. BRASIL. Decreto-Lei n. 526. Institui o Conselho Nacional de Cultura. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 jul. 1938. BRASIL. Decreto n. 1.056. Institui a Comissão Nacional de Esportes. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jan. 1939. BRASIL. Decreto-lei n. 3.199. Estabelece as bases da organização dos desportos em todo o País. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 abr. 1941. BRASIL. Portaria Ministerial n. 254. Expedi instruções para a organização dos estatutos das Confederações e Federações Desportivas existentes no País. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 03 out. 1941. BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244. Consigna em seu art. 19, a Educação Física como prática educativa obrigatória em todos os estabelecimentos do ensino secundário, até a idade de 21 anos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 abr. 1942.

um tratamento diferenciado nas interferências normativas impostas aos outros “esportes”. A causa dessas diferenciações foram, provavelmente, o patamar de profissionalização da modalidade e o desajuste da modalidade com o programa amadorístico adotado.

O Futebol vivia um rompimento com o que PRONI chama de “amadorismo de fachada”. Sugere o autor que esse rompimento era fruto do desenvolvimento do profissionalismo ocorrido principalmente na Europa. Essa eclosão tinha analogamente uma inserção de novos mecanismos de gestão empresarial. Refletido no Brasil, o processo era impelido, por um lado, pela imprensa, e frenado, por outro, por federações e confederações.

Processo semelhante só foi vivenciado pelas modalidades ditas “amadoras”, no Brasil, na década de 70, ou seja, com aproximadamente quarenta anos de atraso em relação ao futebol. A direção das transformações apresentaram algumas similitudes com a do futebol e uma periodização própria para cada modalidade.

Evidenciadas tais transformações, cabe aqui, uma pergunta adicional, para que com a resposta possamos dar uma maior sustentação a pergunta que desencadeou essa discussão e ainda está em pauta. A pergunta adicional é: qual a lógica das mudanças que vêm se processando no esporte?

Para PRONI, a lógica interna dessas mudanças é a lógica mercantil. Entende o autor que essa lógica se evidencia em novas diretrizes gerenciais, revisões sucessivas da legislação esportiva, globalização do esporte e crescente aproximação desse com o mundo dos negócios. A suposição utilizada para essa compreensão é de que o futebol é uma atividade institucionalizada que nos momentos transitórios esteve submetido a fortes pressões internas e externas.

Essa constatação foi construída com indicadores que não estavam presentes na década de 90. Vejamos como o autor se manifesta:

Procuramos argumentar que as tendências externas de mudanças na organização esportiva se expressam internamente em disputas de natureza econômica, política e social, compondo um quadro de tensões que geralmente resultam numa nova configuração de forças e num novo ordenamento esportivo.

Além disso, levamos em consideração o sentido contraditório daquela evolução e o caráter ambíguo da modernização que se insinuava antes mesmo dos anos noventa. De um lado, o futebol brasileiro descobria o marketing, introjetava a lógica da concorrência comercial como pressuposto da atividade esportiva, e começava a caminhar para a completa

profissionalização de sua gestão, tendo em vista a maior complexidade administrativa. De outro, o futebol brasileiro permanecia servindo aos interesses imediatos de partidos ou de indivíduos ligados à política nacional, e continuava dirigido por um grupo de dirigentes “amadores”. No início dos noventa, esses dirigentes resistiam a uma intervenção pública na atividade e insistiam em mantê-la isenta do pagamento de impostos (além de não pagarem corretamente os encargos trabalhistas), reduzindo a idéia de “futebol-empresa” à gestão de um negócio comercial potencialmente lucrativo, mas que ainda precisava ser subsidiado pela sociedade brasileira.

Com o avanço da pesquisa, ficou evidente que também era necessário, para melhor compreender o atual processo de modernização do futebol brasileiro, examinar como o esporte se transformou numa atividade altamente comercializada e amplamente veiculada pelos meios de comunicação de massa, e como se desenvolveu o marketing esportivo.¹²

O enleio proposto permite figurar um caminho semelhante para os “outros” esportes. O caminho vislumbrado é o do entendimento da conversão dos espetáculos esportivos em produtos da cultura de massa e do forjamento do esporte-espetáculo¹³ imposto pela globalização.

Pensando na cultura de massa, vejamos como PRONI transitou, no plano social, entre o esporte e essa sociedade. Centraremos atenção no que o autor chamou de vigas-mestras da sociedade de consumo.

Duas premissas conduziram o raciocínio desenvolvido na direção de se evidenciar as mudanças qualitativas na estruturação e difusão do esporte contemporâneo: “(i) uma progressiva mercantilização da cultura (que avança desde o século passado, mas se intensifica na segunda metade do atual); e (ii) uma visível transformação das estruturas sociais e econômicas, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial. Antes de mais nada, então, precisamos entender o sentido dessa transformação”¹⁴. A idéia forte contida nessa asserção é que existe uma simbiose entre mercantilização e cultura.

As premissas em seu entrelaçamento estabelecem uma fronteira. Para fortificar seus argumentos, o autor recorre aos escritos do historiador Eric HOBSEBAWM. Com esses escritos, patenteia a idéia de que a civilização burguesa ocidental foi paulatinamente

¹² PRONI, *Esporte-Espectáculo...*, p. 9.

¹³ Antes de avançarmos nas discussões, é preciso explicitar o conceito de esporte-espetáculo, utilizado por PRONI. O conceito esporte-espetáculo é abstraido, articulando, enquanto categorias distintas, o esporte e o espetáculo, e situando essas categorias em um tempo e um espaço social próprio, dentro de uma perspectiva histórica. Nessa abstração, é refutada a idéia de um conceito dado, ou, usando as palavras do autor, “algo como a expressão acabada (ou mais desenvolvida) da mercantilização do esporte”. Para PRONI, o esporte-espetáculo é um conceito dinâmico, historicamente construído e em constante redefinição. *Ibid.*

depauperada com a Primeira Grande Guerra, com o *crack* da Bolsa de Nova Iorque e, principalmente, com a Segunda Guerra Mundial.

O argumento construído é o de que a civilização ulterior a esses fatos é em muitos aspectos distinta da que foi sucedida. Uma nova conformação internacional, agora não eurocêntrica, foi efetivada. O mundo dividiu-se em dois grandes blocos, o capitalista e o socialista.

O pós-crise, a Era de Ouro como ficou conhecida, particularmente nas sociedades capitalistas mais avançadas, foi um período marcado por grandes avanços. PRONI, ainda amparado em HOBSEBAWM, se manifesta sobre o período da seguinte forma:

[...] assim denominada não apenas por causa do crescimento econômico sustentado, do pleno emprego e da elevação real dos salários, mas principalmente pela consolidação do *Welfare State*, pela redistribuição de renda e pela melhoria do padrão de vida do conjunto da população. As transformações mais significativas, porém, viriam apenas nas décadas finais do século XX: a “globalização”, que sobrepôs as relações transnacionais aos interesses das economias nacionais, e a “desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano”.¹⁵

Feita essa constatação de ordem geral, o autor desloca o foco de sua atenção para os Estados Unidos, a figura central do grande bloco capitalista configurado. A suposição que ancora essa transposição é a de que “não há como negar que foi nos EUA que primeiro se configurou, de modo mais palpável, uma sociedade cujas aspirações cotidianas se assentam na produção e no consumo massificados”¹⁶.

A explicação formulada para essa nova configuração é a de que, já nos anos 20, parcela significativa da população, principalmente urbana, pode usufruir de padrões de vida superiores ao reservado às populações de períodos anteriores. As transformações em curso possibilitaram a inserção da família norte-americana num universo de consumo e bem-estar que, até então, era privilégio das classes burguesas.

De maneira significativa, essas transformações foram possíveis com o aumento da produtividade, alavancada principalmente por um desenvolvimento tecnológico sem

¹⁴ Ibid., p. 59.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibid., p. 59-60.

precedentes, e por um barateamento dos bens produzidos em série. Com efeito, os salários médios tiveram elevação real e o crédito popular foi expandido. O universo do consumo e o do entretenimento tendia, cada vez mais, para uma acessibilidade popular nunca antes possível.

Com essa análise conjetural, PRONI constrói uma ponte entre essa sociedade de massa com um lazer de massa. Vejamos a sutileza empregada para tal associação:

[...] é preciso deixar claro que, se a sociedade de massa está associada a um lazer de massa, isso só foi possível porque houve uma paulatina redução da jornada de trabalho e um correspondente aumento do tempo livre das camadas trabalhadoras da população. Esse foi um processo secular, que ocorreu simultaneamente na Europa e na América do Norte. De fato, por volta de 1870, nos países industrializados os trabalhadores eram submetidos a uma jornada de 60 horas semanais; até a Primeira Guerra, essa jornada foi se reduzindo para algo próximo de 48 horas; e após a Segunda Guerra, na maioria desses países adotou-se a jornada de 40 horas. Estima-se que um trabalhador norte-americano trabalhava, em média, quase 3.000 horas por ano, em 1870; cerca de 2.600 horas em 1913; e menos de 1.900 horas em 1950. Sem dúvida, essa redução do tempo de trabalho facilitou que um público masculino elegesse os espetáculos esportivos como seu lazer predileto.¹⁷

Esse modelo, a americanização, tornou-se prevalente e foi difundido amplamente para o mundo capitalista¹⁸. O consumo esportivo foi um dos produtos que passou a ser exportado¹⁹.

Outra tendência apontada por PRONI foi o aumento da classe média como um todo. Em parte, esse aumento deveu-se ao surgimento de uma gama de novas ocupações não vinculadas diretamente com a produção de bens. Essas ocupações, majoritariamente administrativas, determinaram uma maior diferenciação nas ascendentes classes proletárias e, ao mesmo tempo, fomentaram novos hábitos culturais.

¹⁷ Ibid., p. 60.

¹⁸ A aproximação entre o céu e o inferno celebrado pelo encontro histórico do protestantismo com o capitalismo, sob a égide do binômio fé e lucro transformou os Estados Unidos, em dois séculos, na maior nação imperialista da história. A hegemonia desse capitalismo, com seus efeitos culturais, deflagrou um processo de americanização nas culturas subjugadas. Para uma visão mais ampla sobre americanização e esporte, ver: GIOVANI, Geraldo Di (Coord.) **Dimensões Econômicas do Esporte no Brasil**. Campinas, 1995. Relatório de Pesquisa – Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

¹⁹ Dois artigos são particularmente adequados para uma visão mais ampla dessa forma de difusão do esporte: (i) GUTTMANN, Allen. **Games and empires: modern sports and cultural imperialism**. New York: Columbia University Press, 1994. E (ii) GUTTMANN, Allen. Sports Diffusion: a response Maguire and the americanization commentaries. **Sociology of Sport Journal**, v. 8, n. 2, p. 185-190, jun. 1991.

Bebendo no sociólogo Wright MILLS, PRONI, ao pensar no lazer, enxerga essa “nova classe média” como sendo o fator decisivo para o reordenamento social para mudanças na ética privada ocorridas da sociedade norte-americana. As atividades de massa do tempo do lazer apontavam, cada vez mais, para a inclusão social e para uma ruptura “profunda e quase absoluta”, usando as palavras de MILLS, entre o lazer e o trabalho. A mídia e a lógica de mercado passaram a ter papel determinante no redirecionamento das metas e ambições da população.

Num espectro amplo, o raciocínio desenvolvido pelo autor em exegese, nos permite visualizar a tese de que a posição hegemônica ocupada pelos Estados Unidos, de forma semelhante a da Inglaterra com um século de anterioridade, possibilitou a disseminação ampla dos elementos constitutivos da sociedade de consumo, dito de outra forma, seus padrões de produção e consumo. Inclui-se aí, de forma privilegiada, o lazer²⁰.

Para PRONI, outro fator determinante na configuração da sociedade de consumo de massa foi o crescimento estável. Para o autor,

[...] a afluência dessas sociedades só foi possível porque se desenvolveram mecanismos públicos de regulação econômica e porque se garantiram mecanismos institucionalizados de redistribuição de renda e de participação política democrática. Nesse sentido, a constituição de uma sociedade de massa implicou certo grau de participação do conjunto da população nos frutos do progresso material e cultural alcançados.²¹

Com esse cenário construído, o próximo passo dado por PRONI foi na direção de recuperar algumas idéias de Edgar MORIN. O raciocínio fundado nesse autor parte do entendimento de cultura de massa. De maneira simplista, poderíamos dizer que esse entendimento tem como ponto de partida a constatação que, depois da década de 60, normas maciças de fabricação industrial foram impostas e abundantemente disseminadas pela *mass media*, criando “novos” padrões de consumo e signos na massa social à que produção industrial tinha como destino²². Na sociedade de consumo a *mass media* é a conexão.

²⁰ O termo lazer, aqui utilizado, tem um sentido lato. Em seu interior, o esporte é absorvido como um componente constitucional privilegiado. Se pensarmos nos espetáculos esportivos consumidos no tempo livre das pessoas, a terminologia lazer preserva sua validade.

²¹ PRONI, *Esporte-Espectáculo...*, p. 62.

²² O livro *Cultura e comunicação de massa* não foi utilizado no trabalho em exegese. Cf.: MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

O lazer, no âmago do qual se amolda o esporte espetáculo em destaque, produziu nessa sociedade midiática uma transformação radical²³. Basta pensarmos no lazer da aristocracia de um século atrás para endossarmos tal argumentação. Na sociedade de massas, esse setor da vida societária é, no entendimento de PRONI, um substrato de um “estilo de vida lúdico”²⁴, em um tempo em que a vida é voltada para o consumo.

Os pilares desenvolvimentistas dessa sociedade foram dois: (i) a necessidade do sistema econômico ampliar-se continuamente nos mercados de bens e serviços e (ii) a ação dos meios de comunicação.

Essa constatação nos permite trafegar compreensivamente em uma dupla direção. Em um sentido, os valores inculcados do protestantismo tradicional permaneciam e, ao mesmo tempo, apontavam valores como individualismo. Em outra, o que de início chamamos de modelo capitalista despojado de seu fundo religioso elementar, convergia para o consumismo. O entrelaçamento desses valores, permeados pela publicidade (propaganda, estratégias de marketing, etc.) construíam os novos padrões sociais. Adentramos no universo do simbólico.

A indicação suscitada por PRONI, ao recorrer de forma introdutória a um texto do sociólogo Geraldo Di GIOVANNI²⁵, é profícua para avançarmos na consecução dos objetivos do presente texto. Construído o cenário da sociedade de massa, o entendimento do esporte na contemporaneidade se apresenta como o norte da caminhada em curso. Vejamos como o esporte se insere na sociedade de consumo.

GIOVANNI, no texto *Mercantilização das práticas corporais*, discute essencialmente as relações entre o esporte e o consumo na sociedade moderna. No entendimento do autor, o consumo, na vida societária atual, ganhou uma nova atualidade, determinando a constituição de um novo quadro de valores sociais. A leitura desse novo quadro, onde se insere o esporte contemporâneo (transformado em mercadoria), exige a

MORIN, Edgar. *Cultura e Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: S. N., 1972.

²³ Com a linha de raciocínio construída, podemos argumentar que a espetacularização dos esportes ocorreu com a inserção midiática dos mesmos, que, em certa medida, representou a saída desse do nicho comunitário para angariar espectadores que são da mídia.

²⁴ PRONI, *Esporte-Espetáculo...*, p. 63.

²⁵ GIOVANNI, Geraldo Di. *Mercantilização das Práticas Corporais: o esporte na sociedade de consumo de massa*. ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (3.: 1995: São Paulo). *Coletânea*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1995. p. 15-22.

utilização de conceitos adequados. Os conceitos propostos pelo autor para essa leitura foram: mercantilização, individuação e o surgimento de modelos.

O objetivo estabelecido para a discussão é o de enxergar os fenômenos relativos as práticas corporais à luz das teorias do consumo na sociedade contemporânea. É adequado, no entanto, antes de avançarmos nas discussões, pontuarmos algumas premissas contidas nesse raciocínio.

O artigo, que tem como sustentação teórica alguns escritos de Jean BAUDRILLARD sobre a sociedade de consumo e na primeira parte do livro *A questão dos remédios no Brasil*²⁶, traz algumas suposições: (i) o esporte é tomado como um bem cultural que, submetido a um processo de mercantilização, transformou-se em uma mercadoria; (ii) nos últimos decênios ocorreu uma associação incomensurável entre o esporte e a atividade econômica com o aporte de um crescente volume de investimentos; (iii) a cultura corporal é interpretada de forma contígua e nos mesmos patamares do esporte no plano das atividades corporais.

Partindo da pergunta, “como e porque as práticas culturais e o esporte se mercantilizam? Ou seja: Como adentram ao universo do consumo, constituindo um setor de produção de bens e serviços, bem como um importante campo de consumo?”²⁷, GIOVANNI, antes de organizar a resposta da pergunta formulada, lembra que para o surgimento de um ramo da economia são necessários múltiplos fatores. Entre esses fatores, a existência de um substrato que abarque desde a constituição de uma economia capitalista até a existência de um *background* sócio-cultural e a existência de um estoque social de tempo disponível.

Feitas essas colocações, GIOVANNI identifica três características que, no seu entendimento, são características naturais das sociedades complexas (de modo de vida urbano-industrial): individuação, mercantilização e a despersonalização. Com efeito, a vida societária torna-se impessoal, simbólica e marcada pela competitividade, ou seja, os agentes sociais são individualizados e as relações se processam em função dos papéis sociais que esses agentes ocupam.

O entendimento conferido a competitividade, no padrão cultural capitalista, é o da

²⁶ GIOVANNI, Geraldo Di. *A Questão dos Remédios no Brasil: produção e consumo*. São Paulo: Polis, 1980.

²⁷ GIOVANNI, *Mercantilização das...*, p. 15.

concorrência entre os produtores de bens e serviços. Essa competitividade determina o processo de mercantilização. Vejamos como GIOVANNI ajuíza esse relevante entendimento. Para o autor, o processo de mercantilização

[...] reflete a complexidade da divisão social de trabalho na sociedade urbano-industrial, bem como os princípios de organização da economia capitalista, na qual a atuação das “leis de bronze” que regem a concorrência entre os produtores faz com que passe a ocorrer a “produção pela produção”, o produtivismo que faz aumentar a massa de mercadorias aportada ao mercado, bem como o surgimento de novos bens materiais ou culturais mercantilizados e a constituição sempre renovada de novos mercados.

[...] enquanto a ampliação da produção é uma lei de bronze do modo de produção capitalista, consequência ao mesmo tempo que condição da busca insaciável do lucro máximo, a extensão da demanda solvente em geral e da demanda de produtos fabricados em particular não cai em absoluto sob o âmbito desta lei.

Pelo contrário, a extensão da demanda solvente é o problema que o capitalista está constantemente obrigado a resolver para poder realizar a ampliação da produção. É esta contradição, lei essencial da acumulação capitalista, entre a capacidade – ilimitada – de produzir e a – limitada – de consumir que, em definitivo, empurra o capitalismo a ampliar seus mercados e, em consequência, a criar constantemente novas necessidades de consumo.²⁸

Estabelecidas as características particulares que compõem a índole das sociedades modernas, o próximo passo dado por GIOVANNI foi na direção de localizar os valores que orientam as relações sociais e tipificam sua sociabilidade.

Para o autor, existem essencialmente dois tipos de valores que se materializam nas sociedades complexas, os valores mais duradouros e os valores mais coletivos. Os valores mais duradouros (ou menos perenes) são valores correlatos às relações sociais que estruturam uma sociedade. A mutabilidade dos quadros valorativos são produzidas pela dinâmica social. Por sua vez, os valores mais coletivos, são valores inclusivos. Eles abrangem e incorporam os demais valores e, pelas condições em que são produzidos ou utilizados, possuem possibilidades irrestritas de generalização. Em sociedades coevas, o campo de consumo se apresenta articulado com os valores mais coletivos.

Duas idéias vigorosas articulam essa forma internista de valoração, a idéia de produtivismo e de consumo. O enleio dessa articulação é roteirizado por GIOVANNI da seguinte forma: o produtivismo é inerente à economia capitalista e deriva de suas leis. Nessa economia, os produtores buscam aumentar suas produções e a massa de produtos ofertados.

A busca de produtividade é uma constante no comportamento empresarial. Generalizado, o produtivismo, dotado de uma capacidade irrefreável de produção se depara com uma capacidade circunscrita de consumo. Fazer com que os bens e serviços produzidos sejam consumidos torna-se um problema, que é histórico, a ser resolvido. Duas formas não excludentes, historicamente, possibilitaram o arrostamento dessa conjuntura: (i) a ampliação da extensão dos mercados e (ii) a geração de novas necessidades.

Acrescenta-se que, na sociedade atual, o individualismo tem sua medida social na idéia de desempenho, o qual não é apenas exigido, mas é almejado. O desempenho, real ou ostentado, personifica e se materializa na forma de símbolos. Para GIOVANNI,

[...] a profusão de mercadorias advinda do caráter produtivista das economias capitalistas contemporâneas ganha um sentido próprio e uma nova função na sociedade impessoal (despersonalizada), individualista e competitiva: os objetos servem de meios de sinalização social; atuam como uma outra linguagem em que os objetos e comportamentos “falam” sobre seus portadores: são pobres ou ricos, marginais ou integrados, jovens ou velhos, da elite ou da massa. A partir dos objetos materiais ou culturais de que são portadores ou usuários, os homens se localizam reciprocamente nas hierarquias sociais e se auto-descrevem para os demais: o carro, a casa, a roupa, a caneta, o espetáculo teatral, o corpo, são muito mais que objetos de consumo. São o testemunho do sucesso ou do fracasso de seus portadores, são símbolos materializados dos valores que a sociedade de consumo instaura, reinstaura, cria e recria.

E é através desta permuta simbólica que os homens e os grupos sociais criam suas identidades num meio social cada vez mais denso e opaco. Não se tratam, pois, de táticas ocasionais de inserção e identificação social, mas “de uma instituição social que determina os comportamentos antes mesmo de ser refletida pela consciência dos atores sociais”.²⁹

Como vimos até aqui, o argumento construído por GIOVANNI evidencia que nas sociedades complexas (impessoais) as relações se dão através dos papéis sociais institucionalizados, o qual é determinante para o reconhecimento. Outra evidencia é a de que os símbolos e signos são fatores decisivos para o mencionado reconhecimento. Com essa perspectiva, argumenta o autor, a mobilidade social individual (ascensão social) depende tanto de sua condição econômica como da capacidade que esse indivíduo apresenta em manipular o universo simbólico. É bom que se diga que a lógica da distribuição de bens culturais e materiais com a função de signos obedece a lógica do mercado.

²⁸ Ibid., p. 16-17.

²⁹ Ibid., p. 18-19.

Essa linha de raciocínio facilita a compreensão do processo de personalização social. Pessoas competem para o reconhecimento social por seus atributos materiais, sociais e econômicos. O reconhecimento depende, em grande parte, do desempenho individual dentro de regras socialmente estabelecidas que determinam um fluxo e um refluxo de signos. Esse “desempenho” transforma indivíduos em “pessoas” socialmente reconhecidas.

O acesso aos bens que personalizam o indivíduo é restrito. Processos de personalização são processos essencialmente competitivos, cunhados por conteúdos altamente discriminatórios.

Os objetos revestidos de função simbólica caracterizam-se como uma espécie de veículo material que obedecem a determinados modelos e são produzidos pela mass media. Esses veículos possuem, além do valor de uso (funcionalidade prática), valor de troca. Esse valor é reflexo de um complexo intercâmbio econômico.

Complexo esse que BAUDRILLARD chama de simulacro funcional (*make-believe*). Partindo de um resgate histórico, o autor, ao discutir a função social do objeto signo, localizou algumas tendências principais: a necessidade e valor de uso, a troca simbólica, o consumo ostentatório e, por fim, a tendência atual, o simulacro funcional.

Partindo do entendimento que a tendência atual corresponde a um rompimento do que ele, nos termos de Thorstein VEBLEN, chamou de consumo ostentatório. Para BAUDRILLARD

[...] esta imposição de ociosidade, de inutilidade como fonte de valores, esbarra actualmente por toda parte com um imperativo antagónico; de tal modo, que é de um conflito, ou melhor, de um compromisso entre duas morais contrárias, que resulta o actual estatuto do objecto quotidiano: da moral aristocrática do “otium” e da ética puritana do trabalho. Com efeito, esquece-se facilmente, ao fazer da função dos objectos a sua razão imanente, em que medida tal valor funcional é por sua vez regido por uma moral social que pretende que, actualmente, o objecto, tal como o indivíduo, não é ocioso. Cabe-lhe “trabalhar”, “funcionar”, e desculpar-se deste modo, por assim dizer democraticamente, do seu antigo estatuto aristocrático de puro signo de prestígio. Este estatuto antigo, fundado na ostentação e no gasto, continua presente mas claramente marcado pelos efeitos de moda e de decoração, é dobrado a maior parte das vezes – em doses variáveis – por um discurso funcional que pode servir *de alibi* à função distintiva (*invidious distinction*). Assim, os objectos fazem um perpétuo jogo que resulta, na realidade, de um conflito moral, de uma disparidade dos imperativos sociais: o objecto funcional aparenta ser decorativo, reveste-se de inutilidade ou dos disfarces da moda – o objecto fútil e ocioso carrega-se de razão prática. No limite, é o *gadget*: pura gratuidade a coberto de funcionalidade, pura prodigalidade a coberto de moral prática. De qualquer

modo, todos os objectos, mesmo fúteis, são objecto de um trabalho: a lida da casa, a arrumação, os pequenos arranjos, as reparações – em tudo o *homo faber* dobra o *homo otiosus*. De um modo mais geral (e isto não apenas no mundo dos objectos), estaríamos perante um *simulacro* funcional (*make-believe*), por detrás do qual os objectos continuariam a desempenhar o seu papel de discriminantes sociais. Ainda por outras palavras, todos os objectos estão apanhados no compromisso fundamental de ter de significar, quer dizer, conferir o sentido social, o prestígio, sob o modo do *otium* e do jogo – modo arcaico e aristocrático com o qual a ideologia hedonista do consumo procura reatar – e de, por outro lado, se submeter ao consenso fortíssimo da moral democrática do esforço, do fazer e do mérito.

Podemos imaginar um estado da sociedade em que daqui resultassem duas espécies separadas de objectos: uso/prestígio, valor de uso/valor de troca-signo – disjunção ligada a uma forte integração hierárquica (sociedade primitiva, ritual, de castas). Nas nossas sociedades, mais uma vez, isso leva frequentemente à ambivalência ao nível de cada objecto.³⁰

Em outras palavras, BAUDRILLARD imagina que existam duas espécies separadas de objetos: uso/prestígio, valor de uso/valor de troca signo. Assim, os objetos deixaram de ser um local de satisfação de necessidades para ocupar um espaço de trabalho simbólico. Do ponto de vista de uma associação, sua função é a constituição de uma prova contínua e tangível do valor social do seu objeto.

GIOVANNI caminha nessa direção. Para o autor, os modelos, que são referências para o consumo, reflete e se entrosa com a lógica do produtivismo na produção de necessidades. Um modelo não existe objetivamente, é um tipo ideal, é uma construção baseada em quem usa, em quem deve usar e na quantidade efêmera de significações que serve de suporte.

Em junção com o modelo existe a série (profusão de objetos) que distingue conforme são diferentes seus portadores. Esses modelos, em série, são transferidos na hierarquia social de cima para baixo, em ritmos retardados progressivos. Para o autor, quando os estratos inferiores têm acesso aos objetos e serviços de consumo, “já ocorre um déficit técnico, estético, temporal ou de ‘atualidade’, que passa a servir de critério técnico de discriminação”³¹.

Partindo desse arcabouço teórico, o próximo passo dado por GIOVANNI foi,

³⁰ BAUDRILLARD, Jean. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Lisboa: Martins Fontes, 1972. p. 14-15.

³¹ GIOVANNI, *Mercantilização das...*, p. 20.

considerando verossimilhança dessas questões para o fenômeno do consumo em geral, indagar como as atividades esportivas adentram neste universo e quais são as especificidades que revelam bens e serviços mercantilizados nas sociedades contemporâneas. O ponto de partida foi o seguinte:

Seja na forma de espetáculo esportivo, seja como práticas corporais individualizadas, é inegável o fato de que, nas últimas duas décadas, o esporte (e a atividade física, de um modo geral) tem se constituído num vasto e sempre crescente campo de investimento econômico. Tal crescimento está, como não poderia deixar de ser, associado aos mass media e ao surgimento de uma imensa rede de produção industrial de equipamentos, artefatos, academias, eventos e mega-eventos, que dão a medida da importância destes fenômenos, quando comparados com períodos anteriores.³²

A argumentação aduz que as transformações são derivadas de uma nova forma de valorização do esporte e das atividades corporais e estão associadas à constituição de um novo patamar de mercado, qualitativa e quantitativamente diferenciado dos anteriores: trata-se de uma nova forma de utilização do tempo livre, mediatizada pelo mercado capitalista.

A aproximação feita por GIOVANNI, resgatando seu referencial teórico, é que a relação dos homens com o tempo livre, no passado, era feita basicamente em relação ao valor de uso, enquanto que na sociedade capitalista contemporânea a ênfase da utilização desse tempo, agora mercantilizado, está no valor de troca. Para o autor:

Basta dizer que os preços das emissões de rádio e de televisão nada têm a ver com as qualidades intrínsecas dos produtos anunciados ou dos programas transmitidos. Seu único critério é o tempo de transmissão combinado com a categorização de horários, mais ou menos “nobres”, que nada mais significam do que uma forma de apropriação de parte do estoque social de tempo disponível num determinado momento. Isto nos sugere como o tempo disponível torna-se mercadoria no processo de troca, principalmente na mercantilização dos bens culturais.³³

A hipótese construída para explicar as novas formas de valorização social das práticas esportivas e corporais foi, assentada em BAUDRILLARD, a entrada do corpo no campo das significações de consumo, circuito esse impregnado por valores do individualismo, da competição e da personalização. Os ideais de qualidade de vida e

³² Ibidem.

estéticos e os comportamentos pragmáticos produzidos por esses ideais criaram um ambiente cultural de valorização positiva adequado à produção da indústria serial de mercadorias destinados a essa demanda. Em outras palavras, isto explica e se explica pela constituição de um mercado capitalista.

Vejamos, agora, como o autor constrói sua explicação para a outra face do fenômeno da mercantilização do esporte, a transformação do esporte em espetáculo. No entendimento de GIOVANNI:

Como demonstra Gebara, o espetáculo esportivo se constitui e se desenvolve num “mercado onde o consumo se define pelo tempo socialmente disponível, preponderantemente comercializado pela mídia (...)”. E, em seguida, “trata-se de aproveitar a existência tanto deste tempo como de um enorme contingente de praticantes amadores para construir um mercado voltado para grandes públicos com potencial de consumo de imagens espetaculares (...)”.

Neste contexto, dá-se a integração da construção econômica do mercado com os valores relativos à atividade corporal. O atleta (profissional) exerce a função de modelo, seja do ponto de vista de valores relativos ao corpo (no sentido da personalização), seja do ponto de vista da performance (no sentido da competição), ou ainda, da perspectiva da ascensão social através do uso institucionalizado do corpo.³⁴

Em linhas gerais, infere o autor, a expansão dos mercados esportivos ocorre “em estreita relação com a criação, destruição e recriação de modelos de saúde, de atleta vitorioso, ou de distinção social e pessoal, que caracterizam a ação dos principais canais da mídia e que, por sua vez, guardam uma íntima relação com a lógica de produção e comercialização de eventos esportivos”³⁵. De acordo com o potencial de mercado de cada modalidade esportiva, poderíamos acrescentar.

Agora, existem coisas novas acontecendo e que não foram corretamente interpretadas por pesquisadores da área. O cenário está mudando. Uma dessas mudanças foi apontada pelo economista Luís NASSIF. O autor se manifesta da seguinte forma:

A pouca familiaridade da imprensa esportiva com temas econômicos e da imprensa econômica com temas esportivos e o fato de na negociação estar envolvida a controversa Traffic impediram a real avaliação do contrato firmado pelo Sport Club Corinthians Paulista

³³ Ibid., p. 21.

³⁴ Ibid., p. 22.

³⁵ ibidem.

com o fundo de investimentos norte-americano HMTF (Hicks, Muse, Tate & Furst), do americano Thomas Hicks. Trata-se de uma revolução similar à inauguração do estádio do Maracanã, em 1950. É o início efetivo de uma era de profissionalismo no futebol que parecia nunca mais chegar.

O acordo entre o Corinthians e a HMTF, já sob a égide da Lei Pelé, muda completamente essa relação e reescreve a história do futebol brasileiro.

Antes dele, havia apenas acordos de patrocínio, muitas vezes utilizados como modo de evasão de tributos. O mais conhecido dos acordos do Palmeiras com a Parmalat acabava criando um conflito de interesses insolúvel. A Parmalat interessava basicamente a visibilidade da sua marca. Por isso, tinha pleno interesse em reduzir o máximo possível os custos de transmissão pela televisão. E, para ter sua marca veiculada, ainda era obrigada a comprar cotas de patrocínio. A parte do leão acabava ficando com as televisões.

Agora mudou o jogo. O fundo não quer patrocínio, mas ganhar dinheiro com o próprio futebol. Suas fontes de receita serão a arrecadação dos jogos, os direitos de transmissão, a exploração da marca, em produtos licenciados e na venda de jogadores. E a ambição é dar visibilidade mundial aos seus parceiros - tarefa fácil com o país de maior tradição futebolística do mundo.

Para tanto, o HMTF fez investimentos pesados para a realidade brasileira e pequenos para a sua. De cara, pagou jóia de R\$ 7 milhões, depois outra tranche de R\$ 14 milhões. Além disso, comprometeu-se a bancar pelos próximos dez anos todo o custo do departamento de futebol, incluindo divisões inferiores, em um desembolso de R\$ 2,5 milhões mensais.

Entre as demais propostas da HMTF está a construção de um estádio multiuso para 40 mil pessoas, comportando de jogos de futebol a bailes, que ao final do contrato será doado ao clube. Essa tendência praticamente está levando à desativação dos grandes estádios tipo Morumbi ou Maracanã, que ficaram inviáveis com o advento da televisão. Nos próximos meses, o simbólico estádio de Wembley será demolido para dar lugar a um estádio multiuso.

Contratações

No seu primeiro lance, o grupo americano investiu R\$ 45 milhões na compra ou aluguel de novos jogadores - mais do que todos os demais clubes paulistas juntos. Para conferir estabilidade ao seu negócio, a única exigência do fundo foi a indicação do diretor de futebol, para livrar o negócio em si de injunções políticas.

Com o dinheiro recebido, o Corinthians está terminando três centros de treinamento.

Além disso, receberá 15% do que for faturado. Na venda de jogadores revelados pelo Corinthians, o lucro será repartido meio a meio. Sobre a valorização de jogadores que eles adquirirem, recebe 15%.

O primeiro exemplo do estilo HMTF se deu na negociação dos direitos de televisionamento com a Skynet, da Globo - canal pago. Enquanto os demais clubes negociavam em bloco, aceitando luvas fixas, os americanos pularam fora e passaram a negociar em separado. No caso do pay-per-view (em que cada telespectador paga pelo direito de assistir ao jogo), não aceitam mais luvas genéricas, mas exigem percentuais sobre a venda para cada telespectador. O lance levou a Globo a sair correndo, pagando luvas adiantadas para os demais clubes, antes que explodisse um leilão oneroso.³⁶

Outras transformações estão se fazendo sentir nos mais diversos esportes. Em esportes como o vôlei, basquete e atletismo, equipes tradicionais, gerenciadas em novos

³⁶ NASSIF, Luís. Uma Revolução no Futebol. *Folha de São Paulo*, 13 ago. 1999.

moldes, como é o caso do Clube de Regatas Vasco da Gama, e equipes novas, surgidas com uma mentalidade administrativa empresarial, como é o caso da equipe feminina de voleibol do Rexona, passaram a atuar fora de seus Estados, com o próprio nome ou associada a uma outra equipe. Equipes de futebol estruturadas passaram a gerir equipes com menor estrutura. Essa transitoriedade, em parte, é explicada pelo aumento considerável do número de eventos esportivos. Apesar de que, evidentemente, existe algo novo acontecendo.

A transmissão dos próprios eventos tem mudado. Os recursos técnicos tem sido o eixo de sustentação dessas transformações e tem liames estreitos com a venda de imagens. De quem as redes de televisão não recebem, o instrumental tecnológico, em grande parte desfocam.

Em oposição, novas formas de veiculação das marcas são arquitetadas. O exemplo emblemático do que falamos ocorreu nas Olimpíadas de Atlanta, onde um corredor disputou e venceu uma das provas do programa do atletismo utilizando uma lente de contato com o símbolo de seu patrocinador.

Essas transmutações dos esportes modernos são acompanhadas de disputas crescentes pelo poder e controle dos esportes e de uma modernização organizacional. Construir um conjunto de indicadores que permita interpretar essa entidade, que na realidade concreta é o focus de todo processo, é a nossa próxima tarefa.

Seção II

O modelo de análise

3

Esporte moderno e dominação legal: uma construção do tipo ideal

Neste texto, como o título sugere, dentro da perspectiva dos tipos ideais¹ de Max WEBER, pretendemos ponderar a interpretação formulada por Allen GUTTMANN sobre os esportes modernos e a questão da dominação legal vigente na administração esportiva coeva. Ao tratarmos dessa última questão será enfatizado o conceito de efetividade da autoridade em seu tipo ideal.

Iniciemos a discussão pelo esporte moderno. Para tal discussão, como mencionamos, utilizaremos o modelo proposto pelo sociólogo Allen GUTTMANN, em *From Ritual to Record*², que é, dentro das áreas da sociologia e da história do esporte, uma referência obrigatória³.

¹ O *tipo ideal* é uma construção racional do pensamento, uma construção que, em sua forma pura, não existe na realidade concreta. A realidade concreta é uma realidade permeada de irracionalidades. Para TRAGTENBERG, “o tipo ideal, segundo Weber, expõe como se desenvolveria uma forma particular de ação social se o fizesse racionalmente em direção a um fim e se fosse orientada de forma a atingir um e somente um fim. Assim, o tipo ideal não descreveria um curso concreto de ação, mas um desenvolvimento normativamente ideal, isto é, um curso de ação ‘objetivamente possível’. O tipo ideal é um conceito vazio de conteúdo real: ele depura as propriedades dos fenômenos reais desencarnando-os pela análise, para depois reconstruí-los. Quando se trata de tipos complexos (formados por várias propriedades), essa reconstrução assume a forma de síntese, que não recupera os fenômenos em sua real concreção, mas que os idealiza em uma articulação significativa de abstrações. Desse modo, se constitui uma ‘pauta de contrastação’, que permite situar os fenômenos reais em sua relatividade. Por conseguinte, o tipo ideal não constitui nem uma hipótese nem uma proposição e, assim, não pode ser falso nem verdadeiro, mas válido ou não-válido, de acordo com sua utilidade para a compreensão significativa dos acontecimentos estudados pelo investigador. No que se refere à aplicação do tipo ideal no tratamento da realidade, ela se dá de dois modos. O primeiro é um processo de constatação conceitual que permite simplesmente apreender os fatos segundo sua maior ou menor aproximação ao tipo ideal. O segundo consiste na formulação de hipóteses explicativas.” TRAGTENBERG, Maurício. Apresentação. In: WEBER, Max (textos selecionados). *Weber. Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 8-9.

² GUTTMANN, *From Ritual...*, op. cit.

³ Uma simples conferência nas bibliografias dos artigos apresentados em conceituados periódicos como o

Os escritos de GUTTMANN estão fielmente orientados pelas premissas teóricas que adotamos na pesquisa para análise, as premissas de Max WEBER. Essa orientação, nos incita/obriga, num segundo momento, a avançar na explicação que tal modelo teórico aduz para os esportes. Esse avanço permitirá transcender uma discussão mecânica do modelo que porfiaremos.

Assumidas tais posições, colocaremos em debate um conceito que necessita estar previamente firmado para medrar o texto na direção pretendida: o conceito de esporte moderno. Utilizaremos, para tal intento, da obra supracitada, o capítulo II: *From Ritual to Record*⁴.

Nesse capítulo, valendo-se de um vasto conjunto de exemplos, GUTTMANN procura compreender o fenômeno do esporte moderno, observando-o num contexto em que ele não está inserido. O contexto utilizado para essa compreensão foi o dos esportes primitivos, esportes antigos (gregos e romanos) e esportes medievais.

O espreitar desses contextos distintos e o modelo teórico empregado, possibilitaram ao autor, divisar algumas características que somente os esportes modernos apresentam: secularismo, igualdade, especialização, racionalização, burocratização, quantificação e recordes.⁵

O argumento inicial utilizado por GUTTMANN, ao minudenciar sobre a primeira característica distintiva do esporte moderno, a secularidade, é o de que culturas primitivas raramente tinham uma palavra para definir o esporte em nosso senso.

Essa asserção é avigorada nos escritos de autores como o antropólogo Stuart CULIN e o historiador Carl DIEM. A posição assumida por esses autores é de que, originalmente, todos os jogos tiveram caráter de cultismo e foram jogados de forma cerimonial.

Partindo dessa consideração, GUTTMANN questiona se os esportes, entre os povos primitivos, eram invariavelmente parte de um culto religioso ou se faziam parte de um setor independente, onde eles eram parte de uma forma de vida secular⁶. A questão colocada supõe que os povos primitivos tinham uma vida secular.

Sociology of Sport Journal e *Sport History Review* é suficiente para manter a afirmação.

⁴ GUTTMANN, *From Ritual...*, p. 15-55.

⁵ *Ibid.*, p. 15-16.

⁶ Cf.: *Ibid.*, p. 18.

O autor conjectura que, se definir o esporte como uma competição física sem fins utilitários, posições como as de DIEM, nas quais os jogos e as competições tinham simplesmente um caráter religioso natural e um fim utilitário, cria a idéia de que os povos primitivos não tiveram esportes.

Para GUTTMANN, essa é uma idéia infundada. Entende o autor que não se pode ampliar tanto o termo religião ao ponto de se colocar todo o comportamento humano dentro da esfera do sagrado. A verdade importante assinalada por DIEM, argumenta GUTTMANN, é que mesmo o esporte sendo o oposto de exercício físico, ele pode ser encontrado preliminarmente na vida primitiva dos adultos associado com alguma forma de significação religiosa.

Outro equívoco existente é a tendência de se considerar os esportes gregos como antecessor dos esportes modernos. Para GUTTMANN, a conformação desses esportes é muito mais próxima das atividades dos povos primitivos, do que das olimpíadas da era moderna. Nos jogos gregos, o caráter religioso nunca ficou em dúvida. Apesar desse caráter, já era possível localizar entre os gregos a emergência do esporte como um fenômeno secular, que gradualmente vai se tornando ordinário.

No entanto, apesar de toda uma estrutura física e ritual envolvendo o esporte na Grécia, foi a sociedade romana que continuou e acentuou a secularidade dos esportes. Os romanos não tinham nem competições, nem festivais tributados para os “Deuses”, eles se exercitavam para manter a forma física e para participar de seus eventos. Com isso não se quer dizer, em absoluto, que esses eventos eram completamente despojados de um caráter ritual.

Os esportes gregos eram considerados efeminados pelos romanos. Para os romanos, esportes eram brigas, corridas de bigas e coisas do gênero, os quais tinham um tom bestial. Em seu caráter secular, os esportes romanos estão mais próximos do esporte de nossos dias. Os eventos romanos, marcados pelo ideal clássico do pão e circo, também guardam um símil com a idéia do espetáculo, que é uma idéia nuclear na sociedade de nossos dias⁷.

Posteriormente, mais precisamente entre os séculos XVII e XIX, o esporte passou a ser visto com suspeição por lideranças religiosas. Sua prática foi situada pela igreja católica,

principalmente, na esfera do profano. O período é uma página em branco na história universal dos esportes.

Hoje, entende GUTTMANN, o esporte é um fenômeno secular. A ligação entre o secular e o sagrado foi quebrada, entre o real e o transcendental também. O tempo do esporte não é mais um tempo ritual.

A segunda característica dos esportes modernos, apontada por GUTTMANN, é a igualdade de oportunidades de participação. Para o autor, os esportes atuais assumem as igualdades.

Tal condição não era encontrada nos povos primitivos, por exemplo. O caráter das práticas desses povos eram mais religiosos do que qualquer outra coisa. As equipes que se colocavam em contenda eram montadas pelos “Deuses”.

A primeira manifestação efetiva de igualdade pode ser localizada nos esportes praticados pelos gregos. Os gregos, em suas práticas, atribuíam os mesmos direitos a todos os participantes. Homens e meninos eram separados pela maturidade sexual. Havia oficiais e uma certa condição igual de participação.

Os romanos, por sua vez, mesmo aceitando tal igualdade, não a colocavam em prática no seu evento maior, as lutas de gladiadores nos circos. Existiam, nesses locais, lutas entre homens e animais, homens com armas diferentes, anões e mulheres, entre outras formas, para divertimento do público.

Na atualidade, o esporte tem uma noção de igualdade muito superior a proporcionada pelos gregos. Essa igualdade é conformada, em grande parte, pelas regras e pelas transformações sofridas por elas no curso da história.

As regras foram por muito tempo uma espécie de aparato legal que, sobre a forma do amadorismo, possibilitava a manutenção do privilégio da prática dos esportes pela nobreza e, posteriormente, pela burguesia⁸.

A noção de regras amadoras deriva de noções medievais, tendo em seu interior um vagaroso caminho trilhado na direção da igualdade de oportunidades. Nesse curso, essa noção, representou inclusive um instrumento de luta de classes.

⁷ Sobre o espetáculo, ver : DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espectáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

⁸ Para uma visão mais detalhada da questão, ver: PILATTI, Luiz Alberto. *A Interpretação do Esporte na Obra*

No entanto, alguns aspectos sobre as regras não foram perfeitamente compreendidos por GUTTMANN. Um dos aspectos que foi negligenciado foi as transformações ocorridas com as regras na direção da civilidade. As regras esportivas acompanharam o processo de civilidade da humanidade. Os escritos de Norbert ELIAS são bastante profícuos para descortinar essa face do esporte. O exemplo clássico desse processo é à caça a raposa⁹.

Outro aspecto não compreendido na interpretação formulada é que as regras deixaram de ser um facilitador das igualdades. Seu objetivo se tornou outro. No presente, mais que nunca, as regras passaram a ser transformadas para uma adequação das práticas à indústria do entretenimento. O vôlei, o futsal, enfim, as modalidades esportivas não mudam mais as regras para proporcionar isonomia ou civilidade. Elas mudam para adequação midiática.

Antes de avançarmos nas discussões, devemos pontuar a importância das regras do modelo analítico que estamos porfiando. Em outras características do esporte moderno, como a racionalização e a própria burocratização, a questão das regras é retomada e colocada em evidência.

No entendimento de GUTTMANN, duas outras manifestações significativas tiveram de ser superadas, de forma análoga, para que essa característica do esporte moderno, a igualdade, se efetivasse.

Uma dessas características foi a segregação racial. Para explicitar essa segregação, GUTTMANN utiliza, entre um amplo rol de exemplos, o do boxe. Nessa modalidade, apenas em 1908, um negro teve oportunidade de lutar pelo título mundial dos pesos pesados. Outro exemplo clássico utilizado foi o da olimpíada de Berlim, em 1936¹⁰.

de Eric Hobsbawm: um olhar sobre a sociedade burguesa. *Conexões*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-24, jun. 1999.

⁹ Cf.: ELIAS, Norbert. *Un Ensayo sobre el Deporte y la Violencia*. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilizacion*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 196.

¹⁰ “Em 1931, o COI selecionou Berlim como cidade-sede das Olimpíadas de 1936. Quando Adolf Hitler assumiu o controle do governo alemão no início de 1933, muitos acharam que o Führer se recusaria a ter qualquer relação com as Olimpíadas. Afinal, a Juventude Nazista havia chamado os Jogos de competições entre ‘não-arianos inferiores’. Hitler decidiu, entretanto, fazer das Olimpíadas de Berlim um meio de propaganda. Os nazistas instalaram circuitos fechados de TV para o público e criaram uma rede de rádio para 41 países, além de um serviço de zeppelin com o único objetivo de transportar documentários. O plano de Hitler foi bem sucedido, principalmente depois de a Alemanha deixar os demais países muito para trás na contagem de medalhas. Mas seus discursos racistas sobre a supremacia ariana foram abafados por um atleta negro que se tornou estrela desses Jogos: o norte-americano Jesse Owens.” PUBLIFOLHA. *Guia Oficial das Olimpíadas*. São Paulo, 1996. p. 31-32.

A outra forma de segregação, e diga-se de passagem, a mais duradoura de todas elas, foi a segregação da mulher no esporte. Para o autor, apenas depois da metade desse século é que a idéia de competições para as mulheres começou a ser aceita. O aparato legal para essa prática é posterior, em muitos locais, foi criado na década de 70¹¹.

Vários exemplos dessa segregação são facilmente encontrados no curso da história. Podemos citar, por exemplo, a recusa do Barão de Coubertin em permitir a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos, a qual acabou acontecendo apenas em 1912 e no atletismo em 1928. Podemos acrescentar aos exemplos anotados por GUTTMANN, outros de maior recentidade. A WNBA, a versão feminina da liga profissional de basquete americano, foi criada apenas no final da década de 90, num País onde todos jogam basquete. Esse exemplo é um indício bastante forte de que essa segregação ainda está presente no esporte, ainda que de forma mais sutil.

Na atualidade, o esporte, ao mesmo tempo em que apresenta a igualdade, ou tenta apresentar, se evidencia pela diferença das performances existentes ou, dito de outra forma, pela diferença apresentada entre as pessoas comuns e os atletas profissionais. Essa diferença em tempo algum foi tão grande.

Ao mencionar a terceira característica dos esportes modernos, a especialização, GUTTMANN se reporta ao século XV. Nesse tempo, os gregos foram os primeiros a adequar as aptidões às suas práticas esportivas. Essa característica, diferentemente dos esportes pré-modernos, era notória também nos esportes romanos.

Os jogos medievais se caracterizavam pela não-seleção de habilidades e regras indefinidas e/ou pouco claras. Essas posições foram fortificadas nos escritos de Eric DUNNING. Para DUNNING, três características principais podem ser denotadas nos “jogos populares” medievais e pré-modernos:

Estes jogos eram relativamente semelhantes em três aspectos: (1) elementos do que depois se tornaram jogos altamente especializados como rúgbi, futebol, hóquei, boxe, luta livre e pólo eram contidos freqüentemente em um único jogo; (2) havia pequena divisão de trabalho entre os jogadores; e (3) nenhuma tentativa foi feita para esboçar uma distinção forte e rápida entre jogar e assistir. **Trad. por LAP**¹²

¹¹ Cf.: p. 33-36.

¹² No original: “These games were relatively undifferentiated in the following three respects: (1) elements of

O esporte moderno é exatamente o oposto. Entre suas características estão a especialização de funções e a divisão do trabalho. Em paralelo, a organização dos eventos também se modernizou, transformando as competições esportivas em mega-espetáculos. Essas transformações, impostas pela especialização, geraram o profissionalismo, ou seja, transformaram o tempo de trabalho do atleta em um tempo de especialização.

Outra característica localizada por GUTTMANN nos esportes modernos é a racionalização. Para o autor, regras sempre existiram, mesmo entre os povos primitivos. O que mudou foi a natureza dessas regras. As regras deixaram de ser “instruções divinas” para se tornarem um artefato cultural.

Os eventos esportivos da atualidade, orientados por essa natureza metamorfoseada, são racionalizados conforme a essência de Max WEBER, ou seja, apresentam uma relação lógica entre os meios e os fins. As mudanças ocorridas nas regras são adequações a essa racionalidade.

Inúmeros são os exemplos utilizados para consolidar tal argumentação. Em contraste, são apresentados os eventos de cultivação do povo maia, orientados por regras de cunho divino, e o basquete, esporte inventado racionalmente e dotado de regras gradativamente mais complexas e universais. Outro exemplo apresentado, a caça, exemplifica todo um processo de racionalização ocorrido internamente. Inicialmente, detentora de um caráter utilitário e desigual, a caça foi racionalizada transformando-se numa modalidade esportiva moderna, o tiro ao alvo¹³.

Distinta forma de racionalidade, também presente nos esportes, é perceptível nas ciências ligadas a performance humana. Os gregos, diferentemente de muitos povos que acreditavam que as performances atléticas eram fruto dos deuses, foram os primeiros a racionalizar as bases do que hoje denominamos de treinamento esportivo. Atualmente, estudos altamente sofisticados é que fornecem a direção dos esportes.

Direção essa que, como sugere GUTTMANN, há muito, rompeu os liames do esporte

what later became highly specialized games such as rugby, soccer, hockey, boxing, wrestling, and polo were often contained in a single game; (2) there was little division of labor among the players; and (3) no attempt was made to draw a hard and fast distinction between playing and spectating roles.” GUTTMANN, *From Ritual...*, p. 38.

com a ética e com o humano. A performance espetacular tornou-se uma espécie de fim único. Para o autor, “é altamente improvável que a tendência crescente para racionalização será suspensa pelos protestos de homens e mulheres que apreciavam o dia em que os jogos esportivos eram passatempos” **Trad. por LAP**¹⁴.

Todas as transformações ocorridas advieram da emergência de um aparato burocrático. Tal aparatar é, para GUTTMANN, outra característica distintiva dos esportes modernos. Efetivamente, é a instituição burocrática que passou a administrar o desenvolvimento dos esportes, conferindo-lhes um sentido moderno, e, na época presente, passou a transformar esses esportes em produto adequado a mídia. O controle do esporte é seu.

Entende o autor que, a distinção desenvolvida por WEBER entre a hierarquia primitiva dos povos prescritos e a burocracia moderna, pautada em regras funcionais é bastante adequada para a compreensão do processo de institucionalização da burocracia esportiva¹⁵.

Mesmo sendo possível localizar aspectos burocráticos nas práticas de diferentes períodos, em tempo algum, organização semelhante pode ser encontrada. A primeira modalidade esportiva a construir o mencionado aparato burocrático, numa concepção moderna, foi o cricket. Essa organização ocorreu no 1787 e teve como local a Inglaterra. Na atualidade, o âmbito dessas instituições é internacional e sua esfera de poder, em muitos casos, tornou-se imensurável. GUTTMANN menciona como exemplos a FIFA e o COI.

A configuração do processo pode ser percebido, entre outras coisas, na universalização das regras, na elaboração de estratégias de desenvolvimento mundial implantadas pelas organizações gestoras, no controle de recordes, na produção de espetáculos, tudo dentro de uma visão administrativa racionalmente moderna.

Muito provavelmente é esse o fator preponderante na modernização, ou não, de uma modalidade esportiva. A essa característica estão associadas as duas últimas características do esporte moderno indicadas por GUTTMANN: as características da quantificação e a

¹³ Cf.: Ibid., p. 40-44.

¹⁴ No original: “It is highly unlikely that the tendency toward increased rationalization will be halted by the protests of men and women who cherish the day when sports were avocations.” Ibid., p. 44.

¹⁵ Cf.: Ibid., p. 45.

busca de recordes.

No resgate histórico feito, o autor sugere que a quantificação dos esportes pode ser simbolizada pela invenção do cronômetro, ocorrida em 1730. Dentro dos esportes, a quantificação tornou-se um modo de vida, uma característica e uma necessidade. Toda performance atlética tornou-se mensurável. Essa “necessidade” vem da própria sociedade, a qual, mais que nunca, distingue-se pela emergência da quantificação.

A busca de recordes, por sua vez, é a única característica, entre todo o elenco de características levantadas, que se encontra presente somente nos esportes modernos. Mesmo existindo nos esportes anteriores uma tendência à comparação, efetivamente, a busca de recordes nunca existiu.

GUTTMANN conclui o raciocínio desenvolvido no capítulo indicando que todas as características apresentadas são interrelacionadas. Algo mais ou menos óbvio¹⁶.

Em essência, as posições até aqui compendiadas retratam o capítulo posto em discussão. Uma tabela elaborada por GUTTMANN sintetiza de forma didática o apresentado:

Características dos esportes em diferentes épocas					
	Esportes Primitivos	Esportes Gregos	Esportes Romanos	Esportes Medievais	Esportes Modernos
Secularidade	Sim e Não	Sim e Não	Sim e Não	Sim e Não	Sim
Igualdade	Não	Sim e Não	Sim e Não	Não	Sim
Especialização	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Racionalização	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Burocracia	Não	Sim e Não	Sim	Não	Sim
Quantificação	Não	Não	Sim e Não	Não	Sim
Recordes	Não	Não	Não	Não	Sim

Trad. por LAP¹⁷

O que se percebe é que, para analisar o esporte, o autor construiu seu modelo utilizando como filtro os “tipos ideais” propostos por WEBER. A esses “tipos”, acrescentou

¹⁶ O conceito de esporte moderno formulado por GUTTMANN, mesmo tendo um referencial teórico divergente do utilizado por BOURDIEU para construir esse mesmo conceito, apresenta uma convergência importante: o aparato burocrático. É com a consolidação desse aparato e o desenvolvimento efetivo das funções imanentes a essas associações que surge o esporte no sentido moderno. Esse é o ponto nodal dos dois esquadramentos e coloca esse aparato como fator central para uma compreensão factível social do esporte.

a categoria da busca de recordes. Trata-se de uma leitura amplamente aceita nos círculos acadêmicos internacionais, apesar de alguns limites mais ou menos evidentes e outros nem tanto¹⁸.

Um desses limites é a inadequação do modelo ao esporte-espetáculo. Outro limite é a inadequação do modelo às diferentes manifestações do esporte, as quais, de uma forma geral, pouco se amoldam as categorias propostas.

O economista Marcelo Weishaupt PRONI, ao discutir o referido texto, argumenta em direção semelhante e aponta outras limitações. O autor assim se declara:

Nota-se que uma das características mais marcantes das sociedades modernas – o elevado grau de mercantilização das relações sociais – não tem um lugar de destaque nesse modelo analítico. A justificativa de Guttmann é que a comercialização dos espetáculos esportivos e a profissionalização dos atletas seriam fenômenos específicos do esporte em países de economia capitalista, não se verificando em nações socialistas. Como ele pretendia elaborar uma interpretação do esporte moderno que apreendesse as características básicas essencialmente invariantes – ou seja, que pudessem ser encontradas em maior ou menor grau em qualquer sociedade do século XX, independentemente do tipo de regime político ou de desenvolvimento econômico –, a mercantilização não poderia ser incluída entre as categorias centrais que conformam o seu modelo. [...]

O modelo de Guttmann preocupa-se em caracterizar os esportes de alto rendimento, não se aplicando adequadamente aos esportes praticados atualmente em escolas, universidades, clubes associativos, etc. Nesse sentido, não fica claro se as formas ditas “modernas” da prática esportiva (caracterizadas por aqueles sete atributos enumerados) estariam convivendo com formas “pretéritas” (nas quais não há necessidade de burocracia, produção de estatísticas ou preocupação com recordes); se existem distintos graus de incorporação da “modernidade” ao universo das práticas esportivas; ou se os esportes modernos são exclusivamente aqueles que visam o alto rendimento.¹⁹

Podemos, ainda, à fala de PRONI, acrescentar algumas observações marginais, naquilo que ficou perdido nos escritos de GUTTMANN: 1. a desconsideração do *fair play*, que não pode ser compreendido no mesmo patamar da igualdade; 2. que na Inglaterra, o temperamento prevalente determina a “moldagem do caráter” e, ao mesmo tempo, é um componente forte na configuração do esporte moderno; e 3. o retardar do gozo. Os ingleses,

¹⁷ Ibid., p. 54.

¹⁸ O sociólogo Eric DUNNING, durante a palestra *Norbert Elias's contribution to the sociology of sport*, proferida no II Simpósio Internacional: Processo Civilizador Cultura, Esporte e Lazer, ao se referir sobre *From ritual to record*, apontou algumas omissões existentes na obra. Para o palestrante, o esporte hoje é um grande ritual, o maior ritual de secularização existente. Nesse prisma, entende DUNNING, o trabalho de GUTTMANN, escamoteia elementos interpretativos que vão “do ritual esportivo ao esporte ritualizado”. SIMPÓSIO INTERNACIONAL: PROCESSO CIVILIZADOR: CULTURA, ESPORTE E LAZER – NORBERT ELIAS 100 ANOS. (2.: 1997: Campinas).

¹⁹ PRONI, *Esporte-espetáculo...*, p. 26-27.

ao invés da satisfação imediata, optam por postergar essa emoção²⁰.

Também é um fator limitador, na análise proposta por GUTTMANN, o caráter dual proporcionado pelo modelo. A dicotomia presente-ausente para cada característica apresentou uma variação com as características padrão, que são as características do esporte moderno. Algumas das características dos outros esportes, os esportes não-modernos, não estavam nem totalmente ausentes nem totalmente presentes.

A solução encontrada pelo autor, para tal realidade, foi a de construir a característica presente-ausente. No entanto, algumas das características apresentadas possuíam configurações que são simplesmente diferentes e isso não foi levado em consideração. Em verdade, uma realidade concreta apresenta atributos concretos e não variáveis ou categorias em um esquema classificatório. Alvin GOULDNER argumenta que em um tipo ideal

[...] certas tendências de estruturas concretas são postas em evidência pelo fato de serem enfatizadas. Nem toda associação formal possuirá o conjunto das características incorporadas no tipo ideal de burocracia. O tipo ideal pode ser usado como uma medida que nos possibilita determinar em que aspecto particular uma organização é burocratizada. O tipo ideal de burocracia pode ser usado da mesma forma como o é uma régua de doze polegadas. Não se pode esperar, por exemplo, que todos os objetos medidos pela régua tenham exatamente doze polegadas – alguns terão mais e outros menos.²¹

Feitas essas considerações, aduziremos o arcabouço utilizado por GUTTMANN para desenvolver a análise que estamos porfiando. Para tal, podemos afirmar, sem cometer incorreções, que a obra que inspirou teoricamente os escritos de GUTTMANN em *From ritual to record* é *A ética protestante e o espírito do capitalismo*²².

Podemos dizer inicialmente que, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o protestantismo, um movimento de contestação dos dogmas e da organização da Igreja Católica, ocorrido no século XVI, pode ser visto como uma transformação radical de ordem ética e espiritual, ou, usando uma linguagem weberiana, como um processo de racionalização ocorrido na esfera da religião. “Aqui, a forma específica do fenômeno é o

²⁰ A obra de Philippe WOLFF, *Outono da idade média ou primavera dos tempos modernos?*, é particularmente adequada para retratar essa característica peculiar do povo inglês. WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

²¹ HALL, Ricahrd H. O Conceito de Burocracia: uma contribuição empírica. In: WEBER, Max et. al. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 30.

progressivo abandono do misticismo – experiência em que a divindade se mistura ao corpo do indivíduo – em favor de uma prática ascética que leva à separação definitiva entre homem e Deus”²³. O indivíduo, diferente do catolicismo, é remetido para o centro do processo.

O protestantismo é, de certa forma, o corolário da predestinação e da vocação. Tal afirmação, aduz a necessidade de um permeio mais profundo na obra de WEBER para ser clarificada²⁴.

Vinícius MOTA, ao discutir sobre a obra de WEBER, e, em particular, sobre a ética protestante, infere que

[...] esse processo é levado a cabo com o protestantismo europeu, mais especificamente com o calvinismo – menção ao reformador João Calvino (1509-1564).

A doutrina calvinista alia a idéia de vocação formulada por Martinho Lutero (1483-1546) – o preceito pelo qual se transforma o trabalho terreno em via de salvação da alma – com a idéia de predestinação: antes do início dos tempos, Deus decidiu os que estão fadados à salvação e os que estão condenados à danação, não restando ao homem nenhuma alternativa de reversão "mágica" de sua sentença. Deus, para o puritanismo calvinista, não se comunica com os homens.

A grande questão religiosa para os puritanos passa a ser, então, a de saber quais os sinais perceptíveis pelos quais se pode saber se uma alma está predestinada à salvação ou à perdição.

O desenvolvimento do calvinismo veio a solucionar duplamente essa inquietação: em primeiro lugar, considerou que a perda da autoconfiança é sinal de falta de fé (característica dos condenados). Em segundo lugar, para alcançar a autoconfiança o calvinismo recomendava uma dedicação intensa e metódica a uma atividade profissional.

A conduta moral do homem médio foi, assim, despojada de seu caráter não-planejado e assistemático, e sujeita, como um todo, a um método consistente", escreve Weber.

Em tal sistema de crenças, o lucro foi entendido como frutificação do trabalho, sinal de predestinação à salvação, desde que não utilizado com usura, para satisfação de prazeres da carne, o que, na prática, resultou num estímulo para a reaplicação do excedente na produção. Tudo o que o trabalho – considerado fim em si mesmo, "vocacional" – gera é sinal de aprovação divina, que deve ser novamente aplicado ao ciclo de produção para gerar mais trabalho, mais lucro, mais sinais de graça.

Nesse ponto a ética religiosa protestante, que fazia parte de todos os momentos da vida do crente, toca no "espírito do capitalismo", o impulso para a empresa racional, metódica e permanente, e pode ser entendida como sua causa, não a única, por certo.²⁵

²² WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.

²³ MOTA, Vinícius. O mundo desencantado. *Folha de São Paulo*, 11 abr. 1999. Mais! p. 5-4.

²⁴ Para uma visão mais ampla das idéias que compendiamos na sequência, ver especialmente a parte II – A ética vocacional do protestantismo ascético (p. 65-110) e as notas correspondentes (p. 163-201). WEBER, *A Ética...*, op. cit.

²⁵ MOTA, O mundo..., op. cit.

A resposta prática, a essa situação, ocorreu com o ascetismo²⁶ e com a luta pelo sucesso individual. As pessoas gostariam de estar entre os predestinados, mas não sabem se estão entre os escolhidos. Essa nova forma de vida determinou uma individualização sem precedentes. O status social passou a ser outorgado em função da capacidade que um indivíduo possuía de ganhar dinheiro. Diferentemente da visão católica que, até então, era prevalente, ganhar dinheiro deixou de ser pecado.

As pessoas dotadas de condições de ganhar dinheiro, o deveriam fazer, para que, com o dinheiro obtido, pudessem servir “melhor” a Deus. O pecado agora era, como bem nos mostra MOTA, ser frugal ou, ainda, desperdiçar o tempo que poderia ser utilizado para a aquisição de mais dinheiro. O tempo se tornou um bem precioso.

A sentença de Benjamin FRANKLIN, “tempo é dinheiro” sintetiza sobremaneira a orientação infundida pelo movimento protestante. Nesta orientação, a relação é uma finalidade (opção) eletiva, marcada por um utilitarismo estrito. Em última análise, pode-se dizer que, as pessoas que pensaram assim, tenderam a ser os primeiros capitalistas. Uma passagem de WEBER é bastante profícua para ilustrar o relatado:

De fato, o *summum bonum* desta “ética”, a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituída de qualquer caráter eudemonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo de superior à “felicidade” ou “utilidade” do indivíduo, de qualquer forma algo de totalmente transcendental e simplesmente irracional. O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última da sua vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio orientador do capitalismo, tão seguramente quanto ela é estranha a todos os povos fora da influência capitalista. Mas, ao mesmo tempo, ela expressa um tipo de sentimento que está inteiramente ligado a certas idéias religiosas.²⁷

Esse isolamento espiritual em relação a um Deus, de forma prática, significou a racionalização do mundo e a eliminação do pensamento mágico como meio de salvação. A materialização desse espírito ocorreu com o trabalho, instrumento de ascese e meio de preservação da redenção da fé e do homem, que, na ótica weberiana, constituiu-se na

²⁶ Cf.: WEBER, A *Ética...*, p. 111-132; 201-225.

²⁷ *Ibid.*, p. 33.

principal expressão de uma nova concepção de vida constituída por esse espírito.

Deve ser dito que os escritos de WEBER em momento algum sugerem que esse espírito, o espírito do capitalismo, seja uma consequência pura ou mecânica da Reforma protestante.

Feitas essas considerações, podemos argumentar que seria sábio acrescentar aos caminhos de WEBER, a leitura de August COMTE sobre a Reforma, representada não apenas no movimento religioso, mas vendo todo um nacionalismo europeu. Nessa direção, um retorno aos textos clássicos de COMTE, certamente, permitiria respostas ainda mais profícuas. No entanto, esse não é um caminho que pretendemos percorrer.

Ao deslocarmos à discussão para o esporte, podemos inferir que GUTTMANN compreendeu esporte num sentido muito germânico. A lente utilizada teve sua focagem no protestantismo alemão, ou seja, em um tipo puro de protestantismo. O protestantismo anglicano apresenta diferenças consideráveis do protestantismo *stricto sensu*. Na Inglaterra, a igreja é essencialmente católica e tem laços muito marcados com o Estado. Trata-se de um cenário absolutamente distinto do cenário alemão.

Não obstante, a ilação obtida nas formas de protestantismo são convergentes²⁸. A idéia nuclear, numa leitura weberiana, é que o esporte moderno difere dos jogos pré-industriais pela imposição do ascetismo (treinamento). Essa idéia explica, em grande parte, os motivos que determinaram o surgimento dos esportes em países protestantes e, posteriormente, em países da Escandinávia.

Com *From ritual to record* não se pode ir muito além. Para avançar, ainda mais, nessa linha interpretativa, retomaremos a interlocução iniciada com PRONI. O autor, ao discutir sobre a “obstinação por bater recordes”, declara-se da seguinte forma:

[...] pode-se considerar que “obstinação por bater recordes” é uma característica dos esportes

²⁸ Norbert ELIAS e Eric DUNNING, ao focalizarem a influência da religião no desenvolvimento dos esportes modernos, o fizeram assentando seus esquadrinhamentos sobre o protestantismo inglês. Uma comparação nos escritos dos autores mencionados, principalmente em *A busca da excitação*, e nos escritos Allen GUTTMANN, apesar de não apresentar conclusões radicalmente diferentes, permite transitar entre alguns contrastes desse terreno sinuoso, que é o terreno religioso. O embate é também profícuo por possibilitar a explicitação de matizes e aproximações conceituais. Entre essas matizes, pode-se dizer que ELIAS e DUNNING avançaram, para além do modelo de GUTTMANN, em três direções: 1. no nacionalismo; 2. no monoteísmo; e 3. na ciência moderna.

individuais, já que o ponto culminante dos esportes coletivos não é a superação de recordes, mas sim a conquista de um título, ser campeão. Em contrapartida, deve-se reconhecer que a superação de marcas de eficiência (individual) em algumas modalidades coletivas tem-se tornado uma tendência importante nas últimas décadas, especialmente nos EUA. Em todo caso, esse não era um elemento importante quando esportes como o futebol e o vôlei foram inventados.²⁹

O que PRONI denomina de “superação de marcas de eficiência” é, em última análise, uma busca por recordes. No entanto, na direção da construção de uma conjectura explicativa, podemos avançar ainda mais. Uma argumentação possível é a de que o fator religioso pode determinar, em parte, o *habitus* esportivo.

Basta pensarmos nos *habitus* esportivos de países predominantemente protestantes como é o caso dos Estados Unidos, por exemplo. Nesses locais, o espírito do praticante tem liames estreitos com a individualidade esportiva³⁰. A idéia do individual, inculcada na ênfase em vencer, em ser o melhor, é que determina a busca da excelência em todos os segmentos da vida societária. Inclui-se aí, de forma privilegiada, o esporte. GUTTMANN nos mostra isso³¹.

Feitas essas considerações sobre a ética protestante, convergiremos, de imediato, para o outro braço da imbricação histórica descortinada por WEBER, “o espírito do capitalismo”. Nele, nos deparamos com

[...] o impulso ao cálculo econômico minucioso, ao reinvestimento do lucro na empresa, à

²⁹ PRONI, **Esporte-Espetáculo...**, p. 27.

³⁰ Entendemos que esse conceito é mais apropriado que a idéia de esportes individuais. O conceito individualidade esportiva foi por nós utilizado, em estudo anterior, e sua edificação teve como base os escritos de Pierre PARLEBAS (PARLEBAS, Pierre. **Perspectivas para una Educacion Física Moderna**. Andalucia: Quisport, 1988). Esse autor, ao estudar a lógica interna das modalidades esportivas, constatou que as relações prevalentes nos esportes são as de oposição, ou seja, são relações individualizadas. Um corredor ganha uma prova derrotando os outros corredores. Em esportes coletivos, onde supostamente deveria prevalecer outro tipo de relação, a relação de cooperação, isso não ocorre. As relações de oposição são, ao mesmo tempo, quase que exclusivamente determinantes para os resultados e medida de valor. No esporte moderno, como sugere GUTTMANN, a quantificação está mais presente que nunca. É facilmente identificado a performance individual de um jogador. Só para exemplificar, em uma partida de basquete, números de pontos, assistências, rebotes, passes certos e errados, roubadas de bolas, entre outros, estão presentes e servem de parâmetro de avaliação da performance individual e coletiva. Em outras palavras, mesmo em um esporte coletivo a performance é avaliada em função de indicadores individuais. Performances ligadas ao desempenho coletivo, como postura tática, efetividade na marcação, cobertura, etc. são pouco valorizados. PILATTI, Luiz Alberto. **Pedagogia do Esporte**. Piracicaba, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Unimep.

³¹ Ver: GUTTMANN, *Sports diffusion*, op. cit.

contenção dos desperdícios de toda forma etc.

A racionalização, ou o "desencantamento do mundo" – outro traço marcante do pensamento de Weber – define o desenvolvimento histórico do Ocidente, no qual os meios mágicos extra-racionais foram dando lugar aos meios metódicos e calculados em todos os setores sociais. A racionalização atingiu também o domínio do Estado moderno, criando a dominação baseada em leis abstratas e efetivada por um corpo técnico-administrativo especializado, que Weber denomina burocracia. Esse "tipo ideal" de dominação política, denominado "racional-legal", é detidamente analisado no livro "Economia e Sociedade", sua obra máxima, publicada em 1920.³²

Esses lineamentos, incorporados na estrutura moderna das empresas capitalistas, correspondem, de uma forma geral, aos lineamentos da estrutura organizativa que envolve o esporte. Em outras palavras, as organizações esportivas atuais (instituições complexas difundidas no século XX), como o COI e a FIFA, exemplos anteriormente mencionados por GUTTMANN, são empresas modernas no sentido weberiano.

O corolário trazido no bojo dessa constatação é que as organizações esportivas dominante trazem um tipo de dominação pura para com seus dominados, a dominação legal³³. Essa dominação, em seu tipo mais puro, expressa-se através da burocracia. É uma espécie de dominação estatuída, ou, usando as palavras de WEBER, uma administração burocrática-monocrática³⁴ mediante documentação.

Considerando essa dominação e mantendo tal perspectiva teórica, podemos considerar, focando nosso objeto de estudo, que as federações esportivas regionais, o plano inferior das estruturas burocráticas do esporte, são um "serviço" burocratizado, dominadas legalmente, com características heterônomas e heterocéfalas³⁵.

Em verdade, as organizações burocráticas do esporte são, supostamente, representantes altamente conspícuas desse tipo de dominação. A compreensão dessa dominação na realidade empírica, ou seja, na sua forma concreta, que não é pura, permite

³² MOTA, O mundo..., op. cit.

³³ Para WEBER, dominação significa "a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato" com fundamento em diversos motivos de submissão. O autor considera a existência de três tipos puros de dominação: a dominação legal (racional), a dominação tradicional e a dominação carismática. Nos ateremos a dominação legal, por ser esse o tipo de dominação encontrada nas organizações esportivas. COHN, Gabriel. **Weber: sociologia**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 128.

³⁴ Para maiores detalhes sobre o tipo monocrático de administração burocrática, ver, especialmente: VIII Burocracia. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 229-282.

³⁵ "Isto é, cujos regulamentos e órgãos executivos não são definidos apenas internamente a ela mas pela sua participação em formas de associação mais amplas; portanto não-autônoma nem autocéfala". COHN, op. cit., p.

entender o sentido visado nas ações dos atores sociais³⁶. A questão essencial para a sua compreensão, dentro da ótica da dominação, passa a ser outra: a efetividade da autoridade.

Essa constatação nos permite formular a seguinte questão: Como WEBER tratou em seus trabalhos essa questão? A pergunta poderia ser, usando uma linguagem mais weberiana, formulada da seguinte forma: Qual o tipo ideal de efetividade da autoridade legal em uma associação administrativa racional legal como a que estamos estudando?

Deve ser dito, de início, que o tipo do quadro administrativo racional-legal é suscetível de aplicação na conjuntura em que o estamos utilizando. Esse mecanismo é, também, no entender de WEBER, o mais importante mecanismo para a administração de assuntos cotidianos. Nesta esfera, o exercício da autoridade e, num sentido lato, o exercício da dominação consistem, precisamente, em administração.

Feita essa consideração, vejamos como WEBER trata a questão proposta³⁷. Para o autor, a efetividade da autoridade legal depende da aceitação de algumas idéias independentes:

- i. Que toda norma legal existente é estabelecida por acordo ou imposição, objetivando fins utilitários ou valores racionais, ou ambos. O estabelecimento de uma norma supõe obediência, internamente em uma associação, e, de forma habitual, das pessoas dentro da esfera de poder da organização em questão.
- ii. Que todo aparato legal é, em essência, um sistema integrado de normas abstratas. Administrar o aparato existente implica em aplicar normas a casos específicos. Sendo esse processo uma busca racional por interesses, especificados na codificação das leis em vigor da associação, dentro dos limites dos preceitos legais existentes e de princípios suscetíveis de elaboração geral.
- iii. Que a pessoa que representa formalmente a autoridade ocupa um “cargo”. A sua atividade, que inclui a prescrição de tarefas, está subordinada a uma ordem impessoal que orienta suas ações.
- iv. Que a pessoa que obedece as tarefas o faz na qualidade de “membro” da associação

129.

³⁶ Na perspectiva da sociologia compreensiva essa é uma idéia exequível. Ver: WEBER, **Economia e Sociedade**, p. 3-13.

³⁷ Para tal construção, utilizaremos basicamente o texto: WEBER, Max. *Os Fundamentos da Organização*

ou, dito de outra forma, obedece “a lei”.

- v. Que os membros, obedientes àquele que ocupa cargo, não devem obediência a essa pessoa enquanto indivíduo, mas a ordem impessoal. O limite da obediência é a esfera racionalmente delimitada de autoridade.

Essas idéias independentes são permeadas por algumas categorias, que são para WEBER, as categorias fundamentais da autoridade racional legal e que se materializam na esfera das organizações racionais através dos seguintes princípios:

- i. Uma organização sucessiva de cargos, estabelecida por normas.
- ii. Uma área específica de atuação. Com as seguintes implicações: a) um conjunto de obrigações no desempenho das funções, diferenciadas como componente de uma sistemática divisão do trabalho; b) atribuição ao responsável de autoridade para o desempenho da função; c) significação dos instrumentos necessários de coibição e limitação de seu uso a condições definidas. Essa organização supõe um órgão administrativo.
- iii. A organização dos cargos obedece ao princípio da hierarquia. Cargos subalternos estão sob o controle e supervisão do superior. Há direito de reclamação dos subalternados aos superiores. A instância em que se procede a análise da reclamação, autoridade superior ou instância cuja conduta foi objeto de reclamação, tem ligação com o tipo de hierarquia adotada.
- iv. As normas que regulam o exercício de um cargo podem ser regras técnicas ou normas. Em ambas, o intuito objetivado é a racionalização. Para que exista a racionalização, a especialização é uma exigência imposta aos membros do quadro administrativo de uma associação e, por extensão, condição para a nomeação em funções oficiais. O quadro de uma associação racional é composto, caracteristicamente, por funcionários, independente dos fins da associação.
- v. Os membros do quadro administrativo devem estar completamente separados da propriedade dos meios de produção e administração. Numa associação racional deve ocorrer uma completa separação entre a propriedade da organização, que é controlada dentro da esfera do cargo, e a propriedade pessoal do funcionário, que é

utilizada em sua vida privada.

- vi. No tipo racional há também completa ausência de apropriação do cargo pelo ocupante. Cargos que são ocupados por direito, como os de juízes por exemplo, não servem para ser apropriados pelo funcionário. Seu propósito é o de garantir o caráter puramente objetivo e independente da conduta no cargo, balizado pelas normas pertinentes.
- vii. Atos administrativos, decisões, normas, são formulados e registrados em documentos, mesmo nos casos em que a discussão oral é a regra ou mesmo prescrita. Isso se aplica, principalmente, a discussões preliminares e propostas, decisões finais e ordens. A junção de documentos com uma organização contínua de funções no local onde as funções oficiais são executadas constitui-se no núcleo de todos os tipos de atividades moderna das associações.
- viii. A autoridade legal pode ser exercida dentro de uma ampla variedade de formas diferentes.

Em seu tipo mais puro, o exercício dessa autoridade é capaz, numa perspectiva puramente técnica, de atingir o mais alto grau de eficiência e, neste sentido, é, formalmente, o mais racional e conhecido meio de exercer dominação sobre os seres humanos. Este tipo é superior a qualquer outro em precisão, estabilidade, rigor disciplinar e confiança e permite um grau particularmente elevado de calculabilidade dos resultados. Numa organização burocrática desse tipo

Somente o chefe supremo da organização ocupa sua posição de autoridade em virtude de apropriação, eleição ou designação para a sucessão. Mas mesmo sua autoridade consiste num âmbito de competência legal. O conjunto do quadro administrativo subordinado à autoridade suprema é formado, no tipo mais puro, de funcionários nomeados que atuam conforme os seguintes critérios:

- 1) São individualmente livres e sujeitos à autoridade apenas no que diz respeito a suas obrigações oficiais.
- 2) Estão organizados numa hierarquia de cargos, claramente definida.
- 3) Cada cargo possui uma esfera de competência, no sentido legal, claramente determinada.
- 4) O cargo é preenchido mediante uma livre relação contratual. Assim, em princípio, há livre seleção.
- 5) Os candidatos são selecionados na base de qualificações técnicas. Nos casos mais racionais, a qualificação é testada por exames, dada como certa por diplomas que comprovam a instrução técnica, ou utilizam-se ambos os critérios. Os candidatos são

nomeados e não eleitos.

6) São remunerados com salários fixos em dinheiro, na maioria das vezes com direito a pensões. Somente em determinadas circunstâncias a autoridade empregadora, especialmente nas organizações privadas, tem o direito de rescindir o contrato. Mas o funcionário é sempre livre para demitir-se. A escala salarial é inicialmente graduada de acordo como nível hierárquico; além desse critério, a responsabilidade do cargo e as exigências do *status* social do ocupante podem ser levadas em conta.

7) O cargo é considerado como a única ou, pelo menos, principal ocupação do funcionário.

8) O cargo estabelece os fundamentos de uma carreira. Existe um sistema de “promoção” baseado na antiguidade, no merecimento ou em ambos. A promoção depende de julgamento dos superiores.

9) O funcionário trabalha inteiramente desligado da propriedade dos meios de administração e não se apropria do cargo.

10) Está sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo. Esse tipo de administração é, em princípio, aplicável com igual facilidade a uma ampla variedade de setores diferentes. Assim, pode ser as organizações que visam lucro, às de caridade ou a um número indefinido de outros tipos de empresas privadas que persigam objetivos materiais ou ideais. Com graduações variadas na aproximação ao tipo puro, sua existência histórica pode ser demonstrada em todas essas esferas.³⁸

Em outras palavras, administração burocrática é sempre regida por princípios, no seu tipo mais puro, que a tornam o tipo mais racional. A fonte principal da superioridade desse tipo de administração é delineado no conhecimento técnico que, cada vez mais, é indispensável. Sua orientação é para um funcionamento contínuo por interesses compulsivos tanto materiais como objetivos, mas também ideais.

Para WEBER, a questão central é o controle da máquina burocrática na administração de massas. E este controle apresenta limitações para os que não são profissionais. De maneira geral, o funcionário profissional escapa muito mais facilmente a essas limitações do que seu superior nominal que, na maioria dos casos, não é profissional.

A administração burocrática significa, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber. Esse é o traço que a torna especificamente racional e, com ele, a impessoalidade formalista, arquitetada em uma administração estável, rigorosa, intensiva e incalculável, entrou definitivamente em cena. Essa é a idéia de progresso dos tempos modernos de Charles Chaplin.

³⁸ WEBER et. al., *Sociologia da...*, p. 20-21.

Parte II

O DISTANCIAMENTO DO IDEAL

O esporte ocupa, na vida social moderna, um lugar que ao mesmo tempo acompanha o processo cultural e dele está separado, ao passo que nas civilizações arcaicas as grandes competições sempre fizeram parte das grandes festas, sendo indispensáveis para a saúde e a felicidade dos que nelas participavam. Esta ligação com o ritual completamente eliminada, o esporte se tornou profano, foi “dessacralizado” sob todos os aspectos e deixou de possuir qualquer ligação orgânica com a estrutura da sociedade, sobretudo quando é de iniciativa governamental. A capacidade das técnicas sociais modernas para organizar manifestações de massa com um máximo de efeito exterior no domínio do atletismo não impediu que nem as Olimpíadas, nem o esporte organizado das Universidades norte-americanas, nem os campeonatos internacionais tenham contribuído um mínimo que fosse para elevar o esporte ao nível de uma atividade culturalmente criadora. Seja qual for sua importância para os jogadores e os espectadores, ele é sempre estéril, pois nele o velho fator lúdico sofreu uma atrofia quase completa.

Johan HUIZINGA

CAPÍTULO III

PERSCRUTANDO UMA ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA

1

Da liga para a eclética

A interpelação sociológica de uma organização específica aduz à necessidade do entendimento da forma como determinados homens constituíram um modo de organização coletiva, com vistas ao alcance de determinados objetivos intermediados.

A análise dos elementos sociológicos da instituição que perquiriremos, a LAP, será realizada a partir da problemática weberiana. Do ponto de vista metodológico, essa problemática determina a necessidade de se examinar, através dos princípios da ação racional, como os homens definiram os seus objetivos e quais meios específicos foram empregados para que esses fins fossem objetivados. Com esse exame, busca-se compreender interpretativamente a ação social¹ e assim explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos.

Com efeito, algumas perguntas são necessárias para balizar as discussões ulteriores: Quais são seus membros?; Quais as finalidades presentes originalmente na constituição da LAP?; Qual sua estrutura de funcionamento?; Quais são suas modalidades de atividades e interações recorrentes e estáveis e como essas atividades e interações se relacionam uma com as outras e com o resto do mundo?. Essas questões, na perspectiva da dominação, permitem o desenvolvimento de esclarecimentos teóricos sobre regularidades e a estrutura da entidade que estamos porfiando.

Iniciaremos com a ata da reunião que fundou a LAP. O teor dessa ata é o seguinte:

¹ Para WEBER, ação social é “uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso”. WEBER, *Economia e...*, p. 3.

Ata da reunião de diversos Clubes desta Capital para a fundação de uma Liga que tome ao seu cargo o desenvolvimento dos esportes: Atletismo, Bola ao Cesto, Voleybol e Handbol.

Aos vinte e quatro dias do mez de Maio de mil novecentos e trinta e dois, em uma das salas da Sociedade Teuto Brasileiro, sob a Presidencia do Snr. Tenente João Meister Sobrinho, foi aberta a sessão, a qual se achavam presentes os Clubes abaixo representados: Sociedade Teuto Brasileiro: – T^o João Meister Sobrinho e Carlos Bley Krisanowski; Coritiba Foot Ball Club: – A. Couto Pereira, Alfredo Kreamer e Mylton Muricy; Club Athletico Paranaense: – Horacio Mancini; Club Atletico Ferroviario: – Lothar Kruger; Grupo de Ginastica Handwerker: – Alexandre Buchmann, Rodolpho Dombeck e Albano Brandt; Sociedade Sportiva Junak: – Teodoro Zubinski, João Sobocinski e Ladislau Gibolski; União Sporte Club: – Frederico Doudeque e Grupo Atlético Teuto: – Estevam Piekars.

O Snr Presidente expoz aos presentes o objetivo desta reunião, na qual se resolveu em definitivo a fundação da Liga que tomou a denominação de “Liga Athletica Paranaense”. Em seguida foi procedida a eleição de sua primeira diretoria que ficou assim constituída: Por proposta do Snr Couto Pereira, foi aclamado Presidente o Snr Tenente João Gualberto de Sá Filho, para vice dito Frederico Duedeque, 1^o Secretario – Horacio Mancini, 2^o dito Alexandre Buchmann, 1^o Tesoureiro – Carlos Bley Krisanowski e 2^o dito Polan Kossobudzski; Diretor de Atletismo – Alfredo Kreamer; Diretor de Bola ao Cesto – Teodoro Zubinski; Comissão de Atletismo: – Lothar Kluger, João Sobocinski e Idreno Cavallari. Comissão de Bola ao Cesto: – Milton Muricy, Rodolpho Dombeck e Estevam Piekars.

Foram aprovadas as seguintes sugestões apresentadas pelo Snr. Presidente: 1^o Obedecer as regras e regulamentos da Federação Paranaense de Desportos. 2^o Que nenhum dos presidentes dos Clubes filiados a liga poderá ocupar o cargo de Presidente da mesma.

Foi mandado officiar a F. P. D., comunicando a fundação da Liga, eleição de sua primeira diretoria e remeter uma copia da ata, bem como que a sua séde provisoria está instalada em uma das salas da Sociedade Teuto Brasileiro. Ficou resolvido que até o dia anterior ao do Campeonato inicio de bola ao cesto, os clubes que se filiarem serão considerados tambem “Fundadores”. Marcar para o proximo sabado dia vinte e oito do corrente a primeira reunião da diretoria. Foram declarados empossados todos os diretores presentes. O Snr Diretor Presidente do Coritiba F. C. ofereceu a Lap a sua nova Praça de Desportos para jogos officiaes da mesma, logo que esteja pronta.²

No jornal *O Dia*, a fundação da LAP foi destacada com a seguinte reportagem jornalística:

L. A. P.

Uma nova entidade que surge

Por iniciativa dos principaes clubes esportivos da Capital, foi hontem fundad a Liga Athletica Paranaense, entidade que abrangerá os esportes de bola ao cesto, atletismo, voley-ball e

² Optamos por apresentar este e outros documentos ulteriores com suas redações originais. Temos claro que em alguns momentos a leitura do texto pode ficar prejudicada. No entanto, entendemos que essa estratégia de redação é adequada para a um relatório com as características do presente. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata da sessão realizada no dia 23 de maio de 1932. Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p. 1-1 verso.

hand-ball.

Convida-se os directores de todos os clubes interessados na prática destes esportes, para comparecerem 4^a feira, dia 25 do corrente, as 20½ horas, na sede do Teuto Brasileiro, afim de elegerem a sua 1^a directoria.

Outrossim, convida-se o Centro de Chronistas Esportivos para assistir a reunião.

Os clubes que se fizerem reprêsentar serão considerados fundadores da nova liga.³

Na perspectiva da primeira questão proposta – Quais são seus membros? –, podemos patentear com essas passagens, que os membros da entidade em questão são, inicialmente, as pessoas associadas aos seguintes clubes da cidade de Curitiba: Sociedade Teuto Brasileiro, Coritiba Foot Ball Club, Club Athletico Paranaense, Club Athletico Ferroviario, Grupo Gymnastica do Handwerker, Sociedade Sportiva Junak, União Sporte Club e Grupo Atlético Teuto⁴. No entanto, essa é uma resposta apenas provisória.

Para avançar na direção de uma resposta definitiva é necessário entender a conjuntura em que esses surgiram e desenvolveram suas atividades e localizar os membros que foram agregados à entidade na sua existência. Para tal, antes de qualquer coisa, é necessário um olhar lacônico na história. Esse olhar servirá como pano-de-fundo às discussões projetadas e com ele teremos uma dimensão mais precisa do que era o Paraná naquele período.

Entre os dados levantados, localizamos como sendo a mais antiga estatística populacional do espaço territorial paranaense, um censo realizado em 1780, onde consta um total de 17.658 habitantes.

Em 1853, o Paraná, que até então integrava a Província de São Paulo, desmembra-se, assumindo o *status* de Província. A “nova” província contava com apenas duas cidades – Curitiba e Paranaguá –, sete vilas, seis freguesias e quatro capelas curadas. A cidade de Curitiba, escolhida como capital, tinha uma população de 5.819 habitantes.

Em 1858, a população da província atingia o número de 69.380 habitantes, em 1872

³ L. A. P.: uma nova entidade que surge. **O DIA**: edição da manhã. Curitiba, 24 mai. 1932.

⁴ A possibilidade de “que até o dia anterior ao do Campeonato inicio de bola ao cesto, os clubes que se filiarem serão considerados ‘Fundadores’” (LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata da sessão realizada dia 23 de maio de 1932**. Livro Ata nº 01 – Diretoria. Loc. cit.), não angariou novos clubes. Na reunião realizada no dia 26 de abril de 1933, quase um ano depois de sua fundação, a Liga aceitou a inscrição do Club Atlético Ferroviário e o considerou como fundador. O clube esteve presente na reunião de fundação da Liga, mas acabou não efetivando sua filiação na época da fundação. Esse privilégio, posteriormente, não foi estendido aos outros afiliados. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Boletim Oficial nº 7 da sessão realizada no dia 26 abr. 1932**. Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p. 39.

eram 126.722 habitantes e em 1890, já na condição de Estado, o número de habitantes beirava os 250.000. Nesse ano, Curitiba apresentava uma população de 25.754 habitantes. O Paraná era composto por nove cidades e 25 vilas⁵.

Os anos seguintes à emancipação foram marcados pela recepção de número significativo de imigrantes⁶ que, ao contrário da maioria dos Estados brasileiros, não eram negros ou mulatos⁷, mas alemães, principalmente, e depois, poloneses e italianos. Em menor número, várias outras etnias também aqui chegaram.

Para Aroldo de AZEVEDO, a vinda de imigrantes para o Paraná, entre 1850 e 1950, sucedeu-se em quatro períodos principais e bastante distintos: “1° - período alemão – de 1850 a 1871; 2° - período ítalo-eslavo – de 1872 a 1886; 3° - período italiano – de 1887 a 1914; 4° - período japonês – de 1920 a 1934”⁸.

Essa imigração, até o final do século, havia sido frenada por problemas de diferentes ordens. Os dois principais eram a política vigente e a escravidão.

A política da colônia, que era estabelecida por Portugal, determinava que somente poderiam adentrar ao país e receber terras indivíduos católicos⁹. Essa lei foi abandonada no

⁵ Cf.: MELLO NETO, Candido de. **O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1996. p. 91-99.

⁶ Para HOBBSAWM, as pessoas emigravam por razões econômicas, principalmente, mas também, por problemas de diferentes ordens como policiais e políticos. Os imigrantes que aqui vieram tinham muito presentes essas características apontadas pelo historiador. Em sua maioria, eram de origem rural e, entre estes, encontravam-se trabalhadores especializados que resistiam à proletarização. HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 213. Ver, também: LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná – 1867 a 1882**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

⁷ No Paraná, “a presença de escravos africanos sempre foi pequena em função da pecuária. Além disso, a existência de grandes pastos facilitava a fuga dos negros e, por isso, eles acabaram trabalhando apenas na fabricação do charque”. O ESTADO DE SÃO PAULO. **Help! História do Brasil**. São Paulo: Klick Editora, 1997. p. 135.

⁸ Apud: FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba, ?, 19?., p. 47.

⁹ No decreto de D. JOÃO VI, de 1820, é manifestada ostensivamente a preferência pela imigração de alemães católicos: “Considerando a vontade de emigrar que os diferentes povos da Alemanha e de outros países manifestam pelo excesso das suas populações e considerando oportuno o estabelecimento de colônias estrangeiras no seu Reino do Brasil, seja para bem deste mesmo reino, seja para o bem das famílias e pessoas que formarão ditas colônias, Sua Fidelíssima Majestade Real se dignou determinar as condições sob as quais estes colonos deverão ser admitidos e as vantagens que lhes serão outorgadas: [...] 1- Sua Majestade concederá aos colonos estrangeiros vindos ao Brasil para estabelecer-se uma área de terra, gratuitamente, para a sua colonização [...] 8- Para poder entrar no gozo dos mencionados direitos e privilégios todos os colonos deverão ser de religião católica-romana e pessoas de bons costumes e princípios. Deverão provar ambas as exigências

reinado de D. Pedro I, como uma forma de tentar “embranquecer” a população brasileira¹⁰, proporcionando um período intenso de imigração. Os alemães foram maioria entre os imigrantes que aqui chegaram.

O outro aspecto limitador era a escravidão. Em uma carta enviada ao Senador SARAIVA, em 28 de novembro de 1882, o abolicionista Joaquim NABUCO anotava o problema. Para NABUCO, “é a escravidão a causa principal de nosso atraso, nunca houve correntes de imigração para país de escravos, nunca houve indústria em países de escravos, nunca houve instrução em países de escravos, nunca houve respeito à liberdade alheia em países de escravos na longa experiência da escravidão africana”¹¹.

No final do século, com a supressão dos principais obstáculos existentes, uma nova modalidade de imigração consolidou-se, a imigração dirigida de europeus. Essa imigração passou amplamente a ser incentivada pelo governo e mais atraente para os que vinham.

O intuito da política adotada era colonizar o território e a criação de uma agricultura de abastecimento, em resposta à escassez e à carestia de produtos agrícolas existentes. O sul, a última de todas as regiões do Brasil a ser colonizada, tornou-se o destino da maioria dos imigrantes que aqui chegavam.

Assim, essa região brasileira nascia tarde e diferente das demais regiões. A forte presença do imigrante europeu, a partir do século XIX, fez com que os Estados que compunham a região - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – adquirissem características próprias, tais como: costumes alimentares, arquitetura, alto nível de escolaridade em parcela significativa de sua população.

mediante certificados que deverão ser reconhecidos pelos Ministros ou outros funcionários de Sua Majestade no Exterior”. Outras dificuldades adicionais à imigração, naquele momento, se apresentavam. Um exemplo é a Lei de Orçamento, assinada por D. Pedro I em 15 de dezembro 1830. Com esse orçamento, por pressão dos partidos de oposição, foi suspenso a concessão de recursos para a colonização estrangeira no país. HUNSCHE, Carlos Henrique. **História da Imigração no Brasil: as famílias**. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, ? p. 29-30.

¹⁰ “Após a Independência (1822), o governo brasileiro incentivou novamente a vinda de europeus, doando-lhes terras e pagando suas despesas de viagem. Visava ‘clarear’ a população, pois acreditava-se que o atraso brasileiro devia-se à maioria negra do país. Outro objetivo era povoar o território, principalmente o Sul. Com a proibição do tráfico negreiro (1850) e a expansão da lavoura cafeeira, a imigração adquiriu ainda outro caráter: substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho dos imigrantes. Muitos deles tornaram-se empregados nas fazendas. Os que *ganham* pedaços de terra se tornaram pequenos proprietários rurais”. O ESTADO DE SÃO PAULO. **Help!**, p. 142-143.

¹¹ Apud: FERRARINI, **A Imigração...**, *ibid*.

A recentidade dos Estados da região, por um lado, em medida considerável, distanciou-os de uma série de problemas gerados na ocupação do território brasileiro. Para o antropólogo Roquete PINTO:

A política do povoamento do Brasil, desde o início foi sempre baseada em maus expedientes:

- a) Trucidou o índio.
- b) Importou negros – o que foi uma necessidade – *mas os deixou absolutamente embrutecidos*. Não deu um passo para elevá-los e prepará-los para a liberdade.
- c) Mandou buscar a peso de ouro gente branca sem *escolha*, nem *fiscalização*, entregando-lhe desde logo um capital apreciável: terra, casa, ferramentas, assistência.
- d) Abandonou à triste sorte da sua indigência os melhores elementos nacionais.¹²

Por outro, impôs aos Estados, tardiamente, o enfrentamento de um contingente substancial de problemas oriundos da não-colonização. Dos estados da região, o Paraná foi o último a ser colonizado. O fato determinou a existência de fenômenos particulares, como a remigração, principalmente de alemães¹³. Vejamos uma passagem que clarifica a argumentação proposta:

A imigração alemã no Paraná é diferente da dos dois outros Estados meridionais. Não foi influenciada nem orientada, inicialmente, pelo governo, seja central ou provincial, e também não intervieram grandes companhias colonizadoras. Foi imigração espontânea, com todos os seus defeitos: as parcelas, geralmente, ínfimas, de um a cinco hectares (contra 77 ou, mais tarde, 48 ha. que cada imigrante recebia no Rio Grande do Sul); a produção destas mini-áreas, insuficientes para poder viver da agricultura; os imigrantes, obrigados a trabalhar, simultaneamente, em outros empregos (olarias, serrarias ou transportes de mercadoria para a costa do mar); as famílias, abandonadas, ficando as mini-agriculturas a cargo das mulheres e dos menores, etc. Não é de estranhar que, portanto, a capital de Curitiba e seus arredores tenham exercido forte atração sobre os imigrantes. Lá se constituíram as chamadas colônias urbanas onde os integrantes, a despeito da convivência estreita, não somente com luso-brasileiros, mas também com imigrantes de outras origens, continuavam relativamente conscientes das suas particularidades desenvolvendo intensa vida social e, mesmo, intelectual.¹⁴

Uma das formas mais recorrentes de manutenção da mencionada “vida social”

¹² Apud: Ibid., p. 46.

¹³ Para uma visão mais ampla do assunto, ver: RANZI, Sirlei Maria Fischer. **Alemães Católicos: um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)**. Curitiba, 1996. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

¹⁴ HUNSCHE, **História da...**, p. 44.

ocorreu com formação dos clubes associativos. Esses clubes apresentavam traços particulares e elementos característicos dos que aqui chegaram como imigrantes. As particularidades trazidas, com o correr do tempo, lentamente e aos poucos, foram tenuemente metamorfoseadas, muitas vezes, e sempre “nacionalizadas”.

A influência intelectual desses imigrantes, por sua vez, tornava-se patente de múltiplas formas. Os periódicos informativos são, talvez, nos últimos anos do final do Império, a mostra mais visível dessa influência. Existiam os periódicos do poder oficial ou do Partido que se encontrava no poder e os do Partido de oposição. Os intelectuais migrados, revestidos como opositores, alardeavam amplamente artigos em combate à fé religiosa e ao poder da igreja católica e não escondiam a simpatia pelos movimentos libertários que surgiam na Europa¹⁵. O fato denota, por si só, a estrutura provinciana da comunidade da época.

Com a proclamação da República e o conseqüente fim da monarquia, o Paraná assumiu a condição de Estado. O nascimento da República marcou, também, a liberdade religiosa no país e a instituição do casamento civil. Consumava-se assim, a separação do Estado e da Igreja. A liberdade religiosa abriu portas, concretamente falando, a um outro tipo de imigrante alemão, o alemão protestante. Um imigrante mais crítico e obstinado ao sucesso individual.

O Paraná, desse final de século, que começou a receber esse “novo imigrante”, ainda era um esboço de Estado.

Supõe-se que no ano de 1908 o elemento germânico estivesse representado com 12.000 indivíduos numa população total de 450.000. Vinte anos depois, admitia-se uma população de 800.000 habitantes em todo o Estado, contando-se entre eles 30.000 alemães; na mesma época teríamos encontrado na Capital 13.000 cidadãos de origem alemã numa população de 85.000 ao todo. Supunha-se que dos 245.000 habitantes de origem européia, que em 1934 se julgavam existir no Paraná, 100.000 teriam sido alemães, ao lado de 92.000 eslavos e 53.000 italianos; segundo a mesma estimativa, o elemento germânico teria ocupado então a quota de 8% da população paranaense que era computada em 1.200.000 almas.¹⁶

¹⁵ Cf.: MELLO NETO, *O Anarquismo...*, p. 93.

¹⁶ AULICH, Werner. *O Paraná e os Alemães*. Curitiba: Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953. p. 12.

Apesar da chegada de imigrantes ser uma realidade, sua recepção, por parte da população local não era da melhores. O historiador Carlos Alberto SCHWAB, utilizando-se de um relato de viagem de um imigrante alemão, escrito entre 1887 e 1889, constrói argumentos que fortalecem a idéia arraigada.

[...] a *sociedade* local via os nossos como gente suja, porcos e outros adjetivos, discriminando-os da população local (como ainda hoje os russos-brancos são vistos, apenas porque não se barbeiam e se vestem de outra maneira). O povo de Ponta Grossa, inclusive, era e ainda é muito arreado com as pessoas que vêm de fora, quanto mais com estrangeiros pobres. Se fossem ricos, talvez a recepção tivesse sido muito diferente (falsa), como ocorre nos dias de hoje com pessoas de muitas posses e que vêm de outras localidades. Os ricos da época tiveram apenas o trabalho de manter o que possuíam; alguns até aumentaram o patrimônio e outros, quando muito, só conseguiram manter o nome; enquanto os nossos pobres conseguiram prosperar com o próprio suor. Hoje, muitos descendentes de nossa gente faz parte da *sociedade* princesina, tão cheia de não-me-toques e nem sequer querem lembrar das raízes e do quanto os antepassados sofreram por causa de tamanha hipocrisia! [...] sem falar nas famílias luteranas, que prosperaram muito mais, principalmente devido à religião. Conforme Dr. Lauro Justus escreveu num artigo de jornal em comemoração ao centenário da imigração: “os católicos devido aos padres pregarem o *amor à pobreza*, ficaram na grande maioria pobres, com ofícios que não dão prosperidade [...] enquanto que os luteranos prosperaram, pois, se tudo está correndo bem e o dinheiro está aumentando, é porque o cidadão merece e Deus o está ajudando”.¹⁷

Nos termos de Max WEBER, poderíamos dizer que os imigrantes imbuídos do espírito do capitalismo, que é protestante, e com ascetismo foram majoritariamente bem-sucedidos no Paraná. No entanto, esse espírito, ainda que presente por longo período, não permaneceu “puro”, como em regiões da Rússia, por exemplo, onde católicos e protestantes não se mesclavam. No Paraná foi diferente. Desde a chegada dos imigrantes aconteceram casamentos com pessoas de religiões e etnias diferentes¹⁸.

Nas primeiras décadas de 1900, o espaço territorial começava a ser sistematicamente ocupado; apesar dessa ocupação, o Paraná estava ainda muito longe de se configurar como um estado. Os clubes, em suas diferentes formas, tiveram uma ação própria e central no processo. Além de ocupar o território, era necessário dar uma identidade aos que aqui

¹⁷ SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo Histórico e a Genealogia dos Alemães do Volga**. Ponta Grossa: C. A. Schwab, 1997. p. 48-49.

¹⁸ Cf.: Loc. Cit.

residiam¹⁹. Para o historiador Luiz Carlos RIBEIRO:

[...] o clube de futebol, como uma das formas de organização e ocupação do espaço social, revela um duplo movimento de configuração da sociedade, pois, ao mesmo tempo que o clube se constitui em elemento de integração do imigrante na sociedade local, o imigrante, por sua presença populacional grandiosa, dá em termos de cidade uma nova configuração sócio-cultural²⁰.

A constituição da Liga é um local luzente para a compreensão interpretativa do processo social existente. Entre o clubes fundadores, dois tipos de associonismos principais e um elemento comum eram patentes. Os associonismos existentes tinham a forma: (i) dos clubes fundados por imigrantes²¹, e; (ii) dos clubes “ferroviários”²². O elemento “comum”

¹⁹ A importância dos clubes na constituição do Estado brasileiro como um todo e de Estados como o Paraná é inegável. O historiador Ademir GEBARA, utilizando-se de um discurso proferido por Washington LUÍS na convenção do Partido Republicano Paulista, em 1920, constrói argumentos convergentes com o que argumentamos. Vejamos um passagem que permite compreender como GEBARA construiu suas ilações: “*Da mesma forma deve ser obrigatório a educação física. Antes mesmo de ser instruído tem o homem a obrigação de ser forte. É necessário desenvolver e ornar a inteligência do homem, para o habilitar para as lutas atuais, que se fazem esperar mais elevadas que antanho, mas é necessário desenvolvê-lo fisicamente e para todas as lutas da vida, mesmo para as mais intelectuais. Tem tanto valor social a criação de uma escola, como a de uma sociedade desportiva. Criar escolas e auxiliar as sociedades desportivas, ou mesmo fazê-las para que elas se multipliquem por todas as vilas, por todas as fazendas, é o nosso dever de brasileiros. Fortifiquemos e, sobretudo, abraçaremos o brasileiro. É dever continuar a desenvolver.*” Este texto coloca questões tanto ao nível de seu conteúdo, quanto ao nível da interpretação que a História da Educação Física e dos esportes tem recebido. Ao nível de seu conteúdo, temos a afirmação da necessidade, melhor dizendo, obrigação imputada ao homem *de ser forte*, não apenas para as lutas da vida, mas, até mesmo para as *intelectuais*, de tal maneira que o ser forte antecede a própria educação escolar, por ele denominada instrução. Em seguida, a criação de uma *sociedade desportiva* é considerada *tão importante* quanto a *criação de uma escola*, e neste caso, a multiplicação destas entidades é *nosso dever de brasileiros*. Esta proposição argumentativa, finaliza com a afirmação do dever de *abraçar o brasileiro*.” GEBARA, Ademir. 1920: concepções políticas e ideológicas na construção da história do esporte e da educação física no Brasil. Mesa Redonda. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (5.: 1997: Alagoas). **Coletânea**. Ijuí: Ed. da Unijui, 1997. p. 15.

²⁰ RIBEIRO, Luiz Carlos. **História e sociabilidade na formação do futebol profissional em Curitiba (1900 –1945)** Mimeografagem, maio/98.

²¹ Entre os oito clubes que desenvolveram atividades no primeiro ano de existência da Liga, cinco deles eram constituídos por imigrantes de etnia alemã: Sociedade Teuto Brasileiro, Curitiba Foot Ball Club, Grupo Gymnastica do Handwerker, Sociedade Sportiva Junak e Grupo Atlético Teuto.

²² Os clubes de ferroviários são bastante característicos no início do século XX e parte considerável da história do futebol no Brasil tem origem nesses clubes. Esses clubes eram constituídos nas proximidades de entroncamentos ferroviários. Nesses entroncamentos, era normal a existência de campos de futebol as suas margens, os quais, em grande número, tornaram-se posteriormente clubes associativos e mantiveram a denominação ferroviário em seus nomes. Nesses clubes, os operários da estrada de ferro, reuniam-se nos finais de semana para jogar futebol. Sobre o assunto, ver: CARDOSO, Francisco Genaro. **História do futebol paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1978. MACHADO, H.; CHRESTENZEN L. M. **Futebol, Paraná e História**. Curitiba: Editora dos Autores, 1994.

nos clubes era a prática da atividade física e do esporte que, naquele contexto, podia ser lido como ginástica e futebol.

Nos associativismos dos clubes ferroviários, não ficava dúvidas que o futebol era a prática aglutinante. Nos clubes fundados por imigrantes, dos quais os de alemães eram maioria absoluta²³, mesmo o futebol estando presente e em alguns casos sendo a atividade principal, como era o caso do Coritiba Foot Ball Club, a atividade física era o elemento de aglutinidade²⁴.

Devemos anotar que a criação da Liga aconteceu num momento em que os reflexos da crise da economia mundial de 1929 ainda se faziam bastante presentes. Algumas ações práticas foram adotadas no Brasil para enfrentamento da crise. Em 1930, o governo viu-se obrigado a enfrear a imigração e, dois anos mais tarde, a proibiu. No ano seguinte, o assunto foi analisado em minúcias pela Constituinte, que tentou mitigá-lo através do estabelecimento de quotas.

O nacionalismo ganhava força e sua preocupação havia sido transmutada. A “clareação” da população havia deixado de ser uma prática efetivada através de políticas públicas. O novo problema que se apresentava aos nacionalistas era a composição étnica do povo brasileiro. Com efeito, desde 34 a imigração de estrangeiros de qualquer nacionalidade se restringiu a 2% dos respectivos imigrantes entrados nos 50 anos anteriores²⁵.

²³ Os clubes eram locais onde ocorria a prática cultural desse grupo de imigrantes. Nesses locais, praticava-se a fala e eram feitas discussões políticas, leitura de jornais, livros e coisas do gênero. Era, também, um local de encontro entre amigos. Para entender a conformação desses locais é necessário voltar um pouco no tempo. Em 1830, a Prússia proíbe a existência de agremiações políticas. Com efeito, os políticos se infiltram nos movimentos *turnen* e fazem desses locais o seu espaço para as discussões políticas. Isto significa que nas Sociedades de *Turnen* existiam os praticantes do *turnen* enquanto esporte e os que participavam do clube apenas por ser este o único lugar possível para se fazer política. Os políticos que utilizavam-se do *Turnen* com objetivos políticos eram chamados de *Maulturnen*, o que, traduzido grosseiramente, significa *fazer ginástica com a boca*. TESCHE, Leomar. **O Turnen, a Educação e a Educação Física nas Escolas Teuto-Brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852 - 1940**. Piracicaba, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

²⁴ O alemão, culturalmente, sempre teve ligações muito fortes com o cultivo do corpo e a atividade física. Essa ligação cultural é fecunda para explicar o alto grau de envolvimento dos alemães com atividades como as da Liga. O sociólogo Allen GUTTMANN, ao perscrutar o movimento nacionalista alemão do *Turnen* (que pode ser traduzido para o português como *fazer ginástica*) constatou a mencionada “ligação”. Para o autor, o movimento enfatizou a disciplina de grupo e a calistenia como “substitutos” do desconcerto individual e do desfalecer corporal. GUTTMANN, *Games and...*, *ibid*.

²⁵ FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974. p. 103.

No plano político, o ano de 37 marcou a instauração do Estado Novo. Com a justificativa de exaurir o perigo iminente do comunismo que andava à volta do Brasil, o Estado Novo foi imposto por Getúlio Vargas²⁶. O nacionalismo, impelido por Vargas, difundiu-se muito rapidamente em todo o País, a idéia vigente era de se nacionalizar tudo. Entre as determinações produzidas no período, retomaremos algumas das mais importantes.

O Decreto-Lei nº 383 de 18 de abril de 1938, que ficou conhecido como a Lei da Nacionalização, é um dos mais importantes para a interpretação de nosso objeto. Com esse decreto, Vargas proíbe os estrangeiros residentes no país de exercerem atividades de natureza política, veda-lhes imiscuir-se nos negócios públicos do País e não os autoriza a manutenção de sociedades com cunho político, qualquer que seja seu fim. Além disso, foi proibido aos adventícios o uso de uniformes, bandeiras e distintivos de partidos estrangeiros, organização de desfiles, manutenção de jornais, revistas e outras publicações, publicação de artigos na imprensa, proferição de discursos, propagação de publicidade ou difusão de suas idéias.

A lei previa, ainda, que aos estrangeiros é

[...] perfeitamente lícito associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, não podem tais entidades receber subvenções ou auxílios de governos estrangeiros ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior. Não podem fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados e ainda que filhos de estrangeiros. As reuniões autorizadas não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

O art. IV do citado dec. lei estende as proibições às escolas e outros estabelecimentos educativos, mantidos por estrangeiros ou brasileiros, por sociedade de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.²⁷

Os núcleos coloniais, centros agrícolas e colônias também foram atingidos por medidas legais. Ficou proibido que esses espaços fossem constituídos por estrangeiros de uma só nacionalidade. As instruções exigiam que esse espaço fosse ocupado por pelo menos 30% de brasileiros, exigência que em 1940 foi aumentada para 50% de brasileiros natos. Nesses espaços, uma nacionalidade determinada não poderia ocupar mais que 25% da

²⁶ O Estado Novo abarcou o período de 1937 a 1945. Com um modelo ditatorial, inspirado no fascismo e no corporativismo, vigente em vários países europeus, principalmente Itália e Alemanha, o Estado Novo tinha no nacionalismo extremado um dos seus pilares de sustentação.

população.

Todas as escolas dos núcleos passaram a ser administradas por brasileiros natos e o ensino de qualquer matéria passou a ser ministrado em português. Nenhuma forma de organização poderia ser denominada em idioma estrangeiro.

Diante das circunstâncias criadas pela lei de Nacionalização, o clubes constituídos majoritariamente por imigrantes ficaram em situação irregular. A adequação aos novos tempos deu-se com sua nacionalização. Em muitos casos, os presidentes e toda a diretoria dos clubes tiveram de renunciar aos cargos ocupados e a denominação dos clubes tiveram que ser readequadas ao imposto na Lei.

O abasileiramento dos brasileiros descendentes de estrangeiros foi outra preocupação notória de Vargas. Um exemplo patente é o Decreto-Lei 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispõe sobre os descendentes de imigrantes. Era preconizada a adaptação desses jovens de inúmeras formas, tais como: pelo ensino e uso da língua nacional, pelo cultivo da História do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico.

Após a entrada do Brasil na guerra, em 1942, a legislação foi parcialmente atualizada, tornando-se mais rígida em relação a alemães, italianos e japoneses. Uma série de dispositivos transitórios, mais tarde foram suavizados ou extintos, mas, em medida considerável, somente na Constituição de 1967 é que restrições impostas foram suprimidas²⁸.

Na prática, pensando em nosso objeto de pesquisa, a era Vargas impôs legalmente o desmantelamento da Liga. A entidade, adequada ao novo aparato legal existente, transformava-se na FDP, que ficou conhecida como a “ecletica”. A “nova” entidade nascia num país diferente ao de sua antecessora e junto com o Estado.

O Paraná de 40 começava a tomar feição de estado. No começo dessa década, apenas três cidades principais tinham uma infra-estrutura que permitissem a categorização de cidade: Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. O norte do estado ainda começava a se “constituir” sobre forte influência paulista; o sudoeste era um sertão que começava a ser desbravado por remigrantes que vinham do sul. Vejamos um pouco de como foi feita essa constituição.

²⁸ FOUQUET, *O Imigrante...*, p. 105.

Insignificante e modesta iniciou-se a colonização do norte do Paraná por volta de 1930²⁹. Uma passagem, em que se utiliza o relato de um diretor de colônias de uma empresa que possuía a incumbência de colonizar o norte do Paraná e alguns documentos da época, é oportuna para robustecer nossa argumentação:

“Vendo-se hoje as modernas cidades de Londrina e Rolândia, com seus prédios altos, estações de jardineira e êsse formigueiro de jeeps, automóveis e ônibus, chegando de tôdas as direções e partindo para todos os rumos, e pensar que em ambas as cidades hoje reside um número muito superior a 100.000 habitantes, torna realmente difícil imaginar que há vinte anos apenas aqui se estendia a mata virgem, enquanto um número insignificante de pioneiros lutava pelo pão de cada dia”.

De uma notícia de jornal de agosto de 1953 reproduzimos os seguintes dados: “O total de impostos arrecadados em Londrina no ano de 1935 importou em Cr\$ 137.939,00; em 1945 atingiu Cr\$ 3.300.000,00 e em 1952 chegou a Cr\$ 36.000.000,00. Como provas adicionais para o rápido progresso da cidade podem ser aduzidos os fatos de que no aeroporto de Londrina aterrissam e partem diâriamente cêrca de cem aviões, que diâriamente cêrca de 10.000 pessoas se acumulam nas estações rodoviárias e que na cidade pròpriamente dita residem atualmente cêrca de 90.000 habitantes.

Os municípios de Arapongas e Maringá, que há poucos anos representavam apenas povoações insignificantes e por isso nem sequer foram mencionadas no Censo Demográfico de 1940, reúnem hoje, em conjunto mais de 120.000 habitantes, dos quais segundo o Censo de 1950, 25.000 almas podem ser consideradas como habitantes citadinos.³⁰

O nível de colonização na região sudoeste era ainda mais restrito. A colonização da região só se efetivou na década de 50. AULICH, vivendo o período, reconstitui um pouco

²⁸ Cf.: *Ibid.*, p. 108-109.

²⁹ O teor de um relato apresentado por AULICH é profícuo para se entender o que significava colonizar. O relato datado de 1930 tem o seguinte teor: “o aspecto daquela zona era ainda bem diverso e também os homens eram diferentes dos de hoje (1953- LAP). É bom lembrar-se disso: ‘Sômente quem conhece o trabalho na própria mata virgem, a abertura das picadas, a medição, a derrubada das florestas, o atravessar dos rios e pantanais – sômente quem conhece tudo isso, sabe o que significa realizar tal empresa. [...] Que espécie de homens, afinal de contas, aceita trabalho tão duro e monótono? Trata-se, com freqüência, de fugitivos da lei, ansiosos de se esconderem, ou de aventureiros capazes de qualquer ato. Quantas vêzes a chuva cai dia e noite, sem interrupção! Então, não se pode pensar em qualquer trabalho. A lona das tendas ou os telhados de folhas de palmeiras ficam ensopados e permeáveis à chuva; o fornecimento de mantimentos torna-se impossível e o pessoal põe-se a resmungar. Pior do que tudo isso são os insetos, os bichos a cujas mordidas e picadas o pioneiro se vê exposto incessantemente. De dia, são os borrachudos, pólvoras e tavões que molestam os homens aos milhares, dificultando a leitura calma dos instrumentos de medição; de noite surgem os pernilongos, as mariposas e a plêiade de mosquitos; quanto aos carrapatos, apanhados de dia, agora começam a mexer-se e onde mordem, deixam um prurido que por muitos dias faz sentir os seus efeitos molestos. Carlos Rottmann ensurdeceu num dos ouvidos, devido a uma mariposa que lhe penetrara no ouvido. Sômente semanas mais tarde, depois de voltar à civilização, pôde mandar tirar o bicho.’” AULICH, *O Paraná...*, p. 39-40.

³⁰ *Ibid.*, p. 41-42.

dessa história.

Entrementes, a empresa “Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A.” executou no sudoeste do Estado, no ano de 1948, outro projeto de colonização numa área da antiga “Fazenda Britânia” que abrange quase 300.000 hectares de terra. Perto da cidade de Toledo, que em dezembro de 1952 foi elevada a sede de município, já surgiram 14 colônias menores, onde por ora vivem cerca de 15.000 habitantes; ao lado dos italianos, o elemento germânico atinge uma proporção de 75%. A maioria dos colonos provêm de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Supõe-se que nos próximos dois ou três anos a colonização estará concluída. [...]

Agora já existem hospedarias à disposição dos colonos que andam à procura de terras; há hotéis, cinemas e bares. [...] Esses homens cuidaram principalmente da construção de boas estradas, as quais continuam sendo objetos de constantes melhoramentos. Gigantescas matas revezam-se com vastos campos. 50 quilômetros ao norte de Toledo corre o Rio Paraná, onde prestam serviços os navios “Guatambú” e “Guairacá”, [...] ambos destinados à comunicação com as zonas do sul; uma estrada federal ligará Cascavel com Pôrto Guaira, assegurando assim a comunicação para o norte por via fluvial, até Pôrto Epitácio, no Estado de São Paulo; a viagem a Ponta Grossa leva de carro um dia. [...]

Tudo ali está em pleno vir-a-ser.³¹

O povoamento efetivo e a transformação de um espaço ocupado em um Estado começou a acontecer no final da década de 40, início da década de 50, nos governos de Moysés LUPION e Bento Munhoz da ROCHA NETTO³². Alguns números permitem visualizar a mencionada ocupação e transformação do Paraná em um Estado.

POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO, NO PARANÁ – 1940-80

ANOS	TOTAL DA POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
1940	1.235.849	-
1950	2.112.893	70,0
1960	4.268.239	102,0
1970	6.929.868	62,0
1980	7.063.466	10,0

FONTE: IBGE³³

³¹ Ibid., p. 43-44.

³² Para maiores detalhes, ver, especialmente: A “arte” de povoar um território: os governos Lupion e Bento. In: IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná Reinventado**: política e governo. Projeto História Política do Paraná, primeiro documento. Curitiba, 1989.

³³ Em 1995, segundo o IPARDES, a população projetada no Estado era de 8.852.922 habitantes. A população projetada de Curitiba era de 1.390.209 habitantes (Cf.: <http://www.ipardes.gov.br/>). IPARDES, **O Paraná...**, op. cit.

Feito esse recorte e estabelecidas as influências externas que incidiram nas associações que constituíram a Liga, passaremos ao mapeamento e discussão das “novas” configurações adquiridas pela entidade ao longo de sua existência. Antes, no entanto, devemos pontuar que a Liga antecedeu a existência de um Estado efetivo e, ao mesmo tempo, teve papel auxiliar em sua construção.

Em se falando dos membros da Liga, não restam dúvidas que estes, durante toda sua existência, foram os clubes. Trechos da ata de fundação já apontava isso: “Ata da reunião de diversos Clubes desta Capital para a fundação de uma Liga [...] Ficou resolvido que até o dia anterior ao do Campeonato início de bola ao cesto, os clubes que se filiarem serão considerados também ‘Fundadores’ (grifos nossos – LAP)”³⁴. Vários outros trechos, contidos nas atas, tem o mesmo encaminhamento. Vejamos outro exemplo: “1º Estipular a taxa para filiação dos Clubs nesta Liga, sendo, para os Clubs filiados a FPD. 35\$000 e para os não filiados 70\$000”³⁵.

Deve ser ressaltado que nem todos os clubes filiados da Liga participavam das modalidades oferecidas. No atletismo, o Coritiba Foot Ball Club, a Sociedade Sportiva Junak (Sociedade de Educação Física Juventus) e o Grupo Atlético Teuto (Sociedade de Educação Física Jahn) se fizeram representar na quase totalidade dos eventos promovidos e participaram desses eventos com equipes completas.

O Club Athletico Paranaense, composto pela elite curitibana de então, ainda que em medida um pouco inferior, teve participação significativa nesses eventos. O Grupo Gymnastica do Handwerker e Club Athletico Ferroviário tiveram participações esporádicas e na maioria delas o fizeram apenas com alguns atletas. A Sociedade Teuto Brasileiro e o União Sporte Club nunca participaram de qualquer promoção.

Entre os clubes que se filiaram nos anos seguintes ao da fundação da LAP, percebe-se clubes com outras características de associativismo. Os clubes imigrantes dão lugares aos clubes constituídos por militares e por clubes tipicamente de futebol. Os clubes militares que

³⁴ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata da sessão realizada no dia 23 de maio de 1932*. Livro Ata nº 01 – Diretoria. Loc. Cit.

³⁵ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata da sessão realizada no dia 28 mai. 1932*. Livro Ata nº 01 –

se filiaram foram a União Social do Sargentos, que chegou inclusive a participar de um evento de atletismo, o Grêmio Esportivo do 15 B. C. e o Tiro Rio Branco 19 de Paranaguá. Os clubes tipicamente de futebol foram o Britânia, que também teve uma participação no atletismo, e o Internacional. Além desses, foi filiado à Liga o Grêmio Acadêmico.

Um quadro esquemático, indicando a participação dos clubes nos eventos regulares promovidos pela CA é adequado para visualizar com maior clareza o que argumentamos:

Quadro 1

Participação dos clubes filiados em eventos regulares da LAP – 1932-1940

CLUBES	1932			1933			1934			1935			1936			1937			1938			1939			1940							
	N	V	E	N	V	E	N	J	V	E	N	J	V	E	N	V	E	N	J	V	N	J	Q	V	E	N	J	V				
C. A. Atlético	O	O	O			X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	X			
Britania S. C.			O																													
Coritiba F. C.	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
C. A. Ferroviário			O																X	X												
G. G. Handwerker		O	X	X	X	X	X			X																						
S. S. Junak / S. E. F. Juventus	X	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X	X	O		O								
G. A. Teuto Brasileiro / S. E. F. Jahn	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X	X	O	X	X	X	X	X
União Social dos Sargentos														X																		

Legenda:

- E Estreantes
- J Juniores
- N Novíssimos
- Q Qualquer Classe
- V Veteranos / Estadual
- X Participação com mais de 10 atletas
- O Participação com menos de 10 atletas

A constituição da Comissão de atletismo (CA), durante toda a existência da Liga, basicamente foi a mesma: um membro de cada um dos quatro clubes mais atuantes. Somente no final da década é que membros de outros clubes tiveram assento na Comissão, mesmo assim, nunca ocuparam a função de diretor.

Na perspectiva das pessoas, pode-se argumentar, sem cometer incorreções, que seu envolvimento na entidade tinha múltiplas formas: dirigentes, árbitros, técnicos e atletas. Era

usual uma mesma pessoa exercer mais de uma dessas funções. Em muitos casos, exercia todas³⁶.

A relação não se limitava a uma prática. Atletas de uma modalidade, normalmente, praticavam outra. O que era específico é que os membros de uma comissão, quase que invariavelmente, atuavam na modalidade e em todas as funções e participavam das outras atividades da LAP. Trava-se um grupo restrito de pessoas que tinha uma prática em comum.

Ampliando a esfera de abrangência da análise, pode-se igualmente argumentar que os membros da FPD eram membros da LAP e vice-versa. Um exemplo típico é o sr. Luiz Guimarães. Na fundação da LAP, esse senhor era presidente da FPD. Posteriormente, ele veio a ocupar a presidência da LAP. Outras correlações diretas são facilmente feitas, para tal basta uma comparação entre os membros da diretoria da LAP e os nomes de representantes da FPD na LAP.

Responde-se, assim, quem eram os membros da Liga e, desses, quais desenvolviam nos seus espaços internos o atletismo. Passaremos agora a debater os demais aspectos levantados de início na convergência das perguntas propostas. O próximo passo será estabelecer quais eram as finalidades presentes originalmente na constituição da LAP.

Podemos argumentar que o objetivo instituído para a entidade era o de gerenciar o desenvolvimento do atletismo, basquete, vôlei e handebol no Estado do Paraná.

A montagem de apenas duas comissões, a de atletismo e a de basquete, na diretoria, por si só, já não convergia plenamente para o objetivo traçado. A explicação mais plausível que pode ser formulada com a documentação existente é que essas eram as modalidades mais praticadas nos clubes da capital do Estado.

As outras duas modalidades, às quais a Liga se propôs a gerenciar, tem caminhos distintos. O handebol simplesmente não existiu. Praticamente nenhuma menção é encontrada em toda a documentação da Liga. O vôlei foi administrado inicialmente pela comissão de basquete e, posteriormente, com a crescente participação dos clubes, teve sua própria comissão.

Do ponto de vista normativo, o limite dos objetivos traçados é o de promover o

³⁶ Ao cruzar os nomes dos atletas registrados, dirigentes e árbitros, acabamos por nos deparar com um grupo

desenvolvimento das modalidades propostas na fundação. Apesar de que, pela forma como a LAP foi estatuída, é questionável a utilização mecânica dos estatutos para se compreender os objetivos da entidade em questão.

Algumas passagens permitem atinar a forma pela qual foi elaborado: “dar conhecimento aos Clubs filiados que este CD. adaptará provisoriamente os Estatutos da Liga Athletica Rio-Grandense sujeito a modificações que se fizerem necessarias durante a sua execução³⁷”. Posteriormente, o CD nomeou uma comissão de três pessoas para a montagem do estatuto³⁸. Quase um ano depois da montagem da comissão existe registros da não-consecução das tarefas atribuídas.

Na prática, é possível supor que o desenvolvimento dado seja a concretização dos objetivos. O que supõe uma racionalidade. Para WEBER, “uma ação é racional quando cumpre duas condições. Em primeiro lugar, uma ação é racional na medida em que é orientada para um objetivo claramente formulado, ou para um conjunto de valores, também claramente formulados e logicamente consistentes. Em segundo lugar, uma ação é racional quando os meios escolhidos para se atingir os objetivos são os mais adequados”³⁹.

Uma das práticas mais tradicionais existente no nascedouro da LAP era a promoção de eventos entre dois ou mais clubes. O número de pedidos de autorização para a realização dessa forma de atividade era bastante significativo, principalmente nos dois primeiros anos de existência da LAP. Com o passar dos anos e a implementação da Lei de Nacionalização, essa forma de interação praticamente desapareceu.

Os pedidos, majoritariamente e principalmente para fora da cidade de Curitiba, ocorriam por parte dos clubes de imigrantes alemães. As dificuldades de deslocamentos, mencionadas anteriormente, transformavam esses eventos em uma espécie de “festa”. Os “atletas” acompanhados de suas famílias e membros da comunidade clubística se

altamente restrito. O nível de coincidência de nomes é muito grande.

³⁷ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Boletim Oficial* nº 22 da sessão realizada no dia 06 dez. 1932. Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p. 22.

³⁸ Na verdade, o que existia na LAP, antes da adoção do estatuto adaptado, era um estatuto interno. Em meados de 1933, o Conselho montou uma comissão que redigiu aquele que veio a ser o primeiro estatuto da entidade. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Boletim Oficial* nº 14 da sessão realizada no dia 14 jun. 1933. Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p. 44.

³⁹ TRAGTENBERG, Apresentação In: WEBER: os economistas, p. 9.

deslocavam para participar desses encontros sem saber se iam chegar ou retornar. A precariedade das estradas existentes e as constantes chuvas inviabilizavam os deslocamentos.

Essa forma particular de interação, certamente, foi um dos fatores decisivos para a fundação da LAP. A adução possível é a de que os clubes de imigrantes alemães, mas não somente eles, construíram uma forma de inter-relacionamento fundado numa prática usual. A prática dos esportes não era, a princípio, um objetivo primário; era sim, o elemento aglutinador.

Com uma leitura ampla do percurso da LAP, pode-se argumentar que esse objetivo primário foi completamente inviabilizada com a Lei da Nacionalização. As práticas desenvolvidas em 32 eram absolutamente diferentes das práticas do final da década. O desmantelamento dos objetivos “iniciais” determinaram um estado de agonia aos clubes de imigrantes. Comprometendo o próprio desenvolvimento do atletismo no Estado.

No limite, antes do desenvolvimento da modalidade no Paraná, o objetivo real das modalidades administradas pela LAP era o estabelecimento de relações entre imigrantes alemães ou descendentes destes através de práticas que lhe eram apazíveis e, certamente, o atletismo era uma delas. A Liga normatizava essas práticas e, ao mesmo tempo, proporcionava a competição prezada por pessoas portadoras do espírito protestante.

Desmontado esse objetivo implícito, o objetivo explícito também ficou comprometido. Uma simples checagem nos resultados das competições realizadas no final da década de 30 permitem roborar a proposição. O atletismo sem os clubes alemães praticamente acabou.

Feitas essas considerações, o próximo passo a ser dado é buscar a compreensão do funcionamento da LAP. Podemos iniciar dizendo que a Liga foi fundada como uma entidade especializada que devia “obedecer as regras e regulamentos da Federação Paranaense de Desportos”⁴⁰, ou seja, tratava-se de uma entidade situada num plano hierárquico inferior e a entidade superior era filiada⁴¹. No plano superior, o nacional, encontrava-se a CBD; a FPD era a entidade que dirigia o esporte ao nível estadual e era filiada a CBD. A hierarquia

⁴⁰ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata da sessão realizada no dia 23 mai. 1932*. Livro Ata nº 01 – Diretoria. Loc. Cit.

⁴¹ Cf.: LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata da sessão realizada no dia 29 jun. 1932*. Livro Ata nº 01 –

existente era mantida, ou seja, não existiam ligações diretas entre a LAP e a CBD, as ligações entre essas entidades eram intermediadas pela FPD.

A estrutura inicial da diretoria era a seguinte: presidente, vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros, dois diretores e seis membros. Os diretores e membros nomeados eram responsáveis pelas comissões de atletismo e basquete. A entidade nunca teve nenhum outro cargo em sua diretoria. O único conselho criado na existência da LAP foi o Conselho de Justiça.

As alterações ocorridas nessa estrutura inicial, ao longo dos quase dez anos de existência da LAP, foram duas: (i) o aumento do número de membros das comissões para cinco⁴² e, posteriormente, a diminuição para três⁴³; e (ii) a instituição da comissão de vôlei independente da comissão de basquete.

Eram elegíveis para os cargos existentes na Liga, os associados indicados pelos clubes regularmente filiados e em dia com suas obrigações junto a Liga⁴⁴. A única exceção, que foi colocada na reunião de fundação, era que o presidente em exercício de um clube não poderia ocupar simultaneamente esse cargo e a presidência da Liga.

As eleições eram feitas por cargos. No entanto, nunca houve confrontos nessas eleições, principalmente para o cargo de presidente. Em uma única oportunidade houve eleições para a vice-presidência. Acabou acontecendo empate e coube ao presidente a escolha de seu vice. Apesar dessa estrutura, era usual que o candidato a presidente propusesse sua chapa e essa era aclamada. O período de mandato de uma diretoria era de um ano, apesar deste período nunca ter sido respeitado.

As administrações da entidade sempre conviveram com o problema agudo, o problema financeiro. A arrecadação da LAP era constituída basicamente pelas taxas cobradas dos clubes nas formas de mensalidade e registro de atletas. Em duas oportunidades

Diretoria: 1932 – 1933. p. 1-1 verso.

⁴² Existiu o convite para “o membro de atletismo do conselho de desportos da F.P.D., para fazer parte da comissão”. Os registros subseqüentes indicam que o convite não foi aceito. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 3 da sessão realizada no dia 07 fev. 1933*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁴³ Cf.: LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata da sessão realizada no dia 14 jun. 1933*. Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. Loc. cit.

⁴⁴ Os clubes fundadores, nas eleições, tinham direito a três votos cada um, os clubes que se filiaram posteriormente tinham direito a dois votos.

na CA tentou-se cobrar ingressos para a competição, os resultados foram absolutamente insatisfatórios e a prática foi abandonada⁴⁵. A única ajuda externa que a entidade recebia era, ofertada por membros da comunidade, na forma de premiações para os eventos promovidos, os quais, via de regra, aconteciam em homenagem ao oferente⁴⁶.

No plano interno, toda a comunicação das Comissões com os clubes tinha a intermediação da LAP. O que ficava decidido na Comissão era encaminhado ao Conselho Diretor (CD) e este, estando de acordo com o proposto, encaminhava para os clubes. Quase a totalidade do material encaminhado para os clubes eram regulamentos de competição, solicitação para indicação de árbitros e fichas de inscrições.

No início de 33, a CA, inviabilizada pela burocracia estatuída, faz ao CD a seguinte solicitação, a qual foi aceita: “Pedir ao Conselho Director, autorização para que esta Comissão possa expedir officios em nome da LAP. quando se tratar de assumptos relativos ao atletismo. (convites, avisos, communicados à imprensa, aos clubes, amadores etc.), uma vez que a comissão é composta de diversos cargos, inclusive secretario. Isso irá facilitar a bôa marcha dos trabalhos da LAP.”⁴⁷.

A busca pela manutenção no poder, através de estratégias racionais, que é característica em associações esportivas contemporâneas, em grande parte da trajetória da Liga não ocorreu. Um único presidente, Bronislau Ostoja Roguski, permaneceu por mais de uma gestão à frente da LAP.

Roguski utilizando-se de estratégias racionais, ainda que caracterizadas no tipo puro da dominação burocrática, permaneceu à frente da Liga desde sua eleição no início de 38 até a transformação da entidade na FDP. Foi ele, também, o primeiro presidente da nova

⁴⁵ Consta no Boletim Oficial nº 6 da diretoria: “Estipular a importancia de 1\$000 a entrada para cavalheiros, no Campeonato de Novissimos a realizar-se no proximo domingo no Stadio Belfort Duarte, senhoras e senhoritas terão entrada franca e os associados do Coritiba F. B. C. mediante a apresentação da caderneta do Club”. Não existe menção nas atas de valores arrecadados ou números de espectadores presentes. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Boletim Oficial nº 6 da sessão realizada no dia 27 ago. 1932.** Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933, p. 08-08 verso.

⁴⁶ Várias passagens contidas nas atas indicam que o problema financeiro da LAP, em muitos momentos de sua história, era agudo. Vejamos uma das passagens que permitem essa adução: “solicitar ao Cons. Director diplomas para os vencedores individuaes das provas de atletismo, uma vez que a LAP. não está em condições de offerecer medalhas”. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 19 da sessão realizada no dia 23 mai. 1933.** Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁴⁷ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 1 da sessão realizada no dia 24 jan. 1933.** Livro Ata da

entidade. Essa manutenção se deu com um conjunto de estratégias, entre as quais, incluíam-se a utilização de artifícios jurídicos para o fim pretendido. A gestão de Roguski marcou o início de um processo que ganhou contornos mais claros na entidade sucessora.

Outro ponto facilmente denotado é que, em muitos casos, o presidente e demais membros da diretoria simplesmente “abandonavam” suas funções. Existem também registros de nomeações em que o nomeado sequer tinha conhecimento do fato. Apenas para ilustrar, podemos citar o primeiro presidente da LAP, Tenente João Gualberto de Sá Filho, que permaneceu ausente de Curitiba durante a quase totalidade de seu mandato e mesmo assim permaneceu no cargo. Muitos outros exemplos semelhantes existem.

É fato, também, que apesar da caracterização burocrática, a entidade estava muito além de se enquadrar nos princípios que regem esse tipo de entidade. Por extensão, a dominação, que no caso de uma entidade como a presente seria burocrática, era incipiente. A própria participação dos membros em funções dessemelhantes indicam a inexistência a observação de princípios de hierarquia.

Tanto isso é verdade que as comissões nunca tiveram assento nas reuniões do CD. Apenas excepcionalmente os diretores das comissões eram chamados para participar das reuniões ou, através de solicitação das comissões, eram marcadas reuniões com a participação desses. No início, nem mesmo os boletins do CD eram encaminhados para a CA. O CA não tinha autonomia executiva. Em contrapartida, exerciam atividades nas quais tinham os membros do CD como seus subordinados.

Do ponto de vista de uma dominação burocrática racional, foi a partir do momento em que Bronislau Ostojá Roguski assumiu a presidência da Liga é que essa forma ganhou alguns contornos, ainda que primários. O desenvolvimento de estratégias de dominação é coincidente com o momento em que a LAP adquiriu uma certa estabilidade financeira, ou seja, a partir de 1938.

Em linhas gerais, essa foi a organização formal da entidade. A entidade nunca possuiu nenhum funcionário remunerado ou uma estrutura que permitisse um enquadramento nos princípios racionais das organizações modernas. O tipo ideal de uma

organização dessas, proposto por WEBER é simplesmente impensável na estrutura existente na LAP.

Patenteada a estrutura administrada de entidade, passaremos a discussão das modalidades de atividades e as interações recorrentes e estáveis existentes, sempre tendo como foco de discussões a CA. Como ponto de partida, pode-se dizer que as funções da CA eram basicamente: a montagem do calendário anual de atividades, a programação e divulgação de eventos, o registro de atletas, controle de resultados e records, providências administrativas para a operacionalização de competições e montagem de equipes representativas, tudo convergindo para o objetivo primeiro: desenvolvimento do atletismo no Estado do Paraná.

A idéia vigente de desenvolvimento da modalidade estava associada com a realização de competições. Na montagem do calendário de 1936, um pouco dessa idéia é expressa na forma de considerações. Vejamos essas considerações contidas na ata da reunião realizada em 04 de maio:

Considerando; que deve ser insentivado o Esporte no Paraná e com este fim realizar competições uma vez por mês (no minimo)
que sendo o Estado do Paraná temperado quanto a sua posição climatorica em absoluto poderá prejudicar uma competição na estação invernosa;
que os atletas da classe dos Veteranos somente podem tomar parte nos Campeonatos, Estadual e Nacional e que esses elementos limitam-se a treinar nas vespersas de taes competições;
que não se pode atender o disposto no art. 12º § 1º quanto a parte de (elaborar o Calendario Athletico com 45 dias de antecedencia) em virtude do diminuto espaço de tempo.⁴⁸

A operacionalização das funções da CA possuía diferentes formas, dentre elas, a solicitação para o CD para a compra de materiais necessários para seu funcionamento, como móveis, materiais de consumo e implementos atléticos e premiações.

Toda a espécie de trabalhos, referente ao atletismo, eram realizados como filantropia, principalmente, pelos membros da comissão. O funcionário especializado e remunerado nunca fez parte do quadro da associação. Os diretores exerciam funções que iam desde

⁴⁸ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 2 da sessão realizada no dia 04 mai. 1936*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1., páginas não numeradas.

secretariar reuniões até a realização de trabalhos braçais como marcar pistas para a realização de competições e a afixação de cartazes pela cidade de Curitiba.

Os registros de atletas que eram feitos na comissão, só tinham valor após sua homologação pelo CD da Liga. Na primeira reunião, a CA tentou tornar o “registro na secção de atletismo, independente do registro em outras secções da L. A. P.”⁴⁹. A medida foi revogada pelo CD.

Outro papel que sempre coube a CA foi a indicação de novos membros para os cargos que constantemente entravam em vacância. Em pouquíssimas oportunidades a CA se fez completa em três ou quatro reuniões consecutivas. A falta de pelo menos um membro nas reuniões que se efetivaram era algo absolutamente normal. Existem várias passagens que indicam a não realização de reuniões em função de falta de quorum.

Buscando soluções para a constante falta de quorum nas reuniões, a CA estabeleceu internamente multas para os membros que deixassem de comparecer as reuniões⁵⁰. Existem, inclusive, alguns registros da aplicação das referidas multas, no entanto, pouco tempo depois de instituída, a medida entrou em desuso e a situação das sucessivas faltas de membros às reuniões permaneceu inalterada.

Nomear membros para representarem a CA em eventos dos clubes afiliados e de outras entidades, onde ocorre a disputa de provas de atletismo, era outra atividade usual da comissão. A quase totalidade das indicações recaía sobre os membros da comissão.

O CD tinha procedimento semelhante, a exceção era justamente as competições do atletismo, onde não eram designados representantes. Era comum haver para uma mesma promoção um membro indicado do CD, um da CA e outro da CBC.

A montagem de equipes para representar a Liga em eventos inter-estaduais, leia-se Campeonatos Sul-Brasileiro e Brasileiro⁵¹, era uma das tarefas mais evidentes da Comissão.

⁴⁹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 1 da sessão realizada no dia 25 jul. 1932*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁵⁰ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 6 da sessão realizada no dia 07 mar. 1933*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. Loc. Cit.

⁵¹ O limite das interações que se efetivaram foi o âmbito inter-estadual. A CBD chegou a convidar atletas paranaenses a realizarem seletivas com vistas ao Campeonato Sul-Americano de Atletismo e a CA chegou a marcar treinamentos preparatórios para evento. No entanto, não existem registros de participações de atletas paranaenses em seleções nacionais no período. Nem mesmo os títulos nacionais conquistados por atletas paranaenses parecem ter sido suficientes para possibilitar sua convocação para as seleções representativas do

Eram feitas convocações de “amadores” e técnicos para participarem de treinamentos, providenciado junto aos afiliados o empréstimo de locais e materiais para treinamento⁵². Vejamos uma passagem que retrata perfeitamente os procedimentos adotados para a montagem das referidas equipes:

Primeiro: Tomar conhecimento e providenciar tudo o que se refere a organização da turma que deverá representar a Liga oficialmente nos dias 22 e 23 do corrente na competição interestadual com a seleção gaucha.

Segundo: Marcar treinos diários dos atletas indicados pelos clubes, por officio, a esta Liga. Os dias de treino são: Domingos pela manhã, terças, quartas, quintas e sextas feiras das 16 horas em diante.

Terceiro: Realisar o campeonato estadual [...] que serão ao mesmo tempo consideradas como eliminatórias p^a a seleção da turma oficial que representará a Liga contra os gauchos [...]

Quarto: O critério a ser adotado para a seleção da turma será o dos melhores resultados obtidos durante os treinos, assiduidade e regularidade.

Quinto: Convidar os technicos srs. Stefan Dobranski, Lothar Kruger e Arthur Reinhardt para em conjunto dirigir os trinos diários⁵³.

No entanto, na prática as coisas não ocorriam conforme o planejado. Uma série de problemas que iam desde dificuldades de local para treinamento até o simples descaso dos atletas pela preparação à ineficácia da atividade desenvolvida. Uma passagem é adequada para ilustrar a fala: “Anotar que os treinos oficiais marcados conforme a ata nº 15, até esta data não foram iniciados devido aos temporais reinantes e por não terem os clubes apresentado atletas”⁵⁴.

Em se falando de local, pode-se dizer que esse foi um dos problemas enfrentados pela CA. As pistas existentes eram revestidas com carvão moído; uma chuva com alguma

Brasil.

⁵² Apesar de registros da aquisição de alguns dos implementos necessários para treinamentos e competições, os pedidos de compras feitos pela Comissão de Atletismo para o Conselho Diretor da Liga, quase sempre, eram glosados. Motivo: os graves problemas financeiros que acompanharam a Liga durante toda sua existência. A menção de problemas financeiros é constante nos documentos da LAP. Para ilustrar, apresentaremos uma passagem que faz alusão à dificuldade: “Solicitar ao Cons. Diretor diplomas para os vencedores individuais das provas de atletismo, uma vez que a LAP. não está em condições de offerecer medalhas”. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 19 da sessão realizada no dia 23 mai. 1933. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. Loc. cit.

⁵³ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 7 da sessão realizada no dia 06 out. 1932. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁵⁴ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 5 da sessão realizada no dia 21 fev. 1933. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

intensidade impossibilitava a sua utilização, em alguns casos, até por vários dias.

Deve ser ressaltado, também, que existem muitas indicações de que as pistas existentes nos clubes afiliados e na instalação militar do 15º. BC, que em algumas oportunidades foi utilizada, viviam em estado de abandono. Vejamos, para exemplificar, como estava a situação em 1936: “Pedir ao Coritiba F.C. que auxilie a Liga na questão relativa a pista. A única cancha mais ou menos adotável a corridas é a do citado clube e, estando em lastimável situação fas-se mister que sofra alguns reparos com séria brevidade”⁵⁵.

Outro problema existente era o da arbitragem. A falta pessoal qualificado para arbitrar as competições era outra dificuldade enfrentada na operacionalização das competições. Esse problema, em grande parte, era fruto da própria precariedade do atletismo brasileiro. Até mesmo as regras do atletismo não eram suficientemente difundidas. Alguns trechos das atas das reuniões da Comissão de atletismo são profícuos para clarificar a questão:

1º Solicitar ao C. D. a expedição de um ofício á C. B. D. pedindo regras de Atletismo e Regulamentos adotados no Rio para a organização de Campeonatos de Estreantes – Novíssimos – Juniors e Feminino.

[...] 8º Iniciar na próxima sessão a leitura das regras de atletismo e tratar da fundação duma escola de juizes, devendo ser convidados diversas pessoas para participarem da mesma.⁵⁶

Posteriormente, a CA decidiu “transferir o campeonato para estreantes [...] em virtude de chegada o regulamento solicitado à CBD com atraso”⁵⁷.

Na prática, a idéia da escola só saiu do papel no ano seguinte. A montagem das equipes de arbitragem que atuavam nas competições eram feitas por indicação. O procedimento usual era solicitar das equipes afiliadas a LAP a indicação de pelo menos três nomes para comporem a equipe⁵⁸. A convocação dos árbitros era feita de forma mais ou

⁵⁵ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 8 da sessão realizada no dia 05 out. 1936*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁵⁶ Ibid. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 5 da sessão realizada no dia 21 fev. 1933*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. Loc. cit.

⁵⁷ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 13 da sessão realizada no dia 18 abr. 1933*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁵⁸ As pessoas que compunham a arbitragem eram, quase que na totalidade, atletas dos clubes que tinham

menos padronizada. Um exemplo: “d) Pedir aos Clubes filiados á L. A. P. para enviarem uma lista, até o dia 18 do corrente, indicando no mínimo cinco juizes escolhidos, principalmente entre os mais dedicados ao atletismo, para servirem no Campeonato Estadual”⁵⁹

A indumentária desses árbitros era padronizada. Sua composição era: calça branca e paletó escuro com um braçadeira na manga. Não se permitia a utilização de chapéu⁶⁰. Em algumas competições realizadas pela LAP, o número de árbitros era maior que o número de atletas participantes.

A CA, particularmente em seus três primeiros anos de funcionamento, além das tradicionais competições em pista, passou a realizar uma série de eventos, tais como festivais, corridas rústicas e competições “desafio”, competições de exibição, provas disputadas nos intervalos dos jogos de futebol, entre outras. Alguns desses eventos eram abertos para não-filiados. No entanto, a abertura dessa possibilidade não era usual e poucos atletas nessa condição participaram dos eventos.

Dessas atividades e interações recorrentes e estáveis, sobrevem um relacionamento secundário, que é o das atividades e interações uma com as outras e com o resto do mundo. Nesse patamar, aventaremos pontos principais apresentados pela entidade.

É necessário pontuar, antes de aprofundarmos as discussões no desvelamento do entremear das interações existentes, que a entidade fundada não foi a progenitora do esporte organizado no Estado do Paraná.

Não obstante, a menção de uma entidade administrativa anterior a LAP é simplesmente desconsiderada na história das modalidades que foram abarcadas pela LAP. Para exemplificar, vejamos um trecho de um documento emitido pela FAP: “no Paraná, os primeiros movimentos do atletismo foram registrados na década de vinte, sendo que em 23

equipes participando em um determinado evento. O procedimento usual dos clubes era o de indicar atletas de categorias diferentes a do evento promovido para atuarem. O restante dos árbitros eram membros do Conselho Diretor ou da Comissão de Basquete. A atuação de membro da Comissão de Atletismo nas arbitragens da outra comissão também era comum.

⁵⁹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 80 da sessão realizada no dia 12 set. 1934*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. Loc. cit.

⁶⁰ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 46 da sessão realizada no dia 22 nov. 1933*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. Loc. cit.

de maio de 1932 com a fundação da Liga Atlética Paranaense, essa entidade passou a dirigir o atletismo no Estado”⁶¹.

As modalidades geridas pela LAP já possuíam uma organização na FPD. Algumas passagens contidas nas atas da LAP permitem a construção de tal adução. Numa dessas passagens consta: “Acusar o recebimento do Boletim oficial nº 34 da F. P. D. [...] ficamos scientes quanto a dissolução das Comissões de Bola ao Cesto e Athletismo e o caçado de ingresso dos componentes destas commissões”⁶². Em outra:

- 1) Agradecer a F. P. D. pela doacção do material athletico, segundo a relação abaixo:
 - 1 medecin-ball
 - 1 vara para saltos (lascada)
 - 2 discos “Berg” em bom estado
 - 1 estante para saltos
 - 1 martello (7 klgrs, 257)
 - 1 peso (7 klgrs, 257)⁶³

Do ponto de vista organizacional, a estrutura anterior a fundação da LAP era idêntica a estrutura nacional. Existia uma entidade administrativa que geria uma série de modalidades em departamentos. A junção de alguns “departamentos”, mais estruturados que os outros e menos que o do futebol, proporcionaram o surgimento da LAP.

Apesar de não haver indicações precisas, é muito provável, pela interface criada por pessoas com ligações na FPD e nos clubes, que a idéia da criação de uma Liga especializada tenha surgido nos meandros dessas interconexões. Em se tratando da análise que estamos desenvolvendo, a indicação, mesmo sendo desfocada de nosso objeto de análise, é importante a medida que permite precisar um nível de interação inicial mais complexo que o indicado nos documentos com que estamos trabalhando.

A proposição formulada é avigorada se considerarmos que a transição de uma

⁶¹ Em nenhum dos documentos consultados encontramos menção a existência de uma organização anterior a LAP. FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ. *Arbitragem em Atletismo*. Curitiba, ?.

⁶² Não obstante a dissolução da comissão e a existência da LAP, a FPD continuou, ainda que de forma bastante limitada, a promover competições de atletismo. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Boletim Oficial nº 1 da sessão realizada no dia 06 jul. 1932*. Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. Loc. cit.

⁶³ A relação de materiais permite supormos duas coisas: (i) que os materiais eram usados; e (ii) que a estrutura da modalidade era sumária. As duas suposições convergem para a argumentação proposta. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 1 da sessão realizada no dia 25 jul. 1932*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1.

entidade mais genérica (Federação Paranaense de Desportos - FPD) para uma entidade mais específica ocorreu de forma pacífica. A doação dos materiais existente na FPD e mais um conjunto de fatos são provas cabais de nossa linha argumentativa. Para ilustrar, apresentaremos alguns exemplos desses fatos contidos nas atas da LAP: “^{3º} De acordo com a resolução da Directoria, conservar as cores da Liga as mesmas da F.P.D. modificando somente o distintivo para L.A.P.”⁶⁴,

- 2) Aprovar o calendario athletico, para o anno corrente, publicado em 8-6-32, modificando as provas que constam da competição de novissimos conforme se segue: [...]

“O referido calendario comprehende duas competições a saber:

- 1) competição para novissimos, a realizar-se em 28 de Agosto proximo, tendo por homenageado o digno presidente da F. P. D. sr. Luiz Guimarães.⁶⁵

“Agradecer o Snr. Luiz Guimarães pela offerta de uma taça ao clube vencedor do campeonato de novissimos”⁶⁶.

No plano formal, a fundação da Liga denota, internamente, uma forma principal de interação, a do CD com as Comissões, e externamente duas formas principais de interação, a interação entre os clubes afiliados e a Liga e a interação entre a Liga e a FPD. Desse nível primário de interações emanam todos os outros níveis de interações internas e externas.

A constituição dessas formas de interações representam, a principio, a supressão de outras formas de interação em setores específicos. Entre as formas de interação que foram suprimidas estão as relações sem intermediações entre clubes e a interação desses com a FPD. O setor específico que mencionamos é o das práticas geridas pela Liga.

Internamente, o relacionamento do CD com as Comissões, e em particular com a CA, apresentou momentos absolutamente pacíficos com momentos de tensão. Dois foram os momentos mais agudos.

Loc. cit.

⁶⁴ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata da sessão realizada no dia 28 mai. 1932*. Livro Ata nº 01 – Directoria: 1932 – 1933. Loc. cit.

⁶⁵ É importante ressaltar que houveram atividades anteriores ao início formal das atividades da comissão na própria LAP. A existência de um calendário para a modalidade é um indício revelador dessa anterioridade. LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 1 da sessão realizada no dia 25 jul. 1932*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. Loc. cit.

⁶⁶ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 4 da sessão realizada no dia 31 ago. 1932*. Livro Ata da

O primeiro ocorreu no ano de 1932. Para se ter uma idéia da tensão existente, nesse ano, por duas vezes a comissão foi repreendida pela Liga por não realizar reuniões semanais como rezava o estatuto e várias resoluções tomadas pela comissão foram revogadas pela Diretoria.

Dois pequenos trechos das atas, um CD da Liga para o diretor da CA e outro diretor da CA em resposta à Liga, são adequados para mostrar a tensão existente: (i) “Convidar o Snr. Director de Athletismo para comparecer terça-feira 20 do Corrente nesta sede afim de expor o motivo pelo qual a Comissão de Athletismo, tem deixado de reunir semanalmente de accordo com que prevem os Estatutos”⁶⁷ e (ii)

Scientificar á Directoria que está comissão tem se reunido regularmente, de acordo com o bom andamento do ramo a que esta incumbida e mesmo se assim não fosse, seria mais prudente e harmonioso a Directoria convidar o director da comissão a explicar assumptos em sessão daquela ao inves de publicamente, por boletim, externar a discussão de um assumpto que ignora, com a condenação antes de ouvir a defesa.⁶⁸

Pode-se acrescentar, ainda, o fato que dois dos três membros da comissão pediram exoneração da função. Os pedidos que não foram aceitos pela diretoria, acabaram concretizados por abandono das funções. A tensão existente foi gradualmente sendo agravada e teve seu ponto culminante no final do ano quando a Liga decidiu:

1º Não approvar a acta da Comissão de Athletismo em virtude da mesma ter sido feita sem a maioria dos seus membros

2º Determinar a Comissão de Athleismo que indique nomes de pessoas idoneas e aptas para exercer o cargo de Director da mesma Comissão, em virtude deste C. D. ter exonerado o actual.⁶⁹

Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁶⁷ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Boletim Oficial nº 11 da sessão realizada no dia 17 set. 1932.** Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p. 12 verso.

⁶⁸ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 5 da sessão realizada no dia 19 set. 1932.** Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 01. páginas não numeradas.

⁶⁹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Boletim Oficial nº 23 da sessão realizada no dia 13 dez. 1932.** Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p. 23 verso.

O segundo momento claro de tensão ocorreu no ano de 1937. Trechos de duas atas da CA são sintomáticas para localizar esse momento. Os trechos são os seguintes:

- I. Não tendo sido até esta data pelo Conselho Director, aprovada a acta nº 5 de 19 do mez proximo passado, solicita aprovação da mesma.
- II. Lamentamos a forma pela qual foi feita a escolha, dos componentes da embaixada que representou este Estado no 9º. Campeonato Brasileiro, promovido pelo C.B.D. realizado na Capital Federal [...]
- III. Tomar conhecimento e transmittir os protéstos que aqui formularam os atletas em comissão, perante os membros abaixado assinados, contra á má conducta do cheffe da embaixada snr. Gustavo Socrates Medeiros Pontes, de te-los abandonados, de tal forma, que se não fosse a intervenção dos snrs. Bronislau Roguski e Major Couto Pereira, a turma seria impossibilitada de tomar parte no campeonato acima referido.
- IV. Estranhar a attitude do Conselho Director, na escolha do cheffe da embaixada, que recahiu sobre uma pessoa completamente extranha ao Sport Paranaense, prejudicando dessa fôrma grandemente nossa representação. [...]
- VI. Pedir ao Conselho Director, para agradecer os bons officios, do Snr. Bronislau Roguski e Major Couto Pereira, pelo auxilios prestados no Rio de Janeiro a nossa abandonada Delegação.⁷⁰

Na ata seguinte consta: “consultar, por officio, ao Conselho Director se os artigos e paragraphos dos estatutos e do Codigo de Atletismo desta liga, devem ser observados e cumpridos, solicitando, ao mesmo tempo, a entrega de um exemplar dos estatutos vigentes”⁷¹.

Os problemas com a CA, uma das mais atuantes desde a fundação da LAP, diga-se de passagem, persistiram. Vejamos parte da ata que foi decisiva para o desfecho das crescentes desavenças existentes:

- 2º – Pedir ao Conselho Diretor que informe a esta comissão, o motivo pelo qual não foram aprovadas as atas anteriores.
- 3º – Extranhar a pouca atenção dispendida pelo Conselho Diretor ao nosso pedido, formulado em ata e officio [...] solicitando o fornecimento de um exemplar dos estatutos desta Liga.
- 4º – Tendo esta Comissão em ata número 5[...] homologado como recorde paranaense o salto com vara do amador João Nicolussi Junior, com o resultado de 3,50, e tendo esse Conselho Diretor no seu Boletim Oficial nº 16 [...] anulando aquêlê salto sem ouvir esta comissão, pedimos que nos sejam entregues as informações mencionadas no item III do

⁷⁰ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 6 da sessão realizada no dia 10 mai. 1937.** Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 02. p. 23.

⁷¹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 7 da sessão realizada no dia 17 mai. 1932.** Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 02. p. 24.

referido Boletim.

5º – Fazer ver, ao Conselho Diretor, que está completamente equivocado no seu item III [...].⁷²

O desfecho do momento foi o mesmo do anterior. A CA foi toda destituída e novos membros foram nomeados para seus lugares. Não obstante a destituição da comissão, que pode sugerir uma dissensão, os membros destituídos continuaram participando das atividades da LAP quer seja como atletas quer seja como árbitros e, na maioria dos casos, voltaram a assumir cargos em diretorias ulteriores.

A interação entre as comissões, no plano formal, inexistia. Cada comissão tinha tarefas próprias, as quais, não apresentavam interligação com as de outra comissão. Na prática, a interação existia com os indivíduos. Os membros de uma comissão, em sua maioria, atuavam em atividades próprias da outra comissão. A forma mais usual de atuação era na função de árbitro. Uma simples conferência entre a relação de diretores das comissões e dos árbitros dos eventos realizados permitem tal asseveração.

No controle da modalidade no Estado, a LAP passou a construir outros níveis de associação, ou seja, foram construídos relacionamentos com entidades com finalidades distintas das que eram afiliadas à Liga. São exemplos desse tipo de interação, as interações processadas com entidades como a Associação Athletica Universitária, o Gremio Universitário da Paraná e o Macabeus Esporte Clube. A função atribuída a LAP com essas entidades teve a forma de organização de competições internas ou competições entre os membros da LAP e a associação com que se estabelecia o relacionamento. A LAP passou, também, a organizar competições colegiais. Tudo no âmbito da cidade de Curitiba.

O atletismo, diferente do basquete, foi uma modalidade desenvolvida basicamente em Curitiba. A única menção de existência da modalidade fora de Curitiba foi o envio de “um ofício ao 13º R. I. de Ponta Grossa, solicitando que envie a ésta liga um resultado dos melhores atletas que possuem, afim de serem aproveitados na realização 3º Sul-Brasileiro, caso esses resultados sejam satisfatórios”⁷³. Essa foi a primeira e única abertura feita, em

⁷² LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 10 da sessão realizada no dia 05 jul. 1937*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 02. p. 29-30.

⁷³ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 7 da sessão realizada no dia 21 set. 1936*. Livro Ata da

eventos de pistas, para atletas do interior do Estado.

O desenvolvimento da modalidade sempre encontrou no futebol um estorvo. A modalidade era a preferida da comunidade curitibana e as datas para a realizações de eventos, que eram cedidas pela FPD, dependiam da preferência do futebol. Muitos eventos de atletismo, agendados com muita anterioridade tiveram de ser transferidos porque a FPD havia marcado jogos para as praças esportivas do Coritiba e do Atlético. Local da quase totalidade dos eventos de atletismo realizados no período.

Outra atividade, ainda que independente, mas que gozava de prestígio considerável e atraía um número significativo de espectadores era o turfe. A CA, além das preocupações com a montagem dos eventos, tinha que ter sempre presente a preocupação em evitar a coincidência de datas, sob a pena de ficar sem local para a realização de seus eventos ou, o mais comum, sem público.

Nem mesmo as tentativas de intervenção da LAP para garantir os locais para a realização dos eventos parecia surtir efeito. Vejamos alguns exemplos: “Pedir a Conselho Director para que interceda no sentido da Federação Paranaense de Desportos não marcar jogos de futebol no dia 16 de outubro proximo”⁷⁴; “Pedir ao Conselho Director outra data para a realização do Campeonato de novissimos, uma vez que a praça de desportos do C.A.P., unica em condições para este fim, será ocupada no dia 30 do corrente por jogo official da Federação de Desportos”⁷⁵;

Solicitar no momento, A F. P. F. e ao Jockey Club Paranaense, bem assim como a outras sociedades, capases de atrair com festivais, a atenção publica, que prometam a não levarem a efeito realizações recreativas no dia da realização do 3º sul-brasileiro.

Explica-se essa antecendencia devido a suceptibilidade de serem marcados festivais que ulteriormente serão inadiaveis.⁷⁶

No plano externo, as interações que se apresentavam eram concretizadas com

Comissão de Atletismo nº 02. p. 4 verso - 5.

⁷⁴ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 5 da sessão realizada no dia 19 set. 1932*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 01. Loc. cit.

⁷⁵ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 7 da sessão realizada no dia 21 set. 1936*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 01. páginas não numeradas.

⁷⁶ Ibididem.

entidades administrativas, principalmente, e com clubes filiados à essas entidades⁷⁷. A principal interação existente foi com a Liga Atlética Rio Grandense, manifestada na forma dos “Campeonatos Sul-Brasileiros”.

Após obter autorização da FPD para promover o evento, a LAP realizou a primeira edição do Campeonato já no ano de 1932; constava do programa de disputas as modalidades de atletismo, basquete e vôlei⁷⁸. Apesar da denominação, Santa Catarina não participou de nenhum dos eventos desenvolvidos no período em questão.

A forte ligação com os gaúchos pode ser explicada, em parte, pelo número considerável de remigrantes que vieram do Rio Grande do Sul para Curitiba. Pelos resultados dos eventos realizados é possível aduzir que, tal qual a equipe paranaense, a equipe gaúcha era composta, em sua maioria, por emigrantes ou descendentes germânicos.

O nível de desenvolvimento do atletismo tanto no Paraná quanto no Rio Grande do Sul, considerando o nível nacional, era bastante razoável e semelhante. Na década de 30, Paraná e o Rio Grande do Sul, atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro, eram as principais forças do atletismo brasileiro⁷⁹.

Santa Catarina simplesmente inexistia no cenário do atletismo nacional; apesar da não-participação do Estado em eventos inter-estaduais, existem registros de eventos amistosos entre clubes do Paraná e de Santa Catarina. A ligação, mais uma vez, é o elemento germânico e difusão desses eventos ocorreu antes da Lei da Nacionalização. A Sociedade Sportiva Junak era a entidade que com regularidade se deslocava ao estado de Santa Catarina para a realização de eventos amistosos com a sociedade de mesmo nome que lá existia.

A preocupação com a divulgação das promoções sempre esteve presente no CD e no

⁷⁷ Em algumas oportunidades, a LAP tomou a iniciativa de promover eventos festivos, contando para tal com a participação de clubes tradicionais do cenário esportivo de então. São exemplos os eventos festivos realizados com a presença do Brasil S. C. do Rio de Janeiro e com o Internacional de Porto Alegre. É interessante observar que a participação de equipes representativas da LAP ocorreu regularmente em evento que envolviam clubes do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro ou que eram disputados nesses locais. Existe também um registro da participação de clubes paranaenses em eventos realizados no Estado de São Paulo.

⁷⁸ Pode-se dizer que esse foi o início efetivo do vôlei. Com os preparativos da LAP para a montagem de uma equipe, alguns jogos foram disputados e o fato, parece, ter impellido o desenvolvimento da modalidade e determinou a necessidade da criação de uma comissão específica.

⁷⁹ Uma conferência nos resultados dos Campeonato Brasileiros realizados na década roboram a argumentação. O melhor desempenho da equipe paranaense aconteceu em 34. Nesse ano, o Paraná conseguiu a segunda colocação na competição, atrás apenas da Liga Carioca de Atletismo. Cf.: LIGA ATLÉTICA PARANAENSE.

CA da Liga. Uma das primeiras decisões efetivas tomadas dentro da entidade foi a nomeação do Vespertino Diário da Tarde como seu órgão oficial de divulgação⁸⁰. Todos os Boletins expedidos pelo CD eram encaminhados para a Centro de Cronistas Esportivos para divulgação. A idéia presente na LAP era de que sucesso dos eventos estavam associados à sua divulgação.

Era usual serem encontradas passagens nas atas como: “entrar em contacto com o ‘Centro de Cronistas Esportivos’; por meio de officios, solicitando cooperação e propaganda pela imprensa para o maior brilho das competições”⁸¹. Ou: “solicitar ao Conselho Diretor para fazer mais propaganda possível, por intermedio da imprensa e da P.R.B.2, afim de insentivar os atletas a tomarem parte dos treinamentos para a nossa seleção”⁸². A outra forma de divulgação utilizada era através de impressos.

Uma outra passagem, relacionada com a imprensa, permite avigorar a argumentação proposta no início desse texto, de que o Paraná era na década de 30 apenas um esboço de estado e que Curitiba possuía um caráter provinciano na época: “Providenciar por intermedio da imprensa, para, que no dia das competições, o commercio auxilie o bom desenvolvimento do atletismo, encerrando as portas ás 15 horas e facilitando assim ao publico que ira assistir ao campeonato”⁸³. Em linhas gerais, o relacionamento com a imprensa no período foi pacífico.

Com a efetivação da Lei de Nacionalização, as interações existentes foram modificadas. A inserção de “associações” compostas por militares passaram a permear o interior da liga com a filiação de entidades com essa característica de associativismo. Para a edição do Campeonato Brasileiro de 39, a CA abriu a possibilidade de participação de atletas não registrados na Liga. Pretendiam-se buscar o atleta militar para representar as cores da Liga.

Em paralelo, os clubes tradicionais da LAP, marcados pelo associativismo do

Ata nº 1 da sessão realizada no dia 03 jan. 1935. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 02. p. 03.

⁸⁰ Cf.: LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata da sessão realizada no dia 15 jun. 1932.** Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p. 02 verso.

⁸¹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 2 da sessão realizada no dia 30 jan. 1933.** Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 01. páginas não numeradas.

⁸² LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 7 da sessão realizada no dia 04 set. 1939.** Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 02. p. 93.

⁸³ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata nº 7 da sessão realizada no dia 17 out. 1932.** Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 01. páginas não numeradas.

imigrante, a medida que foram desestruturados se afastaram de forma significativa das práticas oferecidas pela Liga. As providências tomadas na tentativa da montagem da equipe para o campeonato nacional de 39 buscava tanto o atleta militar quanto o incentivo aos praticantes que se afastaram da modalidade:

1º) Convidar todos atletas inscritos e não inscritos nesta liga para tomarem parte nos treinos de atletismo a serem realizados as 3ª, 5ª e domingos no Belfort Duarte, sob a direção do Técnico Bernardo.[...]

5º) Solicitar ao Conselho Diretor para fazer a maior propaganda possível, por intermédio da imprensa e da P.R.B.2, afim de insentivar os atletas a tomarem parte dos treinamentos para a nossa Seleção.⁸⁴

Pode-se argumentar que o atletismo, depois de viver bons momentos, a partir da Lei de Nacionalização apresentou um tendência quase que irreversível de decadência. Na verdade, o atletismo era a CA. Uma comissão que, na maioria absoluta das vezes era composta por não mais que dois ou três atletas ou ex-atletas.

A preocupação com a construção do espetáculo, inicialmente evidente, deu lugar, nos últimos anos a existência, a preocupação de existir. Apesar de que, essa idéia era permeada, de certa forma, com a idéia do espetáculo e da construção de uma demanda. Para a CA, promover o atletismo era realizar competições.

Como já argumentamos, muito da construção do Estado do Paraná pode ser compreendido através da História do Clubes. No entanto, algumas particularidades desses Clubes devem ser ressaltadas. Uma delas é que os clubes que serviam de base para a existência da modalidade eram clubes associativos, principalmente mantidos por imigrantes. Esse é um cenário bastante distinto do Rio de Janeiro, por exemplo, onde a Liga que mantinha as práticas esportivas era formada, em sua totalidade, por Clubes de futebol.

A decadência do atletismo do Paraná, interna e externa, coincidiu com o enfraquecimento (nacionalização) dos clubes mantidos por imigrantes. Esses clubes associativos, que foram os responsáveis pela estruturação da modalidade no Estado, determinaram a inserção precoce da modalidade no Estado do Paraná. Para se ter uma idéia,

⁸⁴ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 7 da sessão realizada no dia 04 set. 1939. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 02. p. 93-94.

as entidades administrativas de São Paulo e Rio de Janeiro, estados bem mais antigos e evoluídos que o Paraná, datam de 1928 e 1938, respectivamente.

Esses fatos permitem refutar a idéia de que existia um política de desenvolvimento do esporte, imposta pela CBD, que afluíu no Paraná. Pode-se inclusive supor que a direção dos fatos é inverso. Vejamos uma passagem que permite tal adução: “Foi apresentado um ofício da Federação Paulista de Atletismo, convidando esta Liga para fundação de uma Entidade que patrocinará o Atletismo no Brasil. Resolveu Assembleia oficial a Federação Brasileira de Atletismo delegando poderes para resolver o caso visto esta Liga ter sido fundadora desta”⁸⁵.

O espaço da Liga foi, na sua existência, um espaço dividido por esportistas e militares. Dois momentos caracterizaram, de forma marcante, a gestão da entidade. Um primeiro, mais pacífico, onde a entidade foi dirigida majoritariamente por militares e que apresentou transições pacíficas, marcadas por homenagens às gestões que se retiravam e continuidade nos projetos desenvolvidos. O segundo momento foi iniciado no ano de 1939, quando assumiu a presidência da LAP o Dr. Bronislau Ostoja Roguski. Através de estratégias e de artifícios estatutários, Roguski se manteve à frente da Liga até a reestruturação desta.

A influência direta do Estado, na LAP, não existiu até a promulgação do Decreto-Lei nº 3.199. Com esse Decreto-Lei, que estabeleceu as bases da organização dos esportes no País, a LAP viu-se obrigada a ser reestruturada.. Esse Decreto-Lei foi a primeira intervenção efetiva do Estado no esporte. Partes do trecho da ata da última realizada pela LAP são adequadas para a compreensão de como ocorreu a reestruturação da Liga.

[...] abrindo os trabalhos o presidente da Assembléa expoz as finalidades da referida Assembléa, qual sejam a adaptação da Liga Atlética Paranaense ao Decreto-Lei nr. 3.199, publicado no Diario Oficial da União no dia 14 de Abril do corrente ano de 1941. Solicitada a palavra pelo Major Couto Pereira, representante da C. B. D. este, com a devida licença do presidente da Assembléa, transmitiu aos presentes , as ultimas instruções enviadas pela C. B. D., com referencia aos esportes a serem superintendidos pela nova entidade a ser formada, expondo que, esta poderia ter caracter eclético, abrangendo varias modalidades de esporte, contando que a nova entidade se filiasse, diretamente as respetivas confederações de ambito nacional, instituidas pelo Decreto-Lei da oficialização. Propunha assim o Major Couto Pereira, que a Liga Atlética Paranaense mudasse a sua denominação para Federação

⁸⁵ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 5 da sessão realizada no dia 06 set. 1935*. Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933. p.03 verso.

Esportiva Paranaense ou Federação Desportiva do Paraná, abrangendo os seguintes ramos de esporte: Bola ao Cesto, Atletismo, Volei-Ball, Ciclismo, Motociclismo, Natação e Box. A proposta do representante da C. B. D. e Coritiba F. C., após ser amplamente discutida pelos presentes, foi aprovada nos seguintes termos, por unanimidade: “Mudar a denominação da Liga Atlética Paranaense, para Federação Esportiva Paranaense que terá sob a sua direção em todo o Estado do Paraná, os seguintes esportes: Atletismo, Bola ao Cesto, Volei-ball, Ciclismo, Motociclismo, Natação e Box.” – A seguir o presidente da Assembléia esclareceu que a nova entidade teria os mesmos objetivos da entidade que acabava de ser extinta, quais sejam, a propaganda do esporte em todos os seus ramos, o cultivo do sã amadorismo no sentido do aprimoramento da raça, nos moldes da doutrina do Estado Novo; esclareceu ainda que, o seu pensamento inicial, era a fundação de duas federações; uma superintendendo a bola ao cesto e outra os demais ramos do esporte; que, porém em vista das dificuldades financeiras que forçosamente iriam enfrentar as novas Federações, achou melhor secundar o ponto de vista do sr. presidente, digo representante da Confederação Brasileira de Desportos, Major Couto Pereira.⁸⁶

Inculcada de forte espírito nacionalista, surgia uma nova entidade gestora dos destinos do atletismo paranaense, a FDP, que era conhecida como a “Eclética”. Ao mesmo tempo, fecha-se uma página da História do Atletismo do Paraná, a página da LAP. Mesmo a FDP sendo uma “continuidade” da LAP, a modificação dos objetivos da entidade definitivamente haviam sido, a partir da interferência normativa do Estado Novo, transmutados radicalmente: a prática perdeu o contorno de confraternização e assumiu a função de fazer o brasileiro forte.

Com as questões levantadas, principalmente na perspectiva da dominação e do esporte moderno, desenvolveremos algumas declarações teóricas sobre regularidades e a estrutura da entidade que estamos porfiando.

Em se pensando no esporte moderno, podemos alterar com o modelo teórico desenvolvido por BOURDIEU que a existência da LAP representa no Paraná a transição entre aquilo que o autor preconiza como esporte e esporte moderno, ou seja, a constituição de uma atividade com fim em si mesma, submetida a regras específicas irredutíveis à necessidades funcionais e inserida num calendário específico.

Na perspectiva do modelo proposto por Allen GUTMANN tem-se uma ilação semelhante, ou seja, em um grau considerável, as sete características estabelecidas como categorias do esporte moderno encontram-se presentes na prática do atletismo desenvolvido

⁸⁶ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata da Assembléia Geral realizada no dia 19 jun. 1941*. Livro Ata nº

na LAP.

O que é variável é o grau que cada uma das características está do tipo ideal. Não existem dúvidas, por exemplo, que a prática do atletismo não tinha nenhum caráter mítico ou religioso, ou, ainda, que a busca da igualdade e a especialização dos papéis estava presente na prática da modalidade.

Os esforços para a aplicação das regras e a busca de mecanismos que tornassem mais igualitárias as competições, como por exemplo a utilização do *handicap*⁸⁷ e a especialização dos atletas em provas específicas são evidências irrefutáveis.

A própria racionalização, ainda que ínfima em contraste com os níveis que o esporte atual apresenta, era algo presente. Existem algumas passagens interessantes e que são adequadas para se mostrar o que era, naquele momento, racionalização.

[...] sobre a organização do selecionado de atletismo que deverá excursionar à Porto Alegre:

- a) O prazo minimo para se pôr em condições a Turma é de 30 dias;
- b) a turma de atletas não deve ser inferior a 20 para obter resultado satisfactorio no Rio Grande;
- c) é necessário pôr à disposição desta Comissão uma pista, desde já, para treinamento dos atletas
- d) a melhor epocha para a competição em referencia é de 8 a 20 de Setembro de 1933, levando em consideração as licenças dos atletas que trabalham no commercio, as férias dos estudantes etc.
- e) irão somente os atletas que venceram as eliminatórias.⁸⁸

5. Iniciar no dia 11 do corrente os treinos preparatórios para a organização da selecção de atletismo, devendo os atletas (escalados) comparecer às segundas, quartas, sextas-feiras e aos domingos à tarde e pela manhã respectivamente, na praça de desportos do Club Athletico Paranaense.

6. Solicitar aos clubes filiados que façam apresentar os seus atletas nos treinos.

7. Estabelecer os indices minimos para as eliminatórias, conforme segue: [...] ⁸⁹

“Em virtude de estarem fracassando os exercicios officiaes da Turma de atletismo,

02 – Diretoria: 1934 – 1950. p. 19-20.

⁸⁷ O “handicap” consistia num acréscimo de distância a ser percorrido por um atleta mais categorizado. Entre muitos exemplos, ver: LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 79 da sessão realizada no dia 08 ago. 1934. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁸⁸ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 30 da sessão realizada no dia 04 ago. 1933. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁸⁹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 31 da sessão realizada no dia 09 ago. 1933. Livro Ata da

principalmente o de hontem, em virtude de não terem comparecido os amadores escalados, pedir que seja enviado novo ofício as sociedades, afim de pedirem aos atletas um pouco mais de boa vontade”⁹⁰. Ou, ainda “que os athletas da classe de Veteranos somente podem tomar parte nos Campeonatos, Estadual e Nacional e que esses elementos limitam-se a treinar nas vespersas de taes competições”⁹¹.

As três outras categorias propostas por GUTTMANN, burocratização, quantificação e busca de recordes, também, indiscutivelmente, estão presentes na Liga. Na verdade, tais características, entremeadas, determinam as funções da entidade gestora da modalidade. Desde a realização do primeiro evento de atletismo promovido pela LAP a preocupação com registros de atletas, inscrições, registros de resultados e de recordes era patente⁹².

Provas especialmente marcadas para a obtenção de recordes ou realizadas em eventos destinados a outras categorias, denominadas “tentativa de recorde” passaram, em número significativo, a constituir o cotidiano do atletismo da Liga⁹³. Todo um ritual era seguido para a homologação de um recorde⁹⁴. Vejamos, a título de exemplo, um dos muitos pedidos de tentativa registrados na documentação da entidade:

Atender o pedido por escrito do atleta do Coritiba F. C. snr. Luiz C. Tiermo, solicitando uma tentativa para melhorar o actual recorde estadual do arremesso do martello, marcando o dia 13 do corrente para a realização dessa tentativa, em seguida a mesma prova do campeonato dos novíssimos, servindo como juises os já escalados para aquelle campeonato e convidando

Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁹⁰ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 8 da sessão realizada no dia 05 ago. 1936*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 2. p. 6.

⁹¹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 2 da sessão realizada no dia 04 mai. 1936*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. Loc. cit.

⁹² Cf.: LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 3 da sessão realizada no dia 22 ago. 1932*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

⁹³ O procedimento adotado era o de o clube do atleta postulante ao recorde oficializar a comissão e esta operacionalizava a tentativa.

⁹⁴ Alguns exemplos interessantes: “Cancelar os recordes de 300 mts. rasos e 200 mts. sobre barreiras, realizados no ‘Campeonato Acadêmico’ em 29 de Outubro de 1933, [...] como recordes estaduais, em vista destas provas serem extraordinarias e não contarem do Campeonato do Estado Paraná” (LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. *Ata nº 57 da sessão realizada no dia 07 mar. 1934*. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.) ou, ainda, da não homologação de recordes em função do vento, apesar da inexistência de instrumental que pudesse aferir a velocidade do vento. Os cuidados para a homologação dos recordes também eram patentes. A falta da assinatura de um árbitro na súmula da prova, condições da pista ou a falta de dados, hoje aparentemente insignificantes, como o número de barreiras derrubadas por um atleta no percurso da prova eram motivos para a não homologação de um recorde.

os atletas dos clubes filiados para tomarem parte nessa prova de tentativa.⁹⁵

Não obstante, a presença de todas as características de um esporte moderno, algumas dessas características, como a burocratização, se considerarmos a medida do tipo ideal de WEBER, encontravam-se num estágio básico e, portanto, em larga medida alterado do tipo ideal. O caráter permanente da máquina burocrática estava aquém de tornar um meio de transformar uma “ação comunitária” em uma “ação societária”.

Portanto, como instrumento de “socialização” das relações de poder, a burocracia ainda não era um instrumento efetivo ou, dito de outra maneira, não apresentava uma forma pura de dominação, que, no caso, seria a dominação racional-legal.

Nos moldes weberianos, a entidade que perscrutamos se enquadra na forma de uma administração de associações alheia à dominação e administração de representantes. Para WEBER:

As associações podem pretender reduzir o mais possível os poderes de mando – inevitáveis, pelo menos em uma medida mínima – ligados a funções executivas (minimização do dominação), considerando os administradores pessoas que exercem sua função *somente* conforme a vontade, “a serviço” em virtude da autorização dos demais membros da associação. Isto pode ser conseguido, em grau máximo, em associações *pequenas*, nas quais todos os membros podem reunir-se no mesmo lugar, conhecem-se uns aos outros e consideram-se socialmente iguais [...]⁹⁶

A idéia inicial da LAP de proibir que os presidentes dos clubes associados pudessem assumir a presidência da entidade, converge para este tipo de administração. Igualmente, os meios técnicos empregados na administração, tais como prazos curtos de exercício de cargos, rodizio nos cargos, competência concreta, dever rigoroso de prestar contas à assembléia e cargos acessórios, encarregados de tarefas especiais, são convergentes.

A condução de entidades regidas por esses princípios são, normalmente, por “membros honorários”, eleitos em assembléias dos membros da associação. Os membros honorários, nas palavras de WEBER, são pessoas que

⁹⁵ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata nº 67 da sessão realizada no dia 08 mai. 1934. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

[...] em virtude de sua situação econômica, podem permanecer ativas na direção ou administração de uma associação, exercendo-a como profissão acessória contínua e não-remunerada [...] e que gozam de apreço social [...] de modo que têm a possibilidade [...] de exercer seus cargos em virtude da confiança dos membros da associação, primeiro de modo voluntário e, finalmente, de modo tradicional.⁹⁷

O pressuposto para se exercer esse tipo de função é poder viver para a atividade sem precisar viver dela. Em determinado grau, ter a possibilidade de se afastar dos negócios próprios privados. Na sua forma ideal, esse tipo de administração pode ser considerada particularmente qualificada por experiência e objetividade e materialmente por ser muito barata ou, como no caso da LAP, gratuita. O funcionário honorário é detentor, em certa medida, dos meios administrativos materiais, ou, então, emprega o patrimônio próprio para este fim, e, em parte, recebe-os da associação.

O limite dessa forma de administração é da sua utilização em associações com número elástico de associados. Nessas associações, a existência de funcionários permanentes ao lado de dirigentes que sempre mudam, colocou a administração de *fato* nas mãos dos primeiros, que fazem os serviços, enquanto a intervenção do funcionário honorário mantém um caráter essencialmente diletante.

É conveniente ressaltar que essa forma de administração, sustentada na figura do funcionário honorífico só existe na sua forma pura enquanto não existe a luta pelo poder. Pois assim, os vencedores, independentemente dos meios, estabelecem uma estrutura de dominação, apesar da conservação da forma administrativa vigente. Para WEBER, “esta é uma forma bastante freqüente de rompimento com as condições ‘antigas’”⁹⁸.

Quanto a representação⁹⁹, a forma típica, desenvolvida na LAP é a representação vinculada. Nessa forma, os representantes eleitos, cujo poder é limitado nas suas esferas de ação por mandato imperativo e direito de revocação, vinculado ao consentimento dos representados. Na ótica weberiana, esses “representantes” são, verdadeiramente, funcionários

⁹⁶ WEBER, *Economia e...*, p. 190-191.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 191-192.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 193.

⁹⁹ Situação na qual as ações de determinados membros da associação (representantes) são imputadas aos demais ou devem ser consideradas por estes como vigentes de modo “legítimo” e “vinculante”. Para maiores detalhes, ver: WEBER, *Economia e...*, p. 29-30.

daqueles que representam.

As relações comunitárias, em medida considerável, que determinaram a fundação da LAP eram baseadas na descendência comum de disposições iguais, herdadas e hereditariamente transmissíveis: pertinência à raça, sentida subjetivamente como uma característica comum. Sendo assim, a associação consubstanciou-se na articulação do destino comum dos radicalmente homogêneos ligados a contrastes, que eram pessoas de outras raças, que levaram a uma ação comum.

Para WEBER, a associação comunitária originada nesses moldes costuma manifestar-se, em geral, de modo puramente negativo, quer seja na forma de diferenciação ou na forma de desprezo. Para o autor, “Aquele que se distingue por seu *habitus* externo é simplesmente desprezado – ‘faça’ ou ‘seja’ ele o que queira”¹⁰⁰.

Com a Lei de Nacionalização, a qual condicionou a supressão da autoridade dos imigrantes alemães, o atletismo passou a apresentar modificações substanciais de sua posição funcional, determinadas pela crescente “calculabilidade” em uma decomposição dos *habitus* fomentada por intervenções normativas que determinaram nos últimos anos de existência da Liga a dissolução da comunidade típica que a constituiu. A passagem da Liga para a Eclética foi mais que uma simples adequação legal. Mudou-se a ação comum.

¹⁰⁰ Ibid., p. 267.

Da eclética para a federação

Para a interpelação sociológica da FAP utilizaremos, em essência, as mesmas questões colocadas para a LAP. São elas: Quais são seus membros?; Quais as finalidades presentes na constituição da FAP?; Existem diferenças de finalidades na FAP e na sua predecessora original, a LAP?; Qual sua estrutura de funcionamento?; Quais são suas modalidades de atividades e interações recorrentes e estáveis e como elas se relacionam uma com as outras e com o resto do mundo?. Com igual procedimento ao da interpelação anterior, desenvolveremos, a partir da estrutura e regularidades encontradas, declarações teóricas na perspectiva da dominação.

Assim, a questão que se coloca de imediato é: Quais são seus membros?

Para responder, tomaremos como ponto de partida a ata de fundação da FAP. Nela, estão registrados os clubes que participaram da reunião de transição, ou seja, em medida considerável, as entidades que faziam parte do cotidiano da associação que estava sendo transmutada.

Estavam presentes os senhores Walter Lipiec, representante credenciado do Canadá Country Clube; Eduardo Henrique Pietsak, representante credenciado da Associação Atlética Ingá; Miguel Dombrowski, representante credenciado do Clube Atlético Ponta Grossa; Alfredo Langner, representante credenciado Sociedade União Juventus; as senhoritas Soniamar Salvatti, representante credenciada do Londrina Country Club e Denise Maria Zem, representante credenciada da Associação Atlética Positivo. [...] Além dos presentes na primeira convocação, compareceram os senhores Jorge Miguel Malheiros, representante credenciado do Medianeira Country Club; Ney Pacheco, representante credenciado do Clube Duque de Caxias; as senhoritas Semiramis Monteiro de Almeida, representante credenciada da Associação Atlética Roland; Maria Lucia Nack, também representante credenciada do Canadá Country Clube e da senhorita Cristina Trevisani.¹

¹ FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 27 ago. 1985*. Livro de Atas de Reuniões e Assembléias. p. 65.

No total, nove equipes se fizeram representar nessa reunião de transição. Dessas, três da cidade de Curitiba e seis do interior do Estado². Esse dado inicial permite aduzir que trata-se de um quadro bastante distinto do encontrado nas origens da entidade na década de 30, onde, no atletismo, a totalidade dos participantes era da cidade de Curitiba.

Do ponto do novo estatuto, aprovado nessa mesma reunião, ficou definido quais os membros da FDP que foram considerados fundadores da FAP e quais as entidades que teriam condições legais de se filiarem. Tal definição está contida na seguinte passagem:

8º Haverá para os membros da FAP, três classes assim compreendidas: membros fundadores, efetivos e vinculares. Parágrafo 1º – São membros: a) fundadores – as associações da capital que por seus representantes legais assinaram a ata de fundação de fundação da FAP, a saber: Clube Duque de Caxias, Curitiba Foot Ball Club, Clube Atlético Paranaense e Sociedade Beneficente Rio Branco; b) efetivos – as associações ou ligas municipais que preencherem as condições do Capítulo I deste Título (Título II); c) vinculadas – as entidades que não possam ser consideradas filiadas nos termos deste Título, mas que sejam autorizadas a participar nos eventos da FAP, nos termos da legislação pública, porém sem terem direito de integrar a Assembléia Geral da FAP.³

Na prática, 23 equipes filiadas exerceram atividades no primeiro ano de existência da FAP. As equipes filiadas e o número total de atletas registrados no ano de 1985 são os seguintes.

Quadro 2

Equipes (atletas) registradas na FAP – dez. 1985

Equipes	Atletas Registrados
Aeroclube de Cornélio Procopio	004
Associação Atlética Banco do Brasil (Londrina)	014
Associação Atlética dos Funcionários Públicos Municipais de Ivaiporã	036
Associação Atlética Ingá (Maringá)	114
Associação Atlética Positivo (Curitiba)	012
Associação Atlética Roland (Rolândia)	070

² Com condições estatutárias e legais para participar da reunião, deixaram de comparecer os seguintes filiados: Associação Cocamar, Esporte Clube Pinheiros e Santa Mônica Clube de Campo. As cidades representadas eram: Curitiba (com três equipes), Londrina (com duas equipes) Maringá, Ponta Grossa, Medianeira e Rolândia. Edital de Convocação para Assembléia Geral Extraordinária. FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. Relatório 1985. Curitiba, 1986.

³ FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de agosto de 1985*. Livro de Atas de Reuniões e Assembléias. p. 67.

Associação dos Funcionários Municipais de Cambé	034
Associação Municipal de Esportes de Apucarana	067
Associação dos Servidores Públicos Municipais de Cascavel	048
Associação dos Servidores Municipais de Paranavai	017
Associação dos Servidores Públicos de Marilândia do Sul	063
Associação dos Servidores Municipais de Campo Mourão	003
Clube Atlético Paranaense (Curitiba)	022
Clube Atlético Ponta Grossa	047
Clube Duque de Caxias (Curitiba)	082
Clube Escolar do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Curitiba)	017
Esporte Clube Pinheiros (Curitiba)	007
Guairá Country Clube (Guarapuava)	016
Medianeira Country Clube	032
Santa Mônica Clube de Campo (Curitiba)	111
Santo Inácio Tênis Clube	004
Sociedade Esportiva Matsubara (Bandeirantes)	020
Sociedade União Juventus (Curitiba)	057

A natureza das equipes filiadas é distinta comparando-se com a composição primeira da LAP. A análise do quadro denota quatro formas características de associativismo: (i) a dos clubes associativos; (ii) a dos clubes associativos vinculados ao futebol profissional; (iii) a dos clubes escolares; e, em maioria absoluta (iv) o de equipes ligadas a Prefeituras Municipais. Em alguns casos, a equipe representativa é de um clube associativo, mas efetivamente a mantenedora da equipe é a Prefeitura Municipal. Nesse caso, as equipes representadas limitam-se ao pagamento das taxas.

Esse último tipo de associativismo determinou um número considerável de alterações no quadro de filiadas. As equipes com essas características tornaram-se efêmeras. Sua manutenção, invariavelmente, dependia das políticas municipais vigentes. Para se ter uma idéia da efemeridade dessas equipes, basta confrontar as equipes existentes em 1985 e as equipes regularmente filiadas no final de 1999. São elas:

Quadro 3

Equipes registradas na FAP – dez. 1999	
Equipes	
Associação Atlética e Estudantil de Rolândia	
Associação Atlética Municipal de Ponta Grossa	

Associação dos Funcionários Municipais de Maringá
Associação dos Funcionários do Banestado (Curitiba)
Associação dos Funcionários Municipais de Francisco Beltrão
Associação dos Servidores Públicos Municipais de Astorga
Associação dos Servidores Públicos Municipais de Cascavel
Associação dos Servidores Públicos Municipais de Paranavaí
Clube Escolar do Colégio Estadual do Paraná (Curitiba)
Colégio Militar de Curitiba
Coritiba Foot Ball Club (Curitiba)
Fundação de Esportes de Campo Mourão
Fundação de Esportes e Recreação de Foz do Iguaçu
Paraná Clube (Curitiba)
Unidos de Tamarãna

Das 23 equipes que participaram da temporada de 1985, apenas duas, Associação dos Servidores Públicos Municipais de Cascavel e Associação dos Servidores Públicos Municipais de Paranavaí, permanecem filiadas. A transitoriedade é evidente.

Um exemplo típico é o da cidade de Ponta Grossa. Entre 1985 e 1996, a equipe que era mantida pela Prefeitura Municipal, representou as seguintes entidades: Clube Atlético Ponta Grossa (CAPG), Liga Desportiva de Ponta Grossa (LDPG), Associação Atlética Municipal de Ponta Grossa (AAMPG), Automóvel Clube de Ponta Grossa (ACPG), Associação Desportista Classista Quimbrasil (ADCQ) e Associação Desportista Classista Ipiranga Serrana (ADCIS). Muda-se simplesmente o nome.

Em algumas oportunidades, uma equipe dava lugar a outra e no ano seguinte retornava no lugar da equipe que a havia sucedido. Para se ter uma idéia, o CAPG foi o primeiro representante de Ponta Grossa na FAP. A equipe, no ano de 85, havia substituído a LDPG; em 86, em seu lugar, retornou a LDPG; em 87, a LDPG dá lugar novamente ao CAPG que, em 89, é substituído pela ADCQ. Outras mudanças do gênero aconteceram em várias equipes mantidas por prefeituras.

Era usual, também, outros tipos de associações, como a que ocorreu com a equipe do município que estamos utilizando como exemplo e o clube de futebol da cidade na época, o Operário Ferroviário Esporte Clube (OFEC). Em função da legislação vigente, os clubes de futebol precisavam desenvolver atividades oficiais de competição, em um mínimo de três modalidades olímpicas, para poder receber verbas da Loteria Esportiva. Na prática, simplesmente foi incorporado o nome do OFEC ao da equipe que participava regularmente

das competições da FAP. O OFEC, em contrapartida, deu uma ajuda financeira à equipe.

Por sinal, essa exigência normativa proporcionou um momento interessante da FAP. Sendo o atletismo uma modalidade barata em comparação com outras modalidades, alguns clubes de futebol se filiaram a FAP. Por um lado, apesar de um alto índice de inadimplência, a arrecadação da entidade aumentou de forma considerável; o número de filiados chegou a 40. Por outro, no aspecto técnico da modalidade, foi pouquíssimo produtiva essa inserção. Esses clubes se filiavam, normalmente, com um ou dois atletas e se limitavam a participar de um número mínimo de eventos. A idéia era apenas configurar a participação.

Algumas outras características das equipes mantidas por prefeituras devem ser denotadas. As equipes em questão, normalmente, representavam as principais cidades do interior. Incluí-se aí, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu e, em medida menor, Guarapuava, Paranavaí, Pato Branco, Medianeira, entre outras.

Eram equipes de cidades que, em momentos específicos, apresentavam alto nível competitivo. Para tal, as mantenedoras investiram montantes consideráveis de dinheiro na manutenção das equipes. Esse valor era muito superior ao investido por clubes sociais, por exemplo. As equipes com essas características dominavam a modalidade.

No entanto, a dependência dos governos municipais determinava que, em momentos de transição política, equipes de cidades que vinham sendo hegemônicas eram simplesmente desativadas ou passavam a participar de forma quase que simbólica. São exemplos claros desses fatos, as equipes representativas das cidades de Londrina e Maringá na década de 80 e a equipe de Ponta Grossa na primeira metade da década de 90.

Na prática, com a transição política, o apoio financeiro era retirado dos atletas e esses migravam para outro município que estivesse investindo na modalidade. A equipe do município que retirava o apoio, quando não era desativada, passava a ser composta por atletas menos categorizados, que se dispunham a continuar participando de competições sem ajuda financeira e, muitas vezes, até sem treinamentos. No entanto, com uma leitura ampla, pode-se dizer que no período compreendido entre 1985 e 1999 sempre existiu pelo menos um município investindo de forma considerável na modalidade.

Outra característica dessas equipes sempre foi a concentração de forças em setores específicos. A prática da modalidade sempre foi marcada por uma separação entre masculino

e feminino e entre adulto (que compreendia atletas dessa categoria e da categoria juvenil) e “juventude” (atletas até 17 anos). Essa divisão foge por completo das categorias disputadas ao nível da confederação. As exceções foram há pouco citadas, Londrina, Maringá e Ponta Grossa; estas equipes venceram a quase totalidade dos eventos disputados em todos os setores.

O exemplo de Ponta Grossa é mais uma vez válido. Em 1996, no setor masculino, a equipe venceu as categorias menores e juvenil. Foi vice-campeã do adulto. Além disso, venceu os dois jogos oficiais do Estado, o Jogos Abertos do Paraná (JAP's) e o se tornou hexa-campeã dos Jogos da Juventude do Paraná (Jojup's), e foi vice-campeã dos Jogos Abertos do Brasil (JAB's). Vários atletas e um técnico convocados para seleções brasileiras de categorias até o juvenil. Um retrospecto respeitável.

Em 1997, com uma nova gestão municipal, a equipe que era composta basicamente por atletas da cidade foi desativada. A cidade limitou-se a uma participação simbólica nos Jojup's. Na FAP, participou apenas com atletas avulsos, portanto, não registrados e, por extensão, sem condições de participação em campeonatos nacionais. A participação visava tão somente a obtenção de índices para o Jojup's.

Com características completamente diferentes, uma equipe merece destaque no período, a Associação dos Funcionários da Iguaçu Celulose e Papel (São José dos Pinhais). Trata-se da única equipe mantida por uma empresa de porte. Sua esfera de atuação era restrita a categoria adulta e, nos anos em que participou de competição da FAP, dominou completamente o setor no masculino e feminino. Foi, também, a única equipe adulta paranaense a se colocar entre as dez principais forças do atletismo nacional. Após um período de investimentos decrescente, a equipe se afastou por completo. A maior diferença dessa para a quase totalidade das equipes é que seu objetivo era apenas e tão somente as competições da FAP. Mesmo sendo a principal força do Estado, a equipe da Iguaçu, como era conhecida, não representava o município de São José dos Pinhais nos JAP's. A equipe cedia seus atletas para vários municípios. Muitos dos municípios que contratavam esses atletas, apenas para uma participação, pagavam-nos mensalmente. O pagamento era feito diretamente aos atletas.

Assim, sem cometer equívocos, pode-se dizer que a FAP é uma associação composta

majoritariamente por equipes mantidas por Prefeituras Municipais ou, também em número considerável, por clubes vinculados a uma Prefeitura. Esse é o novo perfil dos membros da FAP.

Com o encaminhamento dado as discussões, é facilmente perceptível que inserimos um elemento novo nas discussões, os jogos oficiais do Estado do Paraná. A compreensão de sua influência dos mesmos para as equipes filiadas na FAP e, por extensão, na própria entidade é fundamental para a construção de uma resposta adequada à segunda pergunta proposta: Quais as finalidades presentes na constituição FAP?

Uma maneira de avançar para essa resposta é compreendendo o enleio que determinou o surgimento da FAP. A passagem subsequente é profícua para tal intento:

Passou-se, em seguida a discussão do Item I da ordem do dia: “Aprovação da alteração da razão social e forma de atuação da Federação”. Inicialmente usou da palavra o senhor Presidente da FDP, que explicou aos presentes os motivos que levaram a Diretoria da Federação a propor essa alteração, quais sejam: a FDP é a Federação mais antiga do estado do Paraná, fundada em 1932, tendo supervisionado durante a sua existência a grande maioria dos desportos no estado do Paraná, sendo que o atletismo estando na mesma desde a sua fundação, não podia desmembrar-se por obrigações estatutárias. Em 1982, com o desmembramento da Patinagem, Arco e Flecha, Faustebol e do Motociclismo, a FDP passou a dirigir unicamente o atletismo no estado do Paraná. Hoje existem no estado do Paraná cerca de trinta federações desportivas especializadas o que torna dispensável a existência de uma federação eclética. Que todo o patrimônio da FDP hoje existente foi conseguido pelo Atletismo ao longo da existência da Federação. Que a constituição de uma federação especializada constitui-se num sonho acalentado a vários anos por todos aqueles que militam no atletismo paranaense. Esclareceu ainda, que não se tratava da fundação de uma nova federação e sim, apenas da mudança do nome da FDP e do seu caráter esportivo, tanto é que todos os seus símbolos serão mantidos bem como será mantida a sua data de fundação e todo seu histórico. Após isso, foi aprovado por unanimidade a transformação da FDP em federação especializada de atletismo. Em seguida passou-se a discussão do novo nome ou razão social da entidade tendo sido aprovada, também por unanimidade, a denominação de “Federação de Atletismo do Paraná”.⁴

Do ponto de vista estatutário, os objetivos traçados para a nova entidade são os seguintes:

Capítulo III – Dos Fins: Art. 5º – A FAP, a cujos mandamentos, poderes, autoridades devem

⁴ Ibid., p. 65 verso – 66.

obediência as entidades desportivas de direção estadual e associações que a integram e as associações desportivas de índole local aquelas subordinadas, tem por fins principais: a) dirigir, difundir e incentivar, no Estado do Paraná, o Atletismo; b) promover a realização de campeonatos e torneios de atletismo com a concorrência de suas filiadas; c) extremar-se no estímulo, na purificação e no incremento do amadorismo desportivo; d) cumprir e fazer cumprir os mandamentos da Confederação Brasileira de Atletismo assim como os atos legalmente expedidos pelos órgãos ou pelas autoridades que integram os poderes públicos; e) expedir às filiadas, com força de mandamentos a serem obedecidos, os códigos, regulamentos, regimentos, avisos, circulares, instruções ou outros quaisquer atos necessários à organização, ao funcionamento e a disciplina do atletismo; f) punir os responsáveis por inobservância de qualquer dos mandamentos compreendidos na alínea anterior; g) decidir a respeito da concorrência de entidades e associações filiadas em provas de atletismo fora da respectiva jurisdição municipal ou estadual; h) praticar, no exercício da direção estadual do atletismo, todos os atos necessários ou úteis a realização dos seus fins; i) representar o atletismo estadual em qualquer atividade de cunho nacional, assim como orientar, coordenar, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito nacional de suas filiadas.⁵

Uma análise comparativa entre esses objetivos e os contidos em estatutos anteriores da FDP revela uma similitude quase total. Em outras palavras, os fins estatuídos em 1985 são praticamente os mesmos do estatuto aprovado em 1964⁶. O estatuto de 64 foi modificado em 78, por exigência das Lei nº 6.251 de 08 de outubro de 1975 e do Decreto nº 25 de agosto de 1977. Nessa modificação, a única alteração promovida foi a substituição do conceito amadorismo desportivo pelo conceito de desporto de rendimento.

Posteriormente, em 05 de março de 1982, novas alterações estatutárias. Dessa vez a imposição para as alterações processadas foi feita pelas Confederações das modalidades abrangidas pela FDP. No item que estamos examinando – *Dos Fins* –, uma alteração: foi retirado o nome das modalidades que criaram federações independentes⁷.

Essa também foi a principal alteração processada no artigo em questão no Estatuto da FAP. Onde lia-se: “dirigir, difundir e incentivar, no Estado, o Atletismo, Arco e Flecha, Levantamento de Pesos e Motociclismo”⁸, passou a ser lido: “dirigir, difundir e incentivar,

⁵ Ibid., p. 66 verso.

⁶ Estatuto aprovado pelo Parecer do Conselho Nacional de Desportos de 21 de março de 1964 e homologado com o nº 577164 em 14 de agosto de 1964. O referido estatuto foi publicado em Diário Oficial da União em 25 de agosto de 1964, na página 7.608.

⁷ FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 05 de março de 1982*. Livro de Atas de Reuniões e Assembléias. p. 55-56 verso.

⁸ Ibididem.

no Estado do Paraná, o Atletismo”⁹.

Duas novas alterações estatutárias aconteceram na década de 90. Uma por imposição da Lei Zico e outra da Lei Pelé. Na primeira, o artigo *Dos Fins* não apresentou nenhuma alteração em relação a 1985. Em 1998, depois de mais 30 anos, o artigo é alterado em medida considerável. A nova redação é a seguinte:

Art. 8 - A FAP tem por fim:

- a) dirigir, difundir e incentivar, no estado, o desporto do Atletismo, sujeito à sua jurisdição;
- b) representar o Atletismo do Estado do Paraná junto aos poderes públicos, em caráter geral;
- c) representar o Atletismo do Estado do Paraná no país;
- d) promover ou permitir a realização de competições oficiais estaduais;
- e) promover, sob autorização da CBAAt, competições nacionais e internacionais no estado;
- f) respeitar e fazer respeitar as regras e regulamentos nacionais e internacionais;
- g) combater, por todas as formas, a utilização de substâncias proibidas ou técnicas de dopagem, por parte de atletas, conduzindo e permitindo à IAAF e a CBAAt conduzir controles de dopagem, durante competições e fora delas, no território do Estado do Paraná e do Brasil;
- h) cumprir e fazer cumprir os atos legalmente emanados dos órgãos e autoridades que integram os poderes públicos;
- i) efetuar os registros, inscrições e transferências dos praticantes do Atletismo do estado na CBAAt, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;
- j) expedir às filiadas, com força de mandamentos a serem obedecidos, os códigos, regulamentos, regimentos, portarias, avisos, notas oficiais, instruções ou outros quaisquer atos necessários à organização, ao funcionamento e à disciplina do Atletismo.¹⁰

Os objetivos estatuídos, em linhas gerais, tornaram-se mais específicos. Idéias como a de purificação foram suprimidas. Nessa nova redação, os caminhos propostos são a difusão da modalidade através de eventos e a manifestação da esfera de ação da entidade. Essa leitura é convergente com o encaminhamento dado pelo atual Presidente para a entidade. Para Ubiratan Martins Junior:

O objetivo da Federação é realizar os campeonatos. O novo estatuto ampliou a abrangência de atuação da Federação; antigamente o estatuto dizia que nós comandávamos o atletismo no Estado do Paraná, mas ele não definia o que era esse atletismo. Hoje, a definição da

⁹ FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ. *Estatuto*. Aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 07 jan. 1995.

¹⁰ FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ. *Estatuto*. Aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 18 dez. 1999.

Federação é comandar tanto os campeonatos de pista, campo, corrida de rua, corrida de cross-country e provas de marcha atlética. Isso ficou muito bem definido. A FAP comanda toda a estrutura no Estado do Paraná de todas as atividades ligadas à esse tipo de provas. A FAP tem em 2000 alguns objetivos determinados. Com o Estado do Paraná entregando em 1999 mais três pistas sintéticas de alto nível, pistas que sempre foram um problema histórico, deixaram de ser. A nossa meta agora é ter uma sede própria, nós estamos trabalhando com os clubes para isso. Na assembléia realizada em dezembro, ficou definido que a meta da FAP nesse ano é dar continuidade nos trabalhos que ela vem desenvolvendo, dar suporte para que as filiadas possam vir aos campeonatos, aos torneios. Ou seja, a meta da federação, em nossa gestão que vai até 2002, é a sede própria e dar continuidade aos trabalhos que vem sendo realizados, por que já a uns quatro ou cinco anos que todo mundo compete em pista sintética. Hoje temos a facilidade de ter um dos cinco cronômetros eletrônicos do país e ter um número de competições relativamente grande. Esse ano, estamos programando 14 competições, que é um calendário extenso, é um ano de olimpíada e ainda tem todas aquelas outras competições, campeonato brasileiro, campeonato sul-americano.¹¹

São essas as finalidades da FAP, ou seja, a junção de objetivos estatuídos, no que a entidade é funcional, com objetivos estruturais.

É conveniente anotar que a FAP nunca teve uma sede própria ou mesmo patrimônio considerável. Para roborar o fato mencionado, uma simples conferência nos balanços patrimoniais da entidade é suficiente. Para exemplificar, apresentaremos alguns dados do balanço apresentado ao final do primeiro ano de atividades da FAP.

ATIVO

CIRCULANTE DISPONÍVEL

Caixa	Cr\$ 967.335	
Banco	Cr\$ 866.384	1.833.719
TOTAL do Ativo Circulante	Cr\$	1.833.719

PERMANENTE IMOBILIZADO

Móveis e utensílios	Cr\$	1.485.788
TOTAL do Ativo Permanente	Cr\$	1.485.788
TOTAL DO ATIVO	Cr\$	3.319.507

PASSIVO

CIRCULANTE

TOTAL do Passivo Circulante	Cr\$	0
-----------------------------------	------	---

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio	Cr\$	3.319.507
TOTAL do Patrimônio Líquido	Cr\$	3.319.507
TOTAL DO PASSIVO	Cr\$	3.319.507 ¹²

¹¹ MARTINS JUNIOR, Ubiratan. **Federação de Atletismo do Paraná**. Curitiba, 02 fev. 2000.

Para se ter uma idéia, o patrimônio total da entidade era inferior ao valor utilizado com despesas de correio (Cr\$ 1.813.989) e com materiais de expediente (R\$ 1.789.100). A situação atual não é diferente.

Um dado que deve ser evidenciado na fala de Martins Junior é a exterioridade estrutural existente. A construção de pistas por parte do Governo do Estado é indicado como a solução de um problema histórico da FAP. Não obstante, sua utilização continua sendo um problema presente. A principal pista do Estado foi construída, com dinheiro público, num Estádio pertencente a Federação Paranaense de Futebol (FPF). Para Martins Junior, a utilização desse local é tão complicada que é melhor simplesmente não usar.

A sede atual da entidade é outro problema. A FAP está alojada em um pequeno prédio doado pelo Coritiba Foot Ball Club para as federações amadoras do Estado do Paraná. Nesse prédio, atualmente, residem dezesseis federações. A falta de espaço físico e a impossibilidade de uma instalação adequada são os estorvos existentes.

De forma concisa, pode-se dizer os objetivos da entidade são esses. São objetivos limitados e racionalmente possíveis de consecução. No entanto, um ponto deve ficar claro: a concretização desses objetivos não representa em absoluto a transformação da entidade numa entidade ideal ou, numa perspectiva weberiana, que se aproxime em medida considerável de uma organização do tipo ideal. Projetos para essa idealização da entidade até existem, posteriormente veremos um deles, o Projeto *O Atletismo Paranaense no Terceiro Milênio*, mas esses nunca saíram do papel.

Feitas essas considerações, torna-se imprescindível construir uma argumentação que, em nosso entendimento, é absolutamente fundamental para atinar a resposta de questão subsequente: Existem diferenças de finalidades na FAP e na sua predecessora original, a LAP?

Para tal, partiremos de uma suposição bastante defensável: a entidade que estamos porfiando é uma entidade definida por uma subordinante, a CBAt, e desta entidade emanam normativamente os seus preceitos e objetivos da LAP ou, numa linguagem weberiana, trata-se de uma entidade heterônoma e heterocéfala que é dominada legalmente. Os clubes

¹² FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. Relatório 1985. Curitiba, 1986. p.1.

filiados, que são os membros que compõem a FAP prescrevem o desenvolvimento da entidade de forma apenas limitada e em desconjuntura com seus próprios objetivos.

A suposição impõe que seja compreendido quais são os objetivos dos clubes que compõem a FAP. A resposta é bastante simples: o objetivo da maioria dos clubes são os jogos oficiais do Estado.

Os setores que localizamos anteriormente, onde equipes de municípios investem significativamente, não correspondem às categorias disputadas ao nível da confederação. Elas são categorias dos JAP's e Jojup's. Assim, as competições da Federação representam apenas um meio acessório, mas absolutamente necessário, para o estabelecimento de um padrão competitivo nas equipes dos municípios. É muito provável que se os referidos jogos deixassem de existir, a quase totalidade das equipes filiadas a FAP desapareceriam.

Nessa perspectiva, a participação de atletas em competições estaduais é uma forma racional para obtenção de resultados e um custo para os municípios. Mais uma vez, retomamos o exemplo da cidade de Ponta Grossa. As equipes dessa cidade, ainda que hegemônicas no Estado, eram basicamente equipes estaduais. Mesmo dispondo de um contingente significativo de atletas de nível nacional, normalmente, estes só participavam dessas competições quando as despesas de participação eram arcadas pela FAP. A participação em eventos como o Troféu Brasil era esporádica e limitada. Para o município, JAP's e Jojup's eram prioridades absolutas. A prioridade dada a esses eventos era tal que, muitos dos atletas eram contratados especialmente para representar o município nesses eventos.

O objetivo da maioria absoluta dos clubes, indiscutivelmente, era esse. O mesmo não é válido se considerarmos os atletas e técnicos. Os objetivos dessas pessoas são comuns, em certa medida, com os da FAP: participações em competições de nível nacional e internacional. A própria periodização do treinamento dos atletas, normalmente, era feita em função do calendário nacional. Não obstante, mais importante até que resultados nacionais e internacionais eram os resultados dos JAP's e Jojup's¹³.

¹³ Existem muitos exemplos do que afirmamos. Um exemplo é o atleta Luiz Carlos do Santos. O atleta tinha como ajuda de custo do município de Ponta Grossa, um valor inferior a um salário mínimo, mais alimentação e alojamento. No curto período em que o atleta representou o município, foi vencedor de duas provas

Com efeito, é verossímil a argumentação de que existe uma dissimilitude entre os objetivos da entidade que afilia e os filiados. Os objetivos são externos e apenas parcialmente manipulados nos limites internos da entidade.

Quadro esse absolutamente distinto do encontrado nos primórdios da associação. Na LAP, como vimos anteriormente, os objetivos eram intermediados internamente e os limites de intervenção eram mais amplos. Com o mencionado entremeio de objetivos, Liga e clubes fundiam-se em algo muito próximo. A LAP era um espaço dos clubes, a FAP não é. A FAP é um espaço da CBAAt aberto aos clubes. Essa a diferença fundamental entre a entidade primeira e a atual.

A próxima questão a ser respondida é: Qual sua estrutura de funcionamento?

Podemos iniciar, colocando que a estrutura de funcionamento está vinculada com a estrutura do conselho diretivo da entidade. Na primeira diretoria da FAP, a composição desse conselho era a seguinte: presidente, vice-presidente, quatro diretores (de administração, de finanças, de patrimônio e técnico), quatro sub-diretores (médico, de estatística, de corridas rústicas e de arbitragem), assessor jurídico, conselho fiscal (com três membros efetivos e três membros suplentes) e tribunal de justiça (com um presidente, seis membros e cinco suplentes). O mandato da diretoria tinha a duração de três anos.

Com as mudanças estatutárias ocorridas, uma nova estrutura de diretoria foi adotada. A nova estrutura é a seguinte: presidente, vice-presidente, secretário geral, três diretores (de finanças, técnico e jurídico), três assessorias da presidência (organização de eventos, divulgação e publicidade e promoção e marketing), sete departamentos (médico, de estatística, de corrida de rua, de cross country, de veteranos, de marcha atlética e de arbitragem) e um conselho fiscal (com três membros efetivos e três membros suplentes). Houve cargos como relações públicas, que foram criados e depois extintos. O mandato da diretoria foi ampliado de três para quatro anos.

As eleições passaram a ser realizadas por chapas. Uma chapa para ter condições de disputar um pleito eleitoral tem de ser apresentada por um clube filiado e em dia com suas obrigações junto a entidade. Com efeito, todas as diretorias da entidade tiveram pequena ou

internacionais de pedestrianismo. Em JAP's o atleta não obteve resultados satisfatórios e acabou simplesmente

nenhuma ligação com os clubes que faziam as indicações. Sistemáticamente os cargos existentes passaram a ser ocupados por pessoas, em sua maioria, ligadas ao quadro de arbitragem.

Uma análise das constituições de uma diretoria revelam pontos interessantes. É usual as diretorias serem constituídas por pessoas com laços familiares; a quase totalidade dos membros serem registrados na CBAAt como árbitros e/ou técnicos; que uma mesma pessoa acumule mais de um cargo; que existam cargos vagos; que há manutenção de grande parte dos membros de uma diretoria para a sua sucessora..

Apesar de diretorias cada vez mais numerosas, o que sempre se viu foi um pequeno grupo de pessoas desenvolvendo todas as atividades existentes e as demais, por vezes, comparecendo apenas com o nome e trabalhando em eventos remunerados. Confrontando as diretorias e as atas de reuniões desenvolvidas, constatamos que a maioria dos diretores participaram de menos de um terço das reuniões realizadas. Alguns não participaram de uma reunião sequer.

Ao longo da existência da FAP, apenas três pessoas ocuparam sua presidência, em ordem: Martinho Nobre dos Santos, Eduardo Henrique Pietsak e Ubiratan Martins Junior.

Martinho Nobre dos Santos, que era presidente da FDP, foi eleito por mais duas oportunidades para comandar os destinos da FAP. Durante esse último mandato foi convidado para ir para Manaus, para trabalhar na CBAAt, onde atualmente ocupa o importante cargo de secretário geral.

Com o cargo em vacância, assumiu em caráter temporário a entidade, Eduardo Henrique Pietsak, que havia participado das duas primeiras gestões da FAP, uma como diretor financeiro e outra como diretor de patrimônio. O presidente temporário conduziu o processo para eleger o seu sucessor. Foi, muito provavelmente, o processo mais conturbado desde a fundação da entidade em 32.

A Federação vivia um momento conturbado com a Fundação de Esportes e Turismo da Paraná (Festur). Houve, inclusive, por parte da Festur a tentativa da montagem de um quadro de arbitragem próprio para que esta não se utilizasse mais dos serviços da FAP.

Com a abertura do processo eleitoral, o responsável pela modalidade de atletismo na Festur, Lester Pinheiro, que já havia sido presidente da FDP entre 77 e 80, candidatou-se. O nome apresentava um grau considerável de rejeição na maioria das pessoas envolvidas na prática da modalidade e aceitação por parte dos secretários dos municípios que mantinham as equipes.

De última hora, foi inscrita uma “outra” chapa. Ocorreram denúncias de uma série de irregularidades na inscrição dessa chapa. Entre as irregularidades, increpava-se que a chapa encabeçada pelo então diretor de patrimônio, Ubiratan Martins Junior, havia sido inscrita fora de prazo. O processo foi conturbado e marcado por muitas pressões. Apesar de todos os problemas, em uma sessão tensa, foi realizada a votação que deu a vitória a Ubiratan Martins Junior.

Sobre os processos eleitorais ocorridos na FAP, Martins Junior assim se declara:

Se pegarmos o histórico da Federação, ocorreram em duas oportunidades disputa de chapa. Nas duas, o Professor Lester Pinheiro foi candidato e, nas duas oportunidades, acabou derrotado. Em 1991, o Professor Martinho não agüentava mais exercer a função de presidente da FAP, já estava na Federação desde 73, onde tinha ocupado todos os cargos possíveis da Federação. Com o convite para ele assumir a função de secretário geral da CBAAt, ele optou por sair. Na época da eleição, ele se afastou e quem cumpriu o restante do mandato, nove meses, foi o Eduardo Pietsak. No final do ano quando teve essa eleição, o presidente da Confederação, Sr. Roberto Gesta de Melo, ligou para minha casa dizendo que eu era a única pessoa que o Martinho indicava para ser presidente e que a Confederação não entendia como sendo ideal, naquele momento, o nome do Professor Lester para ocupar a presidência da FAP. E assim, o presidente da CBAAt me convidou para concorrer a presidência da Federação. Eu estava afastado da Federação à algum tempo por problemas de saúde na minha família. Retornei, fizemos nossa campanha em mais ou menos três meses. Foi a eleição mais concorrida na história da Federação; foram 19 votos contra 17 votos. Foi uma diferença muito pequena. [...] tivemos mais uma eleição, novamente contra o Professor Lester e os clubes confiaram mais uma vez em nossa longa caminhada na FAP.¹⁴

O que estava em jogo naquele momento era o controle da modalidade. A vitória da chapa encabeçada por Lester Pinheiro, que havia sido indicada pelo município de Ponta Grossa, era tida como certa.

Algumas hipóteses podem até ser levantadas para explicar a derrota. A nosso juízo, a derrota do candidato ocorreu por um fato muito simples: as pessoas que foram votar, não

foram as que assumiram o compromisso de voto com a chapa em questão.

Os municípios mantenedores de equipes, que eram em número suficientes para garantir a vitória de um candidato, foram contatados politicamente e assumiram o compromisso com a chapa indicada. Para a votação, enviaram seus técnicos da modalidade, que eram as pessoas que usualmente representavam as equipes em reuniões desse tipo, para participar e incumbidos de votar no candidato com que o município estava compromissado. O que acabou não ocorrendo na votação secreta.

Independente da forma como as coisas tenham efetivamente acontecido, o dado capital é que estratégias mais sofisticadas de dominação foram empregadas na tentativa de controle da entidade. Essas estratégias nos permitem atinar que do ponto de vista racional existia algo maior em jogo. Posteriormente retomaremos essa discussão.

Na direção da resposta que vimos construindo, falta examinar a estrutura de funcionamento da FAP. Com esse exame, obteremos dados que nos permitirão ver, na realidade concreta, como as categorias fundamentais da autoridade racional legal se materializam na esfera da FAP.

Iniciaremos apresentando alguns trechos do relatório do departamento de administração da FAP no ano de 1985.

Este Departamento, responsável pelo funcionamento burocrático da FAP, em 1985 desempenhou-se a contento, embora um pouco prejudicado pela troca de estagiárias que atendem ao expediente da Federação. Este Departamento também respondeu pela parte de Estatística da FAP em conjunto com o Departamento Técnico.

No atendimento as suas funções, foram expedidos cerca de 510 ofícios em 1985, 57 Circulares e recebidos cerca de 587 expedientes. Foram registrados cerca de 216 novos atletas na Federação, desfilada uma associação e filiadas mais sete.

A emissão dos boletins da FAP por este Departamento passaram a ser emitidos através de mimeógrafo, em função do alto custo do equipamento xerox, que foi devolvido para contenção de despesas. Também foi efetuado por este Departamento o controle dos 04 Cursos de Arbitragem realizados pela Federação em 1985, bem como o registro dos Árbitros, o que com a reestruturação da Federação deverá ficar a cargo do respectivo Departamento.

O atendimento da Federação continuou sendo em sede alugada e mantida pela própria Federação; o Governo do Estado prometeu para o início de 1986 ceder uma sede gratuita, mas a mudança sómente será concretizada se o espaço a ser cedido for compatível com o nosso funcionamento. Também no final de 1985 a FAP ficou sem telefone, o que deve ser sanado no início de 1986.

¹⁴ MARTINS JUNIOR, *Federação de...*, loc. cit.

A grande preocupação deste Departamento foi manter e melhorar padrão de atendimento da FAP e da própria organização da Federação. Para o futuro devem ser estudadas possibilidades de dinamização dos serviços burocráticos da Federação visando a agilização da emissão de resultados, programações, listagem de recordes, etc.¹⁵

O trecho denota vários pontos importantes como o quantitativo das atividades burocráticas desenvolvidas e problemas persistentes como a falta de um local próprio ou de ordem financeira. No momento, para a resposta que estamos construindo, nos limitaremos a anotar que o atendimento da entidade era feito por estagiários de forma limitada. Entre os muitos empecilhos existentes, alguns chegavam a ser básicos. Um exemplo é a falta de um telefone, o que dificultava o contato dos filiados com a FAP, principalmente dos residentes no interior do Estado. Chegou-se ao ponto de que, para entrar em contato com a FAP ou enviar por fax algum documento, deveria-se ligar para a casa do pai do presidente.

Posteriormente, a FAP chegou até a ter um funcionário regularmente contratado para fazer expediente na entidade. No entanto, os constantes problemas financeiros enfrentados não permitiram a manutenção deste. Passados quase 15 anos, a situação é análoga. O quadro atual é o seguinte:

Esse ano tivemos que mudar o estatuto em função das novas leis vigentes. Toda a estrutura da Federação foi mudada. Ainda continuamos com os famosos “voluntários”, a diretoria toda não é remunerada para trabalhar, o pessoal vem no horário que pode; hoje temos um “funcionário” que atende aqui e que não é registrado, não é nada, só está aqui a título de colaboração. A FAP quando tem condições de pagá-lo o faz. Mas, de funcionário registrado, que deveria ter como manda o figurino, a FAP ainda não tem condições. [...]. São todas pessoas que colaboram, o pessoal da arbitragem, de cross, a diretoria são os colaboradores.¹⁶

Na prática, a FAP não tem um expediente regular. Uma pessoa, que é remunerada eventualmente, quando tem disponibilidade abre a entidade para funcionamento. Em vésperas de competição é feito um esforço para se manter a FAP aberta no período vespertino. Nem mesmo o funcionamento regular de uma linha telefônica foi totalmente viabilizado. A forma de contato com a entidade é através do celular do presidente. Não obstante, ao que tudo indica, a situação já foi pior. Martins Junior, ao relatar um pouco da

¹⁵ FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. Relatório 1985. Curitiba, 1986. p. FAPR85-7.

¹⁶ MARTINS JUNIOR, *Federação de...*, loc. cit.

trajetória da entidade, se declara da seguinte forma::

Eu fui diretor financeiro da Federação nove anos, de 83 até 91, quando fui eleito pela primeira vez. Nesse período fizemos muitas loucuras com o Martinho, que era presidente na época, compramos telefone, fax, etc., absolutamente sem nenhuma condição. Quando assumimos em 91 a coisa estava realmente muito complicada. Tivemos que colocar muito dinheiro do bolso, a diretoria cansou de fazer vaquinha para pagar telefone, para pagar as contas da Federação que estavam atrasadas. No período de 92 até 99, financeiramente a situação melhorou. Os clubes se conscientizaram da questão do pagamento e uma série de outras coisas. Infelizmente, o número de clubes é menor. Hoje temos só 17, já chegamos a ter 40 clubes, mas quando tinha esses 40 clubes, menos da metade dos clubes cumpriam regularmente suas obrigações com a Federação. A diretoria não fazia uma cobrança muito grande. E hoje o que acontece é que tivemos de nos adaptar as condições financeiras. Com o que os clubes pagam conseguimos, aos trancos e barrancos, levar a Federação. É meio cíclico, um ano é bom, o outro é ruim, um é bom... No ano bom, dá para pagar as contas. Se formos pensar hoje, estamos devendo telefone, que em média fica cortado três ou quatro meses por ano, mas, mesmo assim, melhorou muito. Em comparação com oito anos atrás está muito melhor, apesar de que estamos, ainda, muito longe do ideal.¹⁷

O que é chamado de longe do ideal, pode ser identificado como a falta de uma estrutura empresarial de funcionamento. A materialização das categorias fundamentais da autoridade racional legal na esfera dessa organização através dos princípios weberianos é absolutamente impensável.

Pensando na dominação em seu tipo mais puro, o exercício de uma administração, numa perspectiva puramente técnica, deveria proporcionar o mais alto grau de eficiência e, neste sentido, dominação. Este tipo que deveria ser superior a qualquer outro em precisão, estabilidade, rigor disciplinar e confiança e permitir um grau particularmente elevado de calculabilidade dos resultados, numa organização burocrática desse tipo, simplesmente não se enquadra.

Com essas considerações, concluímos a exposição sobre a forma de funcionamento da entidade. Ficou evidente que o entrave existente para um funcionamento minimamente adequado é o financeiro.

Tomaremos essa medida como ponto de partida para perscrutar elementos que possibilitem uma resposta adequada para nosso próximo ponto de exame. A pergunta que orientará as discussões é: Quais são suas modalidades de atividades e interação recorrentes e

estáveis e como essas atividades e interações se relacionam uma com as outras e com o resto do mundo?

Considerando a medida financeira, utilizaremos, mais uma vez, o relatório do ano de 1985. Os dados apresentados nesse relatório são mais otimistas que o da quase totalidade dos outros relatórios, dito de outra forma, o ano de 1985 foi um dos melhores anos, financeiramente falando, da entidade. Vejamos o que é um ano “muito bom”:

Este Departamento que tem a incumbência de prover a Federação daquilo que tem sido a nossa barreira – recursos, desempenhou-se a contento em 1985.

O orçamento para 1985 estava no total de Cr\$ 95.716.400, com preços de 05 de fevereiro de 1985. Considerando-se a desvalorização de nossa moeda e toda conjuntura nacional, a comparação de nossa arrecadação no final do exercício, no valor de Cr\$ 99.142.787, sendo que deste valor a importância de 48.799.000, doada pela Associação Cocamar refere-se as despesas de realização de um único evento, extra oficial, o X Torneio Inter Cooperativas (TIC) realizado em Maringá, devendo por isto ser colocada de lado, sobra-nos a arrecadação de Cr\$ 50.343.787, o que demonstra todo o nosso problema; da Subvenção Social do Estado, a importância de Cr\$ 8.000.000 destinou-se ao Troféu João Carlos de Oliveira que teve um custo final de Cr\$ 12.000.000, lembramos ainda que com a não realização de dois eventos, nossas despesas não foram maiores. Quanto as despesas, todas foram efetuadas no cumprimento de nosso calendário e na manutenção da sede da FAP; o valor de “despesas diversas” está alto por estar englobando o X TIC.

Também graças ao apoio da Secretaria da Cultura e Esporte, por via indireta (cessão de Ônibus, etc.) os gastos foram menores. Todos os eventos da Federação tiveram a sua premiação normal, considerando-se aqui o apoio recebido da Confederação Brasileira de Atletismo. Novamente em 1985 não foi recebido qualquer tipo de auxílio do Governo Federal. Como esperávamos, o apoio do Governo Estadual foi maior que nos anos anteriores, embora ainda modesto; a tendência é a sua melhora para 1986. O que não houve, e não vemos possibilidades de mudança de situação, foi o apoio de nosso empresariado.

Infelizmente, os nossos filiados ainda não compreenderam a importância de cumprirem a risca o nosso Regimento de Taxas, o que nos auxiliaria em muito para pequenas despesas. Também a FAP deverá para o futuro lutar para diminuir os custos operacionais da Federação, tanto na manutenção da sede como na execução de nosso calendário, com a colaboração direta de nossas filiadas, a situação pode ser minimizada em muito.

Mas se for considerado que quando assumimos a Federação em janeiro de 1983, existia uma enorme dívida a ser paga, inclusive com a execução de títulos, e que ao encerrarmos 1985, completando a atual gestão, todos esses compromissos foram pagos, e que as pequenas dívidas são normais, o desempenho da FAP financeiramente em 1985 foi excepcional.¹⁸

A situação atual é a seguinte:

¹⁷ MARTINS JUNIOR, *Federação de...*, loc. cit.

¹⁸ FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. Relatório 1985. Curitiba, 1986. p. fapr85-7-8.

[...] com os 15 clubes que temos, se cada um pagasse R\$ 5.000,00 no ano, teríamos condições de levar muito bem a federação. Hoje, eles pagam nove prestações de R\$ 250,00, por que eles decidiram aumentar. O ano passado eram cinco de R\$ 250,00. Houve uma defasagem muito grande. De ano para ano sempre muda. Mas, infelizmente a gente tenta arrumar alguns patrocinadores, só que é aquela história, o peixe não é vendável, é o termo exato, por que o atletismo é complicado você vender ele, por que você não tem como cobrar ingresso. É diferente de um basquete, um vôlei, um handebol. É complicado você arrumar patrocinadores, até mesmo a própria Confederação é uma novela política para arrumar patrocínio. Esse ano tivemos a boa notícia que fechamos com a Rede Globo por cinco anos; a Rede Globo vai dar aproximadamente R\$ 2,5 milhões por ano, com isso o atletismo tem condições de dar um grande salto e isso deve se refletir nos estados. Vamos ver como é que vai ficar.¹⁹

Com as duas passagens, podemos levantar alguns pontos importantes, todos relacionados com a captação de dinheiro para o funcionamento da entidade. Os pontos são: cobranças de taxas, venda de serviços e apoio público e privado.

A manutenção da FAP é feita basicamente com as mensalidades recebidas. Considerando que todas as equipes cumpram suas obrigações, podemos aduzir que o valor que a FAP dispõe para desenvolver suas atividades é R\$ 33.750,00 (algo próximo a US\$ 20.000,00)²⁰.

Esse valor é utilizado para custear a sede e as despesas operacionais da Federação, para o envio de equipes representativas nas competições nacionais e para realização de competições. Todos os custos da competição, desde premiação até despesa com transporte e, em alguns casos, a alimentação dos árbitros são custeados pela FAP.

Outra forma de arrecadação é com a venda de serviços. A mais tradicional dessas vendas é feita ao Governo do Estado do Paraná. A FAP é contratada para organizar a modalidade nos JAP's e Jojup's. A FAP normalmente participou, também, dos Jogos Escolares do Paraná (JEP's). No último ano esses jogos acabaram não sendo realizados. Para Martins Junior,

A questão da arbitragem é uma das mais complicadas que a Federação enfrenta. Fazem praticamente quatro anos que tentamos remunerar esses árbitros. Nunca foi pago nada para

¹⁹ MARTINS JUNIOR, *Federação de...*, loc. cit.

²⁰ Cálculo efetuado com base na cotação oficial do dólar do dia 03 mar. 2000.

eles, eles trabalhavam gratuitamente nas competições da Federação. Nos Jogos da Juventude, Jogos Abertos do Paraná e competições de terceiros que eram remuneradas, nós utilizávamos os árbitros que tinham participado de maior número de eventos sem remuneração. A Federação fez uma proposta de melhoria dos Jogos Oficiais do Estado, Jojup's e Jap's, em 1996, para a Paraná Esporte. Oferecemos uma estrutura diferenciada da existente, que ficasse a cargo da Federação a elaboração do regulamento, montagem de ranking, garantindo a participação dos melhores atletas do Estado nas competições, seria aberta as competições da Federação para as prefeituras que não eram filiadas e, numa das várias propostas encaminhadas, solicitamos que a Paraná nos fizesse o ressarcimento do pagamento da arbitragem, em troca de todos esses serviços e, além disso, colocaríamos a logomarca da Paraná Esportes e da Secretaria de Estado em nossos documentos, calendário e na premiação. Foi aceito pela Paraná Esporte. Em 1996 e 1997 foi feito o pagamento. Em 1998 e 1999, eles não fizeram o pagamento. Houve uma série de mudanças até a nível do governo, mudou o secretário, depois faleceu o secretário, na Paraná Esporte mudou quatro vezes o comando. 98 foi meio complicado e acabou não saindo a verba. Em 99, a situação se repetiu e no fim das contas os árbitros trabalharam 98 e 99 de graça, acreditando ainda na palavra do presidente que ainda seria recebido e até o momento estamos com essa dívida. Para esse ano há uma promessa da Paraná Esportes que deve sair o pagamento do ano de 2000. Os outros anos, a Paraná Esporte argumentou que infelizmente não tem como ressarcir por problemas de orçamento e coisas do gênero. Acabamos trabalhando o anos de 98 e 99 praticamente de graça.²¹

Analisando os relatórios financeiros da entidade, pode-se constatar que o trabalho desenvolvido pela FAP no gerenciamento de competições, não é revertido financeiramente para a entidade.

O trabalho é feito para se poder remunerar, em algumas oportunidades, os árbitros que atuam nas competições da FAP gratuitamente, que, em número considerável, são os próprios diretores da entidade. É uma espécie de acordo tácito existente. Desta forma, a venda dessa forma de serviço não se configura como uma forma efetiva de arrecadação.

Nesse particular, pode-se contestar um ideário bastante arraigado: o de que é o Estado que sustenta o esporte “amador”. Com isso não está se dizendo, em absoluto, que o Estado não manteve os esportes em muitos momentos e não continua auxiliando²². O que verificamos é que, crescentemente, o Estado está se afastando do esporte e as ajudas ainda

²¹ MARTINS JUNIOR, *Federação de...*, loc. cit.

²² Uma comparação entre os relatórios financeiros da FAP e FDP serve para fortificar a argumentação proposta. Era comum na FDP o recebimento de verbas para o funcionamento da entidade. Depois de 85, em cinco oportunidades a entidade recebeu ajuda em numerários, na forma de subvenção social. Todas essas subvenções ocorreram entre 1987 e 1989. As verbas eram destinadas a realização do Troféu João Carlos de Oliveira, primeiro grande evento paranaense no calendário brasileiro. No começo da década de 90, com as dificuldades financeiras vividas pelas principais equipes do atletismo brasileiro e sem a subvenção social do Estado, o

concedidas são mais eventuais e de menor porte.

Associada às atividades burocráticas está a realização de eventos. Tratam-se de atividades indissociáveis e que consomem a quase totalidade das ações realizadas. Entre os eventos realizados, existem eventos tradicionais, que são realizados todos os anos e colocam em disputas as equipes do Estado em todas as categorias regulares²³, existem eventos que são eventuais e normalmente são disputados em âmbito nacional.

Outra função da FAP é supervisionar competições da modalidade, promovidas no Estado do Paraná. As competições supervisionadas são realizadas por instituições das mais variadas naturezas, como igrejas, escolas, instituições militares, prefeituras municipais, associações, entre outras. É nesse nível de relacionamento que se dá a interação da entidade com segmentos específicos da sociedade.

Em níveis concretos de interação, que são as interações processadas com os clubes e com a CBAAt, pode-se dizer que: (i) no plano das relações processadas com os clubes, as interações se tornaram mais impessoais. O instrumento burocrático passou a determinar a interação; e (ii) o relacionamento da FAP com a CBAAt, ainda que seja medrado por traços de impessoalidade, tem características próprias depois da ida do ex-presidente da FAP para o cargo mais importante da entidade, depois do presidente. Desenvolveremos melhor essa afirmação.

A impessoalidade formal entrou definitivamente em cena. No entanto, essa não foi a única transmutação que merece destaque. O relacionamento entre clubes, marca mais notória da fundação da LAP, simplesmente desvaneceu.

Com Roberto Gesta de Melo a frente da CBAAt, a relação da FAP com a entidade nacional passou do que podemos chamar, no máximo, de um sobranceiro burocrático para uma relação entre aliados. A FAP foi uma das federações que apoiaram a candidatura de Gesta para CBAAt²⁴. Para roborar a argumentação proposta, vejamos um trecho do relatório da presidência da FAP, encaminhado para a CBAAt em 1985:

evento foi retirado do calendário.

²³ Nesses eventos, mesmo sendo aberto a participação de atletas de outros estados, os mesmos participam na condição de “avulso” e os resultados obtidos por esses atletas não são computados para se conhecer o campeão da competição. As categorias regularmente disputadas são: menores (até 16 anos), juvenil (até 19 anos) e adulto. Em algumas oportunidades foram disputadas competições de infantis (até 14 anos).

O relacionamento Federação – Confederação foi produtivo. O apoio da CBAt foi através de medalhas para dois eventos realizados pela FAP. Também continuou-se a situação já observada em 1984: as mudanças tão esperadas não vieram. Nenhum material foi recebido pela FAP, nem qualquer tipo de apoio financeiro. Também continuou-se a realizar os Campeonatos Brasileiros com a antiga fórmula, a qual somos totalmente contrários. Não se fala sequer em mudança ou seja, continuaremos a ter dificuldades para nos fazer representar, muito embora a nossa sobrevivência seja por nossa conta e somos tolhidos de utilizar os nossos resultados para uma tentativa de melhora dentro de nosso Estado. Também a CBAt não efetuou nenhuma tentativa para aumentar a divulgação do atletismo. 1985 foi o ano da realização do tão esperado “Meeting Internacional” do Brasil em São Paulo, mas que muito pouco trouxe ao atletismo brasileiro propriamente dito. Continuamos com a impressão de que tudo é feito para solidificar um centralismo no eixo Rio – São Paulo, não importando o trabalho realizado, a duras penas, pelo resto do País. Acreditamos que o desenvolvimento e afirmação do Atletismo Brasileiro passam pelo apoio e especialmente pelo trabalho de todas as Federações em seus Estados. É necessário que se criem mecanismos que possibilitem aos atletas de destaque continuarem em seus locais de origem com todo o apoio necessário. É cômodo para os ditos “grandes centros” sobreviverem graças ao trabalho de descoberta de novos valores efetuado em outros Estados, sem realizarem um trabalho de base a altura de seu tamanho. Portanto, acreditamos que muito poderia ser feito pela CBAt no auxílio de Federações que possuem um trabalho efetivo, como é o nosso caso. Somente a preocupação com o aspecto financeiro nos levará a uma estagnação. As dificuldades existem, sempre existiram e sempre existirão, por isto só resta trabalhar com o objetivo de que o atletismo cresça em todo o Brasil, sendo isto tarefa da CBAt.

No limite, pode-se dizer, que aquilo definido como “produtivo” corresponde a doação de medalhas para dois eventos. Na atualidade, as coisas mudaram. Um exemplo é que o Estado sistematicamente se tornou sede dos principais eventos nacionais, entre os eventos aqui realizados, o Troféu Brasil. É também freqüente a indicação de membros da FAP para chefiarem delegações brasileiras no exterior e a utilização de elementos da arbitragem paranaense em campeonatos nacionais. Outros tempos.

Apesar das mudanças ocorridas no relacionamento das entidades, muitos dos pontos reclamados em 85, permanecem tal que estavam naquela oportunidade. Para 2000, com o patrocínio do Globo Esporte, existe a promessa de mudanças. Entre elas, a ajuda financeira às federações. A proposta de gastos para 2000 aprovada pela Assembléia Geral da CBAt é a seguinte:

²⁴ Cf. FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. Relatório 1987. Curitiba, 1988. páginas não numeradas.

1. Ajuda de custos a atletas e técnicos	400.000,00
2. Auxílio a Federações e Clubes	300.000,00
3. Participação em eventos internacionais	500.000,00
4. Organização de eventos	500.000,00
5. Funcionamento da CBAAt e ações promocionais em favor de patrocinadores	500.000,00 ²⁵

Desse valor, serão destinados mensalmente R\$ 500,00 (aproximadamente U\$ 280,00) para cada Federação. Outro montante que pode chegar às mãos das Federações é o valor destinado a organização de eventos. Uma Federação que promover um evento nacional recebe uma ajuda de R\$ 30.000,00 (aproximadamente U\$ 17.000,00²⁶).

A despeito de todos os problemas anotados, o Paraná tem um grande trunfo em suas mãos: a infra-estrutura existente. O cenário paranaense é composto de quatro pistas de nível internacional, construídas com materiais de última geração; a FAP dispõe, ainda, de parte considerável da aparelhagem necessária para a realização de competições de porte internacional. É bom que se diga, que o material que a FAP não dispõe, tem de ser locado no exterior. No Brasil, ninguém possui esses materiais.

Essa estrutura é sintomática em pelo menos um aspecto: na espetacularização da modalidade. Uma estrutura como a que existe no Paraná não pode indicar outra coisa que não seja uma intencionalidade na produção de eventos. Essa estrutura é uma juntura da soma das condições estruturais que o Governo do Estado e FAP possuem. Apesar da mencionada juntura se efetivar em muitas ocasiões, o Troféu Brasil realizado na cidade de Curitiba em 1998 é um exemplo notório, o que se verifica é que, mesmo existindo um ponto comum - a espetacularização-, existe uma dissociação clara de objetivos entre a FAP e o Governo do Estado. Podemos até dizer que, a FAP depende do Governo Estadual para concretizar esse objetivo; o contrário não é totalmente verdadeiro. Na sequência desenvolveremos com mais cuidado essa afirmação.

A asseveração inicial é: o atletismo foi um grande projeto do Governo do Estado do Paraná, tal qual o vôlei do Rexona e o basquete da Hortência, mas que diferentemente desses, não saiu do papel. A idéia que teve maior destaque foi a montagem de um projeto

²⁵ CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. *Proposta de gastos para 2000 aprovada pela Assembléia Geral da CBAAt*. mimeografagem.

vinculado ao nome Joaquim Cruz. A respeito do Projeto Joaquim Cruz, o Secretário de Estado da época, Marcos Aurélio Schemberger, assim se manifesta:

Em 95, o governador Jaime Lerner, dentro da proposta de governo para o esporte, decidiu transformar o Estado do Paraná numa potência olímpica; em cima desse objetivo foi criado o projeto da Vila Olímpica do Paraná, que hoje infelizmente está dormente no papel. O projeto consistia em transformar a Av. Vítor Ferreira do Amaral na Av. Olímpica e englobava os municípios de Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais. Quando o secretário ainda era o Sílvio Barros, deu-se uma valorização maior no alavancamento do turismo e no fortalecimento do esporte nos municípios através dos Jogos Oficiais do Estado. Com a entrada do Oswaldo (Luiz Magalhães dos Santos – LAP) em agosto de 98, as coisas mudaram. Ele raciocinou diferente do governador, no seu entendimento o Paraná necessitava antes de tudo de uma representatividade no esporte amador nacional, deixando de ser “2ª divisão” do esporte nacional para passar para a 1ª. Criou-se o primeiro projeto: o Centro de Excelência do Voleibol. Depois de estar no papel, foi buscado uma pessoa que servisse como vitrine do projeto. Chegou-se no Bernardinho, que na época estava assumindo uma coordenação no Comitê Olímpico Brasileiro. O Bernardinho também tinha um projeto, nesse projeto ele pretendia não só trabalhar com uma equipe adulta, mas também com crianças. Existiu um casamento dos projetos e foi-se buscar uma marca para ser a mantenedora do projeto, que veio a ser a Gessy Lever com o desodorante 24 horas feminino REXONA. Com a efetivação da parceria foi criado um segundo projeto, o Ginásio Tarumã. O Ginásio foi reformado, transformando-se em um ginásio de primeiro mundo, específico para a prática do voleibol. Das oito da manhã às dez da noite, o ginásio passou a ser utilizado por crianças e pela equipe adulta feminina que foi campeã da Liga Nacional já no primeiro ano de existência e foi vice no segundo ano. Com o sucesso do projeto REXONA, como ficou conhecido, criou-se a expectativa política de lançar novos projetos de esportes, o principal deles seria o do atletismo. Porque o atletismo? Por que o atletismo é uma modalidade que se trabalha com a criança em qualquer espaço físico e abrange criança de todos os níveis sociais. Então escrevemos o Projeto Joaquim Cruz, o projeto do centro de excelência do atletismo. Durante os Jogos da Juventude Brasileiro realizados em Curitiba em 1996, foi feito o convite para o Joaquim Cruz trabalhar conosco. Ele gostou da idéia. Trabalhamos juntos por um bom período, até a formatação do projeto. Foi contatado o HSBC para ser o patrocinador do projeto. O banco estudou o projeto durante oito meses. O Joaquim Cruz chegou a vir para Curitiba, onde ficou quatro meses, visitou as universidades estaduais. O propósito era colocar o Projeto Joaquim Cruz dentro das universidades para servir como laboratório para os acadêmicos de Educação Física. Para nossa surpresa, oito meses depois, o HSBC desistiu de patrocinar o projeto, alegando que o País e o Mundo passavam por uma série crise financeira e que, para eles, investir R\$ 800.000,00 anuais, em valores da época, durante quatro anos, seria um valor muito perigoso de ser investido e infelizmente o projeto não saiu do papel. Acredito que seria um projeto mais importante até que o próprio REXONA, pelos próprios resultados que o Estado do Paraná tem no atletismo nos últimos 15 anos, sem existir um trabalho muito forte, com exceção do que existia em Ponta Grossa com o Projeto Adhemar Ferreira da Silva. O que aconteceu? Nós formatamos o projeto. Para a escolha dos municípios que seriam convidados para participarem do projeto, nós chamamos o Presidente da Federação de Atletismo do Paraná, o Bira, para que ele passasse ao Joaquim Cruz todos os

²⁶ Cálculo efetuado com base na cotação oficial do dólar do dia 03 mar. 2000.

dados que ele tivesse em mãos: os municípios que trabalhavam com o atletismo, as categorias que os municípios trabalhavam, atletas de categorias menores que estavam despontando a nível nacional, quais os atletas paranaense com resultados de nível internacional estavam fora do Estado. Pretendíamos trazer esses atletas paranaenses de volta para que pudessem servir de espelho para os iniciantes. A Federação nos atendeu de pronto e em todos os aspectos, só que não existiu uma força política dessa Federação, como não existe de nenhuma Federação amadora a não ser a de Futsal hoje no Estado, para fazer com que políticos, pessoas de influência, buscassem alguma outra empresa que tivesse vontade de financiar o atletismo. Até hoje existem pessoas tentando fazer o projeto sair do papel. Temos conversado com o Joaquim Cruz e ele ainda espera realizar esse projeto no Estado do Paraná.²⁷

As informações aqui apresentadas estão em consonância com as emitidas pelo presidente da Federação. Fica notório o papel menor da FAP no processo. A respeito do Projeto, Martins Junior se declara da seguinte forma:

O Projeto do Joaquim Cruz para nós foi uma surpresa, por que nós e todo o Estado do Paraná soubemos do projeto pela televisão. No momento em que apareceu o seu Joaquim Cruz na televisão, dizendo que iria sair o projeto de atletismo no Estado, que agora o atletismo do Paraná iria melhorar, é que tomamos conhecimento do projeto. Acabou a reportagem, pessoas envolvidas com a modalidade de todo o Estado começaram a me ligar, perguntando o que que era aquilo, se eu sabia do projeto e coisas do gênero. Eu soube pela televisão. Foi um projeto que não vingou. Foi uma luta muito grande, mas a Federação só foi comunicada desse projeto, quando a coisa já estava fadada ao fracasso. Nos chamaram e perguntaram o que que nós achávamos, não achávamos, uma série de coisas. Não nos intrometemos muito, até por que não tivemos acesso ao projeto Joaquim Cruz. Nós tivemos o acesso dois anos depois pela Internet, no *site* do próprio Joaquim Cruz, que hoje qualquer um tem acesso. Mas, no momento que saiu o projeto a FAP não tinha conhecimento, como já disse, só fomos procurados depois quando a coisa estava indo, indo e acabou não dando certo. O único contato depois de todo o marketing que foi, tudo aquilo, foi para saber o que que seria, o que que a Federação poderia ajudar, se a Federação poderia indicar os atletas.²⁸

Na verdade, o Projeto Joaquim Cruz foi apenas mais um elemento de algo muito mais complexo. Com Jaime Lerner a frente do governo do Paraná, o Estado viveu um processo arrebatado de modernização. Em segmentos específicos da vida societária, os mais notórios, o governo passou a buscar soluções inovadoras para problemas existentes. Pode-se atinar que o desígnio buscado era o de, em um curtíssimo espaço de tempo, transformar o Estado em uma referência nacional e internacional. Ainda que com questionáveis custos sociais, o intento foi e continua sendo logrado.

²⁷ SCHEMBERGER, Marcos Aurélio. Projeto Joaquim Cruz. Ponta Grossa, 23 nov. 1999.

O esporte foi um dos segmentos onde ocorreu investimentos maciços. A idéia de espetacularização e modernidade metamorfoseou as esferas de ação do Estado. As propostas para o esporte contidas no programa de governo de Jaime Lerner para o quadriênio 1999-2002 são sintomáticas para robustecer as argumentações propostas e produziram eco no Brasil²⁹.

PARANÁ NA FRENTE

DE OLHO NO FUTURO

Paraná quer formar a maior e mais preparada equipe para as próximas Olimpíadas

ESPORTE

Projetos crescem e terão maior integração

A prática de esporte e sua importância social, aliada a uma educação de qualidade, são duas das principais condições para formar as crianças e jovens que vão fazer o Paraná do século 21. Para o governador Jaime Lerner, são também dois projetos de Governo que têm que caminhar juntos.

No esporte, seu primeiro mandato já é uma referência. A meta para o próximo Governo é integrar ainda mais os projetos já em execução e ampliá-los. Os dois principais são os Centros de Excelência e a Universidade do Esporte. Lerner quer que cada vez mais os Centros abasteçam de atletas a Universidade e que essa, por sua vez, trabalhe no

²⁸ MARTINS JUNIOR, *Federação de...*, loc. cit.

²⁹ Com a reportagem intitulada *Jogada simples*: Paraná atrai equipes oferecendo ginásios e pistas, a revista Veja noticiou as transformações que o Paraná vinha produzindo no cenário esportivo brasileiro. O teor da reportagem é o seguinte: "Fora o futebol, esporte no Brasil só é lembrado em época de Olimpíadas. Durante a contagem das parcas medalhas, todos lamentam a falta de investimento na formação de novos atletas, motivo óbvio das participações pouco entusiasmantes. Acabam-se os jogos, vão-se as preocupações. Algumas iniciativas nos Estados estão começando a mudar esse cenário. Nos últimos dezoito meses, o Paraná investiu 5 milhões de reais na reforma de ginásios poliesportivos, alojamentos e na compra de equipamentos. Essa infraestrutura pronta foi posta à disposição de empresas interessadas em estabelecer ali as equipes esportivas que patrocinam e, além disso, manter escolinhas para treinar futuros craques. Até o final de julho, 76 centros esportivos estarão dando treinamento para 15.000 crianças e jovens. O time de vôlei feminino do Rexona instalou-se no Paraná no ano passado e já conquistou o título de campeão da Superliga defendendo a bandeira do Estado. O corredor Joaquim Cruz, a jogadora de basquete Hortência e a equipe de ciclismo da Caloi estão de malas prontas. A empresa patrocinadora do time que leva o nome de um desodorante, a Gessy Lever, investiu 4,5 milhões de reais no projeto, apenas no ano passado. Além de contratar o técnico da Seleção Brasileira de Vôlei, Bernardo Resende, o Bernardinho, e jogadoras de renome para o time do Rexona, ela criou também os Centros de Excelência de Vôlei, onde já treinam 3200 jovens. **Padrinhos** - O banco HSBC acerta, nesta semana, a ida do corredor Joaquim Cruz para coordenar a criação de uma equipe profissional de atletismo com quinze atletas e de dez núcleos esportivos para 5.000 participantes. 'Irei de escolinha em escolinha para promover o lado profissional e o recreativo', diz Cruz. Os próximos esportes serão o ciclismo e o basquete. A equipe campeã brasileira de ciclismo Caloi desembarca no final deste mês. Entre os planos estão a formação de 2.000 novos ciclistas em dez núcleos e a criação de uma nova competição, nos moldes do Tour de France, em julho, ao redor do Estado. O projeto do basquete ainda não tem patrocinadores, mas já conta com dois padrinhos de peso, o veterano Ubiratan Pereira Maciel, o 'Bira', campeão mundial em 1963, e a campeã mundial Hortência. Os dois vão dirigir 23 centros para 4 000 crianças." LORES, Raul Juste. *Jogada simples*. Revista Veja, 27 mai. 1998. Esporte, e. 1548, p. 65.

aprimoramento de técnicas esportivas para serem aplicadas nos Centros.

O projeto dos Centros de Excelências é um exemplo de como o poder público pode ser criativo. O título de campeão da Superliga Feminina de Vôlei do Rexona representa uma vitória dupla. Traduz não só a campanha impecável da equipe do técnico Bernardinho, como a consolidação do mais inovador projeto de esporte do país, que une sem paternalismo o poder público e o privado.

Assim como a equipe do Rexona é patrocinada pela iniciativa privada, outras dezenas de equipes também são sustentadas por empresas. Em outros Estados, no entanto, poucos estendem os benefícios desse patrocínio para além da quadra onde seus atletas treinam.

O Paraná faz diferente. O sucesso do Rexona nas quadras é só a ponta de lança do projeto dos Centros de Excelência, que começou com o vôlei, cresceu e hoje já alcança 15 mil crianças e adolescentes em todo o Estado. São mais de 70 escolinhas de vôlei, basquete, atletismo e ciclismo espalhadas pelo Paraná, todas em parceria com a iniciativa privada. As empresas cedem os equipamentos esportivos, coordenam os centros e treinam os professores de Educação Física do Estado. O Governo entra com a infra-estrutura e com a cessão dos professores.

Também já estão em fase de implantação os Centros de Esportes da Natureza, instalados nas cidades com bases náuticas da Costa Oeste. Quatro já estão implantados e um quinto está em fase de implantação. Em Guaíra fica o centro da pesca; em Porto Mendes, o da vela; em Entre Rios do Oeste, o da canoagem; em Santa Helena, de mountain bike; e em Itaipulândia, está sendo implantado de futebol de areia.

Na região, o Governo realiza os Jogos Mundiais da Natureza, que reúne atletas do mundo inteiro para competirem em esportes ligados à natureza. Por causa do sucesso da primeira edição dos jogos, o COI (Comitê Olímpico Internacional) vai ser co-patrocinador das próximas edições. Os jogos acontecem de quatro em quatro anos.

Já a Universidade do Esporte, também uma parceira com a iniciativa privada, é o primeiro centro do país de dedicação intensiva à informação e pesquisa sobre o esporte e de formação e qualificação de atletas, técnicos e dirigentes esportivos. Várias instituições públicas e privadas, como a PUC (Pontifícia Universidade Católica) e a FGV (Fundação Getúlio Vargas) são parceiras. A FGV, por exemplo, está realizando um curso de Administração Esportiva na Universidade.

A Universidade tem seis centros dedicados ao aprimoramento da teoria e da prática esportiva, como os centros de Medicina Esportiva, de Aperfeiçoamento do Atleta e Aprimoramento.

Segundo Bernardinho, que coordena o centro de vôlei, o Paraná trabalha para formar a mais completa geração de atletas para os Jogos Olímpicos de 2000 e 2004.³⁰

O exemplo do Projeto Joaquim Cruz não é único. Podemos citar também a Maratona Ecológica Internacional de Curitiba, que é uma promoção da Prefeitura Municipal. Em ambos os casos, a FAP teve papel reles e apenas acessório. As promoções independem da anuência da FAP.

Tendo em vista as promoções idealizadas pela FAP, não podemos afirmar que o

³⁰ **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.** Capturado em 06 ago. 1999. Online. Disponível na Internet. <http://www.jaimelerner.com.br/programa/07/esporte.html>.

inverso é verdadeiro. A FAP tem poder limitado e depende do apoio do Governo do Estado. A incapacidade de angariar patrocinadores potencializa o problema. Mesmo a FAP tendo em sua estrutura organizativa uma Assessoria de Marketing, a entidade nunca foi capaz de atrair um único patrocinador³¹.

Com essa perspectiva, os limites tornam-se restritos. Firmada a argumentação que propussemos, tentaremos construir uma última: a de que a autonomia da entidade depende do paternalismo do Estado.

Para medrar tal argumentação, meditaremos o Projeto *O Atletismo Paranaense no Terceiro Milênio*. Trata-se de um projeto elaborado pela FAP e que teve a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná como destinatário. Como inferimos anteriormente, a viabilização do projeto corresponde com a idealização da FAP.

O objetivo do Projeto é transformar o Estado do Paraná no principal centro do atletismo brasileiro e um centro de referência internacional. Seis pontos sustentam a proposta: (i) Uma sede para FAP; (ii) um local para os grandes eventos do atletismo brasileiro; (iii) a realização da Séries Atléticas Paranaenses; (iv) a busca de talentos; (v) a montagem de um Centro de Treinamento de Alto Nível; (vi) a montagem de uma grande equipe de atletismo no Paraná.

A idéia básica é a cessão do Estádio do Pinheirão por comodato para a FAP, por um período inicial de 50 anos. Nesse local, que é o melhor estádio de atletismo e o único em condições de atender todas as exigências impostas pela FIAA para a realização de competições internacionais, o Governo do Estado deveria proceder adequações e adquirir equipamentos necessários para o funcionamento ideal de um Centro de Treinamento internacional. A FAP seria sediada no local e teria em seu encargo a administração do local. Em troca, o Governo do Estado poderia vender o *merchandising* do local em consonância com os patrocinadores da FAP.

O que é denominado de Séries Atléticas Paranaenses, nada mais é que a formatação

³¹ A respeito de patrocinadores, Martins Junior atesta que: “oficialmente, desde que a Federação foi fundada em 32, nunca teve nenhum. Tivemos alguns patrocinadores de eventos, mas dá para contar nos dedos, três ou quatro, no máximo. Nunca tivemos a oportunidade de termos uma empresa ou uma marca que pudesse nos dar suporte financeiro. Aconteceram várias tentativas, a um bom tempo tentamos fazer projetos, enviamos, as pessoas nos atendem, acham interessante, mas quando chega na hora de se acertar nunca se consegue nada.”

dos eventos já tradicionais da FAP para a vendagem.

No tópico a Busca de Talentos, a idéia nuclear é a localização de talentos não vinculados a clubes. O Projeto prevê a realização de eventos classificatórios, nas mais diversas localidades do Estado. Os selecionados nos municípios participariam de uma nova etapa a nível regional. Os vencedores das etapas regionais disputariam uma etapa final, que serviria para indicar os atletas que passariam a receber apoio para seus treinamentos no futuro Centro de Treinamento de Alto Nível.

A idéia do Centro é similar a colocada em prática em Manaus, apesar que ampliada em alguns aspectos. Um desses aspectos seria implantação de Centros Regionais, outro é a montagem de uma grande equipe representativa que teria o Centro como base. Para o funcionamento de Centro seria contratada uma equipe multidisciplinar composta por técnicos de renome nacional e internacional.

Em linhas gerais esse é o teor do Projeto. Como já dissemos, o projeto idealiza a FAP: o melhor estádio do Brasil adequado às necessidades do atletismo e sobre sua administração, sua sede nesse local, uma equipe representativa de ponta, patrocinadores, *merchandising*, técnicos qualificados, laboratórios, etc. Para a efetivação do projeto são necessários investimentos governamentais de milhões de dólares, a obtenção de patrocínios vultuosos junto a iniciativa privada e a solução de problemas pendentes com o local pretendido. Não é difícil supor que a proposta está fadada ao fracasso.

Com os fatos, podemos argumentar que o Paraná “quase” se tornou o principal centro do atletismo brasileiro e, para essa conformação, a FAP teve um papel apartado. Com a inviabilização do Projeto Joaquim Cruz, a FAP tentou entrar em cena construindo sua própria proposta. Pode-se dizer que o projeto da FAP é a soma do Projeto Joaquim Cruz com experiências bem sucedidas da CBAAt. Como argumentamos anteriormente, sua consecução depende basicamente do Governo do Paraná.

Respondidas as questões propostas no início texto, deslocaremos o foco das discussões para o estabelecimento de declarações teóricas. O ponto nuclear é a dominação.

Começaremos dizendo que, tendo como fundamento a medida auferida nos

indicadores construídos por GUTTMANN, o atletismo atual crescentemente se aproxima do tipo ideal do esporte moderno idealizado por esse autor, ou, em outras palavras, ele é um esporte moderno na acepção da palavra.

Com efeito, todas as características do esporte moderno estão presentes nessa prática. Na perspectiva dos tipos ideais, a presença de uma característica não representa, em absoluto, uma proximidade com o ideal. No plano que estamos perquirindo, características como o secularismo se aproximam do tipo ideal em valores absolutos. Em outras características, como a burocracia, a distância do tipo ideal é muito grande.

Do modelo de BOURDIEU, pode-se tirar como ilação que o atletismo pode ser referido com um esporte moderno. No entanto, algumas considerações adicionais se fazem necessárias.

No modelo proposto em *Como é possível ser esportivo?* é notória a existência de dois momentos particulares na história dos esportes: um localizado na transição dos jogos para os esportes e outro contemporâneo, onde o consumo se tornou o padrão. A análise do primeiro momento fez-se na LAP.

Podemos argumentar, tendo como fundamento tudo o que foi visto, que o atletismo que estamos examinando está processando tentativas de produzir uma oferta de espetáculos esportivos. O ponto nodal da questão é que não existem evidências da existência de um *habitus* na população paranaense ligado à prática. A realização da 17ª edição do Troféu Brasil de Atletismo, em abril de 1998, na cidade de Curitiba é sintomática para fortificar nossa proposição.

O evento supracitado é considerado o mais importante do calendário nacional e contou com os melhores e mais renomados atletas brasileiros. A despeito de notícias vinculadas na imprensa dizendo o contrário, a presença de espectadores no evento foi ínfima³².

Não aprofundaremos a questão. Faremos apenas a indicação de que a medida do consumo não é totalmente adequada para interpretar a realidade com que nos deparamos.

Feitas essas considerações, retomaremos a questão há pouco levantada: a da burocracia. Na FAP, a administração vigente pode ser classificada burocrática-monocrática

³² Cf.: LOPES, Dias. Uma competição perfeita. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 abr. 1998.

mediante documentação. Do ponto de vista da efetividade da autoridade. No quadro administrativo racional legal esse mecanismo é o mais importante existente para a administração de assuntos cotidianos, ou seja, nessa esfera, o exercício da autoridade consiste em administrar.

As idéias que, entrelaçadas entre si, dão sustentação a esse tipo de dominação estão presentes. São elas: a possibilidade de um direito estatuído de forma racional encontrar obediência nos membros da entidade e de sua esfera de ação; a administração corresponde ao comprimento racional dos estatutos e as ações tomadas encontram aprovação ou pelo menos não são desaprovados na ordem da associação; a figura do administrador é impessoal; quem obedece só o faz como membro da associação e só obedece “ao direito”; a obediência de ordens é impessoal e limita-se à competência objetiva e racional de quem atribui essas ordens.

Em medida menor, a materialização dos princípios das categorias fundamentais da autoridade racional-legal estão presentes na FAP. Os princípios são: uma organização sucessiva de cargos normatizada; áreas específicas de atuação; uma organização de cargos obedecendo ao princípio da hierarquia; racionalização do exercício de cargos em função de especialização e normas para os membros do quadro administrativo com nomeação em funções oficiais; separação dos membros do quadro administrativo da propriedade dos meios de produção e administração; ausência de apropriação do cargo pelo ocupante; atos administrativos, decisões, normas, são formulados e registrados em documentos; a autoridade legal pode ser exercida dentro de uma ampla variedade de formas diferentes.

Uma análise dos estatutos permite afirmar que todos os pontos, sem exceção, são contemplados normativamente. Na prática, como vimos em muitas passagens, as coisas não acontecem exatamente como o previsto normativamente.

Como exemplo, podemos indagar que a separação que deveria existir entre a propriedade da organização e a propriedade pessoal do funcionário, em muitos momentos, não existe. Outro princípio onde é notória a disfuncionalidade é na questão da apropriação de cargos ocupados por direito por funcionários. Essa ocupação implica na falta de garantias do caráter puramente objetivo e independente da conduta no cargo, balizado pelas normas pertinentes.

Outros indicativos podem ser apresentados. Um deles é o fato da falta de documentação. Os registros da década de 30 são mais precisos que os atuais. A ata que registrou os últimos anos de atividades da FAP encontra-se desaparecida.

Com o apresentado, pode-se dizer que, mesmo os princípios da autoridade racional legal não estando materializados por completo no cotidiano da FAP, os mesmos existem e possuem base normativa.

A próxima medida a ser tomada é da administração burocrática. Confrontando a entidade em exame com os princípios formulados por WEBER, podemos inferir que as vantagens desse tipo de administração, precisão, estabilidade, rigor disciplinar e confiança que possibilitam um grau particularmente elevado de calculabilidade aos resultados da organização burocrática, não existem na FAP. A administração da entidade, do ponto de vista racional, é disfuncional.

Não existe um quadro administrativo subordinado à autoridade do dirigente e, muito menos, uma estrutura composta por funcionários nomeados com salários fixos em dinheiro, que tem na função exercida sua principal ocupação e estão sujeitos a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho dos cargos.

O tipo ideal de burocracia em uma associação com as características da FAP é algo bastante distante do auferido.

EPÍLOGO

O surgimento de uma entidade esportiva, a LAP, fundada por clubes da cidade de Curitiba, em um Estado que estava apenas em vias de ser ocupado, revela rastros de uma ação social orientada para o alcance de determinados objetivos entremeados com os objetivos de seus fundadores. Algo afora do que havia sido estatuído.

Os clubes que se coligaram para formar a entidade, na quase totalidade, tinham uma característica em comum: seus associados eram imigrantes alemães. Em certa medida, o fato pode ser explicado pela ligação robustecida que o povo alemão historicamente tinha com as Sociedades de *Turnen*.

No sul do Brasil, principalmente, os alemães constituíram formas semelhantes de organização, que, no caso, foram os clubes. Era nesse âmbito que os imigrantes desenvolviam suas práticas culturais, praticavam sua língua natal, realizavam discussões políticas, leitura de jornais, livros e, principalmente, tinham um local para o encontro de amigos.

O surgimento desses clubes, em maior proporção, ocorreu no período ulterior a primeira guerra mundial. Os imigrantes, com a guerra, passaram a ser hostilizados pela população local e encontraram nos clubes que se constituíam um espaço próprio. A formação da LAP é uma espécie de ampliação dessa esfera, quando as hostilizações cessavam.

Dentro da Liga, o atletismo foi o espaço mais particular do povo alemão. Nenhuma outra modalidade foi tão exclusiva. A única exceção entre os clubes que participavam ativamente da modalidade era o Clube Atlético Paranaense, que, na época, era constituído basicamente pela elite curitibana. Os demais participantes eram todos clubes formados por imigrantes.

As atividades esportivas desses clubes, no começo da década de 30, excediam o restrito calendário da CA da LAP, com promoções próprias. Festivais envolvendo dois

clubes era a forma mais usual dessas realizações. As promoções eram realizadas tanto na cidade de Curitiba como fora dela. Às vezes, fora do próprio Estado, mas sempre ao sul. Eram eventos que em função de uma simples adversidade, como uma chuva mais intensa, às vezes, duravam vários dias. A afinidade comunitária foi o elemento de aglutinação dos participantes.

Permeada por esse elemento, a prática do atletismo ia arrebatando um número crescente de participantes dentro dos restritos limites da FAP e do próprio Paraná. Em meados da década de 30, de uma forma geral, a LAP e o atletismo viviam os seus melhores momentos. O número de eventos realizados e participantes, em todas as modalidades, foi superior a de todos os outros momentos da existência da entidade. Ao mesmo tempo, a modalidade ganhava contornos de que, teoricamente, pode ser abalizado como esporte moderno.

Com a instauração do Estado Novo em 1937, existe uma completa transmutação do cenário. A nacionalização inviabilizou o desenvolvimento das atividades dos clubes formados por imigrantes, principalmente os de alemães. Nacionalizava-se tudo. A afinidade comunitária, que era o pilar de sustentação da Liga, foi normativamente desvanecida.

O afastamento substancial dos clubes de atividades regulares determinou a interrupção parcial do funcionamento da entidade. Os eventos tornaram-se menos regulares e o número de participantes foi reduzido sensivelmente. Em dimensão ampliada, o atletismo, que era disputado essencialmente por clubes cingidos pela Lei da Nacionalização, foi reduzido a quase nada.

Por cominação, as atividades presentes originalmente na constituição da LAP foram modificadas. Os ideários de amadorismo e eugenia da raça brasileira foram sobrepostos aos designios anteriores. O controle da entidade também foi despegado dos que até então tinham administrado a Liga. Foi proibido aos estrangeiros residentes no Brasil o exercício de qualquer atividade de natureza política.

A despeito desse despego, a forma de administração da entidade foi modificada apenas parcialmente. Nos termos de WEBER, ela não se materializou numa forma pura. O enquadramento possível da realidade concreta se dá na medida weberiana de administração de associações alheia à dominação de representantes.

A principal característica dessa forma de administração é a redução, na maior medida possível, dos poderes de mando das pessoas que possuem funções executivas. A idéia é de que os administradores são pessoas que exercem suas funções conforme a vontade e autorização dos demais membros da associação. No modelo em questão, inexistia a figura do funcionário permanente.

Em regra, pelo menos nos escalões superiores, os administradores são membros honorários. Pessoas que em função de uma situação econômica privilegiada, podem desenvolver atividades administrativas como uma profissão acessória contínua e não-remunerada, tem uma posição social definida e contam com crédito dos membros da associação. A forma de administração supõe, também, a existência de uma espécie de acordo tácito que determina que não deve existir luta pelo poder. Foi assim que a LAP caminhou até meados de 38, quando os efeitos da Lei de Nacionalização se manifestaram concretamente.

Com o Estado Novo e o conseqüente enfraquecimento dos imigrantes na associação, as primeiras modificações administrativas foram sentidas. O acordo tácito foi rompido e a imposição de estratégias racionais de dominação passaram a ser colocadas em uso. De forma ainda embrionária, começava a tomar forma na entidade uma dominação do tipo legal.

A associação que existia em 38 era apenas uma caricatura da associação fundada em 32. Os objetivos estatuídos não haviam sido mudados, ou seja, o objetivo primeiro da entidade permanecia sendo o desenvolvimento dos esportes geridos.

No entanto, na prática, o que se viu foi uma transmutação completa das atividades desenvolvidas, que, no limite, pode ser lida como uma mudança de objetivos e a nacionalização dos membros. Se considerarmos as atividades desenvolvidas como uma ação racional que visa a objetivos claramente definidos, podemos argumentar que, até o metamorfosear do cenário com o nacionalismo, a entidade era funcional em seus objetivos.

Com o Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, o Estado intervém no esporte. É conveniente ressaltar que essa foi, na História do Brasil, a primeira intervenção efetiva nesse segmento específico. O Decreto representou, também, o principiar de um tutelado, o do Estado nos esportes ditos amadores.

Na prática, a LAP, em estado de agonia, recebe uma nova conformação e dá seu lugar para uma entidade adequada aos preceitos de Vargas, a FDP. A nova entidade tinha

uma maior abrangência, objetivos afluídos com o espírito vigente no país e, em relação a sua progênie, foi crescentemente constituída por clubes com características diversas as dos fundadores. Em muitos aspectos a FDP foi uma organização dessemelhante de sua predecessora.

Passados mais de 40 anos, uma nova transformação é processada no interior da entidade. A FDP sai de cena e, em seu lugar, é intitucionalizada a FAP. A transição foi fluída e não apresentou rupturas significativas, como as apresentadas na criação da FDP.

Na verdade, até meados da década de 70, a legislação esportiva brasileira inviabilizava a montagem de entidades administrativas especializadas. Com a reforma da legislação existente, foi efetivada a possibilidade de criação dessas entidades. Esse foi o caminho tomado pela totalidade das modalidades esportivas minimamente organizadas existentes no País. Com efeito, as modalidades açambarcadas pela FDP desmembraram-se e constituíram entidades próprias.

A única modalidade que, por impedimentos contidos no estatuto, não pode seguir esse caminho foi o atletismo. Com o desmembramento das últimas modalidades existentes, a manutenção de uma entidade eclética perdeu sentido. A FDP, que então abarcava apenas uma modalidade, tornou-se uma entidade específica. A conformação da FAP não produziu modificações profundas na entidade. Pode-se até dizer, que a entidade continuou sendo o que ela já era. Mudou-se apenas o nome.

Colocando a FAP em contraste a LAP, percebemos que as entidades apresentam apenas pequenas similitudes. A começar pelos membros. Os clubes curitibanos de imigrantes alemães não existem mais. Os filiados, agora, são as “associações dos funcionários municipais” de muitas cidades do interior do Estado.

Os objetivos também mudaram. As atividades comunitárias envolvendo os clubes que as pessoas eram associadas e manifestadas na forma de festivais, deram lugar à participação de municípios em eventos realizados em pistas de nível internacional, com cronometragem eletrônica e filmagem, delegados para a homologação de resultados, etc. e nos Jogos Oficiais do Estado do Paraná.

Os membros dessa “outra” entidade, ao mesmo tempo em que se constituíram em maior número, tornaram-se efêmeros e dependentes das políticas municipais. Não existe

mais um conjunto de equipes que tenha participação regular ao largo da história da FAP como existia na LAP. A relação entre clubes e federação tornou-se impessoal e de alheamento dos clubes para a entidade que os afilia.

Como também não poderia deixar de ser, o modelo administrativo da entidade assumiu novas formas. Estratégias racionais de dominação e a luta pelo poder tornaram-se patentes. As formas de se chegar ou permanecer ao controle se sofisticaram. A própria entidade nacional, a CBAt, passou a intervir no processo eleitoral da entidade.

A burocracia, que havia sido esboçada no final da década 30, entra definitivamente em cena e possibilita aos detentores do controle da entidade: poder, controle e alienação. É isso que representa no cotidiano da entidade, a dominação pura racional-legal, adotada com a burocracia imposta.

Particularizando a análise, podemos inferir que os objetivos estatuídos da entidade não encontram consonância nos objetivos dos filiados. Em se falando de objetivos estatuídos é adequado anotar que, em medida considerável, apenas em 1998, 13 anos depois da elaboração do primeiro estatuto da FAP, esses foram modificados de forma acentuada.

O estatuto que estava em vigência era basicamente o mesmo de 1964 que, por sua vez, apresentava pequenas alterações com relação ao elaborado em 1941. A principal desconformidade existente entre o atual e os anteriores era a substituição do ideário do amadorismo pelo do esporte de rendimento.

A questão estrutural ainda é um limitador e, de certa maneira, inviabiliza o desenvolvimento normal das atividades da FAP. Nem mesmo a construção de um conjunto de estádios de atletismo, que transformaram o Paraná no Estado possuidor da melhor infraestrutura do país, serviu para solucionar o problema, que foi definido pelo atual presidente da entidade como “histórico”.

O Estádio do Pinheirão é controlado pela FPF e, nele, o futebol tem prioridade absoluta de uso. É custosa sua utilização. A outra pista existente na Capital do Estado, a da PUC, é particular e os valores cobrados para sua utilização são altos para a realidade do atletismo paranaense.

A utilização das duas pistas existentes no interior do Estado, Maringá e Pato Branco, apresenta outros impedimentos. A realização de eventos nesses locais implica para a FAP,

em elevados custos com o deslocamento da aparelhagem necessária e da equipe de arbitragem que é composta, em sua maioria, por pessoas residentes em Curitiba.

A sede da entidade é outro problema de difícil solução. De certo, apenas que o local onde a FAP está alojada não é adequado e que a entidade não tem condições financeiras de realizar a locação de um imóvel adequado às suas necessidades. Como mostramos, no limite, um ano bom, financeiramente falando, é um ano em que sejam pagas as contas, pelo menos as principais.

A adoção de uma estrutura funcional mais burocratizada não converteu a entidade numa organização mais funcional. O funcionamento diário da entidade depende das disponibilidades de um secretário sem remuneração regular e apresenta restrições de toda ordem, como um local inadequado e, em muitos períodos, a falta de condições mínimas, como a existência de uma linha telefônica em funcionamento.

O quantitativo financeiro anteriormente esboçado converge com esse quadro. A FAP sobrevive com valor muito aquém de suas necessidades mínimas. O valor básico que a entidade dispõe para o desenvolvimento de todas as suas atividades num ano, apenas para comparar, é inferior a 2% do valor do contrato de patrocínio firmado pela entidade nacional.

É verdade que parte desse dinheiro será repassado às federações estaduais, para ser mais preciso, cada federação receberá anualmente pouco menos que 0,003% do valor do patrocínio. Dinheiro esse que, segundo Martins Junior, ajudará no funcionamento da entidade. Com esses números, pode-se entrever o que são as federações estaduais.

É interessante notar que a FAP sempre foi considerada, até mesmo pela própria CBAAt, como uma das federações estaduais mais ativas e funcionais. Depois de São Paulo e, na atualidade, do Rio de Janeiro, nenhuma outra federação estadual possui os indicativos de eficiência que a FAP apresenta.

Com basicamente uma única fonte de renda, a mensalidade paga pelos clubes, e o decrescente, para não dizer inexistente, tuteio do Estado, a FAP sobrevive com soluções inusitadas. A forma como ocorre a venda dos serviços especializados é uma delas. É algo próximo do racionalizar o irracional.

Mais uma vez deve ser tornado evidente que, também nesse quesito, o Paraná é detentor de um conceito de excelência no cenário nacional. Em regra, a FAP vende seus

serviços para poder remunerar seus árbitros, que, normalmente, atuam gratuitamente nos seus eventos e, assim, ganham condições de serem remunerados em eventos externos.

Essas são considerações de ordem mais operacional e tem ligação com as atividades estáveis e recorrentes da entidade. Passaremos, agora, a efetuar considerações mais gerais. São considerações as quais possuem uma maior ligação com o que podemos chamar de visão administrativa da entidade.

Constatamos, de forma irrefragável, que no Paraná a produção de espetáculos esportivos é uma direção. O condutor do processo foi o Governo do Estado. O atletismo foi uma das modalidades escolhidas para ser espetacularizadas. A condução do processo permite atinar dois pontos principais: (i) que o atletismo ainda não é um espetáculo no Paraná. Com efeito, o consumo não é uma medida adequada de análise; (ii) que o Estado deixou de tutelar as federações esportivas, passando a tomar em seu encargo o esporte de rendimento.

O projeto estatal, que não saiu do papel por falta de investimentos da iniciativa privada, está assentado numa perspectiva altamente empresarial e tem conformidade com as recentes alterações produzidas no cenário esportivo. É o que BAUDRILLARD chama de simulacro funcional. É o esporte que chamamos de *além do apenas moderno*.

Nesse projeto, que foi chamado de Joaquim Cruz, a FAP foi desarraigada do processo. Em outro sentido, pode-se deduzir que a construção de um projeto de espetacularização do atletismo no Paraná independe da entidade.

Deve ser observado que, parte significativa das atividades que envolvem a operacionalização de um projeto desses não tem analogia com as funções de uma federação. Assim, apesar de anômala, a atitude do governo estadual, é racional.

Apesar de existir uma dissociação evidente entre as funções de uma federação e as atividades geradas por um projeto de espetacularização, as confederações “amadoras” e, em medida bastante reduzida, as federações, historicamente, sempre efetivaram tentativas de espetacularização. No Paraná não é diferente. A forma “última”, de uma das muitas tentativas realizadas, tem o nome de Projeto Paraná no Novo Milênio.

Em linhas gerais, esse Projeto é o Projeto Joaquim Cruz ampliado. Para ser colocado em prática é necessário a doação do Estádio do Pinheirão e a realização de investimentos da ordem de milhões de dólares para a reforma desse local e a aquisição de equipamentos. Essa

é a parte do Governo do Estado. Em paralelo, deve ser acertado um patrocinador de porte. O valor necessário é, substancialmente, superior ao solicitado ao HSBC, para patrocinar o Projeto Joaquim Cruz. Trata-se de um projeto, o Projeto idealiza a FAP. Racionalmente pensado, mais um projeto que não deve sair do papel.

Tomando o projeto mencionado como um tipo ideal e confrontando a realidade concreta com esse tipo, temos noção da distância existente entre o real e o ideal. A localização do real é ditada pelos desvios tomados irracionalmente na direção do ideal. Os desvios identificados, tomando a empresa capitalista moderna como medida, evidenciam uma racionalidade limitada em uma entidade disfuncional. A racionalidade existente é comercial. Os fins visados não podem ser alcançados com ações racionais.

A explicação mais palpável é a de que uma entidade administrada basicamente por voluntários - árbitros, atletas e técnicos esportivos - não pode ser possuidora de uma visão administrativa empresarial. Na realidade concreta, a própria idealização da entidade é irracional.

Na perspectiva da dominação, infere-se que, na associação, a passagem de uma forma impura, a administração de associações alheia à dominação de representantes, para uma forma pura, a dominação legal, trouxe uma burocracia que, a despeito de ser pouco funcional, conferiu a administração: poder, controle e alienação. Algo sem similitude na forma primeira.

Para concluirmos, podemos dizer que o que vimos é, em média e aproximadamente, na maioria das federações esportivas estaduais, a realidade do esporte amador brasileiro.

ANEXOS

ATAS HISTÓRICAS	187
1. Ata de fundação da Liga Atlética Paranaense	187
2. Ata da primeira reunião da Comissão de Atletismo da Liga Atlética Paranaense	192
3. Ata de fundação da Federação Desportiva Paranaense	197
4. Ata de fundação da Federação de Atletismo do Paraná	201
PROJETO: O ATLETISMO PARANAENSE NO TERCEIRO MILÊNIO	223

Ata de fundação da Liga Atlética Paranaense¹

¹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Ata da reunião de diversos clubes desta capital para a fundação de uma liga que tome ao seu cargo o desenvolvimento dos esportes: atletismo, bola ao cesto, voleybol e handbol, 24 [sic.] mai, 1932. Ata isolada, 4 p.

Acta da reunião de diversos Clubes desta Capital para a fundação de uma Liga que tome ao seu cargo o desenvolvimento dos esportes: Atletismo, Bola ao cesto, Volleybol e Handbol.

Em vinte e quatro dias do mez de Maio de mil novecentos e Trinta e dois, em uma das salas da Sociedade Tenis Brasileiro, sob a Presidencia do Sr Tenente Joãomeister Sobrinho, foi aberta a sessão, a qual se achavam presentes os Clubes abaixo representados: Sociedade Tenis Brasileiro - Sr Joãomeister Sobrinho e Carlos Bley Kusanowski; Curitiba Foot Ball Club - N. Couto Pereira, Alfredo Kraemer e Hylton Muncy; Club Atletico Paranaense - Horacio Mancini; Club Atletico Ferroviario - Lothar Kruger; Grupo de Ginastica Handwerker - Alexandre Buchmann, Rodolfo Doubeck, Albano Brandt; Sociedade Sportiva Uniao Teodoro Lubinski, João Lobosinski e Ladislau Giboliski; Uniao Sporte Club - Frederico Loudeque e Grupo Atletico Tenis - Estevam Pickars.

O Sr Presidente expoz aos presentes o objectivo desta reunião, na qual se resolveu em definitivo a fundação da Liga que

Tomou a denominação de "Liga Atlética Paranaense"; em seguida foi procedida a eleição de sua primeira diretoria que ficou assim constituída: Por proposta do Sr. Couto Pereira, foi aclamado Presidente o Sr. Tenente João Guilherme de La Filho, para Vice dito Frederico Dudgele, 1º Secretario - Horacio Mancini, 2º dito Alexandre Buchmann, 1º Tesoureiro - Carlos Pley Krizanowski e 2º dito Polan Kosiobudzki; Diretor de Atletismo - Alfredo Kraemer; Diretor de Bola ao cesto - Teodoro Lubinski; Comissão de Atletismo - Lothar Kruger, João Sobocinski e Breno Cavallari. Comissão de Bola ao Cesto - Milton Kunicy, Rüdolfo Soubeck e Estevan Dickars.

Foram aprovadas as seguintes sugestões apresentadas pelo Presidente: 1º Obedecer as regras e regulamentos da Federação Paranaense de Desportos. 2º Que nenhum dos Presidentes dos clubes filiados a liga, poderá ocupar o cargo de Presidente da mesma.

Foi mandado officiar a F. P. D., comunicando a fundação da Liga, eleição de sua primeira diretoria e, remeter uma copia da

ata, bem como que a sua sede provisoria está instalada em uma das salas da Sociedade Tênis Brasileiro. Ficou resolvido que até o dia anterior ao do Campeonato inicio de bola ao cesto, os clubes que se filiarem serão considerados "Tambem Fundadores." Marcar para o proximo sabado dia vinte e oito do corrente a reuniao reuniao da Diretoria. Foram declarados empousados todos os directores presentes. O Sr. Director Presidente do Club de Tênis F. C. de recem a Lap a sua nova Praça de Desportos para jogos officiaes da mesma, logo que esteja pronta.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada esta reuniao, fe-
to que foi lavrada esta ata, que
vai por todos os presentes assinada.

Joaquim de Oliveira

Alcides de Oliveira

Antônio de Oliveira

Alfredo de Oliveira

Horacio de Oliveira

Eng.º de Oliveira

Teodoro de Oliveira

Indistincto de Oliveira

Indistincto de Oliveira

Indistincto de Oliveira

Alvaro de Oliveira

João Sobrinho
José Carlos
Miguel M. M. M.

**Ata da primeira reunião da Comissão de Atletismo
da Liga Atlética Paranaense¹**

¹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Acta nº 1, 25 jul. 1932. Livro Ata da Comissão de Atletismo nº 1. páginas não numeradas.

Acta n.º 1

As vinte e cinco dias do mês de Julho de 1932, reunidos os membros da Comissão de atletismo em sessão ordinaria, deliberaram entre outros, os seguintes pontos:

- 1) Agradecer a F.P.D. pela doação do material athletic, segundo a relação abaixo:
 - 1 medecin ball
 - 1 vara para saltos (cascada)
 - 2 discos "Berg" em bom estado.
 - 1 estante para saltos
 - 1 martello (7 kgrs. 257)
 - 1 peso (7 kgrs. 257)
- 2) Aprovar o calendario athletic para o anno corrente, publicado em 8-6-32, modificando as provas que constam da competição de novissimos conforme se segue:
 - 1) 75 metros rasos em lugar de 100mts
 - 2) 300 " " " " " " " " 400 "
 - 3) 1.000 " " " " " " " " 1.500 "
 - 4) 83 mts. barreiras de 91,04 " " " " 110 "
 - 5) Arremesso do peso de 5 kgrs. em lugar de 7,57, conservando.
 - 6) 8.000 mts. rasos
 - 7) Salto de altura
 - 8) " " extensão
 - 9) " " com vara
 - 10) Arremessos do dardo e disco acrescentando:
 - 12 e 13) Reversamentos 4x75 mts e 4x300 mts

9) O referido calendário compreende duas competições, a saber:

1) Competição para novíssimos, a realizar-se em 28 de Agosto próximo, tendo por homenageado o digno presidente da F.P.D. sr. Luiz Guimarães.

2) Competição para qualquer classe ou campeonato estadual, que será realizado em três partes, segundo datas oportunas, a saber:

1ª) Em 16 de Outubro de 1932:

a) corrida rasa de 100 mts.

b) lançamento do peso de 7,257 lbs.

c) corrida rasa de 400 mts.

d) salto de altura

e) corrida de 5.000 metros raso.

* 2ª) Em 30 de Outubro de 1932:

a) corrida rasa de 200 mts.

b) arremesso do disco

c) salto de extensão

d) corrida rasa de 1.500 mts.

e) revezamento de 4x100 mts.

f) lançamento do martelo de 7,257 lbs.

3ª) Em 13 de Novembro de 1932

a) corrida rasa de 800 mts.

b) salto com vara

c) corrida 4 barreiras em 110 metros.

d) Arremesso do dardo

e) corrida de 400 mts. 4 barreiras

f) revezamento olímpico: 100x200x400x800 mts.

g) corrida rústica de 5.000 mts. 1)

3) Pedir a directoria da L.A.P. para providenciar sobre:

a) a compra de um livro para actas das sessões da comissão de athletismo, de um outro livro para registro de athletas. e

b) formulas de inscrições.

c) a compra do seguinte material, necessario para a pratica do esporte:

3 chronometros

1 trena de 40 metros

12 sarrafos triangulares com faes de 3 cm e comprimento, 3 metros 80,

2 dardos

1 vara para saltos

40 barreiras regulamentares.

4) Colocar (18.000) um mil reis, para cada registro de athleta, ^{acompanhado} ~~acompanhado~~ do respectivo attestado medico que sera exigido, excepto aos que participam de outras sessões da L.A.P.

5) Considerar o registro na secção de athletismo, independente do registro em outras secções da L.A.P.

6) Avisar aos clubes que praticam este ramo de esporte, que o registro de athletas pode ser feito às terças e sextas-feiras, com o Sr. Carlos Bley Kryzanowski, thesoureiro da L.A.P. encontrando-se-lhes com elle, as respectivas formulas.

7) Nomear o Sr. Idreus Sylvió Favallari, para representar a L.P.A. na competição da Sociedade Esportiva Junak, a realizar-se em 21 do proximo mez.

Nada mais tendo para tra

Ter. foi encerrada a sessão.
Curitiba, 25 de julho de 1982
Jairo Lyrio Cavallari
João Salgueiro
Deputado

Ata de fundação da Federação Desportiva Paranaense¹

¹ LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. **Ata da Assembléa Geral da Liga Atlética Paranaense, realizado no décimo nono dia do mês de Junho de mil novecentos e quarenta e um.** Livro Ata nº 01 – Diretoria: 1932 – 1933, p. 19-20.

Ata da Assembléa Geral da Liga Atlética Paranaense realizada no decimo nono dia do mes de Março, digo Junho de mil novecentos e quarenta e um.

No decimo nono dia do mes de Junho do ano de mil novecentos e quarenta e um, reuniu-se em Assembléa Geral Extraordinária, na sede da Federação Paranaense de Futebol, os representantes dos clubes filiados à Liga Atlética Paranaense, da Confederação Brasileira de Desportos e Diretoria daquela entidade.

Sendo verificado "quorum" dos clubes filiados o presidente da L.A.P. abriu a Assembléa, convidando para presidi-la o Major Couto Pereira, digno representante da C.B.D., que excusando-se por igualmente estar representando o Coritiba F.C., propoz ao presente que a presidencia coubesse ao presidente de L.A.P., Sr. Ostoya Roguski que, aceitando-a, convidou o Sr. Guilherme Costa, representante do Palestra Itália para secretaria-la. A seguir abrindo os trabalhos o presidente da Assembléa expoz as finalidades da referida Assembléa, qual sejam a adaptação da Liga Atlética Paranaense ao Decreto-Lei n. 3.199, publicado no Diario Oficial da União no dia 14 de Abril do corrente anno de 1941. Solicitada a palavra pelo Major Couto Pereira, representante da C.B.D., este, com a devida licença do presidente da Assembléa, transmitiu aos presentes, as ultimas instruções enviadas pela C.B.D., com referencia aos esportes a serem superintendidos pela nova entidade a ser formada, expondo que, esta poderia ter caracter eclético, abrangendo varias modalidades de esporte, contando que a nova entidade se filiasse, direta-

mente as respectivas confederações de âmbito nacional, instituídas pelo Decreto de oficialização. Propunha assim o Major Couto Pereira, que a Liga Atlética Paranaense mudasse a sua denominação para Federação Esportiva Paranaense ou Federação Esportiva do Paraná, abrangendo os seguintes ramos de esporte: Bola ao Cesto, Atletismo, Volei-Ball, Ciclismo, Motociclismo, Natacao e Box. A proposta do representante da C.B.D. e Capitiba F.C., após ser amplamente discutida pelos presentes, foi aprovada nos seguintes termos, por unanimidade: "Mudar a denominação de Liga Atlética Paranaense para Federação Esportiva Paranaense, que terá sob a sua direção em todo o Estado do Paraná, os seguintes esportes: Atletismo, Bola ao Cesto, Volei-Ball, Ciclismo, Motociclismo, Natacao e Box." - A seguir o presidente da Assembleia esclareceu que a nova entidade teria os mesmos objetivos da entidade que acabava de ser extinta, quais sejam, a propagação do esporte em todos os seus ramos, o cultivo do espírito amadorismo no sentido do aprimoramento da raça, nos moldes da doutrina do Estado Novo; esclareceu ainda que o seu pensamento inicial era a fundação de duas Federações, uma compreendendo o bola ao cesto e outra os demais ramos de esporte; que, porém em vista das dificuldades financeiras que provavelmente iriam enfrentar as novas Federações, achou melhor secundar o ponto de vista do sr. presidente, digo representante da Confederação Brasileira de Desportos, Major Couto Pereira. Em seguida foram discutidas e aprovadas mais as seguintes resoluções: "1.ª Considerar fundadores da nova Federação, os clubes fundadores da Liga Atlética Paranaense, e mais o Palestra-Itália,

20

quais seguiu o Coritiba F.C., S.F.F. Juventus, S.E.F. Jahn e Clube Atlético Paranaense - 2º Incumbir a redacção dos estatutos da novel Entidade, dentro do prazo de trinta dias, a comissão composta dos sr. Major Couto Pereira, Dr. Estey Roguski e Guilherme Costa - 3º Manter o mandato da actual Directoria da L.A.P. até a aprovação dos novos estatutos e eleições da nova Directoria da Federação Esportiva Paranaense - 4º Estabelecer a taxa de Rs. 50,000 (cinquenta mil réis), para a filiação de novos clubes ou ligas, até a data da aprovação dos novos estatutos - 5º - Conseguir profundo voto de pesar, pelo prematuro falecimento dos esportistas: Teodoro Guimarães Fariz e Alberto Pickens. - Em seguida foram tomadas as palavras pelos sr. Major Couto Pereira e Guilherme Costa, respectivamente representantes do Coritiba F.C. e Palmeira-Helvia, que se congratularam com todos os presentes pelo bom éxito da Assembléa e fundação da Federação Esportiva Paranaense, a cuja entidade desejaram uma existência fecunda e gloriosa. A seguir foi pelo sr. Presidente encerrada a Assembléa, cuja ata por mim escrita e aprovada pelos presentes, não por todos assinada.

Presidente: B. G. Roguski

Secretario: Guilherme Costa

Representante do Coritiba: Montanari

Representante do S.C.F. Jahn: Waldemar V. Engelhardt

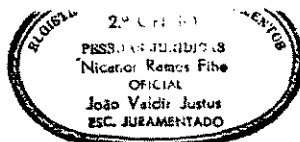
Representante do C.A. Paranaense:

Representante do Palmeira-Helvia: Guilherme Costa

Representante do S.F.F. Juventus: Arthur

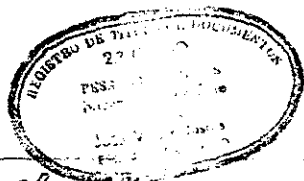
Ata de fundação da Federação de Atletismo do Paraná¹

¹ FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ. *Ata da Assembléa Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 1985*. Livro de Ata de Reuniões e Assembléias. p. 65-75.

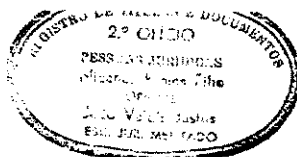


065

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 37 de agosto de 1985. Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de hum mil, novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se na sede da Federação Desportiva Paranaense a Assembleia Geral, em caráter extraordinário por convocação do Presidente da Federação Desportiva Paranaense conforme Edital de Convocação enviado aos filiados. O senhor Presidente da FDP abriu a sessão às 20:00 horas em primeira convocação passando-se a verificação do quorum presente. Estavam presentes os senhores Walter Lique, representante credenciado do Canada Country Club; Eduardo Henrique Pietsak, representante credenciado da Associação Atlética Inga; Miguel Dombrowski, representante credenciado do Clube Atlético Ponta Grossa; Alfredo Lamogner, representante credenciado da Sociedade União Juventus; as senhoritas Soniamar Salvatti, representante credenciada do Londrina Country Club e Denise Maria Zom, representante credenciada da Associação Atlética Positivo. Não havendo quorum legal, o Presidente da FDP prorrogou a sessão até as 20:30 horas para reunir-se com qualquer quorum. O senhor Presidente reabriu a sessão às 20:30 horas em segunda convocação, passando-se novamente a verificação do quorum. Além dos presentes na primeira convocação, compareceram os senhores Jorge Miguel Malheiros, representante credenciado do Medianeira Country Club; Ney Pacheco, representante credenciado do Clube Duque de Caxias; as senhoritas Semiramis Monteiro de Almeida, representante credenciada da Associação Atlética Rolândia; Maria Lucia Nock, também representante credenciada do Canada Country Club e da senhora Cristina Traversari. O senhor Presidente tomou a palavra e indicou o senhor Ney Pacheco, representante do Clube Duque de Caxias para presidir a sessão e que foi acatado por todos. Este assumiu a Presidência e, em seguida, indicou a senhora Semiramis

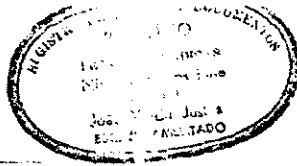


Mantendo de Almeida para secretariar a sessão. Em seguida, poliatou que a secretária fizesse a leitura do Edital de Convocação e que foi executada. Passou-se, em seguida, a discussão do Item I da ordem do dia: "Aprovação da alteração da razão social e forma de atuação da Federação". Inicialmente usou da palavra o senhor Presidente da FDP, que explicou aos presentes os motivos que levaram a Diretoria da Federação a propor essa alteração, quais sejam: a FDP é a Federação mais antiga do estado do Paraná, fundada em 1932, tendo se provisionado durante a sua existência, a grande maioria dos desportos no estado do Paraná, sendo que o atletismo estando na mesma desde a sua fundação, não podia desmembrar-se por obrigações estatutárias. Em 1982, com o desmembramento da Patinagem, do Hóquei e Flecha, Tênis, Futebol e do Motociclismo, a FDP passou a dirigir unicamente o Atletismo no estado do Paraná. Hoje existem no estado do Paraná cerca de trinta federações desportivas especializadas o que torna dispensável a existência de uma federação eclética. Que todo o patrimônio da FDP hoje existente foi conquistado pelo Atletismo ao longo da existência da Federação. Que a constituição de uma federação especializada constitui-se num ponto acalentado a vários anos por todos aqueles que militam no atletismo paranaense. Esclareceu, ainda, que não se tratava da fundação de uma nova federação e sim, apenas da mudança do nome da FDP e do seu caráter esportivo, tanto é que todos os seus símbolos serão mantidos bem como será mantida a sua data de fundação e todo seu histórico. Após isso, foi aprovada por unanimidade a transformação da FDP em federação especializada de atletismo. Em seguida passou-se a discussão do novo nome ou razão social da entidade tendo sido aprovada, também por unanimidade, a denominação

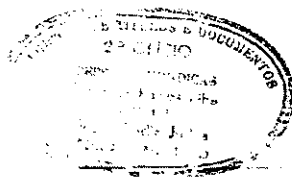


066

de "Federação de Atletismo do Paraná". Passou-se então, a discussão do item II do ordem do dia: "Aprovação dos novos Estatutos da entidade em função do item I conforme proposta da Diretoria. Em seguida foram aprovados por unanimidade os novos Estatutos propostos pela Diretoria que, em função do grande número de alterações ocorridas no texto, vai aqui transcrito na íntegra "Federação de Atletismo do Paraná - Estatutos, Título I - Da Entidade e dos Seus Fins, Capítulo I - Da Denominação, Natureza e Duração: Artigo 1º - A Federação de Atletismo do Paraná (FAP) é uma sociedade civil de caráter desportivo, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, fundada em vinte e três de maio de um mil, novecentos e trinta e dois com a denominação de Liga Atlética Paranaense, passando a chamar-se Federação Desportiva Paranaense a partir de dezesseis de junho de um mil, novecentos e quarenta e uma e adotando a atual denominação a partir de vinte e sete de agosto de um mil, novecentos e oitenta e cinco. Artigo 2º - A FAP durará por tempo indeterminado. Artigo 3º - Nenhuma liga desportiva ou associação responde solidária ou subsidiariamente pelas obrigações financeiras da FAP, nem esta por ato nenhum de qualquer das suas filiadas. Capítulo II - Das Insignias: Artigo 4º - São insignias da FAP: a bandeira, os emblemas e os uniformes. Parágrafo 1º - A bandeira caracteriza-se por um retângulo de cor verde, tendo ao centro um escudo de fundo branco em cuja parte superior constará a sigla FAP da qual irradiam-se listras verdes. Encimando o escudo estará escrita a palavra PARANÁ. Parágrafo 2º - Os emblemas, já consagrados pelo uso, obedecem aos modelos aprovados pela Diretoria. Parágrafo 3º - Os uniformes seguirão os modelos mandados adotar pela Diretoria, sempre nas cores verde e branco. Parágrafo 4º - O uso das insignias da FAP, que não podem ser imita-

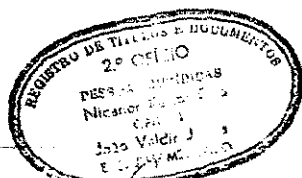


dos, é de caráter exclusivo. Capítulo III - Das Fins: Art. 5º - A FAP, a cujos mandamentos, poderes e autoridades devem obediência as entidades desportivas de direção estadual e associações que a integram e as associações desportivas de índole local a que elas subordinadas, tem por fins principais: a) dirigir, difundir e incentivar, no Estado do Paraná, o Atletismo; b) promover a realização de campeonatos e torneios de atletismo com a concorrência de suas filiadas; c) extender-se no estímulo, na purificação e no incremento do amadorismo desportivo; d) cumprir e fazer cumprir os mandamentos da Confederação Brasileira de Atletismo assim como os atos legalmente expedidos pelas instâncias ou pelas autoridades que integram os poderes públicos; e) expedir às filiadas, com força de mandamentos a serem obedecidos, os códigos, regulamentos, regimentos, avisos, circulares, instruções ou outros quaisquer atos necessários à organização, ao funcionamento e a disciplina do atletismo; f) punir os responsáveis por inobservância de qualquer dos mandamentos compreendidos na alínea anterior; g) decidir a respeito da concorrência de entidades e associações filiadas em provas de atletismo fora da respectiva jurisdição municipal ou estadual; h) praticar, no exercício da direção estadual do atletismo, todos os atos necessários ou úteis a realização dos seus fins; i) representar o atletismo estadual em qualquer atividade de cunho nacional, assim como orientar, coordenar, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito nacional de suas filiadas. Título II - Da Organização e dos Poderes Internos: Capítulo I - Da Organização: Artigo 6º - A FAP reúne todas as entidades desportivas de âmbito municipal, incumbidas do desempenho das atividades do atletismo sujeitas a sua direção estadual, bem como as que lhe foram subordinadas como associações ou outra forma de organização. Parágrafo 1º - Todas as entidades compreendidas na definição deste artigo sujeitas às disposi-



067

ções da lei pública, do estatuto, regimentos e demais atos normativos expedidos pela FAP, são consideradas filiadas, desde que o desejem. Parágrafo 2º - As disposições que regularem a organização e o funcionamento das filiadas, não incompatíveis com qualquer outra que integre os textos reunidos no parágrafo anterior não serão reconhecidas pela FAP. Parágrafo 3º - Além das entidades que forem consideradas filiadas na forma deste artigo, a FAP poderá autorizar a vinculação de outras na forma de, digo, que a legislação desportiva em vigor dispuser. Parágrafo 4º - A FAP não intervirá em negócios ou atividades peculiares às filiadas, salvo para: a) manter a ordem desportiva e o respeito devido ao seu poder de intervenção; b) fazer cumprir atos legalmente expedidos por órgão ou representante do poder público. Parágrafo 5º - A medida prevista no parágrafo anterior já por si adotada não basta a imposição de pena de desligamento temporário ou definitivo da filiada em causa ou a suspensão dos responsáveis e após autorização da Confederação Brasileira de Atletismo. Artigo 7º - Toda e qualquer liga ou associação poderá ser filiada, sem prejuízo do preenchimento dos seguintes requisitos: a) ser pessoa jurídica; b) possuir legislação interna compatível com as leis públicas e com os mandamentos adotados pela FAP e Confederação Brasileira de Atletismo; c) manter, legalmente, a direção municipal do atletismo, isto para as ligas e para as associações praticar, legalmente, o atletismo; d) ter condições para disputar os campeonatos anuais de atletismo; e) recolher todas as taxas previstas no respectivo regimento da FAP. Parágrafo 1º - A perda de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo poderá dar causa à desfiliação da entidade ou associação responsáveis. Parágrafo 2º - Os direitos e deveres das filiadas são os constantes da legislação pública e deste estatuto, além dos que vivem a ser previstos no Regimento.



Grat e, ainda, da Confederação Brasileira de Atletismo. Artigo

8º - Haverá para os membros da FAP, três classes assim com

previdencia: membros fundadores, efetivos e vinculados. Parágrafo

1º - São membros: a) fundadores - as associações da capital

que por sua representantes legais assinaram a ata de fun

dação da FAP, a saber: Clube Duque de Caxias, Clube Tui

Tabal, Clube Atlético Paranaense e Sociedade Beneficente

Rio Branco; b) efetivos - as associações ou ligas municipais

que preenchem as condições do Capítulo I deste Título

(Título II), c) vinculadas - as entidades que não podem ser

consideradas filiadas no termo deste Título, mas que sejam

autorizadas a participar nos eventos da FAP, nos termos da le

gislação pública, podem ter direito de ingressar a As

sembleia Geral da FAP. Parágrafo 2º - Os membros da FAP

podem pedir licenciamento durante o ano esportivo, conforme

as disposições do Regimento Geral. Capítulo II - Dos direitos

dos Membros da FAP. Artigo 9º - São direitos dos membros

da FAP: a) sugerir pelos Estatutos, leis e regulamentos que

adotarem, pelos da FAP, da Confederação Brasileira de Atletismo

e legislação pública; b) participar de campeonatos e torneios

promovidos pela FAP preenchidas as condições dos respecti

vos regulamentos, etc; c) promover festas e torneios de atletis

mo inter-clubes ou inter-municipais, mediante prévia autoriza

ção da FAP; d) promover festas e torneios de atletismo inter

estaduais e internacionais, mediante prévia autorização da FAP,

Confederação Brasileira de Atletismo e do Conselho Nacional de

Desportos; e) participar de festas e torneios de atletismo inter

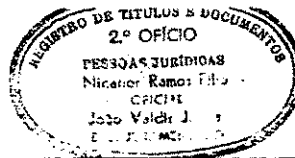
clubes ou inter-municipais mediante prévia autorização da

FAP; f) participar de festas e torneios de atletismo interest

aduais e internacionais, mediante prévia autorização da FAP,

Confederação Brasileira de Atletismo e do Conselho Nacional de

Desportos; g) participar, discutir e votar nas reuniões da FAP



068

através do seu Presidente ou Direta ou associado devidamente credenciado; b) defender o interesse da liga ou associação, perante a FAP através do seu Presidente, Diretor ou associado devidamente credenciado; c) discutir, decidir e votar nos assuntos da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, por intermédio do seu Presidente, Diretor ou associado devidamente credenciado, tendo sempre todos os membros direito a 1 (hum) voto.

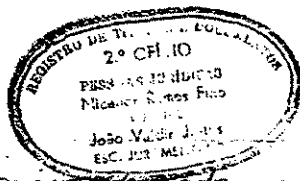
Capítulo IV - Dos Deveres dos Membros da FAP: Artigo 10 - São deveres dos membros da FAP: a) reconhecer a FAP como única dirigente do atletismo no Estado do Paraná, cumprando e fazendo cumprir os seus estatutos, regulamentos, regras, etc; b) reconhecer, quando ligas municipais, como exclusivas dirigentes do atletismo nos municípios das respectivas jurisdições; c) comunicar a constituição de sua diretoria, mudança de sede e aplicação de penalidades às associações ou desportistas; d) promover, obrigatoriamente, campeonatos locais de atletismo (as ligas); e) enviar os calendários anuais e os resultados dos campeonatos, finais e provas que realizar (as ligas); f) não disputar, sem licença especial, competições patrocinadas por entidades ou clubes não filiados, nem permitir que o façam os seus clubes ou desportistas destes.

Capítulo IV - Dos Poderes Internos - Seção I - Da Discriminação: Artigo 11 - São poderes internos da FAP: a) A Assembleia Geral. b) O Tribunal de Justiça Desportiva. c) O Conselho Fiscal. d) A Presidência. e) A Diretoria.

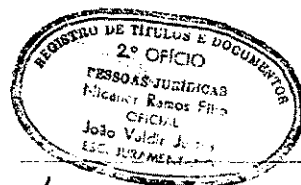
Seção II - Da Assembleia - Artigo 12: A Assembleia Geral, poder básico e de jurisdição máxima da FAP, compõe-se de todos os Presidentes das Ligas e Associações filiadas com direito de representação por um diretor ou associado, respectivamente, devidamente credenciado; a representação de cada filiada é unânime e não poderá ser exercida cumulativamente.

Parágrafo 1º: Todas as filiadas terão direito a 1 (hum) voto.

Parágrafo 2º: A Assembleia Geral reunir-se-á em sessão ordinária

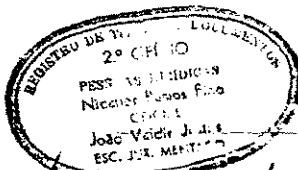


realiza-se no mês de janeiro de cada ano e extraordinariamente quando o Presidente da FAP julgar conveniente ou quando esta for provocada no mínimo por um terço de seus membros; nesta última hipótese a Assembleia Geral só deliberará sobre a matéria que houver dado causa à convocação em votação de que participem, pelo menos, dois terços de seus componentes. Parágrafo 3º - A Assembleia Geral instalar-se-á com o comparecimento de metade mais um dos seus membros, pelo menos, mas poderá reunir-se meio hora após para deliberar, independentemente de quorum referido neste parágrafo. Parágrafo 4º - A norma geral do parágrafo anterior não se aplica às deliberações em que é exigível, na forma deste Estatuto, a participação de um número distinto de votantes. Parágrafo 5º - Ao Presidente da FAP ou seu substituto eventual, compete a abertura de cada reunião da Assembleia que em seguida designará um dos seus membros para assumir a Presidência; ao Presidente designado caberá a escolha de um ou mais membros do plenário que funcionará como secretário da mesma. Artigo 13 - A Assembleia Geral apreciará e julgará em cada reunião ordinária as contas do Presidente da FAP relativas ao exercício financeiro anterior, bem como decidirá a respeito de qualquer outra matéria incluída na pauta dos respectivos trabalhos. Parágrafo 1º - O julgamento das contas de cada exercício proceder-se-á mediante discussão e votação do parecer do Conselho Fiscal sobre a filiação econômica, financeira e orçamentária da FAP. Parágrafo 2º - A Assembleia Geral, além das atribuições e dos poderes gerais previstos neste Estatuto, compete: a) eleger trienalmente em votação secreta e declaram expressas o Presidente e o Vice-Presidente da FAP, além dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; b) autorizar o Presidente da FAP a adquirir ou alienar bens imóveis e a constituir ônus ou direitos reais sobre os mesmos; c) resolver a extinção da FAP e a destinação dos bens; d) conceder títulos de membros honorários, eméritos,

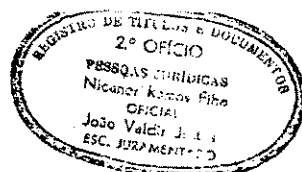


069

honorários e medalhas de mérito, na forma do Parágrafo 3º deste Artigo, por proposta da Diretoria ou por indicação de cinco filiadas no mínimo, desde que lhe seja submetida com parecer favorável da mesma diretoria; e) delegar poderes especiais ao Presidente da FAP, quando necessário, para a prática de atos excluídos de sua competência explícita; f) interpretar este Estatuto, em última instância, e preencher no respectivo todo as omissões que por outra forma não foram preenchidas; g) alterar este Estatuto, no todo ou em parte, por iniciativa própria ou proposta da Diretoria. Parágrafo 3º - A concessão de títulos ou medalhas, conforme a alínea "d" do Parágrafo 2º deste artigo, subordina-se às seguintes disposições: a) pôr poderão ser membros beneméritos os grandes vencedores do atletismo paranaense; b) pôr poderão ser membros eméritos os atletas paranaenses de renome; c) pôr poderão ser membros honorários pessoas físicas ou jurídicas que, por vinculação direta às atividades da FAP, lhe tenham prestado serviços relevantes; d) pôr poderão obter medalhas de mérito aqueles que demonstrarem abnegação pública ao atletismo. Parágrafo 4º - A Assembleia Geral disporá de um Regimento Interno por ela mesmo aprovado no qual serão prescritas as normas relativas ao seu funcionamento, inclusive sobre as eleições da FAP. Seção III: Do Tribunal de Justiça Desportiva: Artigo 14 - O Tribunal de Justiça Desportiva composto de sete membros efetivos e cinco suplentes eleitos pela Diretoria da FAP, funcionará e exercerá as funções que lhe são cometidas pelo Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva. Parágrafo 1º - A eleição do Tribunal de Justiça Desportiva será realizada pela Diretoria na primeira reunião após a Assembleia Geral que empessa a nova Presidência da FAP. Parágrafo 2º - O Tribunal de Justiça Desportiva elegerá seu presidente dentre os membros que o compõem e disporá sobre sua organização e funcionamento em Regimento Interno, obedecendo

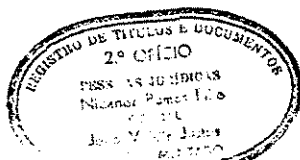


as disposições normativas emanadas da poderes públicos. Seção IV - do Conselho Fiscal - Artigo 15 - O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da administração financeira da FAP compõem-se de três membros efetivos e três suplentes. Parágrafo 1º: Ao Conselho Fiscal compete: a) examinar mensalmente os livros, documentos e balanços; b) apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento económico, financeiro e administrativo da FAP, assim como sobre o resultado da execução orçamentária do exercício anterior; c) fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional de Desportos e praticar atos que este lhe atribuir; d) denunciar à Assembleia Geral os atos administrativos ou qualquer violação da lei ou deste estatuto, propondo medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora; e) reunir-se ordinariamente uma vez cada mês e, extraordinariamente quando necessário, mediante convocação da Assembleia Geral ou do Presidente da FAP; f) homologar o orçamento anual, antes de iniciar-se o ano financeiro a que se refere e autorizar a abertura de créditos adicionais; g) propor à Assembleia Geral a repartição dos fundos beneficários de cada exercício financeiro, destinados ao reforço dos fundos existentes, com a indicação das respectivas perantagens; h) homologar o recebimento de doações ou legados e, se for o caso, autorizar a sua conversão em dinheiro. Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal elega pelo Presidente dentre os membros efetivos que o compõem a direção para sua organização e funcionamento em regime de interno por ele mesmo aprovado, obedecendo o disposto na legislação pública. Parágrafo 3º - A eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal realizar-se-á na mesma reunião em que a Assembleia Geral tiver de eleger o Presidente e Vice-Presidente da FAP, com o mesmo tempo de mandato destes. Seção II - da Presidência - Artigo 16 - A Presidência compõem-se do 1º

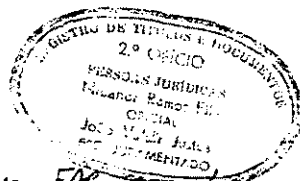


070

sidente e do Vice-Presidente da FAP, eleitos pelo prazo de três anos
 em votação secreta da Assembleia Geral. Artigo 17- O procedimento
 a ser observado para a eleição da Presidência da FAP será apro-
 vado pela Assembleia Geral e incorporado em seu Regimento pa-
 prio. Artigo 18- Ao Presidente da FAP compete a função execu-
 tiva na administração da entidade, com amplos poderes de
 representação, inclusive em juízo, podendo constituir procurado-
 res. Parágrafo 1º- Ao Presidente, no exercício dos poderes refe-
 ridos neste artigo, cumpre a adoção de quaisquer medidas jul-
 gadas oportunas: a ordem ou aos interesses da FAP, inclusive
 nos casos emissores ou urgentes que sujeitam, digo, sujeitam, este
 Estatuto a controvérsia de interpretação. Parágrafo 2º- Ao Presi-
 dente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto, com-
 pete: a) nomear e dispensar os membros da Diretoria que indispon-
 dem de eleição e os sub-diretores; designar, para assistente, privados
 e os componentes das comissões que instituir; convocar a Assembleia
 Geral, representantes dos filiados, a Diretoria e demais poderes in-
 ternos, excetuando o Tribunal de Justiça Desportiva; b) supervisionar,
 coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econô-
 micas, financeiras e desportivas da FAP; c) supervisionar o pessoal
 a serviço remunerado na entidade, em consequência, nomear,
 admitir, designar, comissionar, contratar ou rescindir contratos,
 exonerar, dispensar, demitir, punir, destituir, licenciar, dar férias,
 eleger, preterir, abrir inquéritos e instaurar processos, nos termos
 do Regimento Geral e observada a legislação pública; d) apresentar
 à Assembleia Geral, em cada uma das suas reuniões anuais, relató-
 rios circunstanciados da administração realizada no exercício ante-
 rior, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal e o balanço do
 movimento econômico, financeiro e orçamentário; e) cumprir e fazer
 cumprir os mandamentos em vigor na FAP oriundos dos pod-
 eres públicos, da Confederação Brasileira de Atletismo e dos poderes
 internos; f) fiscalizar a arrecadação da receita e autorizar o presi-

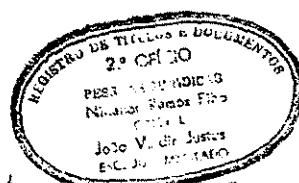


mento da despesa, observando-se o pagamento em execução e os limites dos créditos adicionais; g) abrir créditos adicionais, mediante autorização do Conselho Fiscal; h) autenticar os livros da FAP; i) constituir as delegações incumbidas da representação da FAP, dentro ou fora do país; j) assinar títulos, cheques, recibos ou quaisquer outros documentos que constituam obrigações financeiras, obedecendo às disposições deste Estatuto e do Regimento Geral; l, e) celebrar acordos, convenções, convênios, tratados ou quaisquer outros termos que impliquem compromissos; m) autorizar a publicidade dos atos originários dos poderes internos; n) por em execução os atos originários dos poderes internos e efetuar as penalidades dos atos mesmos decretados no uso da respectiva competência; o) guardar e conservar os bens móveis e imóveis da FAP ou alienar e constituir direitos reais sobre os referidos imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral; p) pagar a depósito em instituição idônea de crédito os valores da FAP em espécie ou em títulos, quando superiores a certo valor de referência; q) presidir as reuniões da Diretoria com direito de voto, inclusive o de qualidade; r) exercer penalidades que tenham competência a infrações com direito de indulto ou comutação; s) expedir o Regimento Geral, o Regimento de Cabineir e Taxas ou outros qualquer mandamento a cargo da Presidência, ou alterá-los quando oportuno; t) aplicar as penas físicas e jurídicas previstas na jurisdição da FAP quando cabíveis; as penas previstas neste Estatuto, no Regimento Geral ou em qualquer outro mandamento da entidade, ressalvada a competência dos demais poderes internos; u) transigir, desistir ou conceder moratória; v) expedir aviso às filiadas, com força de lei, sem disposições incompatíveis com o texto deste Estatuto ou com atos originários de seu poder interno; w) enviar à Diretoria presente dias antes do encerramento de cada ano pelo menos, a proposta de orçamento a ser votado no ano imediato; x) exercer quaisquer outras atribuições ou funções que não tenham sido explicitamente previstas neste Estatuto.



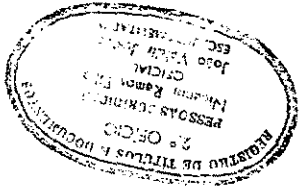
071

Parágrafo 3º. Ao Presidente da FAP, ~~transmitem~~ ^{transmite} ~~na~~ ^{na} Assembleia Geral, é reconhecido o direito de debater os assuntos submetidos ao respectivo plenário. Parágrafo 4º. Os atos originários do Presidente da FAP, no uso de atribuições das alíneas c, f, g, i, l, p, t e v, do parágrafo 3º deste artigo, serão expedidos após o pronunciamento da Diretoria. Artigo 19. O Vice-Presidente da FAP é o substituto eventual do Presidente e um dos membros natos da Diretoria. Parágrafo único - O Vice-Presidente independentemente do exercício eventual da Presidência da FAP, deverá desempenhar alguma parcela da função executiva do Presidente, em caráter Interim, sendo e delegado pelo Presidente nos termos expressos e por meio de aviso. Artigo 20. Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e Vice-Presidente da FAP, os integrantes da Diretoria serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência conforme a ordem estabelecida neste Estatuto; se a vaga definitiva ocorrer na vigência do último ano de mandato eletivo, o Presidente em exercício completará o período. Artigo 21. A Presidência, para melhor desempenho de suas atribuições e sem prejuízo de outras comissões que instituir, terá vinculadas a si as seguintes assessorias: a) Assessoria jurídica; b) Assessoria de Marketing e Relações Públicas; c) Assessoria para construção e aprisco de pistas de Atletismo; Parágrafo 1º. Os titulares das assessorias serão indicados pelo Presidente da FAP. Parágrafo 2º. As assessorias não compõem a Diretoria da entidade, tendo única e exclusivamente o papel de assessorar a Presidência nos assuntos e suas respectivas competências. Sigla II - Da Diretoria: Artigo 22. A Diretoria, poder complementar da superior administração em resposta do Conselho, compõem-se do Presidente e do Vice-Presidente da FAP e mais cinco membros escolhidos por nomeação e assessorados por: diretor de administração, diretor de finanças, diretor de patrimônio, diretor técnico e diretor de arbitragem. Parágrafo 1º. Cada um dos membros da Diretoria escolhido por nomeação

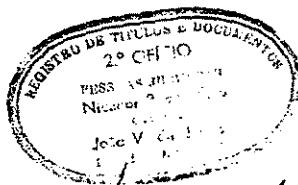


exerceria as funções previstas de direção no departamento que lhe couberem administrativas. Parágrafo 2º - A Diretoria, além das atribuições já previstas neste Estatuto, compete: a) integrar a superior administração da FAP; b) aprovar todos os mandamentos que complementarem este Estatuto e o Regulamento Geral, bem como os atos de caráter normativo próprios da FAP, ressalvada a competência dos demais poderes públicos e dos órgãos de cooperação; c) votar o orçamento antes de iniciado o último mês do ano anterior ao da sua vigência e remeti-lo, dentro de cinco dias de votação, ao Conselho Fiscal; d) opinar sobre qualquer alteração a ser introduzida neste Estatuto, sobre os demais assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou outro membro do colegiado; e) manifestar-se, por iniciativa do Presidente, sobre a concessão de títulos ou medalhas, obedecendo o disposto na alínea "d" do parágrafo 3º do Artigo 13 deste Estatuto; f) autorizar a entidade a aceitar doações e legados, em ato homologado pelo Conselho Fiscal; g) organizar o calendário anual das competições estaduais e, se for o caso, intermunicipais e internacionais; h) instituir o regime de registro, classificação e transferência de atletas, ressalvada a competência dos poderes públicos; i) promulgar e a respeito dos atos expedidos pelo presidente no uso das atribuições invocadas no parágrafo 3º do artigo 18 deste Estatuto, inclusive os que devem causar a privação de qualquer pessoa física ou jurídica perante os poderes administrativos da FAP; j) eleger os membros do Tribunal de Justiça Desportiva; l) exercer qualquer outra competência que o Regulamento Geral lhe atribuir. Parágrafo 3º - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Presidente da FAP, sob a Presidência deste ou de seu substituto eventual, com comparecimento mínimo de quatro membros. Artigo 23 - Para os efeitos do previsto no artigo 20 deste Estatuto, a ordem a ser seguida será a constante do artigo 33. Artigo 34 - A administração da FAP, por delegação dos poderes de supervisão, coordenará

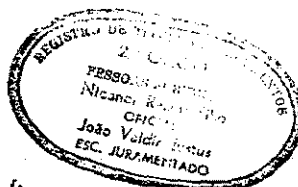
go, direção e fiscalização a cargo do respectivo presidente de
 saúdo e disposto no artigo 22 deste estatuto, de acordo com
 a - a) nos seguintes departamentos: a) Departamento de Administração
 go; b) Departamento de Finanças; c) Departamento de Relações
 d) Departamento Técnico; e) Departamento de Relações, e
 f) Cada departamento dispõe de auxiliares ou grupo de auxiliares.
 h) os nomeados pelo presidente da FFF, com o estatuto
 e o Regimento Geral. Parágrafo 2º. Subordinado ao Departamento
 de Administração, existirá o Sub-Departamento Técnico, que
 titular para nomeado pelo presidente da FFF e tendo suas
 atribuições previstas no Regimento Geral. Parágrafo 3º. Subordi-
 nados ao Departamento Técnico, existirá o segundo Sub-De-
 partamentos: de Relações e de Estatística, cujos titulares serão no-
 mados pelo presidente da FFF e tendo suas atribuições previstas
 no Regimento Geral. Parágrafo 4º. Nenhuma pessoa pode prestar
 toda a matéria do Departamento de Finanças e com que o mesmo
 tem pagamento e controle a autorização do presidente da FFF.
 Parágrafo 5º. A organização e o funcionamento do Departamento
 obedecerá o determinado neste estatuto e as disposições do Regi-
 mento Geral, além das atribuições específicas contidas nos arti-
 gos 25, 26, 27, 28 e 29. Parágrafo 25 - O Departamento de Administração
 tem incumbência de estabelecer e do controle da contabilidade
 da entidade, dos serviços de comunicações, documentação
 e arquivos, da direção e fiscalização dos serviços estatísticos, do
 preparo dos atos de administração e da organização dos assun-
 tos jurídicos ao qual pertencem os poderes inerentes do estatuto
 e da polícia civil inerentes a cargo da entidade para
 aos poderes públicos ou quaisquer outras instituições; da coordena-
 ção, da publicação e do desempenho de todos os atividades
 auxiliares indispensáveis a execução dos serviços gerais da en-
 tidade. Parágrafo 26 - O Departamento de Administração
 na direção do Departamento de Administração. Artigo 26 - O Depar-



072

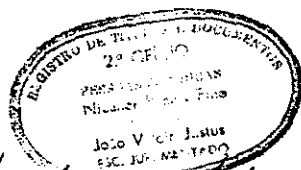


Departamento de Finanças acompanhará o desempenho dos encargos econômicos e financeiros da entidade; acompanhará a execução do orçamento de cada exercício; elaborará a proposta orçamentária a ser revista e adotada pelo Presidente da FAP; organizará o documentário destinado a instituir o levantamento do balanço e da conta de lucros e perdas; exercerá o controle administrativo da despesa e da receita; fiscalizará a contabilidade e a folha de pagamento; executará os atos que influenciarem as finanças e o orçamento e incumbir-se-á dos serviços inerentes à administração financeira da entidade inclusive, mediante assinatura de documentos, títulos, cheques, etc., com o Presidente. Parágrafo único - O Departamento de Finanças será dirigido pelo Diretor de Finanças. Artigo 37 - O Departamento de Patrimônio terá a seu cargo a administração e escrituração de todo o material pertencente à FAP, conservação, guarda e renovação de todo o material; aquisição e fornecimento de material desportivo necessário do Departamento Técnico; fornecimento de todo o material desportivo necessário nas várias competições no local e deslocamento do mesmo após o término; a escrituração e controle inclusive, além de todo o material necessário ao funcionamento da entidade, todos os bens móveis e imóveis pertencentes à FAP. Artigo 38 - O Departamento Técnico incumbir-se-á do estudo e da execução das iniciativas que a FAP empreender em relação ao atletismo, cabendo-lhe instruir qualquer matéria de administração do atletismo, pugnando ao pronunciamento do Presidente ou da Diretoria. Será a seu cargo a representação do atletismo perante a Confederação, com atribuições para encaminhar a solução dos pontos inerentes a qualquer representação e promover a defesa dos interesses desportivos da entidade em suas relações nacionais; o planejamento das iniciativas a serem executadas e a intermediação do intercâmbio com as instituições consórcios filiadas à Confederação Brasileira de Atletismo; a coordenação e a fiscalização



073

realização das atividades desportivas próprias ao seu domínio e previstas em regulamento próprio. Parágrafo único - O Departamento Técnico será dirigido pelo Diretor Técnico. Artigo 29 - O Departamento de Árbitros incumbir-se-á da organização do corpo de Árbitros de Atletismo da FAP; arbitrar e dirigir as competições oficiais da FAP e outras que a entidade venha a proporcionar; realizará reuniões, conferências, cursos, etc., visando a preparação de novos árbitros e atualização dos já registrados; organizará e manterá atualizado o registro de árbitros da FAP; observará e fará observar as regras emanadas da Confederação Brasileira de Atletismo e da I.A.A.F. - International Amateur Athletic Federation. Parágrafo único - O Departamento de Árbitros será dirigido pelo Diretor de Árbitros e terá seu funcionamento previsto em regulamento próprio. Artigo 30 - Existirá ainda, um Conselho Técnico que será composto pelo Diretor Técnico, que será o seu Presidente, Sub-Diretor de Estatística, Sub-Diretor Médico, Sub-Diretor de Rústicas e pelo Diretor de Árbitros, que será convocado, ou, poderá ser convocado pelo Presidente da FAP para análise de assuntos técnicos que sejam sujeitos à FAP para solução. O funcionamento do Conselho Técnico será previsto no Regulamento Geral. Título III - Do Regime Econômico Financeiro: Capítulo I - Do Exercício Financeiro Artigo 31 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá fundamentalmente a execução do orçamento. Parágrafo 1º - O orçamento será um e incluirá todas as receitas e despesas previstas a rubricas e dotações especificadas conforme a parágrafos seguintes. Parágrafo 2º - A receita compreende: a) as taxas de filiação e permanência ou de transferência de atletas assim como os emolumentos a que os processos de recrutamento estiverem sujeitos; b) o produto de multas e indenizações; c) a arrecadação de 10% da renda bruta das competições promovidas pelas filiadas, deduzidos os tributos; d) as subvenções e os auxílios;

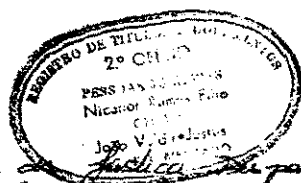


e) as doações ou legados recebidos em dinheiro; f) quaisquer outros recursos pecuniários que a Diretoria vier a criar; g) as rendas oriundas de todas as promoções realizadas pela FAP e outras rendas eventuais. Parágrafo 3º. A despesa compreende: a) o custeio das atividades desportivas e dos encargos diversos e da administração da FAP; b) as obrigações de pagamento que se tornaram exigíveis em consequência de atos judiciais, convênios, contratos e operações de crédito; c) os encargos pecuniários de caráter extraordinário, não previstos no orçamento custeados a conta de créditos adicionais abertos com autorização do Conselho Fiscal e compensados mediante utilização dos recursos que foram previstos. Capítulo II - Do Patrimônio - Artigo 32. O Patrimônio compreende: a) os bens móveis e imóveis adquiridos por qualquer título; b) os lucros e prêmios tombados, inteiros, captivos de alienação, que são todos os existentes; c) os valores dos beneficiários da execução do orçamento transferidos na forma deste Estatuto; d) os fundos existentes, ou os bens resultantes de sua inversão. Artigo 33. Todo o material desportivo de uso em competições, pertencente à FAP, somente poderá ser cedido aos clubes e ligas filiadas desde que seja usado sob observação técnica da entidade. Parágrafo único - Todo o material desportivo de uso individual, uniformes, etc, somente poderá ser usado pelos representantes da FAP em suas apresentações oficiais, não podendo, portanto, serem cedidos em hipótese alguma. Artigo 34. Em caso de extinção da FAP o patrimônio será dividido pela Assembleia Geral que decidir esse ato, entre as filiadas, proporcionalmente os direitos das entidades fundadoras. Capítulo III - Das Normas de Administração Financeira: Artigo 35. Os elementos constitutivos de ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados nos livros próprios e comprovados por documentos mantidos em arquivos, observadas as disposições da legislação pública. Parágrafo 1º. Os serviços de contabilidade serão execu-



074

tados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento. Parágrafo 2º - Todas as receitas e despesas estão sujeitas a comprovação de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos. Parágrafo 3º - O balanço geral de cada exercício acompanhado da demonstração dos lucros e das perdas discriminaria os resultados das contas patrimoniais, financeiras e orçamentárias. Título II - Disposições Finais. Artigo 36 - São mandamentos todos os atos expedidos por qualquer dos poderes internos, no exercício da respectiva competência, originários de organismos públicos ou privados a que a entidade deva obediência. Artigo 37 - Nenhum membro de poder interno poderá exercer funções em qualquer outro, respeitadas as compatibilidades expressamente previstas neste Estatuto; nem acumular funções em caráter efetivo dentro de um mesmo poder; nem integrar poder de qualquer filialde, salvo a Assembleia Geral e o Conselho Deliberativo. Artigo 38 - A proposta orçamentária converter-se-á em orçamento definitivo, mediante homologação do Conselho Fiscal se a Diretoria emitir o seu pronunciamento dentro do prazo fixado neste Estatuto; o orçamento votado pela Diretoria entrará em execução, sem homologação, se esta deixar de fazê-lo, temporariamente formalizada pelo Conselho Fiscal. Artigo 39 - As infrações disciplinares aos mandamentos em vigor, sem prejuízo das sanções a cargo da justiça disciplinar, darão causa às seguintes penalidades de índole administrativa: a) advertência; b) repreensão escrita; c) suspensão; d) eliminação; e) destituição; f) desligamento temporário ou definitivo; g) intervenção; h) desfiliação. Parágrafo 1º - As três últimas penalidades referidas neste artigo poderão ser aplicáveis às pessoas jurídicas. Parágrafo 2º - O Regimento Geral processará o processo de aplicação e graduação das penalidades, submetidas os atos do Conselho Nacional de Desporto, a



competência da Justiça Desportiva e as disposições deste Estatuto.

Artigo 40 - Os membros dos poderes internos bem como os Presidentes das ligas e associações filiadas, portadores de carteira de identidade expedidas pela FAP e ainda os membros do Conselho Regional de Desporto terão acesso em todas as praças desportivas sujeitas à jurisdição da entidade.

Artigo 41 - O dever dos filiados é inalienável quanto ao implemento das condições prescritas na alínea "d" do artigo 7º deste Estatuto.

Artigo 42 - Este Estatuto revoga as disposições anteriores.

Disposições Gerais e Transitorias - Artigo 43 - O mandato dos poderes internos termina com o da Presidência.

Artigo 44 - As atividades desportivas da FAP começarão no dia 1º de fevereiro e terminarão no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único - Dentro do período acima previsto, o Diretor Técnico organizará o calendário oficial de atletismo.

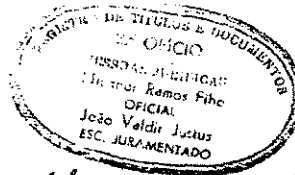
Artigo 45 - A classificação dos desportistas registrados na FAP obedecerá o critério previsto no Regulamento Geral.

Artigo 46 - A FAP responde por todas as ações, compromissos, bem como assume todas as normas desportivas emanadas quando ainda possuía a denominação de Federação Desportiva Paranaense.

Artigo 47 - O presente Estatuto aprovado pela Assembleia Geral da FAP realizada em 27 de agosto de 1985, entrará em vigor após a aprovação pela Confederação Brasileira de Atletismo, pelo Conselho Regional de Desporto, homologação pelo Senhor Ministro da Educação, publicado no Diário Oficial e inscrição no Registro Público.

Em seguida passou-se a discussão do item III da ordem do dia: Assunto Gerais - Em virtude das alterações aprovadas foi decidido por unanimidade a extinção do Departamento de Orientação.

O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que como se trata da transformação da FDP em Federação de Atletismo, a Diretoria continuará sendo a mesma, eleta em janeiro de 1983, devendo o Presidente da



075

FDP, após a aprovação das alterações pela Confederação, providenciou apenas as alterações necessárias nos cargos de norma-ção uma vez que os cargos eletivos não foram alterados, o que foi aprovado por unanimidade por todos os presentes. Também o Presidente da Assembleia usou de palavras de parabenização ao Presidente da FDP pela melhoria do atletismo paranaense e todos os esforços feitos para que o Estado ocupe um lugar de destaque no âmbito nacional e internacional. Em seguida foram discutidos assuntos varia-dos sobre o atletismo paranaense na atualidade. A presen-te Assembleia Geral foi instalada em 2ª Convocação com o "quorum" exigido pelos Estatutos, ou seja, dois terços dos filiados com direito a voto para efetivação das alterações aprovadas e não com "qualquer quorum", que por exigência consta na folha 065 desta Ata. Nada mais havendo a tratar e nem quem quisesse fazer uso da palavra, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião da Assembleia Geral, quando que eu, Semiramis Montenegro de Almeida, secretário da Assembleia, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelo senhor Presidente da Assembleia.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Marechal Floriano, 255 Fone 2.44.44

Representado HUE, 1234567890

570163 RÓTULO

Registrado sob número 111 no livro "A"

número 111 do Registro Civil das Pessoas

Jurídicas.

Curitiba, 07 JAN 1985

Ata da reunião de Diretores do dia 27 de Janeiro de 1985. H. Romoto Feijaresp

PROJETO:
O ATLETISMO PARANAENSE NO TERCEIRO MILÊNIO

O Atletismo Paranaense no Terceiro Milênio

Ao longo de nossa história atlética, o Brasil sempre contou com grandes atletas paranaenses em suas Seleções em Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Pan-Americanos, Sul-Americanos e tantos outros; nomes como Altevir Araújo, Themis Zambrzycki, Vanderlei Cordeiro de Lima, Edson Luciano Ribeiro, Pedro Paulo Chiamulera, somente para citar alguns, fizeram a glória desportiva de nosso país e encheram de orgulho o Paraná por suas conquistas e nosso Estado retribuiu muito pouco à eles. Novos talentos continuam surgindo: a única medalha de ouro do Atletismo Brasileiro nos I Jogos Mundiais da Juventude, realizados em 1998 em Moscou, Rússia, pertenceu ao jovem Alessandro Bonfim, de Paranavaí, que venceu o Salto Triplo honrando a tradição brasileira. Para que ele não tenha que buscar outro estado para obter o apoio que necessita e para que possamos daqui há alguns anos dizer que retribuímos tudo que ele nos proporcionou, com muito orgulho e para muitos outros que surgirão depois dele, a FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ – FAP, tem o dever de apresentar este Projeto, que irá resgatar o Atletismo Paranaense para o seu devido lugar no cenário Nacional.

PROJETO ATLETISMO DO PARANÁ NO NOVO MILÊNIO

1. SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA A SEDE DA
FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ
2. ESTÁDIO DO PINHEIRÃO – O CENTRO DOS
GRANDES EVENTOS DO ATLETISMO DO
PAÍS
3. SÉRIES ATLÉTICAS PARANAENSES
4. BUSCA DE TALENTOS
5. CENTRO DE TREINAMENTO DE ALTO
NÍVEL
6. A GRANDE EQUIPE DO PARANÁ

1. SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA A SEDE DA FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ – FAP

1.1 *Como era e é a situação da sede até os dias de hoje*

A *FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ* é a mais antiga Federação de Esportes do Estado do Paraná, fundada em 23 de maio de 1932, como entidade eclética e passando a ser exclusivamente Federação de Atletismo a partir de 1985; foram anos de grandes conquistas, de grande estrelas paranaenses que bilharam no cenário nacional e internacional; da montagem de um sistema de gerenciamento de competições que é hoje o padrão seguido por todo o Atletismo Brasileiro – tudo isto demonstra que já passou da hora da FAP ter sua casa própria, sonho de todo brasileiro. Em todos esses anos, a FAP funcionou em imóveis cedidos por órgãos públicos, locados, casas de presidentes, etc., estando atualmente na sede da AFEDAP em Curitiba, local que não possui as condições ideais para um funcionamento perfeito e tranquilo para atender os anseios do Atletismo do Paraná.

1.2 A Solução

Com a inauguração em 1997 da pista de Atletismo Oficial sintética no Estádio do Pinheirão em Curitiba, fazendo com que o Governo do Estado iniciasse a posse definitiva daquela praça de esportes, o Paraná passou a ter o melhor estádio de Atletismo do País e o único que poderá atender todas as exigências para grandes eventos internacionais, inclusive Campeonatos Mundiais, em nosso Estado, como é demonstrado no item 2, deste Projeto. Portanto, nada mais justo que a sede da FAP seja instalada no Estádio do Pinheirão, junto à Pista, mediante comodato a ser estabelecido com o Governo do Estado ou com a Federação Paranaense de Futebol ou com quem de direito, num período inicial de 50 (cinquenta) anos. A FAP pode ocupar uma das construções já existentes junto ao Estádio, deixando-se as instalações deste para uso em competições.

2. ESTÁDIO PINHEIRÃO – CENTRO DOS GRANDES EVENTOS DO ATLETISMO NO PAÍS

2.1 *O Estádio*

Inicialmente concebido como um gigantesco Estádio Olímpico, o Estádio do Pinheirão teve seu projeto alterado pela Federação Paranaense de Futebol, que o passou a utilizar, executando parte de seu Projeto de construções, visando unicamente a prática do futebol. O Estádio é envolto em uma grande teia de problemas financeiros, legais e outros, que fazem parte de sua história e que dependem, DIRETAMENTE, do Governo do Estado do Paraná para solucioná-los.

Dentro do comodato proposto no item 1. para a sede da Federação de Atletismo do Paraná, o estádio também seria englobado, para servir de sede para todas as competições a nível municipal, estadual, nacional e internacional de Atletismo, ficando a conservação dos seus equipamentos de Atletismo a cargo da FAP nesse período.

2.2 *O que deve ser feito*

Para que o Estádio do Pinheirão possa atingir os objetivos propostos acima, três grandes providências devem ser tomadas:

2.2.1 *Reforma de partes do Estádio para adequá-lo às competições de Atletismo* – isto é necessário por que na sua situação atual, as instalações do estádio visam unicamente os Jogos de Futebol e existe necessidade de que a funcionalidade para as competições de Atletismo se faça presente. Com o sinal verde da aprovação deste Projeto, será realizado um estudo detalhado de todas as necessidades de adaptações a serem realizadas no estádio, visando o pleno funcionamento de competições de Atletismo.

Duas grandes providências devem ter prioridade:

- 2.2.1.1 Construção de uma pista de aquecimento com o mesmo material da Pista do Estádio (pode ser uma reta de 100m) ao lado do estádio, para os preparativos finais dos atletas, exigência para eventos internacionais.
- 2.2.1.2 Construção de uma moderna sala de musculação – para atender ao aquecimento e preparação de atletas em competições de grande porte, além de vir a atender ao constante do item 5, deste Projeto. Tal sala deve ser equipada com o que de melhor existir a nível Internacional em equipamentos com esta finalidade.

2.2.2 *Aquisição de Equipamentos e Materiais de Atletismo* – com o objetivo de poder tornar o Estádio um grande centro de competições de Atletismo Internacionais, torna-se necessário equipá-lo com materiais e implementos utilizados no Atletismo Internacional, com a importação de equipamentos homologados para Jogos Olímpicos, garantia absoluta de se poder realizar grandes eventos sem nenhum problema. A relação completa do material necessário (que poderá ser revista quando da aprovação deste Projeto) encontra-se no Anexo I.

2.2.3 *Merchandising no Estádio* – o contrato de comodato deve prever a utilização dos espaços do estádio para a colocação de material de merchandising do(s) patrocinador(es) do Projeto, em consonância com os patrocinadores de cada evento ali realizado. Estes espaços devem ser tanto na área de competição como em qualquer outro local do Estádio, incluindo seus estacionamentos e áreas externas.

3. SÉRIES ATLÉTICAS PARANAENSES

3.1 As Séries Atléticas Paranaenses incorporam todos os eventos oficiais da Federação de Atletismo do Paraná, que serão realizados pela mesma e previstos em seu Calendário Oficial, além da participação das Seleções do Paraná nos eventos nacionais promovidos pela Confederação Brasileira de Atletismo.

3.2 Entre os eventos de elevado nível técnico a serem realizados pela FAP, destacam-se em 1999:

<i>Evento</i>	<i>Data</i>	<i>Local</i>
Torneio de Adulto Grupo A	20 de Março	CURITIBA
Torneio de Mirim/Pré-Mirim Grupo A	27 de Março	CURITIBA
Torneio de Adulto Grupo B	10 de Abril	CURITIBA
27º Campeonato Paranaense Menores	17/18 de Abril	CURITIBA
Torneio Menores Grupo A	01 de Maio	CURITIBA
Torneio de Menores Grupo B	22 de Maio	MARINGÁ
Torneio de mirim/Pré-Mirim Grupo B	05 de Junho	MARINGÁ
33º Campeonato Paranaense Juvenil	12/13 de Junho	PATO BRANCO
Torneio Juvenil Grupo A	03 de Julho	MARINGÁ
Torneio Juvenil Grupo B	28 de Agosto	MARINGÁ
Jogos da Juventude do Paraná	03/05 de Setembro	MARINGÁ
44º Campeonato Paranaense Adulto	18/19 de Setembro	PATO

		BRANCO
Jogos Abertos do Paraná	08/10 de Outubro	TOLEDO
1º Campeonato Paranaense Mirim	30/31 de Outubro	PATO BRANCO
1º Campeonato Paranaense Pré-Mirim	30/31 de Outubro	PATO BRANCO

- a) *CAMPEONATO PARANAENSE ADULTO* – este ano este Campeonato Será disputado pelo 44º.vez e deverá contar com a participação de mais de 400 atletas de 15. clubes filiados à FAP, representando, pelo menos, 20 municípios paranaenses.
- b) *CAMPEONATO PARANAENSE JUVENIL* – este ano este Campeonato Será disputado pela 33º vez e deverá contar com a participação de mais de 500 atletas de 15 clubes filiados a FAP; representando a juventude de pelo menos; 20 municípios paranaenses.
- c) *CAMPEONATO PARANAENSE MENORES* – este ano este Campeonato
Será disputado pela 27º vez e deverá contar com a participação de mais de 500 atletas de 15 filiadas a FAP; representando a juventude de pelo menos 20 municípios paranaenses.
- d) *CAMPEONATO PARANAENSE MIRIM E PRÉ-MIRIM* – este ano este Campeonato será realizado pela primeira vez e deverá contar com a participação de mais de 800 atletas de 15 filiadas a FAP; representando a força da juventude paranaense de pelo menos 20 municípios.

3.3O PARANÁ através de suas seleções estaduais de Atletismo terá grande participação nos seguintes eventos nacionais, em 1999:

Evento	Data	Local
Copa Brasil de Marcha Atlética	06/07 de Fevereiro	Blumenau,SC
Copa Brasil de Cross Country	20/21 de Fevereiro	Arthur Nogueira,SP
XVIII Troféu Brasil de Atletismo	03/06 de Junho	Rio de Janeiro, RJ
Campeonato Brasileiro de Menores	25/27 de Junho	São Leopoldo, RS
Campeonato Brasileiro de Juvenil	01/03 de Outubro	São Leopoldo, RS

3.4O Patrocinador das Séries Atléticas Paranaenses terá os seguintes direitos nos eventos ESTADUAIS realizados pela FAP:

- Identificação no Título do Evento:
Exemplo: TROFÉU FAP/..... ADULTO.
- Aposição de sua logomarca nos números de identificação dos atletas e que são de uso obrigatório.
- Exposição de placa no painel de fundo da largada e na lateral do local de chegada em todas as provas de pista.
- Exposição de logomarca no painel de fundo do pódio de premiação.
- Aposição da logomarca nas barreiras e obstáculos da competição e nos colchões de salto.
- Exposição de um mínimo de 6 (seis) placas em locais apropriados para

televisionamento, em todos os locais de competição.

- Colocação de logomarca nas medalhas e troféus.
- Citação de “slogans” na locução dos eventos.
- Identificação nos uniformes da arbitragem e do staff de organização durante as competições.
- Aposição da logo marca em todo o material gráfico da FAP(ofícios, notas oficiais, convites, boletim de resultados,etc.)

3.5O Patrocinador das Séries Atléticas Paranaenses terá os seguintes direitos nos eventos NACIONAIS em que a FAP participar:

- Aposição de logomarca na camiseta de competição de todos os atletas integrantes de Seleções Paranaenses.
- Aposição de logomarca no agasalho e demais peças de uniforme, que são de utilização obrigatória.
- Colocação de faixas nos locais de competição (fora da área de competição – privativa da CBAAt e dos organizadores locais).

4. Busca de Talentos

4.1 *Objetivo* – o Paraná tem sido ao longo da história do Atletismo brasileiro um grande celeiro para revelação de grandes campeões, nas mais diversas regiões do Estado, e para incrementar isto e tornar o Atletismo mais acessível a todos, a FAP propõe-se a realizar um Programa de Busca de Talentos que teria os seguintes pontos básicos:

- realizado em duas faixas etárias distintas: 13 e 14 anos e 15 e 16 anos, para atletas que não possuam clubes nem qualquer vínculo com o Atletismo oficial;
- os atletas participarão de diferentes provas do Atletismo, escolhidas de forma a poderem ser realizadas no maior número possível de municípios do estado, limitadas a um máximo de 6 (seis), podendo cada criança participar de quantas desejar;
- terá três fases: municipal, regional e uma grande final estadual;
- os vencedores da fase municipal participam de 8 (oito) grandes fases regionais, distribuídas de forma estratégica no estado, com um número de municípios proporcional;
- os dois primeiros colocados de cada fase regional participarão de uma grande fase final em Curitiba, sendo que os vencedores receberão todo o apoio para os seus treinamentos no futuro Centro de Treinamento de Alto Nível de Atletismo do Paraná, a ser implantado na Capital;
- todo o programa será detalhado num Regulamento que terá ampla divulgação no Estado.

4.2 O Programa terá por base a participação de qualquer atleta, mas aqueles que forem os vencedores e selecionados deverão estar com seus estudos em dia (caso esteja fora da escola, a FAP o auxiliará a obter uma e reiniciar seus estudos), esta será uma premissa básica para qualquer apoio a novos talentos.

4.3 O Patrocinador do Programa de Busca de Talentos terá todos os direitos de merchandising no evento, em todas as suas fases e divulgação, dentro de parâmetros que serão estabelecidos em comum acordo entre a FAP e o patrocinador.

5. CENTRO DE TREINAMENTO DE ALTO NÍVEL

5.1 Com o comodato relativo ao Estádio do Pinherão, a FAP poderá, finalmente, realizar um grande sonho do Atletismo Paranaense: um Centro de Treinamento de Alto Nível visando preparar cada vez mais e melhor nossos melhores atletas, para obtermos cada vez mais campeões mundiais e olímpicos. A experiência do Governo do Amazonas com a implantação de Projeto similar na Vila Olímpica de Manaus mostrou que este é o único caminho possível para o Atletismo trilhar se quiser continuar figurando no Atletismo internacional, no terceiro milênio, já que as metodologias de treinamento estão cada vez mais sofisticadas; o apoio e desenvolvimento dos atletas tem um embasamento científico de ponta, o que tem aumentado a distância entre nossos resultados e os dos atletas dos países do primeiro mundo. A implantação de Centros de Treinamento de Alto Nível são a única saída para encurtamos essa distância o mais rápido possível.

5.2 O Centro a ser implantado necessitará dos seguintes recursos:

5.2.1 *Instalações Físicas* – o Centro deverá dispor das seguintes instalações:

- Estádio do Pinheirão para uso da pista em avaliações de treinamento e realização de competições com essa finalidade;
- Sala de Musculação completa a ser instalada no Estádio do Pinheirão, como já descrito no item 2, deste Projeto.
- Instalação de um alojamento para atletas que permaneçam longos períodos no Centro, com instalações adequadas;
- Instalação de um refeitório completo, com cozinha industrial para atendimento do Centro.

5.2.2 *Recursos Materiais* – além dos materiais que já existirão no Estádio do Pinheirão para a realização de grande eventos, o Centro deverá dispor do seguinte:

- Implementos destinados ao treinamento de atletas em quantidades razoáveis para esse fim.
- Montagem de um Departamento Médico completo para atendimento aos atletas.
- Montagem de um Setor de Fisioterapia e massagem para atendimento aos atletas.
- Sala de professores equipada.
- Computadores com acesso à Internet para pesquisas.

- Instalações para funcionamento da área administrativa.
- Montagem de uma Biblioteca Científica voltada para o Treinamento Desportivo, para consultas do pessoal do Centro e por interessados.

5.2.3 *Recursos Humanos* – para sua implantação o Centro deverá dispor de recursos humanos nas seguintes áreas:

- um Diretor Geral;
- um Diretor Administrativo;
- um Diretor Técnico;
- três funcionários administrativos;
- um Diretor Médico
- dois médicos;
- dois enfermeiros;
- dois fisioterapeutas;
- dois massagistas;
- um Nutricionista;
- um Psicólogo;
- um Assistente Social;
- Treinadores para Coordenarem as seguintes áreas de treinamento:
 - Velocidade e Barreiras;
 - Meio Fundo e Fundo;
 - Marcha Atlética;
 - Saltos;
 - Arremesso e Lançamentos;
 - Provas Combinadas.

- Dois treinadores para cada área acima citada;
- Monitores para treinamento.

O pessoal para o Centro deverá ser contratado progressivamente, a medida que suas atividades venham a ser implantadas. Deverão ser contratados Profissionais com reconhecida capacidade técnica para as funções, com dedicação exclusiva, brasileiros ou estrangeiros.

Para a monitoria de treinamento poderão ser estabelecidos convênios com as Escolas de Educação Física do estado, visando a formação de novos treinadores para o Atletismo Paranaense.

5.3 A medida que suas atividades sejam ampliadas, devem ser instalados no Centro Laboratórios nas áreas de Fisiologia, Bioquímica e outras necessárias ao apoio científico dos treinamentos dos atletas. Até que isto possa ser concretizado, o Centro firmará convênios com o Governo do Estado e com Universidades visando a utilização de tais laboratórios existentes nessas instituições.

5.4 *Ampliação* – após o Centro estar com seu funcionamento sedimentado, o Projeto poderá ser ampliado, com a instalação de Centros auxiliares em pontos estratégicos do Paraná, onde existam condições técnicas para seu funcionamento.

6. A GRANDE EQUIPE DO PARANÁ

- 6.1 Que o Paraná é, reconhecidamente, um grande produtor de atletas de alto nível para o Brasil, ninguém tem dúvida. Todos os anos surgem grandes talentos no Atletismo Paranaense e que acabam não encontrando em nosso Estado o apoio necessário para a continuação de suas carreiras. Uma grande parte desiste, e segue na luta por sua sobrevivência pessoal e alguns buscam em outros estados esse apoio e quando se sobressaem a nível nacional e internacional é sempre com a camisa de outro estado. A única solução possível para mudar este quadro é a criação de uma grande EQUIPE DE ATLETISMO no estado, que teria por base o Centro de Treinamento de Alto Nível e o apoio de uma grande empresa que emprestaria o seu nome a essa equipe.
- 6.2 Com o surgimento dessa equipe, todos os nossos grandes talentos permaneceriam no Paraná e seria desenvolvido um trabalho para promover o retorno às origens daqueles que hoje estão fora.

ANEXO I

*RELAÇÃO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA
GRANDES COMPETIÇÕES Á SER ADQUIRIDO**1. Geral*

Ord.	Quantidade	Material
1	04	Anemômetro com placar digital
2	10	Bancos (tipo banco sueco)
3	40	Bandeira de Nylon (50x50cm) amarela
4	30	Bandeira de Nylon (50x50cm) branca
5	30	Bandeira de Nylon (50x50cm) vermelha
6	02	Carrinhos para transporte de material na pista
7	02	Carrinhos para transporte de barreiras
8	30	Cronômetros manuais
9	10	Cubos (pequenos) numerados para marcar distância no Arremesso do Peso
10	20	Cubos numerados para marcar distância de lançamentos
11	02	Equipamento de Cronometragem Eletrônica com sistema de video/computado
12	01	Equipamento para detecção de saídas falsas - eletrônico
13	01	Escada para Oficiais de Chegada
14	10	Guarda-Sol
15	01	Placar Eletrônico – contagem de voltas
16	01	Placar Eletrônico para o Estádio
17	07	Placar Eletrônico para provas de campo

18	05	Placares de marcação de tempo de tentativas
19	16	Rádios para comunicação
20	01	Sino para marcar última volta
21	05	Trena de 100m de aço
22	10	Trena de 20m de aço
23	60	Pranchetas
24	200	Marcas Pequenas para uso nos corredores de Saltos e no Dardo

2. Corridas

Ord.	Quantidade	Material
25	10	Apitos
26	200	Barreiras Oficiais com contra-peso
27	32	Bastões oficiais para revezamentos
28	32	Blocos de Partida oficiais
29	02	Equipamento de Som acoplado aos Blocos de Partida para os comandos

		Árbitro de Partida
30	24	Cubos com a numeração das raia (3 jogos de 1 a 8)
31	02	Revólver para partida cal .32 ou .38

3. Saltos

Ord.	Quantidade	Material
32	30	Barra de fibra de vidro para Salto com Vara
33	30	Barra de fibra de vidro para Salto em Altura
34	02	Colchão de espuma para Salto com Vara – dimensões olímpicas
35	02	Colchão de espuma para Salto em Altura – dimensões olímpicas
36	01	Colocador de barra para Salto com Vara
37	02	Medidor para Salto com Vara
38	02	Medidor para Salto em Altura
39	02	Par de postes para Salto com Vara – Oficial Olímpico
40	02	Par de postes para Salto em Altura – Oficial Olímpico
41	04	Rastelos para nivelar areia das caixas de saltos
42	20	Varas para Salto em Fibra de Vidro até 60kg
43	20	Varas para Salto em Fibra de Vidro até 65kg
44	20	Varas para Salto em Fibra de Vidro até 70kg
45	20	Varas para Salto em Fibra de Vidro até 75kg
46	20	Varas para Salto em Fibra de Vidro até 80kg
47	20	Varas para Salto em Fibra de Vidro até 85kg

4. Arremesso/Lançamentos

Ord.	Quantidade	Material
48	120	Bandeiras de metal (40x40cm) para marcação de arremesso/lançamentos
49	12	Dardo Oficial de competição para curta distância - 600g (até 45m)
50	12	Dardo Oficial de competição para curta distância - 800g (até 55m)
51	12	Dardo Oficial de competição - 700g
52	12	Dardo Oficial de competição para longa distância - 600g (mais de 60m)
53	12	Dardo Oficial de competição para longa distância - 800g (mais de 75m)
54	12	Dardo Oficial de competição para média distância - 600g (45 a 60m)
55	12	Dardo Oficial de competição para média distância - 800g (60 a 75m)
56	20	Disco de Competição Oficial normal - 1 kg
57	20	Disco de Competição Oficial normal - 1,5kg
58	20	Disco de Competição Oficial normal - 2kg
59	20	Disco de Competição Oficial - rápido - 1kg
60	20	Disco de Competição Oficial - rápido - 1,5kg
61	20	Disco de Competição Oficial - rápido - 2 kg
62	02	Equipamento para aferição de implementos (Trackmaster)
63	20	Martelo de Competição Oficial em bronze - 5kg
64	20	Martelo de Competição Oficial em aço torneado - 4kg

65	20	Martelo de Competição Oficial em aço torneado - 5kg
66	20	Martelo de Competição Oficial em aço torneado - 7,26kg
67	20	Martelo de Competição Oficial em bronze – 4kg
68	20	Martelo de Competição oficial em bronze – 7,26kg
69	04	Par de fita para marcação de setor de queda (branca - 5cm de largura - comp. 80m)
70	04	Par de fita para marcação de setor de queda (branca - 5cm de largura - comp. 25m).
71	02	Gaiola Oficial Olímpica para Disco e Martelo

BIBLIOGRAFIA

1) Orais

Entrevistas realizadas pelo autor com:

- Marcos Aurélio Schemberger, Ponta Grossa, 23 nov. 1999.
- Ubiratan Martins Junior, Curitiba, 02 fev. 2000;

2) Escritas

a) Publicações oficiais

BRASIL. Decreto n. 1.056. Institui a Comissão Nacional de Esportes. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 03 out. 1941.

_____. Decreto-lei n. 3.199. Estabelece as bases da organização dos desportos em todo o País. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 abr. 1942.

_____. Decreto-Lei n. 4.244. Consigna em seu art. 19, a Educação Física como prática educativa obrigatória em todos os estabelecimentos do ensino secundário, até a idade de 21 anos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 abr. 1941.

_____. Decreto-Lei n. 526. Institui o Conselho Nacional de Cultura. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 jul. 1938.

_____. Portaria Ministerial n. 254. Expede instruções para a organização dos estatutos das Confederações e Federações Desportivas existentes no País. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jan. 1939.

FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ. **Livro de Registro de Ofícios Recebidos**.

FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. Livro Ata de Atletismo n. 3.

- _____. **Livro Ata do ano de 1944.**
- _____. **Livro Ata do Conselho Técnico de Atletismo da FDP.**
- _____. **Livro Ata n. 3:** 1943, 1944, 1945 e 1947.
- _____. **Livro Ata n. 5:** 1949.
- _____. **Livro Ata.** 10 fev. 1976 – 09 jul. 1984.
- _____. **Relatório 1980.**
- _____. **Relatório 1981.**
- _____. **Relatório 1982.**
- _____. **Relatório 1983.**
- _____. **Relatório 1984.** 2 v.
- _____. **Relatório 1985.** 2 v.
- _____. **Relatório 1986.** 2 v.
- _____. **Relatório 1987.** 2 v.
- _____. **Relatório 1988.**
- _____. **Relatório 1989.**
- _____. **Relatório Final:** VI Troféu João Carlos de Oliveira – “João do Pulo” – 09-12 mai. 1991.

FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE; FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ. Atas de Reuniões e Assembléias. 10 jul. 1984 – 15 set. 1987.**LIGA ATLÉTICA PARANAENSE. Livro Ata de Atletismo n. 1.**

- _____. **Livro Ata de Atletismo n. 2.**
- _____. **Livro Ata n. 1:** 1932-1933 – Diretoria.
- _____. **Livro de Registro n. 1.**
- _____. **Livro de Registro n. 2:** 1936-1939.

LIGA ATLÉTICA PARANAENSE; FEDERAÇÃO DESPORTIVA PARANAENSE. Livro Ata n. 2: 1934-1950 – Ata de Assembléias Extraordinárias.

- _____. **Livro de Registros de Assinaturas de Amadores n. 5:** 1940, 1941, 1944.

b) Livros e publicações acadêmicas

- ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.
- AULICH, Werner. **O Paraná e os Alemães**. Curitiba: Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953.
- BARROS, José M. Camargo. Esporte e Legislação Esportiva. SIMPÓSIO: ESPORTE: DIMENSÕES SOCIOLOGICAS E POLÍTICAS (1.: 1993: São Paulo). **Anais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 114-124.
- BAUDRILLARD, Jean. **Para uma Crítica da Economia Política do Signo**. Lisboa: Martins Fontes, 1972. p.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Ser Forte para Fazer a Nação Forte: 1932-1945**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARDOSO, Francisco Genaro. **História do futebol paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1978.
- CLÉMENT, Jean-Paul. Contributions of the Sociology of Pierre Bourdieu to the Sociology of Sport. **Sociology of Sport Journal**, n. 12, 147-157, 1995. p. 147-148.
- COHN, Gabriel. **Weber: sociologia**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 128.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUNNING, Eric. Norbert Elias's contribution to the sociology of sport. SIMPÓSIO INTERNACIONAL: PROCESSO CIVILIZADOR: CULTURA, ESPORTE E LAZER – NORBERT ELIAS 100 ANOS. (2.: 1997: Campinas).
- ELIAS, Norbert. **La Sociedad Cortesana**. México: Fondo de Cultura Economica, 1987.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- _____. **Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilizacion**. México: Fondo de Cultura

- Económica, 1994.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba, ?, 19?.
- FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- FREYRE, Gilberto. **Além do Apenas Moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- GAYA, Adroaldo et al. **Os Jovens Atletas Brasileiros: relatório do estudo de campo dos jogos da juventude de 1996**. Publicações Indesp. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- GEBARA, Ademir. 1920: concepções políticas e ideológicas na construção da história do esporte e da educação física no Brasil. Mesa Redonda. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (5.: 1997: Alagoas). **Coletânea**. Ijuí: Ed. da Unijui, 1997.
- _____. O Tempo na Construção do Objeto de Estudo da História do Esporte, do Lazer e da Educação Física. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (2.: 1994: Ponta Grossa). **Coletânea**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1994. p. 175-189.
- _____. Pero Vaz de Caminha & Inezil Penna Marinho: fontes e métodos na construção da história do esporte no Brasil. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física (4.: 1996: Belo Horizonte, MG). **Coletânea**. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996. p. 71-80.
- GIOVANI, Geraldo Di (Coord.) **Dimensões Econômicas do Esporte no Brasil**. Campinas, 1995. Relatório de Pesquisa – Instituto de Economia, Universidade de Campinas.
- GIOVANNI, Geraldo Di. **A Questão dos Remédios no Brasil: produção e consumo**. São

- Paulo: Polis, 1980.
- _____. Mercantilização das Práticas Corporais: o esporte na sociedade de consumo de massa. ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (3.: 1995: São Paulo). **Coletânea**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1995. p. 15-22.
- GUTTMANN, Allen. **From Ritual to Record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University Press, 1978.
- _____. **Games and empires**: modern sports and cultural imperialism. New York: Columbia University Press, 1994.
- _____. Sports Diffusion: a response Maguire and the americanization commentaries. **Sociology of Sport Journal**, v. 8, n. 2, p. 185-190, jun. 1991.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital**: 1848-1875. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **A era dos impérios**: 1875-1914. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOLT, Richard. **Sport and the British**: a modern history. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- HUNSCHÉ, Carlos Henrique. **História da Imigração no Brasil**: as famílias. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, ?.
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. **O Paraná Reinventado**: política e governo. Projeto História Política do Paraná, primeiro documento. Curitiba, 1989.
- KFOURI, Juca. O Esporte como Tema de Conhecimento Científico. SIMPÓSIO: ESPORTE: DIMENSÕES SOCIOLÓGICAS E POLÍTICAS (1.: 1993: São Paulo). **Anais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 41-42.
- KRAMER, Winfried. **South American**: track & field championships. Ballerup: Alfa-Tryk, 1996.
- LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora**: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná – 1867 a 1882. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.
- MACHADO, H.; CHRESTENZEN L. M. **Futebol, Paraná e História**. Curitiba: Editora dos Autores, 1994.

- MELLO NETO, Candido de. **O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1996.
- MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- _____. **Cultura e Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: S. N., 1972.
- ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.
- PARLEBAS, Pierre. **Perspectivas para una Educacion Física Moderna**. Andalucia: Quisport, 1988.
- PILATTI, Luiz Alberto. A Interpretação do Esporte na Obra de Eric Hobsbawm: um olhar sobre a sociedade burguesa. **Conexões**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-24, jun. 1999.
- _____. A Interpretação dos Esportes nos Escritos de Thorstein Veblen: um olhar na história social. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA (6.: 1998: Rio de Janeiro). **Coletânea**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998. p. 93-103.
- _____. **Pedagogia do Esporte**. Piracicaba, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Unimep.
- _____. Periodização das Histórias da Educação Física/Ciências dos Esportes no Brasil. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física (2.: 1994: Ponta Grossa). **Coletânea**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1994. p. 390-399.
- _____. Reflexões sobre o Esporte Moderno: perspectivas históricas. In: **I Prêmio Indesp de Literatura Esportiva**. Brasília: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1999. p. 257-288.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.
- RANZI, Sirlei Maria Fischer. **Alemães Católicos: um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)**. Curitiba, 1996. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

- SCHAWB, Carlos Alberto. **Resumo Histórico e a Genealogia dos Alemães do Volga**. Ponta Grossa: C. A. Schwab, 1997.
- SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. **Os Senhores dos Anéis: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas**. São Paulo: Best Seller, 1992.
- TESCHE, Leomar. **O Turnen, a Educação e a Educação Física nas Escolas Teuto-Brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852 - 1940**. Piracicaba, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Pioneira, 1965.
- WEBER, Max (textos selecionados). **Weber. Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- WEBER, Max et. al. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.
- _____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- _____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

c) Jornais, revistas e outros

- 1000 Maiores Esportistas do Século 20**. Cajamar – SP: Isto É – The Sunday Times, 1997.
- Atletismo renova patrocínio com Telebrás. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 1997.
- BABO, Hélio. Editorial. **Atletismo Brasileiro**. a. 1, n. 1, p. 3-4, jan.-fev. 1981.
- _____. Mensagem do Presidente. **Atletismo Brasileiro**. a. 3, n. 6, p. 3, 1983.

- BOURDIEU, Pierre. A Ciência do Real. **Folha de São Paulo**, 7 fev. 1999. Entrevista.
- Brasil mantém invencibilidade. **Notas de Atletismo**. Manaus, a. 1, n. 3, p. 7-8, mai. 1997.
- CBAAt ainda espera liberação de verbas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 jun. 1998.
- Empresa suíça domina mercado. **Folha de São Paulo**, 14 jan. 2000.
- FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ. **Arbitragem em Atletismo**. Curitiba, ?.
- Gesta mostra um novo atletismo. **Notas de Atletismo**. a. 1, n. 2, p. 6-8, jan. 1997.
- L. A. P.: uma nova entidade que surge. **O DIA**: edição da manhã. Curitiba, 24 mai. 1932.
- Morre o criador do atletismo moderno. **Folha de São Paulo**, 8 nov. 1999.
- MOTA, Vinícius. O mundo desencantado. **Folha de São Paulo**, 11 abr. 1999. Mais! p. 5-4.
- NASSIF, Luís. Uma revolução no futebol. **Folha de São Paulo**, 13 ago. 1999.
- NUNES, João Pedro. Atletismo vive maior crise de todos os tempos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1998. p. E7.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. **Help! História do Brasil**. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- OHATA, Eduardo. Empresa assina por 5 anos com a confederação para comercializar imagem. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2000. p. 4-2 – esporte.
- PAULEN, Adriaan. Amadorismo... **Atletismo Brasileiro**. a. 1, n. 1, p. 35-36, jan.-fev. 1981.
- PUBLIFOLHA. **Guia Oficial das Olimpíadas**. São Paulo, 1996.
- Punição cede lugar ao diálogo: IAAF quer tolerância em casos de doping. **Folha de São Paulo**, 19 nov. 1999.
- QUERCETANI, R. L. João do Pulo – Campeão de Fato: ponto de vista europeu. **Atletismo Brasileiro**. ano 3, n. 6, p. 4, 1983.
- REGRAS, Português. **Regras Oficiais do Atletismo**. 1992-1994. Rio de Janeiro: Sprint, 1992.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. **História e sociabilidade na formação do futebol profissional em Curitiba (1900 –1945)** Mimeografagem, maio/98.
- Sudamericanos entre los 50 mejores del ranking mundial. **Atletismo Sudamericano**. Buenos Aires, a. 1, n. 4, p. 8, mar. 1996.
- Vasco fecha acordo para filial em SP. **Folha de São Paulo**, 20 de jan. 2000. esporte p. 4-5.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

d) Sites da Internet

BRASIL ESPORTES. Online. Disponível na Internet <http://www.brazilonline.com/>.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. Online. Disponível na Internet <http://www.cbat.org.br/>.

FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Online. Disponível na Internet <http://www.atletismorio.com.br/>.

FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO. Online. Disponível na Internet <http://www.saosilvestre.com.br/>.

INTERNATIONAL AMATEUR ATHLETIC FEDERATION. Online. Disponível na Internet <http://www.iaaf.org/>.